



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

EVELINE NOGUEIRA PINHEIRO DE OLIVEIRA

**INFORMALIDADE, EMPREENDEDORISMO E TRABALHO POR CONTA
PRÓPRIA: A NATURALIZAÇÃO DO TRABALHO PRECÁRIO NAS
TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES DE COMIDA DE RUA**

FORTALEZA

2023

EVELINE NOGUEIRA PINHEIRO DE OLIVEIRA

INFORMALIDADE, EMPREENDEDORISMO E TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA: A
NATURALIZAÇÃO DO TRABALHO PRECÁRIO NAS TRAJETÓRIAS DE
TRABALHADORES DE COMIDA DE RUA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O46i Oliveira, Eveline Nogueira Pinheiro de.
Informalidade, empreendedorismo e trabalho por conta própria : a naturalização do trabalho precário na trajetórias de trabalhadores de comida de rua / Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveira. – 2023.
230 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.
1. Precarização. 2. Informalidade. 3. Empreendedorismo. 4. Trajetória Laboral. 5. Comida de Rua. I. Título.

CDD 150

EVELINE NOGUEIRA PINHEIRO DE OLIVEIRA

INFORMALIDADE, EMPREENDEDORISMO E TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA: A
NATURALIZAÇÃO DO TRABALHO PRECÁRIO NAS TRAJETÓRIAS DE
TRABALHADORES DE COMIDA DE RUA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em: 13/04/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mélo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Maxmiria Holanda Batista
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Sandro Thomaz Gouveia
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fellipe Coelho-Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

A todos os pós-graduandos, pesquisadores e pesquisadoras brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Quem tem um amigo tem tudo
Se o poço devorar, ele busca no fundo
É tão dez, que junto todo o stress é miúdo
É um ponto pra escorar quando foi absurdo

Quem tem um amigo tem tudo
Se a bala come, mano, ele se põe de escudo
Pronto pro que vier, mesmo a qualquer segundo
É um ombro pra chorar depois do fim do mundo

O amigo é um mago do meigo abraço
É mega afago, abrigo em laço
Oásis nas piores fases
Quando some o chão e as bases
Quando tudo vai pro espaço
(Emicida – Quem tem um amigo tem tudo)

Costuma-se dizer no senso comum que, em cenários hipotéticos de grandes desastres nucleares, só as baratas sobreviveriam. Sendo este um mito ou não, essa é uma frase que ouvi de Raphael PH Santos, crítico de cinema que admiro: “todos nós temos dentro de nós uma barata”. Todos nós temos algo que não morre. Algo que permanece quando nós morremos. Há algo dentro de nós que sobrevive, mesmo após todas as vezes que nós morremos. E, parafraseando a composição de Belchior, ano passado eu morri. Na verdade, eu morri tantas vezes nesse processo. Mas várias “baratas” permeneceram.

E algumas pessoas foram essenciais nessas ressurgências. Pessoas que, como adianta a epígrafe de Emicida, tantas vezes me buscaram no fundo do poço (e quantas vezes estive lá!), que foram apoio quando foi absurdo, que me serviram de ombro depois do fim do mundo, que foram oásis nas piores fases, quando me sumiram o chão e as bases. Apesar de a escrita desta tese ter sido um exercício de solitude, ela nunca foi solitária.

Em meio a já tão difícil escrita em si, o período da pandemia não foi fácil para ninguém. Mas quem tem um amigo tem tudo. E por isso minha eterna gratidão àqueles que contribuíram imensamente e mais diretamente com a finalização desse processo:

Ao Professor Cássio Aquino. Sua generosidade, dedicação e grandiosidade são marcas de sua existência, fazendo você ser tão admirado e querido. Você é uma das minhas grandes inspirações de vida, tendo orientado não apenas esta tese, mas muito de meu percurso profissional e pessoal, da forma mais sensível, gentil e competente. Compartilhar esses anos ao seu lado foi sorte e honra sem tamanhos.

Ao meu companheiro Clayton, pelas vezes em que se alegrou com meu riso e pelas tantas outras em que enxugou minhas lágrimas. Você acreditou em mim sempre que eu

mesma duvidei. Ergueu minha cabeça e me inspirou a ser determinada e destemida. Você, mais do que qualquer um, viveu essa tese junto comigo. E a finalização desse processo só foi possível porque contei com você.

Aos meus pais, Francineide e Evilásio, pelo colo sempre receptivo e amoroso. Pelas palavras mais acolhedoras, tranquilizantes e incentivadoras. Tudo o que sei sobre dedicação, determinação, perseverança, coragem e fé aprendi com vocês.

Aos trabalhadores entrevistados, pelo tempo concedido nas entrevistas e pela generosidade em compartilhar suas narrativas e suas questões. Agradeço a oportunidade e a honra de acolher suas histórias. Esse trabalho foi construído junto a vocês. Toda a minha admiração por cada um.

Aos professores participantes da banca examinadora, Profa. Maxmiria Holanda Batista, Prof. Sandro Thomaz Gouveia e Prof. Fellipe Coelho-Lima, pelo tempo e pelas valiosas colaborações e sugestões. Não há exercício maior de generosidade na academia do que se dedicar com afinco para contribuir com o trabalho de outra pessoa. Este trabalho foi também construído por vocês.

Ao professor Ricardo Mélo, que faz parte importante de minha formação profissional. Agradeço sua amizade e seu incentivo desde o primeiro semestre de minha graduação até hoje. Admiro seu empenho, seu engajamento e seu compromisso ético em tudo a que se dedica.

À professora Raquel Coelho por toda a disponibilidade, generosidade e atenção que dedicou a mim, de forma muito carinhosa, em todas as muitas vezes em que precisei. Você me inspira a ser uma profissional como você.

À minha querida psicóloga Alessandra Azevedo por toda sua dedicação, acolhimento, escuta e orientação. Me sinto orgulhosa do que construímos juntas. Sem você não teria conseguido.

À minha amiga Natália Diógenes. Nunca esquecerei de você ter pegado na minha mão em algumas das horas mais difíceis desse processo e ter lido e relido tantas vezes esse texto, mesmo em meio aos seus afazeres e viagens.

À minha amiga Vaneska Lima, por estarmos juntas desde que nos encontramos seguindo o caminho da docência. Você foi um presente desse percurso, sendo inúmeras vezes um lugar fundamental de apoio e amor.

À minha amiga Janequeli Nascimento, por todo incentivo e por todos os pequenos empurrões que precisei para seguir. Com você aprendi que é necessário ter coragem e bravura.

À minha amiga Camila Ricarte, pela aproximação e união durante parte desse percurso. O cotidiano dessa escrita não teria sido o mesmo sem seu apoio e partilha diários.

Aos meus queridos companheiros de orientação no Programa de Pós-Graduação no Mestrado e no Doutorado. Como é importante manter um coletivo em torno do trabalho que arduamente desenvolvemos!

Ao Núcleo de Psicologia do Trabalho da UFC (NUTRA), espaço que me formou enquanto Psicóloga sensível às questões do trabalho, na figura de tantas pessoas que foram por muitos anos minha casa fora de casa.

A todos os meus amigos e familiares, pela compreensão nas tantas vezes em que estive ausente e/ou desestabilizada durante esse período e pela escuta acolhedora sempre que eu falava sobre a tese. Citarei aqui, em especial, minha prima Vitória Maria, nos momentos de grande angústia, e minha amiga Isadora Nogueira, pelo apoio e escuta paciente. Embora não citados todos aqui diretamente, o amor de vocês foi meu sustento e respiro incontáveis vezes, mesmo sendo o período em que mais distante ficamos, levando em consideração tanto meu processo de escrita, quanto a pandemia.

Por fim, à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio, fundamental para a realização desta pesquisa.

Para conhecer alguma coisa precisamos mergulhar no fenômeno, mostrar suas entranhas, estudar suas vísceras e beber o seu sangue. Somente após visitar suas cavernas sombrias estaremos aptos a entender sua realidade, feia e formosa, escura e clara, mediata e imediata simultaneamente. A complexidade do conhecimento científico implica, pois, a decomposição do concreto-intuitivo e sua reconstrução como concreto-pensado. (MALAGUTI, 2000, p. 18).

RESUMO

Esta é uma tese produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, que discute o mundo do trabalho contemporâneo frente a novos tipos de trabalhos alternativos no cenário brasileiro, em que a informalidade e o empreendedorismo se destacam como marcas do modo de organização laboral. Este trabalho é fruto de um percurso de pesquisa mais amplo, que busca compreender alguns dos movimentos mais recentes do capitalismo: a precarização laboral, o empreendedorismo, a flexibilização e a incorporação da informalidade nos novos modos de vida. Produz-se a partir de um viés dos estudos sobre trabalho e da Psicologia Social do Trabalho (PST). Em um estudo de inspiração longitudinal, fez-se o resgate de entrevistas já realizadas com trabalhadores de comida de rua no ano de 2017, realizadas no percurso de investigação do mestrado. Considerando a velocidade com que o trabalho tem se transformado e a crise pandêmica que se desenvolve, questionou-se como estaria organizada a vida laboral daqueles mesmos trabalhadores entrevistados à época. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas autorreferenciadas: o objetivo foi ir em busca novamente desses sujeitos e rememorar a entrevista realizada anteriormente para a compreensão das trajetórias laborais nesse intervalo temporal. A análise das trajetórias de vida laboral, a partir do viés analítico das trajetórias ocupacionais, serviu para a compreensão de um movimento mais amplo na história de vida desses trabalhadores: o que poderia ser chamado de movimento empreendedor, que se traduz em precarização e volatilidade na realidade dos trabalhadores. O que parece compreensível é que foram criadas condições para uma ampliação da referência ao empreendedorismo como política de enfrentamento a um Estado frágil na condução da relação capital-trabalho e como mecanismo de difusão do individualismo e da precarização disseminados na esfera laboral.

Palavras-chave: precarização; informalidade; empreendedorismo; trajetória laboral; comida de rua.

ABSTRACT

This is a thesis produced in the context of the Postgraduate Program in Psychology at UFC, that discusses the contemporary world of work in the face of new types of alternative jobs in the Brazilian scenario, in which informal work and entrepreneurship stand out as marks of the labor organization system. This work is the result of a larger research project that seeks to understand some of the most recent movements in capitalism: labor precarization, entrepreneurship, flexibilization, and the incorporation of informal work in the new ways of living. It is produced from the standpoint of labor studies and the Social Psychology of Work (PST). In a study of longitudinal inspiration, a rescue of interviews conducted with street food workers in the year 2017 was made, carried out in the course of the research for the author's master's degree. Considering the speed with which work is transforming and the pandemic crisis that took place in 2020, it was questioned how the working life of those same workers interviewed in 2017 was organized at the present moment. In this sense, self-reference interviews were conducted: the objective was to seek these subjects again and reminisce about the previous interview to understand their work history in this period. The analysis of the stories of working life, from the analytical standpoint of the occupational-paths theory, served to understand a broader movement in the life history of these workers: what could be called the entrepreneurial movement, which translates into precarization and volatility in the workers' reality. What seems understandable is that conditions were created for the amplification of the reference to entrepreneurship as a policy to confront a fragile State in the conduction of the capital-labor relation, and as a mechanism to spread individualism and precarization disseminated in the labor sphere.

Keywords: precarization; inform work; entrepreneurship; work history; street food.

SUMÁRIO

	PRÓLOGO	13
1	INTRODUÇÃO	17
2	SOB OLHARES E CONTEXTOS	29
2.1	A Psicologia Social do Trabalho e o trabalho sob uma perspectiva social e subjetiva	30
2.2	O mundo do trabalho e suas reconfigurações	37
2.3	O trabalhador precário nas entrelinhas do empreendedorismo, da informalidade e do trabalho por conta própria	53
2.4	A comida de rua: entre ambulantes, barracas, trailers e <i>food trucks</i>	66
3	A PESQUISA E O PERCURSO	75
3.1	Primeiras entrevistas: início de aproximação ao campo	79
3.2	Segundas entrevistas: rememorando e analisando as trajetórias laborais ..	80
3.3	A pandemia do Covid-19 e o funcionamento do comércio no Ceará	84
4	RECONSTITUINDO TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS	88
4.1	Análise da trajetória ocupacional de João Jacques	88
4.1.1	<i>Primeira entrevista (2017)</i>	88
4.1.2	<i>Segunda entrevista (2021)</i>	94
4.2	Análise da trajetória ocupacional de Dora	107
4.2.1	<i>Primeira entrevista (2017)</i>	107
4.2.2	<i>Segunda entrevista (2021)</i>	115
4.3	Análise da trajetória ocupacional de Angelita	127
4.3.1	<i>Primeira entrevista (2017)</i>	127
4.3.2	<i>Segunda entrevista (2021)</i>	131
4.4	Análise da trajetória ocupacional de Maria Moura	139
4.4.1	<i>Primeira entrevista (2017)</i>	139
4.4.2	<i>Segunda entrevista (2021)</i>	146
4.5	Análise da trajetória ocupacional de Dona Inácia	169
4.5.1	<i>Primeira entrevista (2017)</i>	170
4.5.2	<i>Segunda entrevista (2021)</i>	174
4.6	Análise da trajetória ocupacional de Lourdinha	182
4.6.1	<i>Primeira entrevista (2017)</i>	182

4.6.2	<i>Segunda entrevista (2021)</i>	186
5	CONTRADIÇÕES E DESCONTINUIDADES NAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS E AS NOÇÕES DE EMPREENDEDORISMO, INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	193
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
	REFERÊNCIAS	214

PRÓLOGO

Na produção escrita desta tese, irrompeu a necessidade da redação deste prólogo. E, em verdade, creio que ele serve aqui, muito claramente, a dois propósitos: o primeiro, de informar ao leitor questões estritamente necessárias à compreensão deste percurso de pesquisa, dada a limitação de inseri-las de forma adequada nos capítulos da tese; e o segundo objetivo, de tornar essa produção científica algo mais próximo de uma personalidade e criar uma alternativa à escrita acadêmica. Por conseguinte, neste espaço e apenas nele, tomo a liberdade de falar diretamente ao leitor, em primeira pessoa, indicando que esta tese é uma obra de minha autoria, sob o prisma de meus olhares e perspectivas, sob influências de minhas experiências acadêmicas e para além delas. Um alinhavado de experiências teóricas e empíricas.

Falar deste uso do texto acadêmico de modo mais pessoal e menos frio talvez enseje uma posição de distanciamento da dita prática científica. Contudo, faço uso também deste espaço para problematizar, mesmo que de modo superficial, que, como explicita Larossa (2003, p.102), “[...] falar como Deus manda, escrever como Deus manda e ler como Deus manda, ao mesmo tempo, é pensar como Deus manda”. Assim, para rever e recriar nossos modos de pensar, precisamos também rever nossos modos de escrever.

A tese aqui apresentada faz parte de um percurso de pesquisa preambular. Este percurso, cujo início acontece em investigações e estudos anteriores, pressupõe uma trajetória de imersão, discussões e trocas de experiências e conhecimentos durante a Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), entre os anos de 2011 e 2015. Convém falar sobre o assunto, pois acreditamos que o fazer pesquisa pode ser melhor compreendido se entendemos a trajetória do pesquisador, sendo, inclusive, esse percurso determinante, por exemplo, daquilo que se constitui enquanto um problema de pesquisa para alguns e para outros não.

Esse percurso foi, fundamentalmente, marcado pela inserção nos grupos de estudos, pesquisas e extensões do Núcleo de Psicologia do Trabalho da UFC (NUTRA). Nesse espaço, graduandos, pesquisadores e profissionais se dedicam cotidianamente a compreender e transformar (e vice-versa) as realidades de trabalho que se delineiam ao nosso redor, a partir de um foco teórico-prático-metodológico marcado pela Psicologia Social do Trabalho, base cujos pormenores serão posteriormente discutidos neste trabalho.

A culminância nesta pesquisa perpassa o trabalho monográfico *Relações entre empreendedorismo e precarização do trabalho*, apresentado em 2015, sendo fruto de

inquietações sobre a compreensão das relações existentes entre dois fenômenos do mundo do trabalho que se desenhavam de forma concomitante: por um lado, uma realidade laboral cada vez mais precarizada e, por outro, um *boom* das atividades empreendedoras, com o deslocamento de boa parcela de brasileiros para trabalhos por conta própria, como formas de fugir desse processo de precarização e alcançar um trabalho digno. Tratou-se, portanto, de um empenho teórico-crítico em discutir a perspectiva empreendedora em meio à nova estrutura do capitalismo, em relação ao crescente processo de precarização que se estabelecia no universo de ampliação do neoliberalismo.

A trajetória de pesquisa, até então eminentemente teórica, consolidou-se no trabalho dissertativo realizado durante o Mestrado em Psicologia na UFC entre os anos de 2016 e 2017. A dissertação, que teve como título *Empreendedorismo em cenário de precarização laboral: um estudo com trabalhadores de comida de rua*, demarca um ponto crucial a partir do qual damos seguimento nesta tese, daí a necessidade de apresentá-la e rememorá-la aqui.

De antemão, é necessário compreender que, dentre idas e vindas, dentre recortes e apontamentos, o trabalho de pesquisa é, muitas vezes, alterado em relação ao que seria seu objetivo inicial. Tendo em vista essa dinâmica, nosso objetivo inicial de pesquisa, ainda na dissertação, era o de analisar a atividade do trabalhador da comida de rua, desde o ambulante até o *food truck*, e como emergiam nessas atividades características de um processo de precarização do trabalho, como marca específica da atividade. Este objetivo, entretanto, foi modificado a partir de reorientações da banca avaliadora, o que fez com que, nesta pesquisa anterior, o foco fosse colocado apenas sobre os ambulantes e barracas de comida e sobre a compreensão de suas atividades.

Esse redirecionamento ocorreu devido à compreensão da disponibilidade de tempo que um mestrado dispõe para uma pesquisa tão ampla e de que este seria o recorte mais adequado, pois o status desses trabalhadores (ambulantes e barracas) difere significativamente de donos de negócios de outras dimensões, já que, para os de menor porte, “as chances de sucesso são mínimas ou atomizadas, sobretudo para aqueles de baixa renda, que somam mais e mais indivíduos, sobretudo em contexto de transformações na dinâmica do trabalho em decorrência da flexibilização produtiva.” (MACIEL, 2014, p. 10). Compreendendo a amplitude que toma conta dos trabalhadores de comida de rua, o entendimento tomado pela banca avaliadora à época do mestrado é que esses trabalhadores de menor porte se aproximariam mais, em uma perspectiva financeira especialmente, de uma realidade de informalidade e de precarização, diferente de outros trabalhadores do segmento mais

elitizado, como o caso de trailers e *food trucks*, que não se encaixariam em uma discussão sobre precarização do trabalho. Ainda que reticentes com relação a essa ideia, decidimos acatar a proposição e adiá-la para um momento mais oportuno.

Durante o percurso da pesquisa de mestrado, foram entrevistados, no ano de 2017, trabalhadores de trailers, trabalhadores de *food trucks*, de barracas de comida e trabalhadores ambulantes de comida de rua. Entretanto, essa alteração da rota de pesquisa nos fez deixar de lado os dados construídos sobre esses trabalhadores e apresentamos ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC uma dissertação em que analisamos a atividade laboral de 10 ambulantes e vendedores de barraca de comida de faixa mais popular (OLIVEIRA, 2017). Aqui, pudemos compreender e desenvolver melhor a ideia que nos acompanha enquanto fio norteador: a de que as aclamadas atividades empreendedoras se mesclam hoje com modos informais e alternativos de trabalho, sob discursos sedutores e vendáveis. A atividade desses trabalhadores, mesmo que formalizados enquanto empreendedores, guardava em si as características dos processos que envolvem a precarização do trabalho, que estão para além da perspectiva estritamente laboral de direitos e garantias, perpassando e precarizando a vida com um todo.

À ocasião da dissertação, foi possível discutir algumas categorias que faziam parte da dinâmica de vida desses trabalhadores da comida de rua: a predominância da informalidade na vida laboral; a insegurança e a instabilidade laboral típicas de trabalhos precários; as extensas jornadas laborais e a dissolução de fronteiras temporais; e a compreensão de determinados aspectos característicos de trabalhos por conta própria, que os faziam optar por esse tipo de modalidade laboral. Isso nos forneceu concepções sobre o acesso à informalidade e à venda de comida como meio mais plausível e imediato de obtenção de uma renda para subsistência. E é nesse sentido também que os trabalhadores, especialmente de uma classe menos abastada, veem-se impelidos a desenvolver ‘habilidades empreendedoras’, mais do que vinculados a um tipo de vocação ou ‘espírito empreendedor’.

Como iremos nos ater mais adiante na introdução, acreditamos, ao contrário do que alguns possam advogar, que os processos de vulnerabilização e precarização da condição dos trabalhadores brasileiros perpassa todos aqueles cuja subsistência depende de sua força de trabalho. Reconhecendo que a precarização é experimentada em diferentes modos ou tipos de negócio, ela acaba atingindo tanto ambulantes quanto donos de *food trucks*, por exemplo. Este é o ensejo do qual parte a tese aqui apresentada, na necessidade de resgatar o que, de certa forma, foi deixado de lado em nossa investigação anterior e trazê-lo aqui, dando ênfase à trajetória laboral dos trabalhadores entrevistados. Destaca-se que a precarização não é um

fenômeno unívoco e estático, mas que se articula com as próprias transformações do mundo do trabalho, fazendo emergir características diferentes ao longo da sua história.

Cabe, ainda, neste prólogo, fazer uma breve alusão às rápidas transformações pelas quais passam as trajetórias daqueles que sobrevivem a partir de modelos laborais instáveis. Quando tomamos a decisão de fazer esta tese a partir de um resgate das entrevistas realizadas em 2017, deparamo-nos com alguns impasses em torno do tempo que havia passado desde a realização dessas conversações. Teríamos ‘perdido nosso objeto de estudos’? Haveria passado tempo demais e transformações demais no cenário da comida de rua e dos *food trucks*? Mas o que seria a pesquisa social se não o estudo de fenômenos dinâmicos e em movimento constante? Em meio às possibilidades de caminhos a serem trilhados, colocamo-nos diante do desafio de ir em busca daqueles mesmos trabalhadores já entrevistados em 2017 e conhecer suas trajetórias de trabalho desde então, ancorados em uma inspiração longitudinal. Dentre os inúmeros fatores que transformaram as vivências e experiências desses sujeitos, enfatizamos, ainda, o peso da pandemia de Covid-19 que pegou a todos de surpresa no final de ano de 2019, estendendo-se por todo o ano de 2020 e 2021. Este é um fenômeno que transmutou, inclusive, nossos objetivos, percursos e experiências pessoais enquanto pesquisadores.

A pandemia impactou a todos de forma intensa. Aqui, compreende-se esta pesquisa enquanto um importante registro histórico deste período. Neste ensejo, aproveito também para registrar a dificuldade de realizar uma pesquisa acadêmica durante esse momento, principalmente em se tratando de uma investigação que, metodologicamente, carece de contato, observação de cotidiano, conversação e vínculo entre entrevistado e entrevistador. Ademais, essas dificuldades se exacerbaram com o fato dos trabalhadores que integram o campo de nossa investigação desenvolverem sua atividade no espaço da rua, estando, nesse período, temporariamente impedidos de trabalhar por questões sanitárias, tornando muito mais difícil nosso acesso à consecução das entrevistas.

Por fim, reitero novamente que, dentro de infinitas possibilidades de arranjos, apresentações e abordagens sobre o tema, o trabalho aqui apresentado foi construído a partir de nossas perspectivas. Fluidas, diversas e controversas, assim como as trajetórias laborais aqui contidas, mas que fizeram esta pesquisa se tornar possível, sendo estas trajetórias foco de nossa escrita.

1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho contemporâneo, em um movimento efêmero e rotativo, presencia um número cada vez maior e diversificado de novos tipos de trabalhos alternativos. A ideia dos trabalhos empreendedores e os discursos de protagonismo e meritocracia convivem, contraditoriamente, com as taxas de desemprego e com as condições esdrúxulas a que são submetidos os trabalhadores brasileiros, buscando se sustentar em falácias sedutoras e ilusórias, distantes da realidade laboral concreta.

Em geral, essas novas e alternativas modalidades laborais se afastam de uma tradicional formalidade e se aproximam de uma perspectiva flexível e bem marcada temporalmente. Esses movimentos parecem nascer de uma forma intensa e aparentemente revolucionária, mas sua involução acontece antes mesmo que se estabeleça uma perenidade, no momento em que surge um novo movimento de maior força no mercado, como outrora foi o processo de automação e hoje é o da uberização, por exemplo. Essas novas tipologias laborais, impostas e forçadas, acabam modificando a vida de incontáveis indivíduos que, acompanhando o movimento, veem nascer e morrer inúmeras perspectivas de identidade e carreira profissional recortadas durante a vida.

É fato que o mundo do trabalho e a realidade dos trabalhadores sofrem importantes modificações durante toda a história da humanidade. Para os fins de nossa discussão, exploramos um recorte temporal que traz reverberações até os dias atuais. Após o período marcado pela reestruturação produtiva na década de 1980, o trabalho se torna complexificado, fragmentado e heterogêneo (ANTUNES, 2009), sendo essas características bem representativas do cenário em que se delineiam as mais diversas formas de se empregar a força de trabalho no processo produtivo hoje.

Nessa perspectiva, despontam uma série de novas formas de trabalho, diversas àquelas concebidas em momento anterior da história, como no auge do modelo fordista de produção, a título de exemplo. Trabalho informal, terceirizado, subcontratado, subemprego, trabalho intermitente, trabalhos temporários, trabalhos por conta própria, dentre outros, emergem na cena como formas alternativas a que os trabalhadores se submetem em função de manter sua subsistência.

Proliferaram, a partir de então, as distintas formas de “empresa enxuta”, “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, etc, dentre as mais distintas formas alternativas de trabalho precarizado. E os capitais utilizaram-se de expressões que, de certo modo, estiveram presentes nas lutas sociais dos anos 1960, como autonomia, participação social, para dar-lhes outras configurações, muito

distintas, de modo a incorporar elementos do discurso operário, porém sob clara concepção burguesa. Venda de um discurso filosófico que pauta um conjunto de comportamentos individualistas, modelos opressivos em busca dos objetivos do capital. O empreendedor assume como suas as metas de reprodução do sistema. (ANTUNES, 2009, p. 49).

Um desenho bastante representativo da realidade atual são os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam 38,8 milhões de brasileiros na informalidade, atingindo um recorde de 41,4% de trabalhadores sem carteira assinada ou trabalhando por conta própria (AMORIM, 2019). Esses são números apontados no trimestre encerrado em setembro de 2019, que sugerem uma intensa desestruturação do mundo do trabalho e mantêm relação com os níveis de desigualdade de renda e a elevação acelerada da pobreza (POCHMANN, 2019). Na soma do quadro, em meados de 2019 e avançando em 2020, a pandemia do Covid-19 trouxe transformações que agravaram ainda mais esse cenário, destruindo 7,8 milhões de postos de trabalho no Brasil até o mês de maio (GARCIA, 2020). O País chegou a alcançar índices em que apresentou mais pessoas em idade ativa fora do mercado do trabalho do que dentro dele (GIMENES, 2020), sendo nefastos os efeitos sociais da crise pandêmica.

Na atualização destes dados, o Brasil havia ganhado 1,42 milhão de trabalhadores informais no primeiro trimestre de 2022. No trimestre supracitado, o número de trabalhadores informais foi o maior para esse período desde 2015 (GAVRAS, 2022). Os dados resultantes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE apontam que, até maio de 2022, 39,129 milhões de pessoas trabalhavam na informalidade.

Nesse cenário, portanto, a informalidade, a atividade denominada empreendedora e outros modos de trabalho, sem excluir a vinculação entre todos esses fenômenos, surgem como alternativas possíveis ao concorrido e, principalmente, reduzido mercado de trabalho formal. Especificamente no cenário brasileiro, a informalidade se destaca de forma importante, sendo marca representativa da vida laboral dos trabalhadores no País. Em geral, modelos de trabalho denominados empreendedores são apontados como atraentes, personalizados e, por isso, ideais, pois propagam a possibilidade de um trabalhador ‘comum’ se tornar um empreendedor/detentor do próprio capital e do próprio processo de trabalho. Essa crença na autonomia adquire validade na medida em que há um suporte discursivo-ideológico (COELHO-LIMA, 2016) cujo objetivo é a transformação da percepção da informalidade e da precarização em autonomia e valorização de tomada de decisões sobre seu próprio processo de trabalho. É a ideia de um individualismo transvestido na autonomia laboral individual.

Contudo, parece-nos adequado afirmar que o mundo do trabalho atual mais debilita, precariza e adocece do que liberta ou dignifica o indivíduo. “O medo de perder o emprego, os contratos temporários, a falta de seguro saúde e a instabilidade financeira [...] estão aumentando o estresse e nos conduzindo para um cenário profissional ainda mais precário no futuro” (CNF, 2019, n.p). Portanto, esses novos trabalhos, mais flexíveis e dinâmicos, qualificam-se como novos mecanismos de espoliação do trabalhador.

É importante ter em vista que essa nova organização laboral é, na realidade, desenhada de acordo com a lógica do capital, prevista e anunciada pela ordem neoliberal¹ que parece se expandir e se intensificar, inclusive, nas ações governamentais de países em todo o mundo, como no caso brasileiro mais recentemente. Adotar essa perspectiva nos distancia de um olhar inocente sobre o que se constrói em termos de questões trabalhistas e sociais, isso porque, “[...] para além das explicações acidentalistas –que veem na informalidade apenas como uma forma dos trabalhadores e trabalhadoras sobreviverem –, o trabalho informal faz parte do circuito próprio de valorização do capital de diversas formas.” (COELHO-LIMA, 2016, p. 16).

Os trabalhadores informais participam hoje da economia urbana e contribuem largamente com o processo de reprodução do capital, assumindo os custos relativos dessa reprodução e submissão enquanto força de trabalho envolvida em um processo de autoexploração, entendido como um negócio próprio e sem grandes custos para o capital (GONÇALVES, 2002). Portanto, essa dinâmica faz parte de um processo mais amplo em que “[...] a sociedade civil organizada deve absorver para si os investimentos sociais historicamente de responsabilidade do Estado.” (SABINO, 2010, p. 1). Isso constrói a teia de desproteção e responsabilização (CASTEL, 2005) sobre esse sujeito, à mercê de sua própria iniciativa, muitas vezes incapaz de suprir aquilo que deveria lhe ser direito assegurado.

Nesse processo, “[...] o social foi minorado; o capitalismo permanece. A desigualdade torna-se cada vez mais vinculada ao isolamento. Esta peculiar transformação é que foi adotada pelos políticos como modelo de ‘reforma’ no setor público.” (SENNETT, 2006, p. 77). Adotar esse olhar sobre os fenômenos laborais condiz com a posição que aqui tomamos enquanto partícipes de uma sociedade e, mais especificamente, do papel nela previsto pelo meio acadêmico. Compreender a realidade que se mostra enquanto construída e

¹ Relacionado ao modelo econômico Neoliberal, caracterizado por políticas de liberalização econômica extensas, privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação, livre comércio e corte de despesas governamentais a fim de reforçar o papel do setor privado na economia (ver página 27).

delineada sob determinada égide capitalista é assumir um posicionamento implicado, política e eticamente, enquanto psicólogos do trabalho e pesquisadores do mundo laboral.

O trabalho que aqui se constrói é fruto de um percurso de pesquisa mais amplo, já anunciado em nosso prólogo, que busca acompanhar e compreender alguns dos movimentos mais recentes do capitalismo e suas consequências na vida dos trabalhadores: a precarização laboral, o empreendedorismo, a flexibilização, a desregulamentação e a incorporação orgânica da informalidade nos novos modos de vida no trabalho. Em meio a essa realidade, acreditamos que a noção de empreendedorismo surge, justamente, da necessidade de produção de emprego e renda, e acaba construindo subsídios para um ambiente cultural apropriado a uma nova era do capital, adaptando-se à manutenção de situações informais e precárias de trabalho. Construimos um desenho de pesquisa, portanto, que localiza nos estudos da precariedade a lente de observação do trabalho contemporâneo e a prática empreendedora como ícone desse contexto.

Compreendemos que, aliado à ideia neoliberal, cada vez mais difundida na contemporaneidade, que exige que todos se apresentem socialmente como empreendedores (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011), outro fenômeno é representativo da proliferação de trabalhos alternativos e informais no Brasil: a expansão e reconfiguração da comida de rua². Embora não seja uma atividade de história recente em nosso país, esse modelo de comércio começou a inovar a partir da primeira década do século XXI, e hoje, fomentado pela própria dinâmica urbana, muitos consumidores buscam a alimentação vendida nas ruas. Nesse processo, também há uma ampliação do espectro de trabalhadores desse setor, para além dos ambulantes e vendedores de barracas de comida informais, dando espaço a vendedores fixos, formalizados e até de porte de negócio maior, como é o caso de trailers e dos mais recentes *food trucks*. Assim, é possível que a análise deste tipo de atividade possa nos fornecer indícios de compreensão de fenômenos próprios do neoliberalismo e da consolidação da precarização.

O espaço da rua, esse não-lugar (SÁ, 2014), portanto, passou a ser habitado, dividido e concorrido entre trabalhadores da alimentação que guardam entre si consideráveis diferenças, em termos econômicos e de condição laboral, fundamentalmente. A comida de rua dos grandes centros urbanos brasileiros abriga grandes abismos e nuances, todos ‘empreendedores em potencial’, formando um leque muito diversificado de características e possibilidades de exploração desse cenário composto por protagonistas tão singulares. Nesse sentido, as atividades ditas empreendedoras desse setor se mesclam com modos informais e

² Conceito abrangido mais à frente no texto.

alternativos de trabalho, aproximando trabalhadores formais ou informais, de grande ou menor porte, fixos ou ambulantes, em termos de configuração do que se chamaria trabalho precário (OLIVEIRA, 2017).

Na compreensão e caracterização da precarização laboral estão inseridos dois aspectos fundamentais: “[...] a ausência ou redução de direitos e garantias do trabalho e a qualidade no exercício da atividade.” (GALEAZZI, 2006, p. 203). Esse processo se mostra numa sucessão de retrocessos, como a perda de possibilidades de um planejamento ou carreira laboral, e a exclusão de uma série de direitos e garantias, como folgas remuneradas, férias, licenças de saúde, aposentadoria, dentre outros. Para além desses aspectos, outros, como a insegurança e a instabilidade laboral, as jornadas laborais extensas e a dissolução das fronteiras temporais, também compõem esse cenário. Assim, o processo de precarização do trabalho se caracteriza, para além da deterioração das condições laborais, da desregulamentação e do não acesso a determinados direitos, pela precarização da condição de vida dos trabalhadores em níveis mais amplos e complexos que o estritamente laboral, constituindo-se em um processo de incerteza sobre a própria vida em “[...] buracos estruturais” (SENNETT, 2011, p. 100).

Toda essa discussão nos traz de volta à investigação aqui construída. Compreendemos que, conforme apontado por Alves (2011), a precarização do trabalho hoje não impacta apenas trabalhadores à margem da legislação trabalhista, mas todas as formas de trabalho, em suas distintas perspectivas, objetivas e subjetivas. Desse modo, acreditamos que o processo que instaura a precariedade como marca do atual mundo do trabalho se ramifica por diferentes atividades, sob prismas e perspectivas distintas, sem discriminar o tipo de vínculo, o porte do negócio ou a renda dele advinda, estando presente de diferentes modos no cotidiano dos mais diversos tipos de trabalhadores. Para além de uma marca em atividades específicas, expande-se para um fenômeno social.

Em um momento anterior, a precarização era principalmente evidenciada no contexto dos empregos e contratos formais. Todavia, diante do fenômeno de sustentação do neoliberalismo, ela extrapolou esse cenário. Esse é um dado importante de ressaltarmos, pois a precarização era tomada exatamente como aquilo que escapava à formalização, mas, em função da complexidade do mundo laboral na contemporaneidade, ela precisa ser (re)situada (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004). E, nesse sentido, ela é pensada inclusive como um processo que impacta trabalhos precários e aqueles que estão para além da formalização, mesmo que movimentem uma capacidade de geração de renda alta. Tomando como exemplo o setor de comida de rua, esse é um processo que parece perpassar desde trabalhadores

ambulantes até os mais recentes e modernos *food trucks*. Mesmo dentre os trabalhadores historicamente mais vulnerabilizados, como é o caso de muitos ambulantes no setor da comida de rua, é possível ver o incremento do processo de precarização.

Outro aspecto também interessante de pontuarmos, e que mantém relação com a precariedade, é a velocidade, a flexibilidade, a fluidez com que as perspectivas laborais de alguns trabalhadores são modificadas. Na perspectiva deste trabalhador chamado empreendedor ou do trabalhador informal³, a vida no trabalho é um fluxo incerto e momentâneo, muitas vezes ‘pulando’ de um tipo de negócio para outro, na busca incessante de manter uma sobrevivência. A precarização, portanto, é um processo em constante transformação, assim como os ditames de trabalho. E, na atualidade, esse processo é partilhado coletivamente, sendo, inclusive, agravado pelos últimos acontecimentos políticos do País. Não podemos, portanto, compreendê-la da mesma maneira como a tomávamos em momentos anteriores da história, não estando restrita apenas à perda de garantias e direitos trabalhistas, já que essas características também se transformam com as mais recentes reformas políticas no Brasil; e também já não sendo um processo prioritário de grupos econômica e socialmente menos abastados.

Esse é o mote central que nos guia nesta tese: investigar como os processos de precarização laboral se desenvolvem em trabalhadores envolvidos na comida de rua. Para isso, precisamos compreender como essa dinâmica de vida laboral incerta, flexível e fugaz acaba repercutindo na trajetória de vida desses sujeitos de forma mais ampla. Como anunciado no prólogo, em estudos anteriores pudemos nos deter sobre a experiência laboral de trabalhadores ambulantes e de barracas de comida, sendo nosso foco nesta pesquisa aqui apresentada a investigação sobre as trajetórias de trabalhadores nesse âmbito, dentre ambulantes, vendedores de barracas de comida, mas também de trailers e de *food trucks*. Neste sentido, buscamos construir uma proposta metodológica que pudesse dar conta de investigar esses processos e transformações ao longo de determinado período na vida desses trabalhadores, tendo acesso ao que nos foi relatado sobre suas trajetórias ocupacionais.

Assim, em um estudo de inspiração longitudinal, foi feito o resgate de entrevistas já realizadas com trabalhadores de comida de rua no início do ano de 2017, com o objetivo de compreender e analisar suas trajetórias de trabalho. Desenhamos uma estratégia de pesquisa que pressupunha, portanto, a participação do maior número de trabalhadores que estivessem

³ Por serem por características que demarcam nosso universo de investigação, irei tratar os dois termos de forma semelhante, muito embora cabe pontuarmos ainda aqui que não compreendemos trabalhador informal e empreendedor como sinônimos. Apesar de compartilharem questões no que diz respeito à dinâmica laboral, os dois termos têm raízes diferentes.

dispostos a compartilhar conosco suas histórias e cotidianos, dentre aqueles já entrevistados anteriormente. Em meio a um período conturbado de cuidado extremo com a saúde, tendo em vista a pandemia que se desenhava, estes foram os trabalhadores que, gentilmente, nos cederam seu tempo e seu discurso para a construção desta investigação. Procuramos, portanto, debruçar-nos cuidadosamente na análise de suas trajetórias de trabalho, sendo eles aqui tratados por nomes fictícios:

- a) João Jaques, 32 anos. Em 2017 era sócio de um *food truck* itinerante de hambúrgueres;
- b) Dora tem 34 anos de idade. Em 2017 era dona de um *food truck* itinerante de açaí;
- c) Angelita, hoje com 49 anos de idade. Em 2017 era dona de um trailer móvel e de um *food truck* de sanduíches;
- d) Maria Moura, 44 anos. Em 2017 trabalhava no *food truck* de hambúrgueres que era negócio da família, que se encontrava em um *food park* fixo;
- e) Dona Inácia, 66 anos. Em 2017 tinha uma barraca de lanches no mesmo bairro onde mora;
- f) Lourdinha, hoje tem 54 anos de idade. Em 2017 trabalhava como ambulante na venda de salada de frutas.

Estando nosso texto dividido pelas análises das trajetórias ocupacionais de cada indivíduo, ao explorarmos as entrevistas realizadas em 2017, nosso objetivo era analisar as falas desses trabalhadores naquele momento histórico específico. Considerando a velocidade e a intensidade com que as realidades de trabalho têm se transformado na atualidade, é interessante refletir que aqueles trabalhadores, naquele contexto, em 2017, ainda viviam os últimos efeitos de um momento econômico mais nefasto, embora já sob uma atmosfera de deterioro do cenário laboral, principalmente, no que diz respeito à articulação de um negócio nesse setor.

Isso se deve, por um lado, ao próprio movimento político da época, e, por outro lado, porque, especificamente em Fortaleza, a dinâmica da comida de rua se modificava e o movimento de criação e expansão de trailers e *food trucks* se deu exatamente entre os anos de 2016 e 2017. Após esse período, apesar do setor não ter desaparecido completamente da dinâmica urbana, em que barracas e ambulantes continuavam a habitar as ruas da cidade, o funcionamento de trailers e *food trucks* parece ter perdido força e involuiu sua multiplicação, ocorrendo um fluxo de parte desse contingente (de “empreendedores”) para novas atividades,

que, em alguns casos, quase não guardam qualquer semelhança com as atividades relativas à comida de rua, mas mantêm, muitas vezes, as características de instabilidade e risco.

Essa foi uma de nossas preocupações centrais em nosso fazer pesquisa: a sensação de ter perdido, nesse meio tempo, nosso objetivo de pesquisa (se é que ele ‘se encontra em algum local’), em função do próprio movimento *food truck* ter também parecido se perder na dinâmica urbana de Fortaleza, tendo surgido outras formas de trabalho alternativo mais predominantes, como os motoristas de aplicativos e os *bikeboys*⁴. Assim, nosso questionamento central, justamente em decorrência desse processo de declínio e em meio a tantas transformações, foi sobre como estaria organizada a vida laboral daqueles mesmos trabalhadores ambulantes, de barracas de comida e *food trucks* que havíamos entrevistado em 2017. Daí o intuito, em nossa tese, da realização do que chamamos aqui de uma entrevista autorreferenciada, escolha metodológica que iremos explicar melhor mais à frente. O fundamental é compreender que o objetivo foi ir em busca novamente desses sujeitos e, junto a eles, rememorar a entrevista realizada anteriormente, na busca da compreensão de sua trajetória de vida laboral nesse intervalo temporal, considerando as grandes transformações em termos de contexto econômico-social-político que vivemos e aquelas que perpassam a própria atividade desenvolvida por eles, ressaltando a inconstância que caracteriza ou reconfigura o sentido da precarização atual. Para isso, utilizamos como instrumento analítico o recurso das trajetórias ocupacionais⁵.

A comida de rua e movimento *food truck* aqui nos serve não para fins de algo que se aproxime a uma análise da atividade ou da viabilidade de negócio no setor, mas como pano de fundo para a compreensão de um movimento maior e mais amplo na história de vida desses trabalhadores, sendo símbolo do que poderíamos chamar de movimento empreendedor. A compreensão dessa trajetória laboral nesse intervalo temporal nos foi permitida nesse retorno aos trabalhadores. A partir de então, pudemos trazer e discutir questões importantes que surgiram em seus caminhos.

Apesar de distintas, as categorias informalidade e empreendedorismo nesta pesquisa estão a todo momento inter-relacionadas. Há certa dificuldade em construir um enquadre conceitual exato sobre universos que, apesar de diferentes, guardam semelhantes dinâmicas de trabalho. No entanto, a raiz do termo empreendedor se encontra nos estudos de gestão, ligado a uma perspectiva, inicialmente, empresarial. Compreendemos que o próprio

⁴ Indivíduos que utilizam a bicicleta como meio de trabalho em serviços de transporte e entrega de produtos.

⁵ A análise das trajetórias ocupacionais é como se chama o recurso metodológico, mas ao longo do texto podemos utilizar os termos trajetórias laborais ou trajetórias profissionais para nos referirmos ao intervalo temporal de cada trabalhador na esfera laboral.

conceito de empreendedorismo se recicla de tempos em tempos (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011) e, meio a tantas definições desse conceito desenvolvidas durante sua história, questionamo-nos também aqui sobre o que vem a ser um sujeito empreendedor. Empreendedor é todo aquele que abre um negócio próprio? Todo trabalhador informal, autônomo ou liberal é um empreendedor?

O casal que abre mais uma confeitaria, ou mais um restaurante de comida mexicana no subúrbio americano, certamente estará assumindo riscos. Mas, será que eles são empreendedores? Tudo o que fazem já foi feito muitas vezes antes. Eles apostam na popularidade crescente de se comer fora, na vizinhança. Por outro lado, eles não criam uma nova satisfação para o consumidor e nem uma nova demanda para este. Visto sob essa perspectiva, é claro que eles não são empreendedores, mesmo que o seu negócio seja novo. (DRUCKER, 1986, p.28).

Podemos, nesse caso, questionar se o empreendedorismo seria, assim, um conjunto de características a serem desenvolvidas pelo ‘patrão de si mesmo’ ou, nas palavras de Antunes (2019, n.p), seria ele um mito,

[...] uma das poucas alternativas que o mundo do trabalho oferece frente à corrosão dos direitos e garantias sociais. É isso ou o desemprego completo. É por isso que o empreendedorismo é poderoso ideologicamente, porque é isso ou nada. Ao mesmo tempo, a maioria expressiva dos empreendedores vive aos solavancos.

Colocamo-nos, no entanto, em uma perspectiva mais crítica em relação à nomeação empreendedor/informal/autônomo. E, para os fins desta pesquisa, iremos nos referir aos entrevistados como trabalhadores, buscando desvincular este rótulo de empreendedor. O que nos parece ser compreensível afirmar é que, a partir de uma mudança no mundo do trabalho, foram criadas as condições para uma ampliação da referência e da nomeação do empreendedorismo como política de enfrentamento a um Estado cada vez mais frágil na condução da relação capital-trabalho, ademais, como mecanismo de difusão do individualismo crescente que o ideário neoliberal promoveu para a esfera laboral.

Há, então, diversos tipos de empreendedores: autônomos, com distintos graus de formalidade, necessidade e precariedade. Desde o trabalhador sem qualificação alguma que vive de expedientes ou vendendo quinquilharias nas ruas, ao trabalhador vinculado às novas tecnologias informacionais, trabalhando de forma desterritorializada, por projetos. De um extremo a outro, uma precariedade constituinte na ausência de controles à intensificação do trabalho e ao acesso a benefícios sociais. (LIMA, 2010, p. 178).

É uma perspectiva sedutora que guia o movimento, seguindo e reproduzindo a mesma lógica de mercado da competitividade, diante do risco, da insegurança, da incerteza, do desemprego, o que é reforçado pelo ideário neoliberal que apregoa própria incapacidade (ou total não intencionalidade) do mercado em absorver o enorme contingente de

trabalhadores. O empreendedorismo é, assim, divulgado como a atividade laborativa realizada por sujeitos criativos e corajosos, que não se contentam com funções pouco desafiadoras, cujo sucesso depende de seu esforço e de sua ‘força de vontade’, muito embora o espectro que é abrangido por essa denominação vá de um coletor de materiais recicláveis a um profissional autônomo de alta tecnologia, ou, nesse caso, de um vendedor ambulante a um trabalhador de *food truck*.

Retomando a ideia de precarização como a mudança ocasionada pela perda progressiva dos direitos e garantias adquiridos dentro do modelo de sociedade salarial, esse processo de levar a pensar-se como empreendedor oculta o sentido precarizado da atividade. Talvez o próprio fato de se tornar um empreendedor já o inclui na perspectiva do trabalho precário, uma vez que, no modelo do autoemprego, o dono do negócio não usufrui de nenhum dos direitos assegurados para o trabalhador assalariado. Aqui reside a vulnerabilização da vinculação trabalhista, para além da atividade em si. Nesse sentido, o que, de fato, faz surgir como ponto de atenção não seria o porte do negócio ou a renda dele advinda e sim o que essa vulnerabilidade da condição trabalhista nos revela da relação entre a atividade empreendedora e a precarização laboral, especialmente em se tratando de um país periférico.

Esse é o fio condutor do propósito de nosso trabalho: investigar, discutir e analisar a trajetória laboral desses trabalhadores, tomando como pano de fundo a comida de rua, de modo a discutir as questões que perpassam a discussão entre informalidade, empreendedorismo, precarização do trabalho e as mais diversas transformações na esfera do trabalho na atualidade. Aqui, pensamos o modelo de trabalho que surge com os *food trucks* como um dentre tantos outros movimentos que são gerados dentro da engrenagem capitalista para atender a interesses neoliberais.

Nesse sentido, apresentamos aqui a organização de nossa tese, de modo que o leitor possa melhor se situar nas próximas páginas. Escolhemos realizar nossa escrita de maneira enxuta e concisa, priorizando a apresentação das trajetórias ocupacionais. Portanto, realizando uma organização simples e coesa, em um primeiro momento, traremos uma seção que se constituirá de alguns de nossos importantes norteadores teóricos, apresentados sucintamente. Assim, dividimos a seção *Sob olhares e contextos* em quatro momentos. Em um primeiro, traremos uma discussão sobre o campo teórico-prático-metodológico da Psicologia Social do Trabalho, lente a partir da qual nos guiamos em nossa análise. Ainda na mesma seção, parece-nos necessário realizar uma contextualização histórica, social, econômica e política em termos do mundo do trabalho brasileiro na atualidade e nas últimas

décadas, inclusive para que possamos compreender esse intervalo temporal que nos interessa em uma perspectiva macrossocial.

Ainda neste tópico, parece-nos necessário também trazer aqui algumas das discussões e questões que problematizamos ao longo de nossa trajetória de pesquisa, envolvendo o empreendedorismo, a informalidade e a precarização do trabalho como marcos do mundo laboral na contemporaneidade. Em um quarto e último momento, debruçaremos-nos sobre a compreensão do tipo de negócio em que estão envolvidos os trabalhadores aqui pesquisados no início da investigação de suas trajetórias laborais: a comida de rua.

No momento seguinte, na seção *A pesquisa e o percurso* dedicamos um espaço para apresentar os caminhos que esta investigação tomou, as escolhas metodológicas, as ferramentas escolhidas e os modos como realizamos a pesquisa em si. Aqui poderemos explicar e organizar de maneira mais sistemática as ideias que conduziram a investigação. Na sequência, traremos o espaço da apresentação das histórias laborais de cada trabalhador, *Reconstituindo trajetórias ocupacionais*. Nesse momento, dedicamo-nos de maneira árdua e atenciosa a cada uma das narrativas partilhadas pelos trabalhadores, apresentando suas falas, opiniões e considerações, rememorando seus percursos de vida no trabalho. Após essa apresentação, reunimos em uma próxima seção algumas das reflexões que surgiram a partir das narrativas dos trabalhadores na compreensão dos principais fios de análise advindos das trajetórias de cada um deles. Retomando aspectos teóricos importantes, este espaço está denominado no texto como *Contradições e descontinuidades nas trajetórias ocupacionais e as noções de empreendedorismo, informalidade e precarização do trabalho*. Por fim, dedicamos um espaço onde podemos tecer algumas considerações finais acerca do que fora realizado.

Desse modo estruturada, esta tese se organiza em torno do objetivo de analisar os processos de precarização laboral e os discursos de empreendedorismo/informalidade/trabalho por conta própria na trajetória laboral de trabalhadores de comida de rua. Este objetivo é sustentado pelos seguintes objetivos específicos: a) discutir aproximações acerca da informalidade do empreendedorismo e do trabalho por conta própria no cenário laboral contemporâneo; b) descrever, a partir de uma referência longitudinal, as trajetórias laborais de trabalhadores de comida de rua; e c) analisar a dinâmica dos discursos sobre empreendedorismo, informalidade e trabalho por conta própria e os processos de precarização evidenciados na trajetória laboral de trabalhadores de comida de rua.

Finalizamos esse espaço na intenção de que, ao fim de nossas discussões e análises, possamos nos aproximar de informações que perpassem algumas de nossas

principais questões: como a trajetória laboral desses trabalhadores expressa os processos de precarização em andamento no cenário neoliberal? Quais evidências, a partir do discurso dos trabalhadores, aproximam a noção de empreendedorismo das noções de informalidade e precarização? Que percursos foram traçados ao longo da trajetória desses trabalhadores que demarcam a inconstância e a instabilidade no setor de comida de rua? Ademais, o período singular que atravessamos relacionado à pandemia nos sugere que muito temos a investigar e compreender no que diz respeito às trajetórias aqui analisadas.

2 SOB OLHARES E CONTEXTOS

Para darmos início, mais apropriadamente, à apresentação da investigação aqui realizada, é necessário antes nos debruçarmos na compreensão de alguns pontos centrais que guiam nossa trajetória. Para isso, dividimos esta seção em 4 subseções, descritas a seguir. Em primeiro lugar, quando aqui falamos de trabalho, o fazemos sob a ótica muito específica de uma perspectiva da grande área temática da Psicologia. Este, portanto, é nosso primeiro intuito aqui: apresentar sob que ótica se desenvolve nosso olhar sobre os fenômenos aqui estudados. Julgamos adequado apresentar de onde partimos, sendo possível compreender de que lugar nos colocamos de forma totalmente parcial e implicada nesta pesquisa. Essa contextualização subsidia a compreensão de alguns espaços e conceitos que delimitam o tratamento das informações construídas. Esses pontos, antes de amarras, são ancoragens que suportam nossa reflexão. É importante ressaltar que o mesmo fenômeno pode ser abordado a partir de outros referenciais, mas parece prudente apontar as trilhas que experimentamos e que tornam nossa investigação única.

Em segundo lugar, entendendo que nossa análise perpassará determinado intervalo temporal, é crucial para a discussão pretendida contextualizar e compreender esse cenário, localizando-o temporal, econômica, social e politicamente. Daí a proposta de realizar um apanhado histórico que refaça os acontecimentos até então surgidos no mundo do trabalho brasileiro nas últimas décadas. Esse será nosso segundo tópico de discussão neste capítulo.

Em terceiro lugar, julgamos importante situar, resumidamente, algumas das principais discussões e reflexões que nos acompanham em nossa trajetória de pesquisa. São conjecturas, questionamentos e ideias desenvolvidas sobre a realidade laboral, o processo de precarização e as novas formas de trabalho empreendedoras. Optamos por não apresentar um apanhado teórico extenso, não sendo nosso foco que esta seja uma tese decisivamente teórica, visto que é na discussão das entrevistas o momento que entendemos adequado para centrar nosso foco de análise.

Por fim, reservamos um espaço para a discussão, de modo mais específico, do segmento laboral no qual estão inseridos os trabalhadores sobre os quais aqui teorizamos. Discutiremos, portanto, sobre a comida de rua e o espaço que ela toma no cenário laboral brasileiro, bem como sobre o desenvolvimento dos novos modelos de negócio do setor.

Adotamos uma perspectiva que compreende o sujeito pesquisador como aquele que “lê, relê, escreve, apaga, cria e recria, questiona, questiona o outro, questiona a si mesmo, dialoga, emaranha-se nos textos que produz e reproduz para responder às suas inquietações e

às demandas sociais que necessitam de aportes teórico-práticos.” (GROFF; MAHEIRIE; ZANELLA, 2010, p. 98). Nesse processo inacabado, construímos nossas reflexões e aportes teórico-práticos mais fundamentais.

Fazer uma ciência a partir dessa perspectiva implica, nesse sentido, em assumir uma posição de responsividade marcada por problematizações várias, como: para que eu quero conhecer? Por que eu quero conhecer? Qual o horizonte ético e estético do meu olhar e do conhecimento que produzo? Qual ética e estética baliza os encontros que, na condição de pesquisador (a), estabeleço com os outros com os quais dialogo no percurso da pesquisa? (GROFF; MAHEIRIE; ZANELLA, 2010, p. 100).

É desse modo que damos seguimento a esta pesquisa, buscando alcançar questões que tencionem as perguntas colocadas na citação acima, na tentativa de nos descobrir também como pesquisadores a partir de um enfoque específico e, assumidamente, limitado.

2.1 A Psicologia Social do Trabalho e o trabalho sob uma perspectiva social e subjetiva

Por algum tempo, estivemos produzindo reflexões e intervenções sobre o âmbito laboral sem, de fato, definir uma posição enquanto campo consolidado de estudos e práticas. Hoje, cada vez mais, sentimos a necessidade de nos ancorarmos em um determinado espaço de fala, não para cristalizarmos lugares e conceitos, mas na premência de nos posicionarmos ética e politicamente sobre o trabalho. Esta subseção se constitui em um esforço despretensioso de apresentar alguns dos principais aspectos que compõem hoje a Psicologia Social do Trabalho, área de estudos a partir da qual inspiramos nossa lente de análise. Acreditamos que, a partir desse foco, podemos ampliar os olhares sobre as transformações laborais que vivemos, compreendendo que, se a realidade se transmuta, é essencial que nosso olhar também se modifique, se contextualize, se adapte assim como nossas pupilas se adaptam a diferentes intensidades de luz.

Recorremos a Bendassolli (2009) na busca de compreender como o campo da Psicologia se apropriou do fenômeno do trabalho como objeto de estudo e de intervenção, moldando-o em função de suas linhas teóricas e metodológicas. Essa apropriação parte, dentre outros objetivos, da tentativa de apreender as implicações do fenômeno laboral na construção subjetiva dos indivíduos. Há, portanto, diversos significados do trabalho nas diferentes apropriações psicológicas deste, compreendidas por Bendassolli (2011) como vias de entrada ou vias de apropriação da Psicologia no campo de estudos sobre trabalho.

Importante enfatizar também que essas vias apresentam uma divisão estritamente didática, não sendo autônomas e independentes umas das outras. Bernardo *et al.* (2017, p. 16)

apontam que essas diferentes perspectivas se apresentam “[...] não como pontos de vista complementares sobre um mesmo objeto, mas como tradições que, historicamente, construíram objetos diferentes e que são, de certo modo, irreduzíveis uns aos outros”. Desse modo, compreendemos, assim como os autores, que os diversos modos com que a Psicologia apreendeu o fenômeno do trabalho, parte dos diferentes problemas e enfoques que cada uma de suas vertentes optou por eleger, desenrolando-se a partir daí suas diferenças teóricas e epistemológicas.

Não sendo nosso objetivo aqui apresentar todas as vias de aproximação da Psicologia com o campo do trabalho ou apresentar todo o panorama de diferentes abordagens, deteremo-nos naquela sobre a qual tecemos nossas principais reflexões, sendo a que Bendassolli (2011) teria chamado de via social. Este é um campo de estudos e práticas amplo, com várias vertentes e desmembramentos, sendo interessante que possamos nos localizar historicamente para compreendermos o seu desenvolvimento. Empreendendo um breve recuo temporal, redescobrimos e identificamos alguns movimentos que abriram portas para o desenvolvimento dos estudos do trabalho dentro da Psicologia.

Referimo-nos à chamada Psicologia Industrial, que teve sua constituição iniciada entre os séculos XIX e XX, diante da necessidade de resolução de alguns problemas organizacionais. Assim, a Psicologia foi demandada dentro das instituições com o objetivo de “análise e compreensão do tripé ‘homem, trabalho e organizações’, embora ainda não conseguissem atentar para a complexa e interdependente relação presente neste fenômeno” (SILVA, 2004, p. 102).

O modelo de atuação da Psicologia Industrial estava perfeitamente interligado à organização do trabalho do modelo fordista-taylorista de produção. Esse campo de atuação, no decorrer dos anos, foi sofrendo importantes transformações, acompanhando, inclusive, o próprio desenvolvimento dos modelos de produção. Por volta dos anos 1950, os estudos na área estavam voltados a temas como: rotatividade de trabalhadores, absenteísmo, satisfação e motivação no trabalho. Outras formas de atuar no contexto do trabalho foram sendo construídas, com o incremento de novos termos nesse vocabulário, como ‘psicologia das organizações’ e ‘psicologia organizacional’.

Com a ampliação dos estudos e práticas psicológicas dentro do trabalho, bem como a partir de uma mudança nas próprias demandas de controle do trabalhador, foi se constituindo o campo que hoje conhecemos por Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) ou Psicologia do Trabalho e das Organizações. Nesse cenário, principalmente nos países centrais, os sindicatos e partidos dos trabalhadores ganhavam destaque, o que requeria

novas estratégias para o controle no trabalho. Assim como nos apontam Zanelli, Borges-Andrade e Bastos (2014), essa área concentra seus esforços em estudar os fenômenos comportamentais e atitudinais relacionados aos significados e contextos organizacionais e de trabalho.

Ainda seguindo uma linha histórica, com uma penetração mais intensa de concepções psicossociais no campo do trabalho, devido a um alargamento dos estudos em Psicologia Social, houve uma ampliação do olhar para a instituição organizacional de trabalho enquanto um organismo complexo e político. A partir de então, foram sendo construídas abordagens mais amplas e dinâmicas dos trabalhadores e das condições de trabalho em distintos espaços. Para além do olhar para as empresas e para o trabalho formal e regulamentado, a atenção de profissionais e pesquisadores da área também se estendeu para formas de trabalho à margem da formalidade e menos ‘visíveis’, mas, ainda assim, massivamente presentes e em processo de expansão. A partir desse novo enfoque, podemos afirmar que foram se construindo as bases do que chamamos hoje de Psicologia Social do Trabalho.

A década de 1970 foi período de efervescência e ebulição de transformações econômicas, sociais e políticas. Esse foi o cenário de intensas mudanças também na constituição da própria classe trabalhadora, que passou a ser cada vez mais fragmentada, heterogênea e diversificada (ANTUNES; ALVES, 2004). Esse período foi marcado por uma crise que se instaurou, desencadeando uma série de greves e lutas sociais em escala global, frente aos baixos salários e às condições de trabalho (ANTUNES, 2008). O processo de reestruturação produtiva e o advento do Toyotismo, como modelo de produção, trouxeram importantes efeitos sociais e intensas transformações, tanto no que diz respeito à constituição organizacional quanto à realidade dos trabalhadores.

Detalharemos mais adiante algumas das mais importantes transformações desse período para a classe trabalhadora brasileira. Por ora, é interessante a compreensão de que “[...] naquele período, alguns poucos estudantes de Psicologia começaram a discutir a possibilidade de uma psicologia do trabalho que desse conta dessas contradições” (SPINK, 2017, p. 8). Foi surgindo entre os psicólogos do trabalho a necessidade de estender um olhar mais cuidadoso para essas intensas mudanças laborais, na tentativa de apreender esse ‘novo’ mundo do trabalho e esse ‘novo’ e multifacetado trabalhador que se constrói. A partir de então, novos olhares, novas perspectivas de intervenção, novos horizontes de pesquisa e novos significados sobre o que é ser trabalhador na contemporaneidade vão sendo construídos e compartilhados. Foi o período em que:

[...] os alicerces, assim como uma parte significativa do primeiro pavimento de uma Psicologia Social do Trabalho, mais apropriada às condições e questões brasileiras, foram construídos. Um indício disso está presente na mudança sutil de nome: de Psicologia do Trabalho para Psicologia Social do Trabalho. Ao pensar uma psicologia do trabalho, corre-se o risco de presumir que há uma concretude independente de uma atividade chamada “trabalho”, similar a respirar, beber ou andar – algo natural. A insistência no social é um alerta para esse risco e uma lembrança de que o que chamamos de “trabalho” é o que “chamamos” de trabalho; tanto a palavra, a ideia, quanto as ações associadas à ideia. (SPINK, 2017, p. 10).

A constituição da Psicologia Social do Trabalho enquanto campo consolidado não ocorreu, portanto, a partir de um projeto bem pensado e planejado teoricamente. O que acontece, na realidade, é a junção da ebulição de diversas forças em um mesmo período, e, especialmente na realidade brasileira, “em um contexto de redemocratização no país e de busca por leituras da psicologia social voltadas para iluminar os problemas da nossa sociedade.” (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2017, p. 11). Essa ‘nova’ psicologia surge do desejo e da necessidade de se repensar a organização e as condições de trabalho impostas a uma classe trabalhadora cada vez mais explorada e adoecida, sendo importante demarcar também que esse movimento bebe de outras críticas anteriores ao campo da Psicologia, em especial aquelas operadas pelo movimento da Psicologia Social Crítica Latino-Americana.

Assim constituída, e ainda em construção constante e cotidiana, a Psicologia Social do Trabalho compreende a categoria trabalho de forma mais ampla e complexa que a tradicional compreensão organizacional (AQUINO, 2005), sendo fenômeno multidimensional. Aquino (2003) o compreende como categoria antro-po-histórica, na medida em que é a atividade em que o ser humano se reconhece enquanto indivíduo que transforma e é transformado pela realidade, dentro de um contexto histórico, social, econômico e político específico.

Desde o mundo antigo e sua filosofia, o trabalho vem sendo compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. Objeto de paradoxos, ora cultivava-se seu lado positivo, ora acentuava-se seu traço de negatividade. (ANTUNES, 2006, p. 11).

De todo modo, sendo expressão de vida ou de degradação, para a Psicologia Social do Trabalho, “[...] o ‘Trabalho’ é categoria central. Essa afirmação pode parecer algo evidente e redundante; entretanto, é importante fazê-la.” (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2017, p. 12). Nessa apreensão, enfatiza-se a centralidade da categoria trabalho e “sua importância na estruturação do sujeito e de processos psíquicos importantes, tais como identidade, saúde mental, aprendizagem, significados, atitudes.” (BENDASSOLLI, 2011, p.

75). E esse é, justamente, o sentido que toma a Psicologia Social do Trabalho em seus pressupostos teóricos e em suas perspectivas de intervenção.

Nessa psicologia, o trabalho é apropriado como uma atividade que não se reduz ao emprego (ao trabalho prescrito). Nessas abordagens tendem a predominar a concepção do sujeito psíquico e uma visão nominalista de ciência e da realidade. Mas é a relação entre vida psíquica e trabalho que parece melhor definir essa abordagem. Ela endossa a centralidade do trabalho na estruturação de processos psíquicos-chaves do sujeito. (BENDASSOLLI, 2011, p.78).

Compreendemos que o sentido de trabalho não se restringe apenas à atividade profissional regular, remunerada ou assalariada. É uma categoria que extrapola os limites das organizações e é incorporada à própria constituição subjetiva e social do sujeito. A psicologia que aqui tomamos como base entende o trabalho como um recurso para a individualização, uma forma de o indivíduo construir um significado de si mesmo e da sociedade em que vive. O trabalho ocupa posição privilegiada na construção das subjetividades e das sociedades (AQUINO, 2008), sendo norteador da elaboração temporal e existencial de cada sujeito, dentro de uma organização histórica específica. Esse pressuposto de compreensão sobre o trabalho marca profundamente a prática dessa psicologia.

O trabalho é compreendido, assim, em sua materialidade e em sua historicidade, o que exige a consideração das relações de poder presentes na divisão social do trabalho e nos valores e ideologias – entendidas aqui no sentido marxista –, bem como das condições e das peculiaridades do capitalismo contemporâneo. (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2017, p. 13).

Sob essa perspectiva, amplia-se a própria concepção de trabalho, para além das facetas do trabalho regulamentado, formal, apreendendo também aqueles que foram, de certa forma, deslocados à margem das análises tradicionais, como a variedade de trabalhos informais, precários e não regulamentados. Também é resultado dessa ampliação analítica, um olhar atento para as consequências psicossociais desses novos arranjos laborais, cada vez mais débeis e frágeis, impactando de maneira importante a saúde e a percepção subjetiva dos ‘novos’ trabalhadores contemporâneos, que vivenciam intensamente as consequências negativas desses processos.

Trata-se de uma psicologia que considera o trabalho em suas diversas formas, incluindo, por exemplo, o olhar sobre o trabalho doméstico remunerado ou não, o trabalho nas ruas ou na área rural e inúmeras possibilidades dentro ou fora dos contextos formais e urbanos, além de também se interessar por outros aspectos, como os efeitos da organização do trabalho, do desemprego, do trabalho precário, entre outros na vida das pessoas. (RIBEIRO; OLIVEIRA; BERNARDO; NAVARRO, 2017, p. 105).

Essa leitura psicossocial do trabalho, que traz à tona as vivências e os sentidos produzidos no cotidiano laboral, é uma contribuição valiosa do campo da Psicologia Social do Trabalho para o debate sobre as realidades e as condições laborais que se engendram. A partir dessa perspectiva, privilegiamos, por exemplo, a compreensão de que a trajetória laboral dos trabalhadores não se trata apenas sobre trabalho, mas sobre toda a vida tecida por ele, a partir dele e/ou em torno dele.

Outro ponto importante é o posicionamento ético-político da Psicologia Social do Trabalho, que demarca de forma intensa suas investigações e intervenções, sendo o ponto de partida da construção de qualquer pesquisa: a concepção dos próprios trabalhadores. Essa afirmação pode parecer óbvia e despreziosa, mas carrega em si um pressuposto básico dessa psicologia. Em primeiro lugar, fala-se da ideia de ‘construção’ e não de ‘coleta de dados’, porque, de fato, as investigações são construídas junto ao próprio trabalhador e a partir de sua visão sobre o trabalho exercido. E, em segundo lugar, acredita-se na máxima de que: quem mais sabe sobre o trabalho senão o próprio trabalhador que o experiencia? Nesse sentido, é imprescindível partir do princípio de que devemos dar visibilidade a esses trabalhadores e reconhecer o lugar de importância de seu conhecimento dentro das práticas de pesquisa e intervenção.

Parte-se dos problemas reais e concretos vivenciados no cotidiano laboral, “[...] são problemas que precisam ser pesquisados visando à sua transformação, em uma clara e necessária interconexão entre as atividades investigativas e as práticas de intervenção” (RIBEIRO; OLIVEIRA; BERNARDO; NAVARRO, 2017, p. 107). Aqui, enfatiza-se a evidente e consistente relação entre intervenção e pesquisa, deixando muito claro a união que deve existir entre a prática nos contextos de trabalho e o conhecimento produzido na academia, elo cada vez mais perdido, mas sendo realidades que necessitam uma da outra em um processo de retroalimentação.

Ou seja, é fundamental que a saída a campo seja antecedida de uma pesquisa ampla (bibliográfica, de documentos públicos, com informantes, etc.) que possa informar minimamente ao pesquisador e ao profissional sobre a organização, as condições e as relações de trabalho presentes na atividade que os trabalhadores desenvolvem. (RIBEIRO; OLIVEIRA; BERNARDO; NAVARRO, 2017, p. 107).

Outro ponto a ser destacado é o compromisso com a transformação social, “abandonando a contemplação e o culto aos rituais metodológicos” (SILVA, 2004, p. 111). Não se trata, portanto, de estudar o sujeito e sua relação com o trabalho para promover e aprimorar uma ‘performance’ e a produtividade do trabalhador (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2017), mas no intuito de promover a mudança desse contexto de trabalho

adoecedor. Essa, aparentemente, simples mudança de perspectiva implica transformações mais profundas e urgentes na prática psicológica. Por isso nos referimos a ‘mundo do trabalho’ e não ao ‘mercado de trabalho’, buscando fugir da imagem tradicional e arcaica da realidade dos trabalhadores em momento anterior da história.

Deve-se atentar para os interesses dos trabalhadores, e estamos falando de assumir um lado na arena da disputa capital-trabalho. As práticas são focadas em fenômenos psicossociais do trabalho, em processos de saúde-adoecimento, em transformação das condições e organização do trabalho, em questões de poder nas relações de trabalho, etc. Nesse sentido, algumas ideias precisam nortear nossas práticas e investigações: favorecer o controle dos trabalhadores sobre seu próprio trabalho; contribuir para o fortalecimento da organização coletiva; promover resistência frente a processos de exploração; contribuir na melhoria do cotidiano de trabalho; ajudar os trabalhadores na compreensão e tomada de consciência de seu próprio processo de trabalho; compor ações em articulação com as políticas públicas voltadas aos trabalhadores; produzir contradiscursos em oposição àqueles que agridem à saúde mental dos trabalhadores; produzir ações de políticas de qualificação profissional; oferecer espaços de diálogo; entre outras (RIBEIRO; OLIVEIRA; BERNARDO; NAVARRO, 2017). Em suma:

Seu foco, em geral, são os processos de subjetivação de trabalhadores em variados contextos, partindo da análise do cotidiano e da perspectiva dos próprios sujeitos, tomando como pano de fundo a assimetria de poder no campo do trabalho, bem como as práticas de resistências dos trabalhadores. (BERNARDO *et al.*, 2017, p. 21).

Essas práticas não necessariamente acontecem no espaço das organizações, mas em quaisquer espaços, como ONG's, órgãos públicos, cooperativas, sindicatos, órgãos de saúde pública, centros de referência, etc., no intuito de chegar àqueles trabalhadores distantes do amparo e da proteção trabalhista regulamentada. Assim, enquanto possibilidades de ação da Psicologia Social do Trabalho, falamos de uma análise das condições e da organização do trabalho, com abertura para a mudança e para a transformação, e não apenas a submissa e adoecedora adaptação do trabalhador ao sistema. É necessário também estar sempre atento ao estabelecimento do nexo causal entre o processo de trabalho e o adoecimento, conscientizando os trabalhadores desses processos e transmitindo-lhes as possibilidades de construir conhecimento sobre sua organização laboral e sobre as condições de trabalho a que estão submetidos, questões que guardam íntimas relações com a própria dinâmica laboral que vivemos hoje, sobre a qual nos aprofundaremos na subseção seguinte.

Obviamente, destacamos aqui questões ligadas à esfera endógena do campo da psicologia do trabalho. Entretanto, as transformações na área estão particularmente relacionadas com as repercussões de fatores externos a ela, em uma relação dialética. Na subseção que segue, apresentaremos um panorama desses fatores, sendo importante destacar que a psicologia enquanto prática se modifica e se coloca de forma parcial e implicada, em suas diferentes áreas e abordagens, frente ao desenvolvimento do capitalismo, à demanda dos trabalhadores e à polarização capital-trabalho.

2.2 O mundo do trabalho e suas reconfigurações

Para apreender a atividade laboral dos trabalhadores sobre os quais aqui investigamos, é necessário considerar as transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas, compreendendo também que essas atividades se modificam a partir de mutações sociais, econômicas e políticas. Ao alcançar uma compreensão mínima desses fenômenos, podemos também entender como o trabalho informal e o modelo empreendedor se encaixam nesse cenário e na vida dos trabalhadores brasileiros. Desse modo, mesmo considerando nossa reflexão como algo embrionário, podemos ter uma noção de como, a partir do mundo laboral contemporâneo, o movimento das atividades empreendedoras e por conta própria assume função de destaque como alternativa de trabalho e, a despeito de sua difusão, acaba se impondo como uma alternativa pautada em características muito próximas daquelas em que fundamenta a precariedade laboral.

Sendo a categoria trabalho antropto-histórica (AQUINO, 2003), há um longo período de transformações e metamorfoses em suas configurações ao decorrer de sua relação com o ser humano. Entretanto, o recorte que aqui faremos se implica na proposição deste trabalho, que foca um momento histórico específico no qual a precarização laboral emerge como uma das características marcantes do cenário laboral, com repercussões importantes na contemporaneidade.

O início do século XX foi um período perpassado pela difusão de uma nova ética do trabalho (NARDI, 2006). As reverberações da Revolução Industrial são pontos marcantes, nesse sentido, fazendo despontar um intenso avanço tecnológico e o modelo de produção em larga escala. Nesse cenário, desenvolveu-se e alcançou seu auge o modelo fordista de produção, que é desenhado pela organização do processo produtivo em linha de produção, através de uma alta mecanização e especialização dos trabalhadores. O fordismo trouxe

algumas transformações sociais, como uma alta na produtividade, a acumulação de bens e riquezas e a perda do domínio do trabalho por parte do trabalhador (ANTUNES, 2008).

O modelo de produção fordista recebeu influências de outro modelo de produção, o taylorista. Assim, o modelo que conhecemos por taylorismo-fordismo reúne em si características como a produção em série e em massa, o trabalho segmentado, o controle dos tempos de produção e a relação homem-máquina (ANTUNES, 2006). Com a ampliação das indústrias e da necessidade de geri-las, esses modos de controle e gerência da produção atuam para adaptar o trabalho e os trabalhadores às demandas do capital.

É nesse período, de estabilidade das atividades de produção e consumo, que a noção de emprego se solidifica. Essa compreensão de emprego enquanto a norma de trabalho tem repercussões até os dias atuais, quando se estabelece uma associação sinonímica equivocada entre os dois conceitos: trabalho e emprego. O trabalho seria a atividade humana de forma mais ampla, enquanto o emprego mantém relação com as condições sociais em que se desenvolve determinado trabalho, abarcado por todo um conjunto de garantias e direitos que medeiam essa relação. Para Aquino (2005), o emprego é “[...] uma condição básica desenvolvida no âmbito da sociedade salarial e que tem no processo de industrialização seu corolário” (AQUINO, 2005, p. 3).

Aqui nasce a ideia do pleno emprego, sendo um estruturador da centralidade que o trabalho ocupa na conformação social e cultural daquela que vem a ser nomeada como sociedade do trabalho. Essa centralidade do emprego se alia perfeitamente às necessidades de acompanhamento e controle da produção, em um contexto em que todos os trabalhadores ocupam um mesmo espaço laboral e podem otimizar a produção, através de intensa exploração e negação de sua condição de sujeito. Havia, nesse sentido, uma óbvia separação entre concepção (gerência) e execução (trabalhador), destituindo o trabalhador de autonomia, de domínio do ofício e de possibilidades de desenvolver imaginação e criação, o que operava a favor da demanda do capital naquele momento específico.

Seguindo nossa linha temporal, localizamos por volta da década de 1970 um período permeado por transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas. A ideia de uma classe trabalhadora homogênea dá lugar ao processo de construção de um contingente fragmentado, heterogêneo e diverso, tal como elucidado por Antunes e Alves (2004). Em momento marcado pela crise do petróleo, em que efervesciam greves e lutas frente aos salários baixos e a uma inflação exorbitante, essa é a década em que o capital procedeu com o processo que chamamos de reestruturação produtiva, a fim de recuperar seu padrão de acumulação.

A citada crise se relaciona ao valor do petróleo e à instabilidade das relações econômicas entre os países desenvolvidos, com importantes transformações sociais, sendo a relação entre paradigma de produção e modelo de Estado fundamental para a compreensão das mudanças na conformação do mundo do trabalho. Nesse cenário, o modelo fordista/taylorista não foi capaz de conter a crise capitalista mundial que se desenvolveu a partir do aumento acelerado nos preços do petróleo, agravada pela própria contradição capitalista em que a produção se torna mais socializada, enquanto a apropriação da riqueza torna-se de âmbito cada vez mais privado. A crise, que teve origem nos Estados Unidos, se difundiu mundialmente em uma crise social-democrática (CLARKE, 1991).

O modelo fordista de produção, nesse período, começava a dar indícios de insuficiência e crise, gerando importantes transformações no mundo do trabalho. Trata-se do chamado fim do pacto fordista, através da saturação dos mercados de massa e das demandas de produção flexível, operários polivalentes, alta qualificação, mais autonomia e responsabilidade por parte dos trabalhadores e, por conseguinte, um “[...] desmantelamento das burocracias corporativas” (CLARKE, 1991, p. 120). Essa realidade difere da ética do trabalho anterior e dos hábitos de consumo, que funcionavam no “[...] enlace entre o grande capital corporativo, o Estado-nação, e os grandes sindicatos” (GUERRA, 2000, p. 72).

Sendo um processo de grande amplitude e complexidade, e tendo um caráter universal, globalizado e internacionalizado, o esboço que aqui fazemos acaba por se tratar de um esforço mínimo para a compreensão desse processo. Algumas das consequências que passam a caracterizar o novo cenário de trabalho nesse período são apontadas por Antunes e Alves (2004) quando falam em quatro grandes transformações: uma queda no número do contingente proletário fabril; um crescimento de trabalhos assalariados, principalmente no setor de serviços; uma expansão do trabalho feminino; e uma incorporação de novos tipos de vínculos laborais, mais flexíveis e instáveis. Há, portanto, uma redução no número de trabalhadores estáveis e com as mesmas características laborais, heterogeneizando e complexificando a classe trabalhadora (ANTUNES, 2006).

Ainda como reverberações do processo de reestruturação produtiva, vê-se, a partir da desregulamentação trabalhista e do aumento da exploração do trabalhador, crescer um processo de desemprego estrutural, “[...] entendido como sendo uma das formas de expressão da questão social, que tem sua gênese no interior da própria estrutura sociometabólica do sistema capitalista” (BECERRA, 2009, p. 2). O cenário que se constrói é a diminuição dos postos de trabalho nos setores produtivos e de serviços, relacionada ao uso massivo de

tecnologias, reduzindo o surgimento ou a manutenção de trabalhadores formais, intensificado pela diminuição da intervenção estatal nessa problemática.

O desemprego, ao ser ampliado em todo o mundo, os apologistas do sistema reconheceram-no como estrutural, mas somente é estrutural para o capital e não para o avanço produtivo. Com isso, o desemprego abala o capital e não a tecnologia. A tecnologia, por sua vez, é responsabilizada pelo desemprego estrutural. Mas, como vimos em Mészáros, não é a tecnologia em si a causadora do desemprego, mas a forma como ela é explorada pelo capital, na qual as necessidades humanas são substituídas em proveito do capital. (BECERRA, 2009, p. 6).

No contexto global, ocorreu uma transformação mais evidente na estrutura do trabalho, diferente do que acontece no contexto nacional, a partir da reestruturação produtiva, em que houve uma espécie de consolidação de uma tendência que sempre foi representativa em nossa realidade. No Brasil, vimos surgir um processo intenso de terceirização e subcontratação em alguns setores específicos, com a manutenção de taxas expressivas de trabalhos informais. Essa dinâmica de mudanças teve como aparato ideológico discursos de melhores perspectivas de carreira sob um incentivo à multifuncionalidade e à polivalência (ANTUNES, 2006).

Percebe-se como o surgimento desses novos tipos de trabalhos informais vêm acompanhados de ideias que os façam ser absorvidos pelos trabalhadores, em detrimento das desvantagens neles embutidos. É importante considerar também que, em território nacional, a hegemonização do emprego veio a ocorrer mais tardiamente, sendo a informalidade marca do mundo do trabalho brasileiro desde o fim da escravidão. Diante da complexidade do termo, por trabalho informal⁶ aqui compreendemos aqueles que estão inseridos em um processo de desregulamentação: o assalariamento sem carteira, o trabalho autônomo, o trabalho temporário, enfim, todas as modalidades laborais que fogem à tradicional ideia da formalidade, das regulamentações e dos direitos e garantias formais.

O que entendemos por informalidade sumariza todos os trabalhos “não reconhecidos ou protegidos por leis ou regulamentações e tanto os empregados quanto os empregadores são caracterizados por um alto grau de vulnerabilidade.” (FEIJO; NASCIMENTO E SILVA; SOUZA, 2009, p. 333). Ou seja, são aquelas atividades que não se enquadram na formalidade empregatícia (SANTOS; MACIEL; SATO, 2014), sendo um conjunto que “[...] abarcaria tanto as atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas, sejam elas legais ou ilegais, quanto as relações de trabalho não registradas,

⁶ O uso da expressão ‘trabalho informal’ tem suas origens nos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito do Programa Mundial de Emprego de 1972. Ela aparece, de forma particular nos relatórios a respeito das condições de trabalho em Gana e Quênia, na África (OIT, 1972).

mesmo que tipicamente capitalistas (assalariados sem carteira assinada)” (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 215).

Do ponto de vista jurídico, tratar-se-ia de atividades criminais, ilegais ou semilegais, atividades que aproveitam brechas na legislação, ou que criam, como vanguarda, um novo direito. Do ponto de vista socioeconômico, trata-se da economia paralela, do mercado negro, do trabalho não registrado e irregular, das trocas sem dinheiro até a lavagem de dinheiro e a corrupção. (NOGUEIRA; CARVALHO, 2021, p. 14).

Mesmo considerando a imprecisão e heterogeneidade do termo, compreende-se informalidade em oposição à normas sociais.

Os anos que percorrem as últimas décadas do século XX foram impulsionados por uma evolução tecnológica intensa, fazendo surgir uma grande competitividade e acirrada concorrência no mercado. Fortalecem-se processos como a utilização de mão-de-obra barata, o aproveitamento de incentivos fiscais, o fechamento de unidades fabris e o enxugamento de postos de trabalho dentro das empresas. Seria esse um movimento que privilegia o lucro, se utilizando da terceirização, da subcontratação, dos trabalhos temporários, dentre outros, para baratear custos e maximizar a renda. Aqui, podemos analisar que se desenvolve um processo inverso à anterior centralidade do emprego, já que esse tem seus níveis drasticamente reduzidos. Isso, inclusive, faz com que alguns teóricos questionem a centralidade do próprio trabalho como organizador social (MEDÁ, 1995; OFFE, 1989), entretanto, o que perde sua força é o emprego, como modalidade de trabalho mais específica.

Para Antunes (1999), houve uma espécie de reorganização das formas de dominação, reestruturando não apenas os modelos de organização do processo produtivo, mas fazendo surgir um processo de recuperação da hegemonia também em outras esferas. Isso acontece, “[...] por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (ANTUNES, 1999, p. 48). Nesse sentido, estivemos perpassados por pressupostos políticos e ideológicos neoliberais, no sentido de flexibilizar o processo produtivo. Para esse fim, entra em cena um novo modelo de organização do processo produtivo, que evidencia uma racionalidade flexível e uma captura da subjetividade do trabalho pelo capital: o sistema toyotista.

Apesar do toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho, o que implica considerá-lo uma continuidade com respeito ao taylorismo/fordismo, ele tenderia, nesse caso, a surgir como um controle de novo tipo do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma nova subsunção real do trabalho ao capital – o que seria, portanto, uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo (é o que Fausto denominou subordinação formal-intelectual – ou espiritual –do trabalho ao capital). (ALVES; MORAES, 2006, p. 113).

No que diz respeito a esse modelo, alguns estudiosos acreditam que, na verdade, não passa a existir um novo modo de acumulação oriundo da crise dos anos 1970, mas novos arranjos que deveriam ser chamados de “neo-fordismo” (GUERRA, 2000). Acreditamos que essa acumulação flexível traz novos contornos aos modelos de organização do trabalho ao redor do mundo, sem deixar de considerar algumas continuidades. Segundo Guerra (2000):

[...] pode-se considerar que, se o fordismo se caracterizava pelo equilíbrio de força entre o capital e o Estado-nação de caráter keynesiano, a acumulação flexível deixou claramente assegurado o domínio do capital sobre o Estado. Este último tornou-se, em tese, minimalista, embora muitas vezes ainda faça intervenções se for do desejo do capital. Todas as nações-estado passaram a depender do ordenamento financeiro dado pelo capital volátil e transnacional. (GUERRA, 2000, p. 74).

Essa nova materialidade do trabalho fez surgir também um novo sistema de regras e valores laborais, unidos, na urgência da flexibilização, com uma gama de novos dispositivos ao vocabulário organizacional. Trabalho em equipe (*team work*), programa de qualidade total e o controle do tempo (*just-in-time*) são alguns aparatos dessa nova cultura de motivação no trabalho (ALVES; MORAES, 2006). O neoliberalismo se mantém, nesse sentido, junto a processos como a globalização e o trabalho imaterial, sendo um sistema que preza pelo liberalismo econômico e pela liberdade de iniciativa privada. Há uma defesa de um Estado mínimo e de um repasse da tomada de decisões e serviços básicos para o plano privado, fazendo urgência à livre concorrência e à eficiência das empresas particulares. Em meio a essa dinâmica, é interessante observar que o próprio Estado passa a se reorganizar e se utilizar de estratégias de flexibilização, mesclando aspectos tayloristas e toyotistas para manter uma organização interna do trabalho junto a uma multifuncionalidade e uma desregulamentação. Isso acaba por reafirmar a política neoliberal, já absorvida pela iniciativa privada (HARVEY, 1994; DIAS, 1996).

A construção da hegemonia neoliberal se desenvolve, inclusive, em países em que o Estado de Bem-Estar Social era o paradigma entendido como consolidado. Alguns teóricos atribuem essa constituição hegemônica ao processo de desregulamentação financeira que, “[...] fruto do processo de mundialização, trata-se de um mecanismo para a manutenção da acumulação de capital por parte das elites, como forma a substituir a pujança e a lucratividade da produção de mercadorias reais de outrora” (CARINHATO, 2008, p. 38). É nesse sentido que o sistema neoliberal retoma e reinventa o modelo liberal clássico no capitalismo contemporâneo. Mínima intervenção econômica estatal, intensa política de privatização, forte circulação de capital internacional, abertura para multinacionais, desburocratização do Estado e aumento da capacidade produtiva com redução de custos são alguns dos ditames dessa

‘nova’ dinâmica, sendo que “[...] em todos os casos, a variável de ajuste preferida pelo capitalismo financeiro é ‘reduzir os custos salariais’, sem nunca pensar em diminuir suas margens de lucro ou mesmo investir na modernização dos meios de produção, a fim de aumentar a produtividade” (CAHEN, 2017, p. 17).

Diante disso, o mundo laboral acaba também por se modificar em nível estrutural, adquirindo outra morfologia no contexto contemporâneo. A passagem do século XX para o século XXI, no cenário brasileiro, é marcada por um alto índice de desemprego estrutural, sendo resultado da modernização dos setores produtivos com a introdução de novas tecnologias para ampliar a produtividade e a competitividade. O desemprego conjuntural também se amplia, devido ao grande enxugamento de postos de trabalho. Essa grande crise se intensifica levando em consideração que o Brasil nunca sequer chegou a alcançar o ideal da sociedade salarial, sendo sempre características da realidade de seus trabalhadores a informalidade e a construção de vínculos frágeis (ANTUNES, 2009; AQUINO, 2008). Assim,

[...] a crescente deterioração da relação salarial fordista, bem como o aumento do desemprego em vários países e regiões, promoveu o crescimento da informalidade laboral, que afasta os trabalhadores da proteção trabalhista, além de intensificar a rotatividade e estimular a intermitência do trabalho. (BRAGA, 2017, p. 27).

Antunes (2018) comenta que, nesse período, houve um processo de crescimento acentuado de privatizações, tendência que facilita as desregulamentações e a flexibilização do processo produtivo dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico. Nesse quadro que se desenhava, podemos observar modalidades de trabalhos informais que elucidam a tentativa de sobrevivência dos trabalhadores, constituindo um conjunto de trabalhos precarizados. Os trabalhos que se enquadram na informalidade são aqueles caracterizados pela instabilidade e pelos baixos salários, o que obriga o trabalhador a se sujeitar a uma intensificação laboral com duas ou três jornadas, a fim de que possa dar conta de sua subsistência.

A partir da década de 1990, principalmente, observa-se intensa expansão de trabalhadores na informalidade (ALVES; TAVARES, 2006). Desde então, visto as mais recentes e atípicas configurações desses tipos de trabalho, necessita-se de uma ampliação do conceito de informalidade, para além da diferenciação entre setor formal ou setor informal. “Como se viu, a informalidade é, hoje, o ‘arrimo’ da maior parte da população trabalhadora brasileira. Portanto, constitui a regra nacional de pertencimento ao mundo do trabalho” (MALAGUTI, 2000, p. 81). Assim, tomando como base as situações diversas a que os trabalhadores informais experienciam e o entrelaçamento entre atividades formais e informais,

é necessário analisar o cenário de forma mais ampla, entendendo o processo de informalidade (CACCIAMALI, 2000) como parte estruturante do funcionamento capitalista. A formalidade e a informalidade são partes de um mesmo sistema, sendo inerentes, sendo impossível a existência de uma sem a outra (MALAGUTI, 2000). Vale enfatizar também que “[...] ‘informalidade’ é um conceito muito mais amplo do que o de ‘setor informal’. O setor informal expressa apenas um aspecto da informalidade, mas sem esgotá-lo: a segunda engloba o primeiro” (MALAGUTI, 2000, p. 99).

A economia informal brasileira absorve hoje uma proliferação de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal e aqueles que nunca tiveram acesso ao vínculo empregatício, cada vez mais distante dos padrões de proteção social. Esse crescimento do número de trabalhadores informais advém da incapacidade da economia formal de gerar postos de trabalho suficientes e de qualidade. Nesse contexto, é cada vez maior o número de pessoas que veem na economia informal a única saída para a sobrevivência, sendo um setor que se expande e se diversifica com as transformações laborais. Nesse sentido, Santos, Maciel e Sato (2014, p. 326) apontam que “[...] as atividades não formalizadas, não regulamentadas e não protegidas com os mesmos benefícios legais conquistados pelos trabalhadores formais se multiplicaram, notadamente, nos países onde o emprego formal se tornou escasso”.

Nas palavras de Aquino (2005, p. 2), “[...] a denominada crise estrutural que se instalou dos países centrais a partir da década de 1970 atribuiu à precariedade um lugar de destaque no delineamento das discussões sobre o trabalho”. Por precariedade, compreende-se o fenômeno em si, enquanto o que aqui denominamos de precarização é o processo de tornar-se precário. Ainda segundo o autor, essa denominação não é despreziosa, “[...] ela se insere na mesma perspectiva processual que se aplica nos mesmos moldes da exclusão social” (AQUINO, 2005, p. 2). Desse modo, quando aqui falamos sobre o processo de precarização estamos nos referindo ao processo em que direitos e garantias estabelecidos por um vínculo laboral são fragilizados e flexibilizados, compondo um conjunto de trabalhos de alta rotatividade, baixos salários, jornadas excessivas, mínimas condições de segurança, saúde e dignidade e falta de perspectiva sobre o futuro.

Obviamente, o próprio processo de precarização vem se transformando, à medida que as próprias formas de espoliação do trabalhador se alargam. Nesse sentido, essa definição de precarização acaba se perdendo e se ampliando, frente a tantos outros modos em que se precarizam as relações com o trabalho e a própria dinâmica de vida dos sujeitos. Para Antunes (2018), esse, portanto, não é um processo estático, mas processual e componente constitutivo inerente ao modo de funcionamento do capitalismo, que se reduz ou se amplia a depender dos

modos de exploração articulados e da capacidade de organização e resistência, sendo que “[...] a precarização é uma processualidade resultante também da luta entre as classes” (ANTUNES, 2018, p. 60). Não há limites, portanto, para o que se possa denominar de precarização, sendo um fenômeno mutante e contínuo, ora mais intenso, ora mais atenuado, manifestando-se de várias maneiras e em várias modalidades de trabalho. A precarização acaba se tornando uma tendência própria da sociabilidade capitalista.

É nesse sentido que compreendemos que, no Brasil, o processo de precarização se ampliou de modo exponencial. Frente a isso, muitos são os trabalhadores que se veem condicionados a participar de um mercado à margem da formalidade e mais flexibilizado, com vínculos de trabalho que ferem garantias e direitos básicos. Essa flexibilização, que se desenvolve por diversos âmbitos que envolvem o trabalho, “[...] em princípio técnica, que promove uma automatização da produção e a geração de consumos diferenciados [...], mas que rapidamente se transforma em flexibilização social, está na base da compreensão da precarização que hoje discutimos” (AQUINO, 2005, p. 4). A faceta técnica diz respeito a questões impostas pelo neoliberalismo, advindas da globalização e da internacionalização do capital, já a sociolaboral surge quando falamos das consequências sociais e subjetivas das diversas modalidades laborais que surgem.

É interessante apontar que há todo um aparato discursivo ideológico em torno da flexibilização. Por um lado, para as empresas, as vantagens giram em torno de aumento produtivo, redução de custos e otimização de recursos. Por outro lado, em tese, “[...] ao tratar dos adventos para o trabalhador, surgem fatores como possibilidade de maior autonomia, maior controle sobre a própria atividade e a possibilidade de conciliar o trabalho a outras esferas da vida” (AQUINO; SOUZA; MOITA; CORREIA, 2014, p. 178). Esses fatores corroboram para o desenvolvimento de um individualismo laboral, que, em geral, impede a criação de vínculos e a construção de um coletivo de trabalho ou sugere a construção contraditória desses coletivos. Esse novo mundo laboral agrava a condição do trabalhador muito mais intensamente no plano subjetivo, na introdução de valores individualistas e na fragmentação dos trabalhadores. Isso acaba diluindo os movimentos de organização e luta coletiva, frente aos movimentos de opressão do sistema. Para Sennett (2006, p. 48), “[...] as pessoas que estão ligadas a organizações apenas pelo computador, trabalhando em casa ou atuando em campo por conta própria, tendem a ficar marginalizadas, perdendo os contatos informais”.

O mote de organização do trabalhador do século XXI parece ser o isolamento (SENNETT, 2006), justificado pela flexibilização e ‘modernização’ do trabalho e pela

necessidade de sobrevivência e adaptação, levando adiante o processo de desregulamentação. É o que Nardi (2006, p. 34) chama de “[...] remercadorização das relações de trabalho dos últimos 30 anos (através da qual o trabalho deixa de ser regulamentado e é transformado numa simples relação de venda sem proteções contratuais)”. Há, nesse sentido, um enfraquecimento do laço social construído em torno do trabalho e o avanço da precarização, que surge exatamente dessa flexibilização do trabalho e da vida como um todo, sendo esse um quadro já desenhado pelo sistema em que a exploração do trabalhador é estratégia para o crescimento do lucro sob a lógica da financeirização.

Toda essa efervescência social e econômica acaba também por transcender o espaço do trabalho e avançar em consequências subjetivas, explicitando o ápice da captura da subjetividade (ALVES; MORAES, 2006), já que “[...] na era da acumulação flexível, o controle do capital sobre o trabalho prescinde da figura física do patrão” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 436). Parece-nos haver, por exemplo, uma falsa autonomia cada vez maior frente ao trabalho, embutida de maneira inversa em um discurso que prega total controle sobre este. Outro processo que parece desenvolver é uma profunda autoculpabilização, reafirmada pelo individualismo e pela incerteza frente ao futuro, que passam a fazer parte da constituição subjetiva desse ‘novo’ trabalhador, fortalecendo um novo quadro de adoecimentos relacionados às atividades laborais, como o *burnout*⁷ e o *workaholic*⁸, em uma realidade que impossibilita os indivíduos de vivenciarem o sofrimento.

O cenário laboral brasileiro, a exemplo de quase todo o mundo, tem vivido inúmeras e intensas transformações. A ebulição de fatos em nossa trajetória política mais recente pode nos ser elucidativa na compreensão do avanço de práticas neoliberais e na precarização de nosso horizonte laboral, sendo necessário um rápido retrospecto nesse sentido, com ênfase nas reverberações trabalhistas. Em meio a tudo, é fato que a instabilidade econômica global desde 2008 não deixa escapar o sentido da crise que vivemos, sendo um agente transformador na política internacional, voltando “[...] à ofensiva sobre as classes subalternas com uma versão ainda mais crua do neoliberalismo” (BRAGA, 2017, p. 22). Abriu-se portas para uma mercantilização, cujos principais frutos são a insegurança econômica e a desigualdade de classes sociais.

Em território nacional, pouco antes desse período, em 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República crescia uma esperança de que o País não

⁷ A Síndrome de *Burnout* é um distúrbio psicológico de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e psíquico intenso e um quadro de stress relacionado ao trabalho.

⁸ *Workaholic* é uma expressão que designa um quadro de trabalho compulsivo, em que o indivíduo se torna adicto, dependente ou viciado na sua atividade laboral.

continuasse a se aproximar das políticas neoliberais, como em governos anteriores. Foi fato, entretanto, que nos aproximamos de um modelo de desenvolvimento pós-fordista, periférico e financeirizado que foi consolidado no governo do então presidente. De acordo com Braga (2017, p. 99), “[...] de fato, entre 2003 e 2013, foram criados em média 2,1 milhões de empregos formais por ano”, entretanto, destaca o autor, um dos grupos laborais que mais representa esse momento de formalização é o dos operadores de telemarketing, considerando que esse grupo reúne algumas das principais características em voga: “[...] formalização, baixos salários, terceirização, significativo aumento do assalariamento feminino, incorporação de jovens não brancos, ampliação do emprego no setor de serviços e elevação da taxa de rotatividade do trabalho” (BRAGA, 2017, p. 99).

Esse processo de formalização, em certo sentido, acabou por aprofundar a degradação das condições de trabalho, apesar de certa estabilidade que o mercado de trabalho mantinha. A chegada definitiva da crise da globalização chega em território nacional por volta do ano de 2015, quando a financeirização da economia, sob comando das invisíveis grandes corporações globais, passa a definir na estrutura social brasileira uma inserção intensa da precarização do trabalho, à época do então governo de Dilma Rousseff.

Em síntese, o regime de acumulação pós-fordista e financeirizado que se consolidou ao longo dos anos 2000 no país cristalizou uma face despótica apoiada sobre altas taxas de rotatividade, aumento no número de acidentes de trabalho, redução dos salários e intensificação dos ritmos de trabalho. Mesmo no auge do lulismo, tais características do regime de acumulação nunca deixaram de alimentar uma insatisfação difusa entre os trabalhadores, especialmente saliente nos setores mais precários. (BRAGA, 2017, p. 115).

Apesar dos avanços da formalização nesse período, condições precárias de vida continuaram a ser reproduzidas, sendo uma tendência no quadro do capitalismo global. E o balanço dos governos petistas foi um quadro ambíguo no que tange ao mundo do trabalho no Brasil, considerando que, mesmo com o crescimento do número de empregos formais, boa parte da população trabalhadora continuou oscilando um possível acesso a um emprego formal de qualidade e o inevitável processo de ‘virar-se por conta própria’, tão característico do cotidiano desses indivíduos inertes em uma insegurança e incerteza perante à vida.

Pouco antes desse período, ainda em 2013, o Brasil viveu um momento em que a crise da globalização e as investidas neoliberais acabaram por impulsionar revoltas profundas, principalmente pelos setores precários da classe trabalhadora. Assim, o ato do dia 13 de junho de 2013, em São Paulo, deu início a uma série de movimentos, que se iniciaram pela luta da redução das tarifas de ônibus, mas que logo se expandiram para demandas diversas em relação a outros serviços públicos, como educação, saúde, condições de trabalho e

possibilidades de circulação no espaço urbano. Outra questão que acabou sendo pauta do movimento foram os escândalos de corrupção que marcaram os governos petistas, a exemplo do chamado ‘mensalão’⁹ e o início da denominada ‘Operação Lava-Jato’¹⁰. Esse ciclo de reivindicações apenas demonstra a fadiga deste modelo de desenvolvimento e as implicações sociais do regime de financeirização.

Acredita-se que esses movimentos, já fragmentados em determinado ponto, tenham criado as possibilidades para que visões de mundo direitistas e radicais acompanhassem a onda das manifestações e penetrassem de carona (BRAGA, 2017). Para além da redução desse ciclo de lutas a uma simples polarização política entre direita e esquerda, podemos interpretar esse fenômeno como uma grande reação à profunda mercantilização do trabalho e de outras esferas sociais. Entretanto, analisar o contexto politicamente influi compreender que as manifestações de 2013 desenvolveram uma continuidade essencial para a ocorrência daquelas que viriam a acontecer em 2015, considerando, de forma óbvia, que elas mantiveram diferenças significativas principalmente com relação às demandas sociais.

De acordo com Antunes (2018), os governos Lula e Dilma não foram capazes de eliminar as condições de vulnerabilidade da classe trabalhadora, mesmo tendo aumentado os níveis de formalização e criado iniciativas populistas como o Programa Bolsa Família¹¹, sendo incapazes de quebrar a servidão ao lucro do grande capital e mantendo os traços estruturais da tradição social burguesa. Houve, principalmente nos últimos anos do governo Dilma, redução de conquistas trabalhistas e aumento dos juros bancários, com concessões importantes às classes dominantes. Para Braga (2017, p. 181), [...] “diante da falência do modelo de desenvolvimento financeirizado, apoiado sobretudo na exploração do trabalho assalariado barato, o governo Dilma Rousseff decidiu atualizar o regime de acumulação, priorizando a estratégia de espoliação social”, e o fez a partir de uma forte política financeira e da intensificação do incentivo à terceirização.

Um exemplo desse cenário foi a aprovação da legislação referente à terceirização no Brasil, o PL 4.330 ou PLC 30, aprovado em 2015 (BRASIL, 2015), abrindo as portas para

⁹ Mensalão foi um escândalo de compra de votos que ameaçou derrubar o governo do presidente Lula em 2005. O neologismo mensalão é uma variante da palavra mensalidade, usada para se referir a uma mesada paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo.

¹⁰ Um conjunto de investigações de crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça e recebimento de vantagem indevida.

¹¹ O Bolsa Família é um Programa que contribui para o combate à pobreza. Ele faz isso de duas formas: transferindo a cada mês uma quantia em dinheiro diretamente às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do Brasil; e acompanhando, nas áreas de saúde e educação, as crianças, os adolescentes e as mulheres grávidas que fazem parte do Programa.

a legalização da precarização do trabalho. O referido Projeto de Lei da Câmara tramitava há 10 anos e previa a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade, inclusive atividades-fim. A terceirização total teve como objetivo ampliar o universo em que a regulamentação do trabalho é burlada, sendo um desserviço aos direitos paulatinamente adquiridos pelos trabalhadores e se constituindo como o “[...] novo elixir da vida empresarial” (ANTUNES, 2018, p. 173). Dando continuidade a essa série de agravantes que assolavam o mundo do trabalho, no início do ano de 2016 o então ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, colocou em pauta como urgência a implementação das propostas de ‘reformas’ da previdência e da legislação trabalhista.

As rebeliões que haviam movimentado fortemente o ano de 2013 foram exemplo de um processo de descontentamento social e político com os governos petistas, que fizeram despontar, também, uma massa de rebeliões direitistas, com um perfil mais conservador, defendendo, inclusive, a ditadura militar. Frente a isso, considerando também uma agenda previamente orquestrada por alguns setores políticos e uma campanha aberta da mídia privada (ANTUNES, 2018), foi desenhado o então contorno do processo de *impeachment* no segundo mandato do governo Dilma, colocando o então vice-presidente Michel Temer à frente de um governo golpista no ano de 2016, a serviço do capital financeiro: um governo ‘terceirizado’ a favor do desmonte neoliberal.

O governo Temer foi marcado por objetivos muito bem direcionados para a privatização e para a preservação de interesses dominantes, que “[...] se traduzem no congelamento do gasto público por vinte anos, nas privatizações e nas concessões à iniciativa privada, na reforma do ensino médio, na política econômica ortodoxa, na tentativa da reforma da previdência e na reforma trabalhista” (KREIN, 2018, p. 77). Nas palavras de Antunes (2018, p. 269), “[...] o objetivo perfilado pelo governo de Michel Temer, no universo das relações de trabalho, é corroer a CLT e cumprir a ‘exigência’ do empresariado, [...] cujo objetivo não é outro senão implantar a sociedade da precarização total do trabalho no Brasil.” A implantação da chamada Reforma Trabalhista (PLC 38/2017) (BRASIL, 2017), já prevista no governo Dilma, foi um dos primeiros passos desse desmonte, ‘deformando’ nossa Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), já não mais tão ‘consolidada’ a partir de então. Levada a cabo sob a justificativa de combater o desemprego e a crise econômica, trouxe, dentre outras alterações, transformações significativas no que diz respeito à não

obrigatoriedade da contribuição sindical, à jornada intermitente, à possibilidade de ‘negociação’ entre empregador e empregado e à regulamentação do trabalho *home office*¹².

Esse é um ponto que merece destaque, já que a reforma trabalhista desenhava contornos ainda mais sombrios para o futuro do trabalho no Brasil. O objetivo da ‘modernização das leis trabalhistas’ e a necessidade de atualizar a legislação foram utilizados para provocar uma redução drástica no patamar de direitos e a multiplicação de possibilidades de arranjos desfavoráveis aos trabalhadores (KREIN, 2018), com um enfraquecimento do Estado, dos arranjos coletivos e nossos aparatos de seguridade social.

As eleições à presidência do ano de 2018 trouxeram consigo as consequências da onda conservadora, direitista e radical que tomou conta do país após as revoluções de 2013. A posse de Jair Bolsonaro, em 2019, apenas reafirmou a continuidade do desmonte neoliberal que se iniciara no governo anterior, deixando claro sua política laboral: mais empregos em relação à quantidade, o que acabou por não acontecer, e menos direitos no que tange à qualidade destes. Como vimos, muitos foram os fatores que estiveram à frente dessa escolha popular (im)prevista: o anti-petismo, os escândalos de corrupção, os altos índices de criminalidade, a crise econômica... Foram uma série de pontos que desenharam um quadro perigoso e possibilitaram a eleição de um presidente declaradamente afinado com os interesses neoliberais.

Com o slogan ‘*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*’, o primeiro ano de governo foi marcado por investidas na política externa, alinhamento com países de direita, um reajuste de salário mínimo abaixo do previsto e a implementação da Reforma da Previdência, com a transição para um regime de capitalização¹³. Com mais essa contrarreforma levada adiante, o governo continuou a prejudicar os mais vulneráveis, como os trabalhadores informais, postergando e dificultando o acesso à aposentadoria.

Sob a alçada de um governo que retrocedeu tudo o que fora construído, ainda que parcamente, em torno da educação, saúde, segurança pública, trabalho e meio ambiente, fazendo referência a uma ‘ideologia de gênero’ e a palavras de violência, uma ofensiva sobre os direitos previdenciários e trabalhistas redirecionou os rumos do País, marcadamente, para a acumulação por espoliação e a mercantilização do trabalho. Ainda mais intensamente, o ideal

¹² Significa “trabalho em casa” ou “escritório em casa”. Apesar desta ser a tradução literal do termo, no Brasil ele define, de forma genérica, o trabalho que é realizado em espaço alternativo ao escritório da empresa. Este local pode ser – ou não – o escritório em casa.

¹³ No regime de repartição, os trabalhadores que contribuem para a previdência estão, na verdade, pagando a aposentadoria de quem já está aposentado. No regime de capitalização, cada trabalhador será responsável por contribuir para sua própria previdência, de certo modo, como uma poupança. Essa “poupança” seria gerida por entidades públicas e privadas da escolha do trabalhador.

neoliberalista se expande em território nacional, com a adoção, por parte das empresas brasileiras, de novos padrões produtivos e formas ainda mais flexíveis de acumulação, na corrida pela competitividade internacional, em uma simbiose entre comportamentos organizacionais herdeiros do fordismo e novos aparatos toyotistas mais avançados para intensificar a exploração da força de trabalho.

Submetidos a essas modalidades de trabalho, com contratos “zerados”, “uberizados”, “pejotizados”, “intermitentes”, “flexíveis”, os trabalhadores ainda são obrigados a cumprir “metas”, impostas frequentemente por práticas de assédio capazes de gerar adoecimentos, depressões e suicídios. (ANTUNES, 2018, p. 35).

O Brasil vive uma realidade de trabalho que combina a pragmática taylorista com os ideais de envolvimento herdeiros do toyotismo. A instabilidade e a insegurança são traços constitutivos do trabalhador brasileiro, que parece se inserir em uma classe “desorganizada, oscilante, ideologicamente difusa e, por isso, mais vulnerável, mais facilmente atraída por ‘políticas populistas’, suscetíveis de acolher inclusive apelos ‘neofascistas’.” (ANTUNES, 2018, p. 58). Portanto, se a classe trabalhadora brasileira é caracteristicamente heterogênea (com relação a gênero, etnia, qualificação...), hoje ela vive um processo de homogeneização pautado pela precarização das condições de trabalho e a anulação de direitos regulamentados. São constitutivos desse quadro equivalente à nova morfologia da classe trabalhadora no Brasil recente: intensificação do trabalho, superexploração, trabalhos degradantes, rotinas intermitentes e adoecimentos relacionados ao trabalho.

Com uma espécie de simbiose entre neoliberalismo, financeirização e conservadorismo, a precarização é constituinte da vida do trabalhador brasileiro, ratificando ainda mais o uso do termo ‘brasileirização’ ao denominar o processo de precariedade de outros países. Para além, os recentes acontecimentos do ano de 2020 e suas repercussões trouxeram importantes transformações em nosso cenário de pesquisa, sendo necessário contextualizá-los aqui, levando em consideração que é uma situação da qual ainda sentimos as repercussões no momento presente, não sendo possível determinar ainda seus efeitos e impactos propriamente ditos.

Mesmo sendo algo ainda imponderável, referimo-nos à eclosão da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que assolou intensamente diversos países, trazendo consequências profundas para a humanidade, especialmente para a classe trabalhadora. No cenário nacional, à crise sanitária advinda do contexto pandêmico foi somada a uma crise econômica, especialmente agravada pelo contexto político já discutido anteriormente. Além dos índices de mortalidade e adoecimento, ampliaram-se também o contingente de

empobrecimento, tornando-se particularmente grave a situação de desempregados, informais e trabalhadores por conta própria. Assim, o Brasil se tornou “um dos campeões da tragédia” (ANTUNES, 2020), cujo governo demonstrou incompetência para lidar com a situação como um todo.

A intensa exploração e precarização do trabalho sempre foram marcas de inserção laboral no mercado brasileiro. No final do ano de 2019, 40% da classe trabalhadora brasileira se encontrava em situação de informalidade.

No mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores/as experimentava as condições de *uberização* do trabalho, propiciadas por aplicativos e plataformas digitais, o que até recentemente era saudado como parte do ‘maravilhoso’ mundo do trabalho digital com suas ‘novas modalidades’ de trabalho *on-line*, que felicitava os novos ‘empreendedores’. Sem falar da enormidade do desemprego e da crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho. (ANTUNES, 2020, p. 7).

Nesse sentido, se o cenário já se apresentava dentro de uma determinada ‘anormalidade’ complicada, a pandemia veio apenas agravar a situação. Portanto, a pandemia fez eclodir acentuada crise econômica, social e política, alterando significativamente os contextos e as relações laborais, fazendo surgir ainda mais intensamente “a proliferação de uma miríade de trabalhos humanos vilipendiados, um vale-tudo” (ANTUNES, 2020, p. 11). Esse cenário, portanto, trouxe muitas consequências no campo laboral brasileiro, sendo importante agente acelerador de transformações já previstas no horizonte de trabalho da classe trabalhadora.

Independentemente do tipo de atividade, do local de trabalho ou da renda dele advinda, todo trabalhador foi afetado pela realidade que se construiu a partir da pandemia. Uma parcela desses foi afastada de seus trabalhos, outra teve suas jornadas reduzidas e outras ainda ficaram sem fonte de renda porque perderam seus empregos. Em outro extremo, outros trabalhadores tiveram que trabalhar de forma exaustiva e se expondo ao vírus, com jornadas estendidas e intensificadas, considerados essenciais para o funcionamento da sociedade em cenário pandêmico.

Desse modo, o panorama que se desenha atualmente se coloca como mais um desafio para nossa análise, reconfigurando as trajetórias dos trabalhadores que entrevistamos. O cenário neoliberal e as constantes ampliações dos trabalhos informalizados reverberam na configuração das atividades relativas à comida de rua, ampliando e diversificando o setor aqui estudado, derivando disso a relevância singular e mesmo metafórica da atividade econômica onde atuam nossos entrevistados.

Na subseção seguinte, iremos nos deter à discussão localizada entre os conceitos que passeiam na caracterização de nossos trabalhadores: empreendedorismo, informalidade, trabalhadores por conta própria e precarização do trabalho.

2.3 O trabalhador precário nas entrelinhas do empreendedorismo, da informalidade e do trabalho por conta própria

“O indivíduo moderno, a que se qualificava como sujeito de direitos, transmuta-se, assim, num indivíduo-microempresa: Você S/A.” (COSTA, 2009, p. 177).

Diante da crise do emprego e do acesso, ainda que dificultado, a modalidades de formalização com baixas remunerações e péssimas condições de trabalho, os trabalhadores se veem na iminência, por um lado, de submissão a essas possibilidades e, por outro lado, de criação de novos arranjos que lhes possam fornecer subsistência, como tentativas de sobrevivência em meio ao caos que se estabelece em torno da não seguridade advinda do trabalho. Assim, -somam-se uma massa de chamados ‘empreendedores’, “[...] uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo” (ANTUNES, 2018, p. 34), que parecem buscar ocultar os sentidos precarizados de sua atividade por meio de um mito associado à autonomia. Nesse novo mundo do trabalho, vidas laborais cada vez mais débeis e vulneráveis quanto ao futuro parecem buscar em alternativas flexíveis uma esperada ‘redenção’ frente à crise que se constrói.

As políticas neoliberais traduzem “[...] uma racionalidade global de novo tipo engajada na criação de políticas de apoio às empresas, de corte de custos trabalhistas, de desmantelamento do direito do trabalho e de estímulo ao empreendedorismo individual” (BRAGA, 2017, p. 63). A ideia de empreendedorismo ratifica a volatilidade do capitalismo contemporâneo e é um movimento ideológico que sustenta toda a organização laboral atual. Tal como apontado por Lima (2010, p. 174), vivemos “[...] uma espécie de des-demonização da informalidade, de sinônimo de subdesenvolvimento para sinônimo de desregulamentação, flexibilidade e mesmo de empreendedorismo”.

Na década de 1990, o interesse central para os trabalhadores que empreendem decorre menos do querer “trabalhar por conta própria” do que de ser esta a única maneira de escapar do desemprego ou dos salários degradados [...]. O contexto das MPEs ainda confirma que a maior parte dos novos empreendimentos são formados

pela busca por maiores chances de aumentar os ganhos salariais ou pela necessidade, devido à falta de renda fixa provocada por demissões. (MACIEL, 2014, p. 9).

Aqui cabe situarmos alguns conceitos importantes em nossa discussão, já que nosso grupo de trabalhadores flutua entre caracterizar-se enquanto empreendedores, trabalhadores informais, por conta própria ou trabalhadores autônomos. São conceituações que muitas vezes se fundem ou se confundem nos estudos e pesquisas. Para Malaguti (2000), ao citar trabalho informal estaremos sempre nos referindo a trabalho independente, enquanto a formalidade está relacionada ao trabalho assalariado. Dito de outro modo, “[...] os trabalhadores assalariados seriam aqueles que possuem a força de trabalho [...]. Os trabalhadores independentes, por sua vez, seriam os que, além de sua força de trabalho, possuem meios de produção” (MALAGUTI, 2000, p. 115)

Nesse sentido, os trabalhadores independentes estariam sempre caracterizados em oposição aos assalariados, possuindo definições inversas à situação de assalariamento. No entanto, ainda para o autor, a realidade não se deixa aprisionar por conceitos e definições, e, assim, “[...] na mesma medida em que se constata que um trabalhador é, *ao mesmo tempo*, um trabalhador ‘independente’ e um ‘assalariado’, as explicações tradicionais nada conseguem explicar” (MALAGUTI, 2000, p. 144). Assim, uma espécie de bruma terminológica acaba por tentar dar conta da realidade.

Na busca de uma melhor compreensão conceitual, de acordo com Cacciamali (2000), os trabalhadores que participam da informalidade são: os trabalhadores informais tradicionais, os assalariados sem registro e os trabalhadores por conta própria. Informalidade e trabalho autônomo, portanto, parecem formas de trabalho particularmente imbricadas.

Entram na configuração de trabalhadores informais tradicionais, segundo Alves e Tavares (2006), desde os menos instáveis até aqueles mais aprofundados na instabilidade, a exemplo de: costureiras, vendedores ambulantes, trabalhadores de rua, camelôs e trabalhadores dos chamados ‘bicos’. Nesse sentido, seria uma forma de inserção laboral extremamente precária, atravessados pelo critério de baixa renda e longe de critérios de proteção social. “Eles não têm horário fixo de trabalho; há um aumento indireto de sua jornada de trabalho, obrigando-os a produzir nas horas vagas bens que lhes permitam complementar o necessário à sobrevivência familiar” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 432).

Os trabalhadores assalariados sem carteira também entram na categorização da informalidade, grupo que avança de forma veloz em números, considerando as mais recentes desregulamentações trabalhistas. Estes trabalhadores crescem dentro das instituições sob a

égide da flexibilização, com a redução de custos e contratação de mão de obra temporária ou *part-time*.

Por fim, focamo-nos na categoria dos trabalhadores por conta própria, sendo este nosso principal interesse ao buscar compreender as relações que envolvem este tipo de atividade com a informalidade e o empreendedorismo. Assim como os trabalhadores informais tradicionais, “[...] no caso dos trabalhadores por conta própria, além do uso de sua força de trabalho, pode estar sendo consumida força de trabalho dos membros de sua família, sem remuneração, bem como seus meios de trabalho” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 432). Estão aqui caracterizados os pequenos proprietários que, por não possuírem capital e tecnologia em abundância, intensificam a exploração de outros trabalhadores, em sua maioria também informais.

Nas palavras de Malaguti (2000), a informalidade é gelatinosa e escorregadia, “[...] um fenômeno que tem conseguido frustrar todos os esforços despendidos em sua compreensão ou mensuração, parecendo querer ‘envergonhar’ as pesquisas de campo e as teorias mas rigorosas” (MALAGUTI, 2000, p. 13). O autor faz, ainda, uma metáfora da informalidade enquanto um anticorpo, tal qual o sistema imunológico no corpo humano, ou como um amortecedor da crise social. Desse modo, sua existência parece estar no íntimo das relações sociais capitalistas, não podendo ser completamente eliminado da dinâmica econômica e social.

É necessário, ao empreender uma análise sobre os trabalhadores informais no Brasil hoje, considerar os processos fluidos e velozes que envolvem a dinâmica do capital, considerando desde aqueles sujeitos inseridos em atividades informais tradicionais até os proprietários de pequenos empreendimentos, com olhar voltado especialmente às novas rotulações e modalidades que surgem, aliados à capacidade do sistema de reciclar velhas formas de exploração e vendê-las como grandes oportunidades de negócio (ALVES; TAVARES, 2006). Referimo-nos a isso ao falarmos sobre aquele trabalhador que se reconhece (ou é rotulado) como empreendedor, sugerindo que sua atividade se insere em outro âmbito que difere de uma situação de informalidade.

Como a proteção individual deixou de ser central, criam-se mecanismos legais que imprimem ao trabalho uma falsa autonomia, marcada pelo ‘desassalariamento’, pela precariedade e pela ausência de comando explícito, como se tais condições fossem suficientes para transformar trabalhadores em proprietários. (ALVES; TAVARES, 2006, p. 437).

O empreendedorismo é um conceito há muito tempo estudado dentro de áreas como a Economia, a Administração, a Filosofia e a Sociologia; que se apresenta mais

apropriadamente enquanto ideologia ou cultura laboral do que enquanto regulamentação ou modalidade de trabalho. Podem ser empreendedores, por exemplo, tanto aqueles que criam um negócio próprio quanto trabalhadores que assumam uma ‘atitude empreendedora’ em um trabalho formalizado.

No Dicionário Aurélio, Ferreira (1996) entende empreender, do latim *imprendere*, como: deliberar-se a praticar, propor-se, tentar um negócio laborioso e difícil, pôr em execução. Já no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, empreender é decidir, realizar uma tarefa difícil e trabalhosa, empreender uma travessia arriscada, pôr em execução, realizar pesquisas ou longas viagens. Etimologicamente, empreender vem do latim *imprehendo* ou *impraehendo*, que significa tentar executar uma tarefa (HOUAISS; VILLAR, 2001).

A raiz da palavra empreender vem de 800 anos atrás, com o verbo francês "entreprendre" que significa 'fazer algo'. Uma das primeiras definições da palavra empreendedor foi elaborada no início do século XIX pelo economista francês J.B Say, como aquele que transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento. (BRITTO, 2003, p. 17).

Muitos são os autores que, ao longo de décadas, buscam traçar definições, conceitos, tipos e perfis que enquadrem esse comportamento (DOLABELA, 1999; DORNELAS, 2001; DRUCKER, 1986; FILION, 1999; SAY, 1986; SCHUMPETER, 1985; SOMBART, 1946) – ver mais em Oliveira (2017). Assim como nos define Dolabela (1999, p. 26),

[...] é um termo que implica uma forma de ser, uma concepção de mundo, uma forma de se relacionar. O empreendedor é um insatisfeito que transforma seu inconformismo em descobertas e propostas positivas para si mesmo e para os outros. É alguém que prefere seguir caminhos não percorridos, que define a partir do indefinido, acredita que seus atos podem gerar conseqüências. Em suma, alguém que acredita que pode alterar o mundo (DOLABELA, 1999, p. 26).

Ao analisarmos as práticas empreendedoras ao longo da história, compreendemos este como um conceito que se recicla de tempos em tempos (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011). Se, em período anterior, como no modelo fordista-taylorista, as ideias criativas e proativas relacionadas ao empreendedorismo eram desaprovadas, de certo modo hoje são ‘chamadas à cena’, sendo exigido que todos sejam empreendedores de si, naturalizando um conceito que, na realidade, transforma-se a partir dos ditames de mercado, ora colocado em foco, ora relegado a uma condição negativa. Essa alternância valorativa também conduz a diferentes formas de classificar esse fenômeno no cenário laboral. Se no contexto neoliberal passa a ser sobrevalorado, no contexto de prevalência do trabalho como

laço social é visto como uma ameaça ao coletivo e como estratégia de prevalência ao culto do individualismo.

Nesse sentido, muito embora se fale de um espírito empreendedor e sejam traçados perfis de características e comportamentos desejáveis a esses sujeitos, parece-nos que o conceito seja muito mais uma construção histórica, um conjunto de comportamentos produzido socialmente e aprendido diante de situações caracterizadas por decisões que precisam ser tomadas a partir da incerteza. As pessoas desenvolvem certas habilidades, competências e aptidões para o trabalho, construídas através das experiências que têm ao longo da vida (COELHO; AQUINO, 2009).

No Brasil, esse movimento tem, nas últimas décadas, impulsionado-se por uma ‘crise’ econômica, revalorizando-se e passando a ter mais força a partir da década de 1990 (SANTIAGO, 2007), com uma série de transformações políticas e econômicas desenhadas anteriormente, na substituição progressiva do ‘homem econômico’ pelo ‘homem empreendedor’ (BOAVA; MACEDO, 2009). Em um contexto de enfraquecimento do Estado na condução da relação capital-trabalho, agências de fomento como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), o Banco Mundial, a própria Organização das Nações Unidas (ONU) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), passam a construir fundamentos nacionais e internacionais que buscam incorporar o empreendedorismo ao modo de vida laboral, entendendo que “[...] a solução seria estimular o trabalho por conta própria ou o autoemprego a partir do suprimento de crédito para os pobres viabilizarem economicamente os seus pequenos empreendimentos” (SANTIAGO, 2000, p. 5). Se pudermos aqui fazer uma relação, esse processo mantém ligações estreitas com a expansão da informalidade nas últimas décadas, aproximando esses dois conceitos em uma mesma realidade.

A esse respeito, Malaguti (2000) ressalta o papel da proliferação de pequenas e micro-empresas na difusão da informalidade e como, erroneamente, têm sido colocados em um mesmo patamar, através de um falso sonho, os micro-empresários e os trabalhadores independentes. O mesmo autor ainda associa a expansão dos micro-negócios enquanto válvulas de escape de uma grande convulsão social.

A título de exemplo, criada em 2009, a categoria de Microempreendedor Individual (MEI) surgiu para que aqueles que trabalhavam por conta própria pudessem formalizar os seus negócios, diferindo da categoria de Microempresa (ME). O programa MEI, do Governo Federal, procura abranger também os trabalhadores autônomos que objetivam se tornar pequenos empresários. Esse programa foi criado através da Lei Complementar nº 128,

de 19/12/2008 (BRASIL, 2008). As leis que regem o Empreendedor Individual são a lei nº 11.598/2007 (BRASIL, 2007), Criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de empresas e Negócios –Redesim; a lei nº 123/2006, o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, (BRASIL, 2006); e a Lei Complementar nº 128/2008, que modifica alguns termos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (BRASIL, 2008). O que difere o MEI da ME é que, para o MEI, o faturamento anual deve ser até R\$ 60 mil e para a ME até R\$ 360 mil, sendo que a Microempresa pode contratar mais de um funcionário formalmente.

A finalidade explícita dessas políticas seria reduzir a burocracia para abertura e fechamento de negócios e simplificar o sistema de arrecadação de tributos, o que nos deixa parecer claro que, mesmo quando esses empreendedores se formalizam, eles acessam o patamar de direitos trabalhistas de modo inferior, sendo responsáveis por arcar com todos eles. Valentim e Peruzzo (2017, p. 212) nos exemplificam a situação quando trazem dados de que “[...] basta estar inadimplente para o MEI perder todos os direitos a que teria acesso (aposentadoria, auxílio doença, salário-maternidade, auxílio reclusão)”.

A mudança ocorrente no mercado de trabalho brasileiro, marcadamente a partir dos anos 1990, demonstra que a retração do nível de emprego e a alteração do conceito de empregabilidade são os vetores que apontam para o empreendedorismo como forma de inserção no mercado de trabalho. (SANTIAGO, 2007, p. 96).

Desse modo, uma espécie de pedagogia empreendedora “[...] alega que a agenda social brasileira deve contemplar prioritariamente a eliminação da miséria, adequando o estilo empreendedor brasileiro por meio de estratégias diferentes daquelas adotadas pelos países com realidades e prioridades diferentes” (SABINO, 2010, p. 5). A transformação do cenário brasileiro, portanto, recai sobre a capacidade empreendedora dos sujeitos em visualizar oportunidades em um momento de crise. Com relação a uma distinção fictícia entre empreendedores por necessidade e por oportunidade¹⁴, Pamplona (2001) procura afirmar que a inclinação preponderante dentre os trabalhadores que decidem por trabalhar para si próprios seria a busca pela subsistência, traduzindo-se, de fato, em uma estratégia de sobrevivência, próxima a uma situação de informalidade, já que cada um se torna responsável pela sua própria inserção no mundo de trabalho e pela criação de postos de trabalho através de autoempregos - se não for exagero afirmar - praticamente compulsórios.

¹⁴ Há, dentro das classificações existentes sobre o empreendedor, aquela que diz respeito à motivação dos sujeitos para empreender, que diferiria entre empreendedorismo por necessidade e empreendedorismo por oportunidade. Hoje, o que se encontra nessa distinção, são fronteiras borradas entre o que vem a ser necessidade e oportunidade de empreender.

Esse estímulo ao empreendedorismo no contexto nacional acaba por derivar do paradoxo de que, neste modo de organização do trabalho, é impossível que exista emprego para todos. Assim, pequenos empresários, cujo status social difere significativamente do empresário industrial, juntamente com trabalhadores assalariados e não assalariados irão compor a nova face da classe trabalhadora brasileira, mais complexificada, fragmentada e heterogênea em relação àquela encontrada em passado recente (ANTUNES, 2006). É fundamental a percepção desse abismo que separa os grandes empresários daqueles de perspectiva micro, muitas vezes informais, que compartilham do mesmo rótulo de empreendedor. Nessa modalidade de trabalho, “[...] as chances de sucesso são mínimas ou atomizadas, sobretudo para os empreendedores de baixa renda, que somam mais e mais indivíduos, sobretudo em contexto de transformações na dinâmica do trabalho” (MACIEL, 2014, p. 10). E, nesse sentido, a própria ideia de empreendedorismo também se vê afetada pela condição de classe.

Nesse sentido, para Sennett (2011, p. 104), [...] “as novas condições de mercado obrigam grande números de pessoas a assumir riscos, mesmo sabendo os jogadores que as possibilidades de retorno são tênues.” Do mesmo modo, Malaguti (2000) ressalta que não se pode perder de vista que os pequenos negócios se transformaram na única opção e “[...] são incontornáveis. E de fato serão, enquanto a autonomia política e econômica do Estado não for reconstruída” (MALAGUTI, 2000, p. 90). Em um Brasil que parece caminhar para a sociedade da precarização total, com uma educação pública de baixa qualidade, condições de saúde pública em processo de precarização, perspectivas de futuro em relação ao trabalho e à aposentadoria à beira de uma inexistência, é exigido que os indivíduos cultivem ideias que lhes possam servir de esperança de sobrevivência. Nas palavras de Antunes (2018, p. 38), “[...] para tentar ‘amenizar’ esse flagelo, propaga-se em todo canto um novo subterfúgio: o ‘empreendedorismo’, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será”.

A ideia de risco inerente à prática desse tipo de atividade nos leva à teoria de Beck (2011) a respeito da sociedade dos riscos, em que esses aspectos são institucionalmente fabricados. O autor acaba por dissertar, principalmente, sobre os riscos ambientais ligados às instituições modernas. No caso em questão, a lógica de mercado acaba por criar os riscos econômicos, sociais e políticos. Assim, a própria sociedade parece ter que lidar com a necessidade de se colocar em uma atividade inerentemente arriscada para garantir uma subsistência financeira, sendo essa ideia de risco fabricada pela própria dinâmica social construída. Assim, “[...] o que diferencia os riscos contemporâneos dos de outras épocas não

é tanto o seu potencial de destruição, mas, primeiro, seu aspecto institucionalmente fabricado (pela ciência, pelo mercado, pelo governo, etc.)” (BOSCO; FERREIRA, 2016, p. 236).

O empreendedorismo, inerentemente apresentando riscos ao trabalhador, justifica-se como exemplo da nova era da precarização, ocultando e naturalizando o trabalho precário e proliferando formas de flexibilização. Ele surge junto aos termos: capital humano, trabalho em equipe, cooperativismo, empresa enxuta, colaboradores, trabalho digital, trabalho *on-line*, metas e competências. O processo de precarização parece dar fôlego ao empreendedorismo, à terceirização e à informalidade, em um processo de retroalimentação comandado por incentivos neoliberais. Essa valorização do empreendedor, a partir de contratos temporários, autonomia e flexibilidade, reinterpreta igualmente o trabalho informal, através da “[...] venda de um discurso filosófico que pauta um conjunto de comportamentos individualistas, modelos opressivos em busca dos objetivos do capital. O empreendedor assume como suas as metas de reprodução do sistema” (ANTUNES, 2009, p. 49).

À medida que o discurso empreendedor se naturaliza como a resposta mais adequada para o desemprego e as más condições de trabalho, é ocultada a ideia de seguridade social atribuída ao trabalho e ao Estado, enfatizando a livre competitividade e a autorresponsabilidade do sujeito. Naturaliza-se, assim, o precário: a precarização é constituinte da vida, sendo o trabalhador o único responsável por si mesmo. As desvantagens subjetivas, econômicas e sociais nos parecem importantes e graves, enquanto para o capital internacional, diante da globalização, isso implica desoneração de tributos e de responsabilização social, diminuição de custos trabalhistas, atração de investimento internacional, contratação de serviços temporários e flexíveis e uso de subcontratação de pequenas e médias empresas. Esse tipo de trabalho é valorizado como ideal, já que as empresas passam a dispor dessa força de trabalho apenas quando necessitam. Nesse sentido,

Por estar sujeita a uma concorrência desleal, o processo de trabalho da pequena empresa deve utilizar expedientes que permitam que a exploração de uma mão-de-obra relativamente inadequada proporcione resultados semelhantes à exploração, pelas grandes corporações, de uma força de trabalho melhor preparada, adaptada e vigorosa. (MALAGUTI, 2000, p. 92).

Não há outra compreensão que nos pareça suficiente senão a de que a lógica é exatamente a de extinguir tudo o que possa vir a ser impeditivo para a expansão dos mercados e para a acumulação de riqueza por parte dos invisíveis líderes financeiros. Nesse rol de empecilhos e provedores de atraso estão os direitos sociais ligados ao trabalho, onerosos e inconvenientes. Constrói-se, assim, uma lógica em que, “[...] evidentemente o axioma principal é que o pobre é responsável por sua pobreza” (BARBOSA, 2011, p. 135), sendo

‘cada um por si’ na busca de uma seguridade social, econômica e subjetiva advinda do trabalho.

Para o sujeito que desenvolve a atividade, o chamado ‘empreendedor’, esse processo significa menos direitos e garantias, mais riscos, maior carga e horário de trabalho, intensificando o processo laboral sob a égide dos interesses do capital, mesmo que se enfatize haver nessa relação capital-empreendedor uma parceria. O que nos parece é que esse sujeito acaba vivendo mais dos malefícios que esse processo pode gerar, já que o modo de funcionamento do negócio empreendedor, pautado necessariamente no risco, acaba por gerar uma instabilidade e volatilidade relacionadas ao trabalho. Se o trabalho pode ser gerador de saúde mental, sendo este deteriorado em sua condição de suporte econômico e subjetivo, ele corrobora muito mais para condições de adoecimento, visto não haver perspectiva de futuro a longo prazo em relação a ele.

O sujeito que empreende, que abre um negócio próprio, aquele que vê como única saída montar uma barraquinha de comida ou aquele que juntou anos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para comprar um *food truck*, é o signo de um mundo do trabalho que nos coloca à mercê do capital. São indivíduos que parecem se tornar a expressão máxima do individualismo e do velho discurso calvinista do *self-help* (‘virar-se’ por conta própria), estando, aparentemente, desprotegidos e desamparados. Para Castel (2005), a insegurança social, assim como a precarização, faz parte da busca pela sobrevivência, remetendo a uma dissociação social.

É necessário pontuarmos também que a busca pelo empreendedorismo como forma de trabalho e renda também tem um forte teor ideológico, para além da busca de sobrevivência econômica. A ideologia do trabalho por conta própria (COELHO-LIMA, 2016) exalta certa autonomia e autossuficiência, que também são exaltadas pelos trabalhadores que optam por esse tipo de modalidade laboral, em detrimento de ser ‘comandado’ por outros. Na realidade, esse processo pode até comparar-se a uma busca pela sobrevivência em um contexto em que cabe ao trabalhador ‘internalizar’ os novos requisitos impostos pelo mercado, numa espécie de tentativa de autoconvencimento, acompanhado de más experiências no mercado de trabalho formal, “[...] incorporando velhas formas de trabalho precário revestidas por um invólucro de autonomia e independência” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 437). Sendo o futuro incerto, havendo poucas possibilidades de sucesso, manter-se no mercado como seu próprio patrão exige grandes investimentos pessoais e uma incorporação do ‘espírito empreendedor’.

Essa promessa de autonomia oculta o sentido precário existente na atividade e a total falta de controle sobre o que possa acontecer. Essa crença adquire consistência e legitimidade a partir de um aparato no qual o trabalhador deve perceber-se como valorizado em sua autonomia para tomar decisões sobre seu próprio processo de trabalho, o que, comparado a experiências anteriores de trabalho, em um primeiro momento se coloca como vantajoso. A partir do momento em que se abre o tão sonhado negócio próprio, esse sujeito não é mais o desempregado ou o assalariado precarizado, ele passa a ser o quase divino ‘dono de si próprio’, que é o único responsável por sua reprodução social, por suas contas, taxas e impostos, sendo aquele que não se acomoda debaixo das ‘asas’ do Estado e do comodismo das legislações trabalhistas. Sem esquecer da busca constante por formação e atualização, adaptando-se a novas tecnologias e inovações, mostrando-se flexível e criativo frente a novos desafios, sendo otimista, resiliente, persistente, dinâmico e proativo (VALENTIM; PERUZZO, 2017).

A transformação de relações formais em relações informais, muitas vezes denominadas como empreendedoras, torna-se possível pela flexibilização da produção, que, ao deslocalizar o trabalho, nega o tempo de trabalho, dando a ilusão de independência do trabalhador e da ausência de subordinação do trabalho ao capital. (VALENTIM; PERUZZO, 2017, p. 120).

Dessa forma, o olhar empreendedor desloca o foco de uma sociedade profundamente marcada pelas desigualdades sociais e o transfere à lógica de competência e meritocracia individual. Apesar da situação abismal em que vivem alguns trabalhadores em relação a outros, no ideal do ‘patrão de si mesmo’ todos possuem as mesmas possibilidades e chances, dependendo apenas da ‘capacidade empreendedora’, de ‘um olhar diferenciado’ ou de ‘saber aproveitar as oportunidades’. São, portanto, sujeitos criativos, corajosos, fortes, bravos, guerreiros e outra série de características que buscam romantizar a realidade de um trabalhador que se submete a condições de trabalho extenuantes. É um discurso ideológico pautado na perspectiva da individuação, que se apresenta, sobretudo, na ideia da autonomia e do poder individual, ou seja, na ideia de que o indivíduo é dotado de poder capaz de levá-lo a realizar tudo o que planeja. Ele tudo pode, basta vontade e persistência, sendo ele também responsável por tudo, inclusive pelo seu possível fracasso, constituindo um grande sistema de conduta de si (EHRENBERG, 2010). A ideia é a de que:

[...] o mercado recompensa o mérito, a capacidade, a coragem de correr riscos, a sorte e o sucesso dos empreendedores por meio de remunerações, lucros, ganhos de capital e dividendos. Os prêmios diferem porque o desempenho difere. Ganhos desiguais são a prova de que o mercado está cumprindo a sua missão. [...] o ataque à cobiça, vontade de crescer, prosperar dos empreendedores é, na realidade, um ataque

contra a liberdade de empreender. Empenhar-se na defesa deste direito é uma forma de defender a liberdade humana. (LEITE, 2002, p. 14).

O próprio fato de tornar-se dono do próprio negócio, ainda que esse negócio seja sua própria força de trabalho, embutido no modelo de autoemprego e empreendedor de si mesmo, já o inclui na perspectiva precária, despontando a vulnerabilidade de sua condição trabalhista, independentemente o nível de renda que lhe é atribuído.

Do mesmo modo que o empreendedorismo se transforma ao decorrer dos anos, o processo de precarização também adquire novas morfologias, como já apontado (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010). Nossa concepção do processo de precarização compreende que hoje ela se torna um constituinte dos modos de vida no trabalho, sendo a política laboral neoliberal (AQUINO, 2019), intensificando-se em categorias onde ela já estava presente e ampliando-se para as demais, atingindo desde trabalhadores de menor porte até trabalhadores de condição econômica um pouco maior, como o caso de trabalhadores de *food truck*. A exemplo de outra perspectiva de compreensão, para Falcão, Messias e Andrade (2020, p. 98), “[...] precarização da atividade de trabalho diz respeito à diminuição ou ao comprometimento do poder de agir do trabalhador.” No sentido apontado pelos autores, é um processo que ocorre na atualidade em quaisquer atividades laborais, advindo de um distanciamento severo entre trabalho prescrito e real e/ou do isolamento do trabalhador em relação ao seu coletivo.

Consideramos aqui, para esta reflexão, que todo o quadro de horas extenuantes de trabalho, o total investimento econômico e subjetivo e a intensificação de carga laboral desenham um processo de precarização da vida, na medida em que atinge, em maior ou menor grau, rápida ou lentamente, outras esferas da vida do trabalhador, ou seja, na medida em que esse trabalho toma lugar tão fundamental que invade todo o tempo de vida, sendo onde é investida toda a construção subjetiva naquele momento. Tal como aponta Aquino (2008, p. 170), “[...] a ‘invasão’ permanente do trabalho na vida dos indivíduos, para além do espaço laboral tradicional, termina por delinear um território que faz da precarização um fenômeno decisivo na produção subjetiva do trabalhador contemporâneo”.

Para Dal Rosso (2008, p. 35), “[...] as fronteiras passam a ficar difusas e o tempo de trabalho invade os tempos de não trabalho, afetando a vida individual e coletiva.” Tal como nos ilustra Maciel (2014), em geral, esse tipo de trabalho, principalmente aquele voltado à alimentação, inicia-se dentro do espaço domiciliar ou junto à própria família. Os laços familiares, nesse primeiro momento, não apresentam danos. Com o passar do tempo e o desenvolvimento do negócio, a necessidade de maiores lucros passa a surgir, seja motivada

pela ambição de expandir o negócio, seja pelo desejo de proporcionar um maior conforto para a família. Para que essa expansão possa acontecer, o trabalhador vai necessitar de uma maior intensificação da atividade, maiores atendimentos, maior volume de vendas, maior tempo no trabalho, maiores jornadas. O tempo que compartilha com a família começa a ser, gradativamente – por vezes drasticamente –, reduzido, e, nesse aspecto, o sujeito se vê na mesma situação, ou até mesmo em uma condição ainda mais desconfortável, de quando era funcionário de alguma empresa, com características em comum com o cenário construído nas atividades precarizadas. Entretanto, a essa altura não há como retroceder, já que:

[...] as amarras físicas e ideológicas não lhes permitem um retorno: lucros maiores, empréstimos bancários, clientes, fornecedores, funcionários, padrão de vida familiar, ou seja, diversos são os novos elementos que o permeiam e o engessam no falso empoderamento da geração de renda. (MACIEL, 2014, p. 11).

Nesse processo, é exigido do trabalhador uma ‘entrega’ cada vez maior aos processos de trabalho, visto que o aumento da concorrência ou uma possível diminuição das margens de lucro do negócio poderiam trazer implicações importantes na própria sobrevivência daquele sujeito. Ou seja, essa intensificação está mediada pelas atividades de consumo e também pelo aumento constante do número de trabalhadores que são deslocados para esse tipo de atividade.

Assim, a atividade empreendedora se configura como precarizada. A mudança de condição de trabalho, que parecia apontar para uma situação de autonomia e melhor qualidade de vida, parece provocar a repetição de alguns padrões de precariedade também na rotina dos trabalhadores, mesmo que esse processo seja negado ou invisibilizado pela ideologia do trabalho por conta própria, agravada por outras características que a ausência de vínculo proporciona. Estamos diante de um trabalhador exposto e vulnerável em um mundo do trabalho em que a sociabilidade baseada na condição precária tende a ser naturalizada, enquanto os discursos neoliberais procuram reafirmar a dimensão positiva e ocultar o caráter nocivo que a incerteza, a insegurança e a instabilidade delineiam.

Numa relação com o futuro caracterizada pela incerteza, que vê recuar, em nome da mudança permanente, a crença no progresso linear que simbolizava o Estado-providência, a ação de empreender é eleita como o instrumento de um heroísmo generalizado. (EHRENBERG, 2010, p. 13).

Nesse cenário, a individualização também se traduz em solidão, no sentido de que não há uma classe trabalhadora que acolha o trabalhador, sendo a ideia de categoria profissional enquanto coletivo esvaziada, debilitando a construção de vínculos sociais duradouros advindos do espaço laboral. O que se observa é que, na realidade, esse indivíduo

se aproxima, pelo menos simbolicamente, do novo capitalista, uma vez que ele agrupa outros trabalhadores em torno de uma atividade em que é reproduzida a mesma condição precária que lhe cerca, no tocante à forma de remuneração e à intensificação laboral.

O tempo a que o trabalhador é levado a se sujeitar à atividade também é um fator importante, já que ele também acaba interiorizando e reproduzindo o discurso de redução de custos e de competitividade e colonizando outras esferas da vida social. A construção da imagem do empreendedor perpassa esse fato: é um indivíduo que trabalha incansavelmente e assume riscos inerentes, sendo capaz de ‘vencer as incertezas da vida’ dentro do contexto de capitalismo flexível. Nesse cenário, “[...] os sujeitos podem ser explorados muito facilmente, porque eles parecem suportar as suas condições de trabalho devido à crença na sua própria liberdade e autonomia, devido a fantasias de autorrealização e bem-estar” (SANTOS; PERRONE, 2017, p. 4). Entretanto, para além dos discursos e narrativas, quando analisamos a vivência cotidiana, ele se torna mais uma vítima dos efeitos da flexibilização produtiva (BARBOSA, 2011). Nas palavras de Vasapollo (2005, p. 384), “[...] trata-se de uma nova marginalização social, e não de um novo empresariado”, reproduzindo novas (e velhas) modalidades de trabalho precário.

A precarização e a instabilidade laboral parecem dar conta da compreensão do estímulo ao empreendedorismo na contemporaneidade “[...] pois o indivíduo não tem formação técnica para desenvolver uma organização racional, não possui crédito em condições competitivas e o empreendimento não está associado às novas combinações schumpeterianas” (DAMIÃO; SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p. 198). Tal como também apontado por Coelho-Lima (2016):

[...] a saída do pauperismo pelo empreendedorismo constitui-se em uma falácia: por um lado, permanece a submissão do trabalhador a condições aviltantes de trabalho e, por outro, reduz a pressão pela ampliação de vagas com melhores condições de trabalho. (COELHO-LIMA, 2016, p. 261).

Como ponto a enfatizar de nossa discussão, reiteramos que o empreendedorismo, ao vincular-se ao processo de precarização, não privilegia exclusivamente uma determinada camada ou classe social, nem determinado tipo de vínculo laboral. Trata-se de um fenômeno que, cruamente, subsidia os princípios de funcionamento neoliberais e incorpora características e condições de vida precária. No entanto, mesmo que flutuando entre diferentes cenários laborais, numa perspectiva micropolítica, sendo um processo que traz diferentes matizes, acaba afetando ou se caracterizando de forma distinta entre os mais vulneráveis e os menos vulneráveis, entre aqueles que do negócio obtêm um lucro elevado e aqueles que

dependem dele para sua subsistência. Essas diferentes características fazem com que, muitas vezes, seja comum se questionar se trabalhadores de condição econômica um pouco mais favorável também sofrem com a precarização tal como os de menor porte, em que é mais fácil visualizar esse processo. Na realidade, esses trabalhadores se aproximam no tocante a essa condição, sendo possível afirmar que é a partir dela que se homogeneíza a classe trabalhadora brasileira.

A construção desse ambiente cultural apropriado a uma nova era do capital adapta modos informais e precários sob a égide do lucro constante da corrida financeira, mascarando situações aviltantes e desumanizando o trabalho, através da introdução de valores como o de que o lucro “[...] é o combustível da ação empreendedora, que impulsiona o empreendedor a avançar” (LEITE, 2002, p. 58). E os trabalhadores seguem sendo cooptados a uma lógica de aprender a conviver com a imprevisibilidade e a inconstância própria do sistema, já que a ‘destruição criativa’, o ato de renovar-se constantemente é próprio da condição empreendedora (SCHUMPETER, 1985). Nesse sentido, ser empreendedor parece ser a nova exigência do mundo trabalho, ao que nós acrescentaríamos que ser precarizado é a condição intrínseca, levando muitos trabalhadores brasileiros a seguirem trajetórias laborais cada vez mais incertas e, muitas vezes, incongruentes.

Ademais, reiterando a ampliação do fenômeno da precarização, enfatizamos que, quando nos referimos aos processos de precarização, compreendemos que “[...] a precarização laboral não se restringe à intensificação do ritmo de trabalho, à diversificação das tarefas, à adoção de novas formas de gestão, às terceirizações e às privatizações. Mais do que isso, cria novas formas de subjetivação” (SANTOS; PERRONE, 2017, p. 1). Assim, a realidade que se apresenta hoje inclui os novos arranjos e artimanhas da precarização que se engendram nas próprias escolhas e desejos dos trabalhadores.

Sendo o ponto de partida da trajetória de trabalho de nossos entrevistados o comércio de alimentação nas ruas, na subseção seguinte trataremos de realizar uma contextualização desse tipo de negócio. Faremos isso na continuidade da busca de compreender de onde, cronologicamente, partem as trajetórias ocupacionais aqui em breve desenhadas, justamente para investigar para onde elas apontaram posteriormente.

2.4 A comida de rua: entre ambulantes, barracas, trailers e *food trucks*

As práticas alimentares e as representações da comida e do comer são processos contextualizados culturalmente e que, portanto, seguem o fluxo das mudanças que permeiam

as esferas sociais e econômicas. Os hábitos de alimentação fora de casa são reflexos desses processos, constituindo um setor que se popularizou no mundo todo como *street food* (comida de rua), sendo parte do cenário dos grandes centros urbanos. Sob uma perspectiva histórica, “[...] no Brasil, a venda de comida nas ruas teria iniciado no Nordeste, a partir do século XVI, com a chegada das mulheres escravizadas, oriundas da África” (GASTAL; PERTILE, 2013, p. 4). Nesse sentido, esse tipo de comércio se iniciou em solo brasileiro a partir de uma população marginalizada e, predominantemente, pobre, atravessada por uma interseccionalidade que coloca as trabalhadoras inaugurais desse setor em uma condição ainda mais marginal: mulheres (gênero), negras (raça) e pobres (classe).

No que se refere às transformações ocorridas na contemporaneidade, em um momento anterior da história, a jornada de trabalho acompanhava, de certo modo, os ritmos e rituais alimentares, e não o inverso, havendo momentos específicos em que toda e qualquer atividade era, momentaneamente, paralisada para a hora do café da manhã, a hora do almoço e a hora do jantar. Hoje, em um sentido contrário, os ritmos e horários das atividades de trabalho é que parecem impor certo controle sobre as práticas de alimentação, sendo essa alimentação cada vez mais individualizada ou desestruturada (CONTERAS, 2009).

Seguindo essa lógica, o “[...] crescimento do público que almoça diariamente fora do lar no Brasil, agregando famílias aos habituais trabalhadores e estudantes, é um fenômeno observado a partir do final da década de 1980” (ABDALA, 2009, p. 52). Isso mantém relação tanto com o crescimento do setor de restaurantes e similares fixos quanto com o da comida de rua, setor que tem passado por diversas transformações no segmento de serviços de alimentação, transformando também os trabalhadores que dele subsistem.

O ato de comer fora de casa foi se transformando em uma necessidade, haja vista que, já no tempo das cidades medievais, os mercados públicos, de certa forma, já traziam ao cotidiano citadino novos hábitos alimentares, inclusive o “comer na rua”, que, via de regra, transformou-se rapidamente em uma boa opção àqueles viajantes que passavam pelas cidades europeias, onde, ao menos no início, não havia uma oferta considerável de estabelecimentos que atendessem aos diversos paladares e muito menos às condições econômicas da maioria. Os mesmos cotidianos, alterados os comportamentos, apresentarão novas demandas, nos quais a oferta alimentar irá se adequar. Como visto, a atual importância da Comida de Rua estaria neste caso. (GASTAL; PERTILE, 2013, p. 7).

Nesse sentido, compreendemos que “[...] na atualidade e sob a lógica dos novos nomadismos e dos novos olhares à cultura, as comidas de rua tornaram-se, embora ainda às margens e num entre lugar, um grande negócio” (GASTAL; PERTILE, 2013, p. 5). Nesse processo, a cidade é o grande cenário que abriga essas transformações, demandando “[...] a

proliferação de práticas sociais compatíveis com o modo de vida urbano, no qual uma nova relação de tempo e de espaço foi estabelecida” (DIEZ GARCIA, 2009, p. 74).

O tempo do relógio, o tempo mecânico, externo, põe ordem na vida urbana; o tempo percebido, sentido, que pode dar maior ou menor extensão a um acontecimento, é estabelecido por uma ordem subjetiva. Provavelmente esses dois tempos acompanham os diferentes ritmos da comida dos dias da semana e dos finais de semana. (DIEZ GARCIA, 1994, p. 20).

As transformações ocorridas nas esferas econômica e social acabam por afetar com intensas repercussões diversos segmentos econômicos, com o surgimento de alterações e novos formatos de negócios, especialmente no segmento de serviços. Esses novos formatos estão intimamente relacionados com as transformações urbanas operadas no Brasil, principalmente após a década de 1970.

No caso do setor de entretenimento, como os serviços de alimentação, o processo de urbanização valorizou ações que criassem praticidade, redução do tempo para o preparo dos alimentos e a facilidade de seu consumo. Esse processo levou ao crescimento do setor de alimentação, com destaque para os segmentos que oferecem alimentação fora do domicílio, como fast foods, self-services e street food (comida de rua). Os street foods são reconhecidos como tendo um papel muito importante no consumo de alimentos urbanos, especialmente nos países em desenvolvimento e para as classes de renda baixa e média. (NISHIMURA; PIGATTO, 2012, p. 2).

Comer na rua passou a ser uma rotina que aos poucos vai sofrendo adaptações tanto por parte dos comensais quanto por parte das estruturas urbanas (DIEZ GARCIA, 2009). Nesse sentido, as grandes cidades reúnem hoje uma série de características que demandam a presença da comida de rua, compreendendo um novo estilo de vida da população em termos de práticas alimentares, priorizando uma alimentação rápida e barata, o que seria o objetivo desse setor. Essas características fazem desse tipo de comércio uma dinâmica necessária ao modo de vida urbano, apesar de haver ainda desacordos quanto ao seu funcionamento em termos de higiene e regulamentação.

O curto período de tempo que as pessoas têm para comer transforma a pressa num dos traços visíveis da caracterização do modo de comer atual, principalmente nos centros urbanos, tornando breve o ritual alimentar em suas diferentes fases, da preparação ao consumo. (DIEZ GARCIA, 2009, p. 76).

Nesse sentido, a venda de alimentação nas ruas é também uma estratégia de poupar tempo e, com isso, reforçar uma dedicação maior ao capital. Constitui-se, assim, um processo de subversão do tempo. Aqui, a rua pode ser compreendida como um não lugar na perspectiva antropológica de Marc Augé (SÁ, 2014), visto a atualidade e a urgência do momento presente, sendo lugar de passagem, de circulação.

Se, por um lado, os “não lugares” permitem uma grande circulação de pessoas, coisas e imagens em um único espaço, por outro transformam o mundo em um espectáculo com o qual mantemos relações a partir das imagens, transformando-nos em espectadores de um lugar profundamente codificado, do qual ninguém faz verdadeiramente parte. (SÁ, 2014, p. 211).

Estes seriam locais em que prevalece o desejo de fazer tudo em um menor período de tempo e em que as relações que se estabelecem são as chamadas relações de solidão (SÁ, 2014). No entanto, à medida que este passa a ser espaço em que se significa uma atividade laboral e em que relações cotidianas passam a adquirir sentido, é possível compreender que, para os trabalhadores que ali habitam, o espaço da rua acaba se distanciando desse não lugar. Este espaço, portanto, adquire sentido para além da esfera do consumo. Diferente de outros espaços que são não identitários e não relacionais, os banquinhos que circundam as barracas e as conversas com os clientes costumeiros indicam que ali há a construção de relações simbólicas e patrimônios comuns (SÁ, 2014).

A comida de rua é definida como a venda de alimentos e bebidas prontos para consumo ou preparados nas ruas e espaços públicos, “[...] nesse rol, poderiam estar incluídos, no Brasil, os pipoqueiros, os vendedores de cachorros-quentes, algodão doce ou mesmo de sorvetes, que frequentam as ruas das cidades” (PERTILE, 2013, p. 302). Portanto, entendemos a comida de rua como a comercialização de alimentos e bebidas, preparados e/ou vendidos nas ruas e locais públicos.

No primeiro semestre do ano de 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou matéria de sua Revista Retratos, cujo título daquela edição era “Vidas Ambulantes”, sobre a alternativa do comércio ambulante como meio de sobrevivência dos brasileiros. O texto traz que, “[...]segundo o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, a partir de 2014 observou-se um crescimento significativo de pessoas que, após serem demitidas de empregos formais, passaram a trabalhar como ambulantes, especialmente no setor de alimentação” (SARAIVA; SANTOS, BOING; MARTINS, 2018, n.p). Desde então, assistimos um expressivo crescimento no setor, sendo que, naquele ano, o Brasil já tinha meio milhão de vendedores de comida de rua (O SUL, 2018).

Em notícia publicada em 2019 pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (VIEGAS, 2018) reunindo dados do IBGE, foi enfatizada a crescente de trabalhos informais no ramo de alimentação no Brasil. De acordo com a perspectiva adotada pela Associação, essa é uma prática que necessita ser enfrentada, apresentando riscos referentes à questão sanitária e condições desleais para os negócios regulamentados. A matéria chega a citar o caso

de uma pizzaria na cidade de Fortaleza que fechou suas portas devido à invasão do comércio ambulante nos arredores do estabelecimento.

Outra matéria de abril de 2021, publicada pelo SEBRAE de Santa Catarina, traz informações sobre o aumento do número de vendedores ambulantes devido à crise econômica. Os dados trazidos são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE, que apontou em 2020 que o número de ambulantes e informais cresceu durante a pandemia, sendo 27,9 milhões (SEBRAE, 2021), pelo fato de esta ser uma atividade de, relativamente, fácil consecução e geração de renda. Percebemos, de acordo com os dados e os levantamentos realizados, que o que ocorre hoje já vem acontecendo em processo há alguns anos em todo território nacional.

Embora o comércio de ambulantes esteja sujeito à regulamentação em países desenvolvidos, representa uma lacuna normativa em diversos países tropicais. No Brasil, não há legislação federal para a atividade. Ao mesmo tempo, com a implantação do Sistema Único de Saúde e a descentralização das suas ações, o controle sanitário desse segmento passou a ser responsabilidade dos municípios. (MALLON; BORTOLOZO, 2004, p. 68).

Para Aguiar e Costa (2018), pesquisas realizadas envolvendo alimentos comercializados em vias públicas demonstraram que o processamento desse tipo de produto muitas vezes é realizado sem controles específicos, requeridos para o trabalho com alimentação, constituindo, inclusive, problema de saúde pública. Os autores, em pesquisa realizada na cidade de Fortaleza, evidenciaram que melhorias são necessárias com relação a aspectos higiênico-sanitários avaliados nos vendedores investigados e que há ausência de legislações específicas e atuais na área.

A esse respeito, a resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004, da Agência Nacional da Vigilância Sanitária, traz a descrição sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, incluindo os vendedores ambulantes de alimentos (BRASIL, 2004). Na cidade de Fortaleza, a Lei nº 10474 de 09 de junho de 2016 é a que regulamenta o exercício das atividades de *food truck*, *food bike* e *food cart* no Município, porém consta na descrição dessa lei que ela não se aplica à categoria dos vendedores ambulantes. Nessas legislações mais recentes, notamos a proliferação de novas categorias, que costumam se confundir com a definição mais tradicional de comércio ambulante como aquele exercido por conta própria, na rua ou em ambientes públicos, entre vendedores, que percorrem as vias ou se estabelecem em barracas.

Em Fortaleza, sendo este nosso espaço de pesquisa nesta investigação, as leis que regulamentam o comércio ambulante datam de épocas passadas, sendo regido pelo *Decreto nº*

9.143, publicado no Diário Oficial do Município, em 29 de julho de 1993. Tal dispositivo, entretanto, auferiu outra redação no *Decreto nº 9.300*, de 17 de janeiro de 1994 que rege o comércio ambulante da cidade e define como sendo vendedores ambulantes aqueles que comercializam cigarros e bombons, confecções em geral, lanches rápidos, miudezas, bijuterias, discos e fitas videocassetes usadas, fichas telefônicas, carnê de sorteio, etc., sendo a atividade regulamentada por portarias emitidas por cada secretaria interessada no tema. Vê-se na descrição produtos já nem mais existentes no mercado, como fitas, videocassetes, e fichas eletrônicas, indicando a necessidade de legislação atualizada.

Os dados que indicam o crescimento do setor em nível nacional são evidenciados pelos conflitos que envolvem os ambulantes e o poder público no centro da cidade de Fortaleza, sendo “[...] a ponta de um iceberg profundo: com o avanço da crise econômica, trabalhadores informais se multiplicam nos espaços, exigindo políticas que vão além do reordenamento urbano” (VIANA, 2021). Recentemente, a Prefeitura de Fortaleza realizou uma ação de reordenamento de um dos locais turísticos da capital através do Programa Beira-Mar de Todos que visava, dentre outros objetivos, profissionalizar e organizar os vendedores ambulantes daquela área em específico (FORTALEZA, 2021).

O comércio ambulante no meio urbano, crescente na sociedade brasileira nas últimas décadas, tem se revelado como um dos indicadores da alta informalidade no mercado de trabalho nas metrópoles, apesar dos esforços do poder público na regulação mínima desta atividade, bem como da ocupação do espaço urbano, particularmente na esfera da administração municipal. (DUTRA, 2012, p. 3).

Dentre as inúmeras transformações que vivenciamos hoje, a perspectiva da informalidade e do trabalhador ambulante como principal vítima da crise econômica “[...] tem cedido lugar a novas visões e expectativas em relação ao setor informal, como, por exemplo, uma visão mais afinada ao liberalismo que visualiza neste trabalhador autônomo o empreendedor em potencial” (DUTRA, 2012, p. 6). Nesse processo, o trabalhador da comida de rua parece ser menos estigmatizado como ambulante/informal/marginalizado e classificado agora como empreendedor, e o seu negócio passa a ser menos associado à alimentação suja, insalubre e ilegal. Nesse sentido, há uma espécie de modificação nesse setor, processo sobre o qual não nos deteremos especificamente, mas sim na diversidade que nasce daí, com uma ampliação do espectro de trabalhadores para além dos ambulantes e vendedores de barracas de comida informais, dando espaço a vendedores fixos, formalizados, de maior porte, como por exemplo o segmento de trailers e *food trucks*.

Os *food trucks*, como se popularizaram os veículos customizados e adequados para fabricar e servir refeições nas ruas, tornaram-se uma opção de negócio para quem

pensava em investir no mercado da alimentação no Brasil. Segundo o Sebrae (2005, p. 8), “[...] pode-se definir *food truck* como uma cozinha móvel, de dimensões pequenas, sobre rodas, que transporta e vende alimentos de forma itinerante”.

O tipo de negócio *food truck*, e todas as características desse método de produção e venda de alimentos, foi um modelo de venda de alimentos importado dos Estados Unidos (SEBRAE, 2015).

Até o começo dos anos 2000, os *Food Trucks* (ambulantes) ainda carregavam o estigma de comida barata, de baixa qualidade. Isso começou a mudar na primeira década deste século, principalmente a partir da crise econômica de 2008 nos Estados Unidos, que levou muitos restaurantes a fechar suas portas. Sem opção, alguns chefs investiram na velha modalidade despojada de fazer comida, oferecendo pratos requintados, de alta gastronomia, a baixo custo. (SEBRAE, 2015, p. 5).

Assim, no contexto americano, esse tipo de negócio surgiu após um período de crise e foi se expandindo devido a um custo baixo de implementação. No período após a crise econômica americana, os *food trucks* começaram a ganhar mais força e popularidade, expandindo-se também para países da Europa, principalmente com o fechamento de muitos restaurantes.

Nos últimos anos, houve um vasto crescimento, chamado de tendência, dos *Food Trucks* em todo o mundo. A possibilidade de vender comida boa, simples, rápida e barata ao público que cada vez mais come na rua, procurando preços atrativos e sem muito tempo, fomentou o setor, que cresce a cada ano. Os *Food Trucks* também influenciaram o turismo das cidades, haja vista a importância do turismo gastronômico no mundo inteiro. (SEBRAE, 2015, p. 6).

No Brasil, diferentemente de países mais desenvolvidos economicamente, o desenvolvimento dos *food trucks* ocorreu, de certo modo, de maneira diferente. Aqui, ser um vendedor de comida de rua sempre foi uma das profissões mais populares, sendo fonte de renda de muitas famílias brasileiras.

O surgimento dessa tendência deu-se de forma diferente dos outros países: com a globalização e a facilidade de viagens, muitos empresários brasileiros viram a possibilidade de empreender e expandir seus negócios ou abrir um primeiro restaurante num modelo diferente, com contato direto com o público, de baixo custo, sem necessidade de adquirir ponto comercial ou outros encargos. Inicialmente, a cidade de São Paulo se destacou pelo pioneirismo nesse setor, com muitos empreendedores copiando o modelo de sucesso de Nova Iorque ou outras cidades americanas. O sucesso logo se repetiu em outros estados. (SEBRAE, 2005, p. 7)

Esse movimento se expandiu e se consolidou no Brasil por volta do ano de 2014. Segundo o site *Food Truck nas Ruas* (2017), que localiza os *trucks* por todo o país, há opções no Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia, Brasília, Minas Gerais, entre outros estados. Hoje, encontramos trailers, furgões, kombis, caminhonetes e caminhões.

Desse modo, o modelo de negócio *food truck* está inserido dentro do segmento de alimentação fora de casa ou comida de rua.

Esse tipo de negócio surge como uma oportunidade de montar um negócio próprio e abrir um restaurante com, relativamente, baixo investimento inicial e bons retornos. Porém, ressalta-se que, para iniciar um negócio nesse segmento, é necessário atender a cuidados na preparação e comercialização de alimentação, e deve-se seguir as exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), regulamentações municipal e estadual, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

É imprescindível também constituir empresa e obter aprovação da prefeitura e da vigilância sanitária, que realizarão uma avaliação sobre o uso do instrumental. Atualmente, no Brasil, apenas três estados possuem legislação própria para *food trucks*, são eles Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, todos em fase de implantação. Porém, o ideal é que essa legislação possa se expandir a outros estados, visto a consolidação desse tipo de negócio.

Além de todas as regras necessárias para cumprir a abertura de um *food truck* dentro da legalidade, segundo o Sebrae (2015) é necessário atentar para alguns pontos para obter sucesso, tais como: localização, público-alvo, segurança, energia elétrica, impostos, entre outros, visto que o mercado de alimentação na rua é disputado e concorrido com diversos tipos de atividades, tais como pontos fixos, ambulantes, caminhões itinerantes, feiras, bancas, restaurantes, dentre outros. Os *food trucks* podem ser instalados em ruas e avenidas (previamente estabelecidos pela prefeitura), estacionamentos, eventos, locais alugados ou *food parks* (locais próprios para reunião de vários *food trucks* em um espaço só).

Por se tratar de um restaurante sobre rodas, um dos diferenciais do *food truck* é que ele pode se deslocar entre pontos diferentes. Entretanto, dependendo do tipo de alimentação comercializada e do público atingido, a liberdade do movimento pode ser restrita ou, por opção do empreendedor, o *food truck* poderá funcionar em local fixo. Segundo o site de soluções jurídicas EJUDI (2019), a burocracia em montar e registrar o *food truck* seria o grande inimigo dos empresários, sendo necessário o cadastro de MEI e estar atento à Lei 10.474/2016 (FORTALEZA, 2016) com uma série de regras a serem cumpridas.

O espaço da rua, portanto, passa a ser ‘habitado’, dividido e concorrido por trabalhadores da alimentação que guardam consideráveis diferenças entre si, em termos econômicos especialmente. A *street food* dos grandes centros urbanos brasileiros abriga grandes abismos e nuances, desde o ambulante até os *food trucks*, todos empreendedores em

potencial, formando um leque muito diversificado de características e possibilidades de exploração desse cenário composto por protagonistas tão singulares.

A presença do comércio ambulante, como forma de comércio e atividade econômica, indica alguns aspectos da conjunção de problemas urbanos contemporâneos, sobretudo, a pouca absorção do quantitativo da força de trabalho que, mediante a reestruturação produtiva, segrega trabalhadores por meio de funções profissionais marcadas cada vez mais pela qualificação e incorporação tecnológica. (GONÇALVES, 2014, p. 130).

Em se tratando de um negócio que apresenta certa instabilidade em seu funcionamento, a queda no número de trabalhadores inseridos nesse setor já vem sendo observada e notada. Em julho de 2019, o site da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL, 2019), publicou matéria cujo título questiona a continuidade desse setor: *Food Truck: a comida de rua em São Paulo morreu?*. O texto em questão traz o fato de que, entre os anos 2014 e 2015, houve uma efervescência de *trucks* na paisagem urbana paulista, sendo o auge do que se chamou de ‘era dos *food trucks*’.

De lá para cá, esse sonho gastronômico foi minguando até o momento atual, em que quase ninguém sobreviveu ao hype. Segundo a Secretaria de Subprefeituras de São Paulo, na cidade há um total de 596 concessões para comércio de comida na rua na categoria A, para veículo automotor (os *food trucks*). Mas de 2014 para cá, o número de termos de permissão de uso (TPUs) só cai. Foram concedidos 153 em 2014, 127 em 2015, 119 em 2016, 108 em 2017 e 89 em 2018. (ABRASEL, 2019, n.p).

A reportagem acima teve como fonte outra, publicada dias antes pelo site Huffpost Brasil sob o título *Food trucks, do hype ao flop: O sonho da comida de rua em São Paulo morreu?* (ARGEMON, 2019). Não há, até o momento, dados pragmáticos sobre o setor na cidade de Fortaleza, mas acreditamos que a capital tem seguido o mesmo fluxo de outras grandes metrópoles, como a paulistana, centro do surgimento desse segmento no Brasil. Esse fato parece sugerir a ênfase trazida pela instabilidade do tipo de negócio empreendedor, que repercute na vida dos trabalhadores que nele investem e dele pretendem subsistir, sendo nossa tese central a que caminhos inseridos nessa esfera de trabalho levam a, cada vez mais, imprevisibilidades nas trajetórias aqui trazidas. Desse modo, mais do que investigar e tecer análises sobre o desenvolvimento do setor e/ou a viabilidade de criação de negócios nessa área, nosso intuito é, diante às transformações ocorridas, entender a trajetória de trabalho de alguns indivíduos em determinado período. É o que pretendemos nos próximos passos de nossa pesquisa.

3 A PESQUISA E O PERCURSO

A seguir, pretendemos, de forma breve e concisa, apresentar os caminhos metodológicos seguidos e surgidos em nosso percurso. Como apresentado em nosso prólogo e em nossa introdução, cabe aqui explicitar que esta pesquisa se constrói em consonância e como um desdobramento de investigação anteriormente realizada. Enfatizamos que os procedimentos seguem projeto encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFC (CEP UFC - Universidade Federal do Ceará / PROPESQ-UFC) sob Número de Parecer 1.862.106 e CAAE-Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 61315416.7.0000.5054.

Acreditamos que, ao falarmos sobre o método de nossa pesquisa, buscamos fugir de perspectivas eminentemente conceituais sobre um ou outro método, ou sobre quais autores conceituaram e articularam tais ferramentas. Este, portanto, não é um capítulo sobre um estudo da metodologia, mas sobre um percurso metodológico, entendendo este enquanto um caminho para se investigar determinada realidade. Aqui, portanto, é um espaço em que nos dedicamos a explicar e a justificar ao leitor a escolha das ferramentas, apresentar os caminhos percorridos, os descaminhos imprevisíveis, as decisões tomadas, a criação de novos modos de realizar os processos, enfim, procurar evidenciar como esta investigação foi feita.

Tomando uma referência qualitativa de pesquisa, nossa atenção tomou como foco a “virada para o mundo vivido” (SPINK; SPINK, 2017, p. 592). Compreendemos que tudo o que discutimos até agora já faz parte do nosso campo de análise, embora seja neste momento que buscamos nos fazer mais próximos dos acontecimentos vividos desse campo. Nesse sentido, não há métodos bons ou ruins, há escolhas de ferramentas mais afinadas às nossas perspectivas. Neste caso, há também novas formas de fazer pesquisa, novos arranjos que permitem a construção de caminhos mais fortuitos. Do mesmo modo, “[...] não há dados nas nossas investigações, porque não há fatos esperando pacientemente e independentemente para serem interpretados” (SPINK, 2003, p. 37). A pesquisa é, portanto, construída em conjunto, na relação estabelecida em que sujeito e pesquisador vão construindo juntos os processos (SILVA; BARROS; NOGUEIRA; BARROS, 2017). Nesse sentido, os eventos, as conversas e os fragmentos de falas aqui apresentados buscam não apresentar uma verdade real dos fatos, mas ampliar e confrontar os saberes (co)construídos em nosso estudo.

Nosso percurso de pesquisa atual se iniciou em meio a dúvidas e redirecionamentos. Quando esta tese era ainda um projeto sendo discutido, muito dele foi modificado, refeito e repensado. Cortes e recortes que levaram ao desenho metodológico que

apresentamos hoje, processo muitas vezes não revelado nas páginas que apresentam um resultado final. Em se tratando de um percurso de pesquisa mais amplo, sentimos a necessidade de situar a relação que esta pesquisa apresenta com a pesquisa realizada anteriormente. No trabalho de dissertação publicado no ano de 2017, tivemos a oportunidade de realizar entrevistas semiestruturadas com trabalhadores de comida de rua, dentre ambulantes, vendedores de barracas de comida, de trailers e de *food trucks* (OLIVEIRA, 2017). O intuito foi o de investigar as dinâmicas laborais desses trabalhadores e como elas se aproximavam de aspectos caracteristicamente precários. À época, por uma compreensão errônea de que a precarização estaria mais atrelada ao cotidiano de trabalho dos ambulantes e dos vendedores de barracas de comida, focamo-nos na análise desses sujeitos.

Como já delimitamos teoricamente, no decorrer de nosso percurso, nosso olhar foi atraído para um processo de ampliação da compreensão da precarização. Este é um processo que também vem se transformando e ganhando novas dimensões. Como forma de fechar lacunas em aberto, inicialmente havíamos desenhado nosso plano de investigação com foco apenas nos trabalhadores de trailers e *food trucks*, cujas entrevistas haviam sido arquivadas e não utilizadas para fins de análise e publicação. Nosso intuito seria utilizar materiais ainda não trabalhados e discutir sobre esses novos arranjos laborais dentro das transformações da precarização e da comida de rua em Fortaleza. No entanto, alguns fatores pesaram em nossa decisão de ampliar o espectro desses trabalhadores. A pesquisa que aqui apresentamos compreende a trajetória de sujeitos inseridos de diversas formas dentro do setor da comida de rua. Essa diversidade se apresenta no tocante à formalização, ao local de trabalho, ao horário da atividade, ao tipo de atividade, ao modelo de negócio, à classe social, à condição financeira, dentre outros aspectos.

É importante enfatizar que, visto a centralidade da temática em nossa trajetória enquanto pesquisadores e os fios soltos deixados na investigação anterior, sempre esteve em nossos objetivos resgatar de algum modo as entrevistas já realizadas anteriormente. Portanto, alguns fatores também pesaram em nossa decisão de ampliar o foco de nossa investigação, passando para um olhar sobre as trajetórias desses sujeitos. Assim, pensamos nesse resgate sob inspiração de um estudo longitudinal, na busca de compreender e analisar a trajetória laboral daqueles trabalhadores de comida de rua em determinado intervalo temporal. Neste caso, o período entre a entrevista da investigação anterior, de 2017, e esta apresentada agora. Portanto, optamos por um desenho de pesquisa que busca investigar as trajetórias laborais de trabalhadores de comida de rua, dentre ambulantes, barracas de comida, trailers e *food trucks*,

na busca de compreender o recorte de suas histórias de vida no trabalho dentro desse intervalo temporal (2017-2021).

Dentre muitas questões discutidas, foram principalmente três os fatores citados acima que nos levaram ao desenho de pesquisa apresentado:

- a) o primeiro fator diz respeito às questões trazidas pela pandemia vivida atualmente e às dificuldades impostas ao pesquisador nesse período. Não é fácil fazer pesquisa em meio a uma crise sanitária dessa amplitude. Citamos isso principalmente em função do modelo de pesquisa pensado: a entrevista, o discurso, a observação, o contato, o vínculo que se busca com os entrevistados. Dito isso, é compreensível que em um momento tão delicado tenha sido tão desafiador conseguir acessar as pessoas e realizar nossas entrevistas de modo satisfatório, ainda que de forma muito distinta do que havíamos planejado. Na realidade, nada como a riqueza contida na possibilidade de observar o vivido, o cotidiano, os movimentos e lugares, de forma presencial. Contudo, isso nos remonta a Spink e Spink (2017, p. 603), que nos falam sobre a pesquisa e o cotidiano, já que “[...] o ritmo de trabalho é mais lento quando se pesquisa o/no cotidiano, pois é mais complicado. Não é o programa de pesquisa que impõe o ritmo, é o lugar; ou melhor, a malha de lugares e suas múltiplas conexões.” Sentimos, portanto, a necessidade de incluir aqui essa ponderação como um lembrete de que o fazer pesquisa tem seu próprio ritmo, não havendo dados a serem coletados apartados da realidade social, econômica e política em que se encontram;
- b) o segundo fator decisivo nesse sentido também apresenta relação com o primeiro. Ao nos debruçarmos sobre a análise das primeiras entrevistas realizadas no ano de 2021, encontramos alguns trabalhadores que, embora em 2017 estivessem trabalhando em trailers ou *food trucks*, hoje não mais se encontravam nessa categoria. Alguns estavam em outro tipo de atividade, outros haviam mudado o modelo de trabalho, apontando que o próprio tipo de atividade da comida de rua favorece esse movimento e as trajetórias dos trabalhadores sempre estão em transformação. Esse fato mostra também que, diante da crise econômica que se agravou, muitos desses trabalhadores precisaram lançar mão de formas criativas de sobrevivência no mundo do trabalho. Como estão estes trabalhadores hoje? Em que outras atividades se inseriram? Isso nos fez despertar para a reflexão de que, em verdade, nosso

objetivo de pesquisa não se tratava de analisar um ou outro tipo de negócio, mas de discorrer sobre as trajetórias de trabalho daqueles indivíduos com quem havíamos conversado há 4 anos, diante dessas transformações operadas na esfera macrossocial. Com foco ampliado, todos, ambulantes ou *food trucks*, estavam dentro de nosso intuito de investigação e discussão da comida de rua;

- c) o terceiro fator acontece em nosso percurso em consonância com os dois primeiros, sendo uma reflexão fruto também de desdobramentos da pesquisa que antecede esta. Devido a questões já anunciadas em nosso prólogo e introdução, iniciamos este trabalho a partir da tese central de que os processos de precarização hoje se transmutam, não sendo localizados apenas em um tipo de atividade ou trabalhador, tampouco a uma característica estática de precarização. A dinâmica da precarização parece atravessar a ideia de classes sociais e a dimensão econômica e/ou de mercado. A partir dessa reflexão, aguçou-nos a curiosidade, enquanto pesquisadores do campo, de estudar com a diversidade de trabalhadores que a comida de rua abriga hoje, na busca de compreender como esse processo se desenvolve em diversos âmbitos. Acreditamos que, independentemente de o trabalhador ser o dono de um *food truck* ou um ambulante, a precarização o atravessa de algum modo, guardadas as devidas particularidades entre um e outro. E esse processo parece ter sido agravado pela pandemia.

Portanto, dentro do delineamento que havíamos proposto, nós vimos nesses três fatores a possibilidade de revisitar uma proposta anterior: a de trabalhar com a diversidade da comida de rua, dentre ambulantes, vendedores de barracas de comida, trailers e *food trucks*, não sendo mais nosso critério de escolha um ou outro tipo de atividade. Acreditamos que o próprio campo de pesquisa nos apresentou a esse redirecionamento dos objetivos. E hoje centramos nossa análise em um setor de mercado que transversaliza da estrutura popular à estrutura de classe média, denotando o surgimento de novos (e/ou velhos) processos de precarização do trabalho na busca pela sobrevivência, renomeados de ideias empreendedoras.

Situada no contexto da PST, construímos o trabalho como objeto de pesquisa, buscando apontar e discutir “[...] para a tensão entre as realidades de trabalho e a engenhosidade cotidiana necessária, de que lançam mão os trabalhadores, para fazer o trabalho acontecer” (SATO; BERNARDO, OLIVEIRA, 2008, n.p). Pretendemos fazer isso mergulhando, em uma inspiração de abordagem biográfica e histórica (SILVA *et. al.*, 2017), na análise das trajetórias laborais de trabalhadores de comida de rua na cidade de Fortaleza.

Não nos interessa fazer um mapeamento ou levantar informações de funcionamento do setor na cidade, e sim nos debruçarmos sobre o que as trajetórias de cada trabalhador podem nos dizer sobre o todo e sobre os particulares, na compreensão do mundo vivido por esses sujeitos. Interessa-nos aquilo que está para além do aparente, conhecer a trajetória dos trabalhadores, os seus pontos de vista, suas escolhas de vida, suas dificuldades. É a partir do ponto de vista dos trabalhadores que é possível reconhecer o lugar dos saberes cotidianos na materialização do trabalho. É nesse âmbito dos pormenores, das singularidades, do cotidiano real e imprevisível que se situa a investigação aqui construída.

3.1 Primeiras entrevistas: início de aproximação ao campo

As entrevistas que constituem o ponto de partida em nossa investigação, realizadas no ano de 2017, como citado em outras partes do texto, constituem uma revisita ao material da investigação anterior, publicada na dissertação “Empreendedorismo em cenário de precarização laboral: um estudo com trabalhadores de comida de rua” (OLIVEIRA, 2017). Nesse primeiro momento, optamos por apresentar brevemente as escolhas metodológicas utilizadas na pesquisa anterior, de modo que o leitor compreenda como foi pensada e realizada a conversação anterior a esta realizada mais recentemente.

Nossa preocupação no contexto da pesquisa de 2017, longe de avaliar as práticas desse tipo de comércio sob uma perspectiva sanitária, tampouco sob uma ideia de regulamentação ou avaliação da atividade em si, foi o foco nos trabalhadores e na realidade laboral encontrada nesse segmento. O que propomos, e sobre o que intentamos adequar nossas escolhas metodológicas, foi a análise da atividade desses trabalhadores, com foco particular nas características que daí sobressaem os processos de precarização laboral presentes, com um olhar especial sobre os impactos psicossociais daí advindos.

Essa foi uma pesquisa, portanto, de cunho qualitativo, tendo adotado como percurso metodológico à época: entrevistas semiestruturadas como recurso de construção de dados. Para a construção do *córpus* de análise, optamos pela seleção dos trabalhadores por conveniência, que, de forma breve, consistiu na escolha de pessoas mais oportunamente disponíveis como participantes do estudo, sendo um método não probabilístico. Esse tipo de abordagem aos entrevistados se tornou bastante facilitado pelo nosso tipo de público, que se encontrava alocado pelas ruas e espaços da cidade, viabilizando uma boa acessibilidade.

Inicialmente, os trabalhadores foram abordados, foi-lhes explicado o objetivo da pesquisa e o convite de participação foi realizado. Também nesse momento, foi realizada a

leitura breve do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde foi possível fornecer todas as informações necessárias e esclarecer possíveis dúvidas. É importante salientar que, nesse momento, foram explicitados brevemente os objetivos da pesquisa, as questões de sigilo dos discursos e identidades e o modo como os relatos seriam manejados e analisados posteriormente.

As entrevistas, em sua maioria, ocorreram no próprio ambiente de trabalho dos entrevistados, no espaço da rua ou em um espaço em que estava alocado o *food truck* ou trailer; enquanto outros preferiram marcá-las fora do horário de sua atividade. Todas as entrevistas foram gravadas, sob consentimento dos entrevistados, e posteriormente transcritas.

No que diz respeito às nossas escolhas metodológicas naquele momento, a entrevista nos serviu de suporte para obter informações importantes do sistema de valores de um grupo, através da fala individual de um porta-voz constituinte desse sistema de representações (MINAYO, 1994). Em geral, a entrevista é escolhida como método sem que se problematize essa opção e não outra qualquer (ARAGAKI; LIMA; PEREIRA; NASCIMENTO, 2014), entretanto, neste caso, ela teve objetivo fundamental na compreensão da realidade laboral do entrevistado através do discurso do próprio trabalhador. No caso da entrevista semiestruturada, ela se constituiu para nós uma técnica útil de obtenção de cortes mais pragmáticos, em que foi possível reconhecer como os sujeitos constroem os sistemas de representações, a partir de práticas individuais e cotidianas, sob um foco principal proposto pelo entrevistador (QUEIROZ, 1988). Assim, o roteiro de entrevista foi elaborado levando em consideração informações teóricas sobre o fenômeno social, contendo questões relevantes para o tema.

3.2 Segundas entrevistas: rememorando e analisando as trajetórias laborais

O desenho metodológico, de natureza de inspiração longitudinal, biográfica e histórica (BARROS, *et. al.* 2007; CARRETEIRO, 2017), a partir do qual nos inspiramos neste nosso novo caminho de pesquisa, pressupõe um intervalo temporal entre uma entrevista e outra. Portanto, consideramos o intervalo entre os anos de 2017 e 2021, período no qual muitas transformações na esfera macro trouxeram diversas repercussões, bem como já explanado em outras partes de nosso texto. Ressaltamos, no entanto, que este não é precisamente um estudo longitudinal, apenas se desenvolve sob uma inspiração, já que não segue rigorosamente sua metodologia. Utilizamos-nos deste intervalo temporal não para estudar determinadas variáveis em seu decorrer, mas para, a partir das entrevistas anteriores,

explorar as trajetórias laborais vividas no decurso dos anos indicados. Nesse sentido, inclusive, as variáveis diversas que interfeririam negativamente em muitos estudos longitudinais rigorosamente traçados muito nos são caras na compreensão desse processo.

Do mesmo modo, não realizamos aqui um estudo rigorosamente relacionado ao método de história de vida no trabalho, muito embora nosso desenho metodológico se aporte em uma abordagem biográfica. Isso porque também assumimos um compromisso com a história, através do processo de recordar. O sujeito vai revisitando sua trajetória, em um resgate de memória em que esse indivíduo é “[...] possuidor de seu próprio ponto de vista, suas interpretações, que muitas vezes colocam as do pesquisador em xeque” (SILVA *et al.*, 2017, p. 27). Através desse processo, o próprio sujeito acaba por ressignificar o percurso, sendo sua narrativa uma produção de si. Na construção das narrativas, podemos ter acesso aos processos que se encadeiam na vida laboral do sujeito, inclusive as fraturas que são compreendidas como rupturas das trajetórias de vida no trabalho (CARRETEIRO, 2017).

Realizamos, portanto, novas entrevistas com os trabalhadores no ano de 2021, tendo como principal dificuldade o contato com estes e o aceite de alguns deles, visto, principalmente, questões como o receio e o cuidado com a saúde no período da pandemia. Mesmo lhes oferecendo outras possibilidades não presenciais, não conseguimos efetivar as entrevistas com todos eles. As análises aqui apresentadas foram conversações que ocorreram de formas variadas, da maneira que foi possível e confortável para cada um dos trabalhadores, de modo previamente acordado. Algumas entrevistas ocorreram de forma presencial, no ambiente de trabalho, mantendo todos os cuidados necessários, enquanto outras foram realizadas por vídeo conferência via *Google Meet* ou aplicativo de mensagens. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente seus conteúdos de análise aqui transcritos.

Na dinâmica da entrevista, utilizamo-nos de um recurso por nós denominado de entrevista autorreferenciada. Essa ferramenta de manejo da conversação foi inspirada em uma técnica utilizada por Yves Clot dentro do campo da Clínica da Atividade chamada de Autoconfrontação simples. Nesse método, de modo grosseiramente resumido, Clot (2010) realiza uma experiência dialógica que coloca os trabalhadores em contato com seu próprio fazer ocupacional. Caracteriza-se como uma ferramenta de intervenção e pesquisa que permite a coanálise de um ofício pelos próprios trabalhadores, mediados por um pesquisador. Por meio da gravação em vídeo da atividade laboral do trabalhador e, posteriormente, por intermédio da exibição de trechos do vídeo, faz-se a confrontação do profissional com a sua própria atividade, seguida do diálogo entre ele e o pesquisador. Ou seja, o trabalhador assiste,

junto ao especialista, a si próprio realizando sua atividade e tece comentários sobre, em um processo que faz emergir questões importante em seu fazer profissional.

Enfatizamos, no entanto, que não realizamos, de fato, uma autoconfrontação nos moldes da Clínica da Atividade, tampouco fizemos aporte em sua teoria, apenas a utilizamos como dispositivo metodológico de inspiração para a condução de nossa entrevista. Isso porque compreendemos este como um importante recurso interventivo que faz emergir múltiplos discursos e perspectivas em torno de uma atividade, de modo que favorece a construção de um movimento dialético de produção de saberes. Na dinâmica da entrevista autorreferenciada, fizemos uma leitura conjunta com o trabalhador da transcrição de sua entrevista anterior, utilizando deste mote enquanto disparador da conversação. Esse foi um recurso muito interessante nas entrevistas realizadas, visto que, dado o intervalo temporal entre as conversações, foi possível resgatar acontecimentos e lembranças do momento exato em que se encontrava o indivíduo à época. Isso tornou muito mais simples e fácil retomar sua trajetória laboral e, pouco a pouco, costurar os percursos e reconstituir as trajetórias laborais.

Como aporte metodológico, inspiramo-nos no instrumental analítico das trajetórias ocupacionais (MALAGUTI, 2000). Nessa perspectiva, compreende-se que, dentro das trajetórias dos trabalhadores, não tem como haver postulados estáticos e tradicionais no que se refere às suas diferentes atuações ao longo da história de vida, enquanto assalariados, independentes ou pequenos empresários. Para o autor, não há como considerar uma sucessão de mudanças de status sem considerar os fatos que os antecederam, já que toda experiência anterior traz uma série de valores, saberes e lógicas. Segundo Malaguti (2000, p. 145) “[...] seria forçoso concluir, então, que os trabalhadores agem como ‘assalariados’ quando se empregam; como ‘independentes’ quando trabalham por conta própria; e como ‘pequenos patrões’ assim que possuem os meios de produção necessários para abrir um negócio.” Não há, portanto, uma cadeia de acontecimentos apartados das ideias, insatisfações e representações construídas ao longo da vida no trabalho.

Por sua vez, os estudos que se utilizam das trajetórias ocupacionais entendem que as condições objetivas e subjetivas do trabalho não existem separadamente. Estes estudos insistem que a realidade não é formada por um espaço social dicotômico, por uma divisão entre “o que se faz” e “o que se pensa”. (MALAGUTI, 2000, p. 146).

Nesse sentido, essa perspectiva passa a colocar em xeque os tradicionais modelos de assalariados e independentes, em que há uma espécie de desprezo da história de vida de cada indivíduo. Essa reflexão também nos chega de forma fortuita quando questionamos as próprias definições de empreendedor na atualidade. A práxis do trabalhador, a realidade em

si, não caberia em ideias ilhadas e caricaturadas, sendo produto e produtora de uma multiplicidade das experiências vividas.

Nenhum trabalhador transita de uma atividade para outra sem motivos, sem expectativas, sem desejos, impulsos ou consequências. Essa assertiva é óbvia, sem dúvida, mas nem por isso menos necessária. O trânsito temporal ou espacial entre atividades não é um processo pelo qual o trabalhador “passe impune”. A atuação produtiva, simultânea ou sequencial, em vários processos de trabalho tradicionais não apenas redefine estes mesmos processos, como tem forte incidência sobre a percepção que dele(s) se tem e a avaliação que dele(s) se faz. (MALAGUTI, 2000, p. 150).

Nesse sentido, não é possível discorrer sobre a trajetória laboral de determinados trabalhadores observando apenas aspectos aparentes e observáveis de seu cotidiano, de seu status e de sua jornada de trabalho. Não se pode desprezar o que esse trabalhador pensa, como ele se identifica ou quais suas representações e opiniões sociais.

Através da utilização das trajetórias ocupacionais constatamos que os status dos trabalhadores não se derivam nem das características de uma atividade, nem de sua atividade empírica atual, mas sim de uma experiência de vida seguidamente complexa e multifacetada, cujas variantes ocasionais interpenetram-se, definindo e redefinindo o que agora se faz em função do que antes se fez e, seguidamente, do que se pretende fazer. (MALAGUTI, 2000, p. 152).

Esse instrumental analítico busca, portanto, recuperar não apenas a sucessão de atividades e acontecimentos desenvolvidos ao longo de uma vida, como também suas repercussões “[...] no espírito dos trabalhadores” (MALAGUTI, 2000, p. 166), isso porque “[...] para obter todas as informações necessárias a apreender as dimensões ideais e materiais da existência dos trabalhadores, devemos liberar todo o potencial das trajetórias como método. Este processo transforma as trajetórias ocupacionais em trajetórias de vida” (MALAGUTI, 2000, p. 20). Em nosso caso, utilizamo-nos dessa técnica na compreensão da trajetória dos trabalhadores nesse intervalo temporal, buscando também rememorar resquícios do início de suas vidas no trabalho e de suas experiências de vida como um todo. Faremos isso também na busca de destacar e discutir aspectos que mantenham relação com nossas problematizações anteriores referentes à informalidade, à atividade empreendedora e à precarização do trabalho.

A seguir, apresentaremos as trajetórias ocupacionais de 6 trabalhadores, cujas informações iniciais podemos trazer abaixo, de modo a adiantar ao leitor os protagonistas das trajetórias analisadas:

- a) João Jaques¹⁵, atualmente com 32 anos, é graduado em Gastronomia. Em 2017, era sócio de um *food truck* itinerante de hambúrgueres. A empresa era registrada como MEI.
- b) Dora tem 34 anos de idade e ensino médio completo como grau de escolaridade. Em 2017, era dona de um *food truck* itinerante de açaí. Atuava de modo informal.
- c) Angelita, hoje com 49 anos de idade, tem ensino médio como maior grau escolar. Em 2017, era dona de um trailer móvel e de um *food truck* de sanduíches. Atuava de modo informal.
- d) Maria Moura, 44 anos, hoje cursa Enfermagem. Em 2017, trabalhava no *food truck* de hambúrgueres que era negócio da família, que se encontrava em um *food park* fixo. O negócio era formalizado como Micro-Empresa (ME).
- e) Dona Inácia, 66 anos, tem como grau de escolaridade ensino fundamental incompleto. Em 2017, tinha uma barraca de lanches no mesmo bairro onde mora. Atuava informalmente.
- f) Lourdinha, hoje com 54 anos de idade, também tem ensino fundamental incompleto como grau de escolaridade. Em 2017, trabalhava como ambulante na venda de salada de frutas.

Neste momento, realizamos um apanhado muito conciso de informações a respeito de nossos entrevistados, trazendo principalmente dados sobre suas ocupações no período em que iniciamos a reconstituição de suas trajetórias de trabalho. No capítulo a seguir, procuraremos nortear o leitor sobre essas trajetórias, utilizando como fio condutor dessa reconstituição a análise do discurso dos trabalhadores. Entretanto, antes, cabe que façamos abaixo uma pequena contextualização sobre principais e mais recentes questões que afetaram nossa pesquisa.

3.3 A pandemia do Covid-19 e o funcionamento do comércio no Ceará

Cabe, antes de adentrarmos nas trajetórias dos trabalhadores, realizarmos um breve apanhado da organização do contexto de trabalho no Estado do Ceará com o avanço da pandemia. Veremos que, em alguns momentos de suas falas, os trabalhadores citam essas ações e de que modo isso interferiu nos seus cotidianos de trabalho.

¹⁵ Os trabalhadores foram renomeados como personagens das obras de Rachel de Queiroz.

Em seu site, o Governo do Estado (CEARÁ, 2022, s/p) informa que “[...] tem adotado todas as medidas necessárias para conter em seu território a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) que tem atingido milhares de pessoas em todo o mundo. Essas medidas estão publicadas em decretos”. Mesmo antes dos casos se alastrarem pelo Estado, em 16 de março de 2020, o governador, através do Decreto nº 33.510 de 2020 (CEARÁ, 2020), que decretava situação de emergência, com alterações no funcionamento de algumas atividades, como eventos, funcionamento de escolas e visitas aos presídios do Estado. Desde então, foram quase 100 decretos estaduais que modificaram a vida e o trabalho de toda a população, no sentido de manter os cuidados coletivos e tentar frear o avanço da contaminação.

Não é nosso intuito aqui uma análise dos decretos um a um, mas apresentar um panorama geral do processo. Nesse cenário, houve períodos de intenso isolamento social, com a paralisação absoluta de atividades profissionais consideradas não essenciais. Em 19 de março de 2020, em edição especial do Diário Oficial do Estado, o Decreto nº 33.519 de 2020 determina o fechamento do comércio no Ceará, estabelecendo multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento. Essa foi a primeira grande intervenção mais rígida, levando ao fechamento de bares, restaurantes, templos religiosos, academias, dentre outros locais. Por algum tempo, o decreto continuou a ser prorrogado, chegando a se estabelecer estado de *lockdown* na cidade, com isolamento rígido. Apenas continuaram em funcionamento atividades consideradas essenciais, como produção, distribuição e logística de alimentos, supermercados e áreas da saúde, segurança e higiene.

Ainda por volta do meio do ano de 2020, o Governo iniciou um plano de retomada das atividades, de modo ainda muito cuidadoso. Em um primeiro momento, apenas alguns estabelecimentos foram liberados de funcionar, em horários restritos. Apenas com a 4ª fase do plano de reabertura do comércio, por volta de julho de 2020, os restaurantes, por exemplo, passaram a poder funcionar o dia todo, muito embora no período noturno apenas até as 23 horas. Já o comércio ambulante começou a ser incluído paulatinamente nos decretos entre os meses de agosto e dezembro de 2020, com horário específico, uso de máscara e aferição da temperatura.

Em notícia publicada em agosto de 2020, a Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS) informa que o comerciante ambulante deveria obter a permissão de funcionamento na Regional (REGADAS, 2020), sendo a autorização condicionada ao cumprimento das medidas sanitárias, como o uso de máscara, higienização dos produtos, disponibilização de álcool em gel, entre outras.

Apesar das flexibilizações em curso, o final do ano de 2020 e o início do ano de 2021 trouxeram outros decretos de isolamento rígidos, devido ao aumento dos números de casos de Covid-19. Entre fevereiro e março de 2021, o Governo anunciou novo decreto de isolamento extremamente rígido, novamente com o fechamento de serviços considerados não essenciais e suspensão de aulas presenciais em escolas e universidades.

Com o avanço da vacinação da população, que iniciou no Ceará em janeiro de 2021, e a baixa no número de caso, progressivamente o Governo foi lançando mão novamente de flexibilizações em alguns setores, a partir de abril de 2021. Somente no mês de maio o Governo anuncia novamente decreto de reabertura econômica progressiva, com a inclusão de comércio de rua, restaurantes e alimentação fora do lado, ainda em horários específicos e funcionamento com cuidados sanitários.

Junto à progressiva abertura econômica e flexibilização de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e dos eventos sociais, o Governo vai procurando intensificar a vacinação da população, aplicando medidas como a exigência de comprovante de vacinação para acesso a restaurantes, eventos, estabelecimentos públicos, dentre outros locais e serviços. Em alguns momentos, as medidas se mantêm estáveis, de acordo com o número de casos aumentando ou diminuindo. Em todo o ano de 2021, o Estado do Ceará permaneceu sob decreto de calamidade pública, de modo a desburocratizar a aquisição de materiais e serviços de combate à pandemia.

Ainda no decorrer do ano de 2022, o Estado manteve o controle do funcionamento de atividades por meio de decretos, estando em pauta agora a flexibilização do uso de máscaras, sendo liberado o uso em locais abertos. Importante citar que, mesmo com o avanço da vacinação, os casos de Covid-19 continuam a surgir, devido às novas variantes do vírus.

Esse período, portanto, transformou de forma importante a realidade de vida de todos os trabalhadores brasileiros. Se transformou a vida daqueles que estavam trabalhando formalmente, a vida dos trabalhadores por conta própria e/ou informais foi ainda mais impactada. Nesse sentido, após mobilizações sociais, em abril de 2020, o governo federal sancionou o Projeto de Lei 13.982 de 2020 (BRASIL, 2020), que, dentre outras medidas de proteção social, regulamenta o Auxílio Emergencial para beneficiários do Programa Bolsa Família, famílias cadastradas no Cadastro Único, trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI) e contribuintes individuais da Previdência Social. Apesar de o processo de distribuição do auxílio ter enfrentado muitos obstáculos, atrasos, longas filas e grande instabilidade, acabou por beneficiar muitos trabalhadores, os quais, sem o auxílio, não conseguiriam subsistir.

A pandemia do Coronavírus retirou o debate sobre renda básica de sua condição utópica, fazendo com que essa proposta se transformasse em programa possível de ser implementado no combate à crise e para se pensar o pós-crise. Dentro desse contexto, pesquisadores, pessoas da sociedade civil e políticos recolocaram em discussão problemáticas centrais da sociedade brasileira, tais como as condições precárias de trabalho, a concentração de renda e a incidência da pobreza. (MARINS *et al.*, 2021, p. 685).

Durante o curso da pandemia, os mecanismos e critérios do auxílio foram também se modificando, com uma progressiva redução no número de beneficiários. No entanto, a estratégia colocou em prática meios de realizar uma política emergencial que garantisse uma renda básica para aqueles mais vulneráveis, representando importante papel na sobrevivência de muitos trabalhadores.

4 RECONSTITUINDO TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS

Neste momento, deteremo-nos aos processos de reconstituição das trajetórias laborais dos trabalhadores, apresentando as duas entrevistas realizadas (2017 e 2021). As entrevistas estão apresentadas na ordem em que foram realizadas ao longo de nossa investigação.

Vale ressaltar ainda, antes de seguirmos, que, dada a dificuldade de resgatar os contatos com alguns dos trabalhadores entrevistados em 2017, dedicamo-nos a fazer um aprofundamento nas entrevistas realizadas nesse momento. Nesse sentido, as análises aqui apresentadas adquirem esse viés de profundidade das informações construídas e narradas pelos trabalhadores.

4.1 Análise da trajetória ocupacional de João Jacques

4.1.1 Primeira entrevista (2017)

Chamaremos nosso primeiro entrevistado de João Jacques, cujo trabalho, à ocasião de nossa primeira conversa, era em um *food truck* de hambúrgueres, que funcionava em alguns espaços de Fortaleza. A realização da entrevista não foi agendada previamente e aconteceu em um horário de movimento mais tranquilo durante o funcionamento das vendas. No dia em questão, a pesquisadora estava em um *food park* na região sul, dentre os vários espalhados pela cidade naquela oportunidade, realizando uma entrevista com outro trabalhador quando o *truck* de João chegou no espaço. Aguardamos todo o procedimento de estacionar e preparar o veículo para o funcionamento e o abordamos.

João e o sócio, ambos formados em Gastronomia, conheceram-se em São Paulo em 2014, quando trabalharam juntos em um restaurante. João é formado pela Escola de Gastronomia de Portugal desde 2013. Ele e o parceiro pareciam representar bem a ideia do “Sonho Sebraeano” (MALAGUTI, 2000, p. 92).

Coincidências da vida né? Dois cearenses em São Paulo... E faziam muitos anos que eu tava fora de Fortaleza e ele já tava também há um tempo em São Paulo. E surgiu a oportunidade, uma terceira pessoa fez a proposta pra gente criar uma sociedade né? [...]. Aí a gente montou esse negócio lá em São Paulo. Aí a gente sentou, debateu o que seria e do que se tratava. Na época, tava aquele *boom*, aquele auge dos *food trucks* lá em São Paulo. Então, nem se fala que aqui no Brasil foi o pioneiro, o estado pioneiro que começou. Aqui em Fortaleza não havia quase ninguém na verdade, pouquíssimos, a gente contava nos dedos uma ou duas opções de *food truck* na época que a gente veio. [...]. Então, a gente resolveu voltar, montar um negócio

aqui, né? Que na época, como eu tava falando, não tinham muitas opções, e daí que surgiu essa ideia de montar um *food truck*, né? (João Jacques).

No que diz respeito à sua história de vida no trabalho anteriormente a esse tipo de negócio, João nos relata que com 18 anos de idade foi morar na Europa, período no qual trabalhou em muitas atividades, como garçom, operário de fábrica, vendedor de roupa e agente de viagens, através das quais conseguiu acumular uma renda que lhe permitiu cursar Gastronomia. A partir daí, começou a trabalhar em alguns restaurantes, inicialmente lavando pratos e cuidando da praça das chapas, relacionada ao preparo de alimentos quentes assados em chapas. Ao se formar, foi trabalhar em São Paulo, onde, como já mencionado, conheceu o atual sócio. Ambos optaram por sair do emprego formal em que estavam e investir na abertura do negócio.

Tudo começou em São Paulo, esse trâmite todo, até chegar aqui em Fortaleza. [...]. Eu comecei a pesquisar sobre veículos, quais tipos de veículos seriam melhores pra fazer a adaptação e montar o *food truck*, né? Dentro daquele limite de dinheiro que a gente tinha, né? Então, a gente pesquisou bastante várias empresas que faziam a transformação de tudo. A gente viu que aqui esse modelo que a gente trabalha hoje, uma Kombi, ela é muito versátil. Então, a gente escolheu ela por isso, por ser um bom, um ótimo veículo na verdade, com muito espaço. Lá em São Paulo mesmo a gente foi em uma empresa que eles são especialistas em montagem de *food trucks*. Lá mesmo a gente começou a pensar o que a gente iria servir, porque você tem que montar a sua cozinha conforme a sua necessidade, de acordo com aquilo que você precisa e o que você vai servir. [...]. A gente não sabia como ia ser aqui em Fortaleza, a adaptação nem a recepção do próprio público [...] e a gente viu que realmente era uma boa optar pelo lance de sanduíches, hambúrgueres e sanduíches artesanais. E foi daí que a gente começou a montar a estrutura do *truck*. (João Jacques).

Ele resume esse momento: “A gente optou investir e entrar de alma, corpo e coração no nosso negócio, acreditando, voltando pra nossa cidade. A gente pediu as contas, [...] e a gente voltou pra casa, pra trabalhar”. João nos elucida muito bem, de maneira detalhada, como desenvolveu um passo a passo que os levou a montar o negócio, desde a idealização até o momento em que pôs em prática a ideia inicial.

Daí, quando a gente chegou aqui em Fortaleza, a gente começou a correr atrás de saber como é que era o processo, como a gente tinha que fazer pra ta legal. Então, a gente foi na regional pra se informar. A gente teve que fazer toda aquela parte da vigilância sanitária, que é necessária pra você trabalhar com a manipulação de alimentos. A gente contratou uma nutricionista pra fazer os manuais. A vigilância foi na nossa cozinha de produção, fez a vistoria, fez a vistoria no *truck*. A partir daí, ela nos concedeu o alvará de funcionamento. (João Jacques).

João conta que eles funcionavam de maneira itinerante, por vezes se alocando em um *food park*, por vezes transitando em festas e eventos. Eles optaram por manter essa mobilidade, já que, ao experimentarem um local fixo, sentiram que estavam perdendo essa

vantagem de poder se locomover pela cidade e conquistar outros públicos. No que tange à formalização, eles estavam formalizados como Microempreendedores Individuais (MEI), mas já pensavam em transitar para Microempresa (ME), para que pudessem contratar funcionários formalmente, já que eles contratavam mão-de-obra informal (diaristas).

No fim da entrevista, após nos contar os planos dele e do sócio em expandir o negócio, João também nos confessa que outra possibilidade que eles ponderaram seria a venda do *truck*. Quando questionado sobre como isso parecia contraditório, frente a tantos planos que ele descreveu, ele nos responde:

O motivo é esse mesmo, de crescer, né? Porque às vezes você, sei lá, acaba montando um negócio e acaba que você fica ali estagnado naquele. Né? A não ser, é claro, que você comece a abraçar outros negócios. É o que a gente tá pensando em fazer é isso mesmo, por motivos pessoais mesmo. Tentar conhecer coisas novas, produtos novos, poder viajar, colher um pouco desse fruto que o *food truck* nos trouxe, né? [...]. Então, assim, ir visitar, ir conhecer, crescer, estudar um pouco mais pra, quem sabe, daqui a pouco voltar com mais novidades. Entendeu? E é isso. (João Jacques).

A entrevista finalizou com este ponto de interrogação em relação ao futuro do negócio e ao futuro da história de vida laboral desses trabalhadores, enfatizando uma instabilidade que parece ser típica e entendida de forma natural, e necessária, por João.

Alguns pontos nos chamam atenção na entrevista de João até aquele momento. Uma delas é o fato dos dois sócios terem optado por sair do emprego formal para começar o negócio. Esse, no entanto, não costuma ser o principal motivo da criação de um negócio próprio, sendo a migração para esse setor, em especial na comida de rua, “[...] um recurso de última instância, uma ‘migração de sobrevivência’ e não um ideal acalentado” (MALAGUTI, 2000, p. 92). Contudo, diferentemente de outros trabalhadores de comida de rua (OLIVEIRA, 2017), abrir um negócio desse porte exige maior conhecimento, recursos financeiros, e, portanto, também um maior planejamento.

No que mantém relação com o próprio funcionamento e organização do trabalho desempenhado, os horários de funcionamento e o tipo de refeição servida pelos *trucks* também vão interferir na organização de vida dos sujeitos trabalhadores. A esse respeito, João Jaques nos responde sobre a organização de seu tempo de trabalho, que, segundo ele, é característico desse tipo de negócio, principalmente relacionado ao comércio de alimentação aos finais de semana e/ou no período da noite durante a semana.

Olha, eu vou ser bem direto, a área que eu escolhi, a gastronomia, trabalhar com restaurante, trabalhar em restaurante, trabalhar com alimentação, é totalmente o inverso de uma vida “normal”, entre aspas né? Por quê? Porque enquanto a maioria das pessoas folga sábado e domingo, sábados, domingos e feriados são os dias de

mais movimento pra gente. Então, são os dias que requer mais trabalho da gente. Então, assim, acho que pra qualquer pessoa que trabalha nessa área de gastronomia, de alimentação, sabe a dificuldade que é. E que você tem que abrir mão sim da vida social, né? A gente tá sempre focado, sempre na cozinha, sempre na produção, sempre indo atrás de melhorias, fornecedores, bons preços e etc. né? Então, nossa vida social se resume à segunda-feira ou à terça-feira à noite, que é quando a gente tem as noites livres. Então, a partir de quinta-feira é o dia inteiro e a noite inteira trabalhando: quinta, sexta, sábado e domingo. A vida social é mais segunda, terça, quem sabe quarta, quando dá também. (João Jacques).

Nesse trecho, João nos relata a necessidade que teve de ‘abrir mão de sua vida social’, enfatizando que parece haver uma inversão dos tempos de vida nesse caso, muito comum a trabalhadores na indústria da alimentação e do lazer (AQUINO, 2003). Ele retorna a esse tema em vários momentos de nossa conversa, enfatizando que suas atividades de trabalho pesam muito sobre as outras áreas da vida, privando-o de desfrutar de outras atividades. Sobre essa rotina, ele nos explicita o arranjo de tempo e atividades:

Bom, vamo começar: segunda-feira é a nossa folga. A gente realmente para, porque é o descanso da equipe, da galera, né? Terça-feira a gente já começa. Já tem um evento que a gente já agendou pro final de semana, então a gente já começa a semana fazendo o *check list* de quanto vai ser preciso de carne, os pães.... Vamos pras compras né? Pra comprar os insumos, já pra produção na terça e na quarta, pra formar já os produtos, pra transformar a matéria-prima já nos produtos finais, moldar ou deixar algumas coisas já preparadas. E daí, quinta-feira já, na maioria das vezes, já tem evento e já começa a produção durante o dia e venda durante a noite. Então, assim, pra quem pensa que é fácil, se engana, porque antes de chegar aqui, antes de ver a nossa fila e a galera comprando, tem todo um... uma jogada grande por trás disso, de organização, de produção, com o fornecedor. Então, começa bem cedo. De manhã já começa a batalha e a gente vai até de noite, finalizando na venda, né? É por aí. (João Jacques).

Essa atividade, portanto, desenvolve-se em meio a uma temporalidade atípica, em horários de trabalho não convencionais, o que faz parte de um sucessivo distanciamento de jornadas homogêneas para uma progressiva exigência de relativização do tempo (MARTINS *et al.*, 2012a). Essa flexibilização do tempo de trabalho faz parte da própria dinâmica desse tipo de atividade, inclusive havendo uma exigência de uma disponibilidade integral para o trabalho. Ainda no que se refere à flexibilização, questionamos João também sobre como funciona a renda advinda do negócio, inclusive afetando sua organização financeira.

Vixe, isso varia bastante, varia muito. No primeiro ano foi muito bom. Depois caiu muito, né, devido a alguns fatores: à situação econômica do país, à situação política do país. Essas crises, né, que tão acontecendo, que o pessoal tá se retraindo muito. (João Jacques).

Desse modo, para além da própria organização em torno dos horários de trabalho, a dinâmica econômica também é afetada. Ele nos relata que é bastante variável, a depender dos meses do ano, do local que eles escolhem para alocar o veículo e de toda a situação

econômica em geral, sendo, para ele, um dos primeiros tipos de negócio afetados por uma crise. Seguindo a mesma linha de raciocínio, João Jacques segue listando alguns aspectos negativos, principalmente relacionados à questão financeira da atividade.

[...] os impostos mesmo, os encargos que são atribuídos nesse ramo. Então, é mais ou menos isso. É bastante burocrático, como tudo aqui no Brasil é. Não tem nada fácil, nada. Esse é um dos grandes problemas do Brasil pra quem é microempreendedor ou pra quem tá iniciando no empreendedorismo. São essas dificuldades que são impostas pra gente né, que não é nada fácil mesmo. (João Jacques).

Ainda sobre essa questão da instabilidade e flutuação de renda, questionamos como ele enxerga a diferença entre a situação de um trabalho formal e um trabalho informal, em relação a esse e outros aspectos, como aposentadoria, férias, horários definidos, dentre outros. João nos relata seu ponto de vista frente ao que ele considera uma falsa segurança que é atribuída ao trabalho formalizado. Ele nos conta um pouco sobre a questão da aposentadoria, cujo futuro, para ele, passa a ser gradativamente melhor percebido como uma previdência capitalizada.

Tem pessoas que são... quer dizer, optam né, por essa segurança. Ou talvez por essa falsa segurança, né? Lógico que tem seus benefícios, mas, assim, a gente, mesmo não tendo carteira assinada, nós temos a opção de fazer nossa aposentadoria né? Existem várias maneiras de você economizar, aplicar numa poupança ou fazer uma aposentadoria forçada, né? Então, existem “n” maneiras. Não necessariamente se você não trabalha com carteira assinada você não vai ter uma aposentadoria. E isso é uma coisa muito pessoal. Se você se organizar, for uma pessoa organizada, entender de conta um pouco, saber que não precisa gastar tanto. “Ah eu ganho 2 mil e vou gastar os 2 mil”? Não! Você tira um pouquinho pra economizar, pra investir na sua segurança futura. Então, assim, acaba que não faz tanta falta assim uma carteira assinada, né? É o meu ponto de vista né, o meu ver. Claro que tem outras pessoas que discordam e concordam também. (João Jacques).

Essa realidade de incerteza em relação à aposentadoria acaba sendo enfrentada por diversos tipos de trabalhadores, mas é característica da situação de autônomos, informais e, nesse caso, mesmo de trabalhadores formalizados enquanto empreendedores, o que conduz essa parcela significativa de trabalhadores a uma situação de vulnerabilidade. Há, nesse discurso de João, uma espécie de estratégia compensatória utilizada na fala de muitos deles, que atribui a esse aspecto uma condição de naturalização do trabalho empreendedor e de como ele acaba assumindo para si responsabilidades e encargos historicamente garantidos e assumidos pelo Estado. João Jacques continua nos relatando sua perspectiva:

Pois é. Também tem isso. Há uma vantagem e uma desvantagem né? É como tudo. A gente optou por não ter carteira assinada, porque a gente criou o nosso negócio. A partir do momento em que você é dono do seu negócio, você não tem férias. Não existe isso, cara. Porque, por mais que você não esteja ali no local, sua cabeça vai estar sempre ali. Aqui é aquela velha história: o gado só engorda com o olho do

dono. E é assim em todo local. Se você é dono, você tem que ta 100% dentro do negócio, ali respirando, lutando, brigando pra fazer dar certo, entendeu? Não adianta você ser dono de fachada, ser sócio e ta em outro canto, não ta presente, entendeu? [...]. Lógico que férias, é muito bom ter férias, todo mundo precisa descansar. Mas, mesmo a gente sendo dono de negócio, a gente se permite tirar uns dias, descansar, se afastar né, ter os nossos diaristas que nos ajudam quando alguém vai tirar uns dias de folga. Mas eu penso que é o seguinte: eu tô com 28 anos. A hora de correr atrás é agora, entendeu? Daqui a uns 20 anos eu quero ta sentado debaixo de uma sombra colhendo os frutos que eu tô plantando agora. E hoje a gente precisa suar bastante, tem que suar muito pra conseguir colher bons frutos no futuro, né? Então eu não sinto tanta falta assim dessa questão de “ter tantos dias, 25 dias de férias, de carteira assinada, etc. e tal”. Não. Tô no foco de correr atrás mesmo dos nossos objetivos. (João Jacques).

O discurso de João Jacques acaba por reforçar e justificar uma intensificação laboral constante e muitas vezes adoecedora. Essa ideia faz parte da própria ética do trabalho, mas necessita ser discutida sob as lentes da contemporaneidade. O usufruto futuro fora da lógica salarial ainda é viável. O viver ao dia parece mais próximo da lógica empreendedora. Isso remete a uma naturalização do precário na atividade, já que o fato de não dispor de direitos e garantias sociotrabalhistas, tendo que arcar com essa responsabilidade, não é encarado como precariedade, mas como mais uma particularidade do fazer empreendedor, assim como a flutuação da renda ou como a organização atípica de horários e locais de trabalho. João relata a instabilidade do negócio por conta própria, mas ainda considerando alguns aspectos negativos da formalidade.

Olha, a gente nunca deve dizer que não, né? Dependendo da proposta. Se for uma ótima proposta, né? Assim, claro que tem suas vantagens e desvantagens, né? Como tudo na vida, né? Recentemente, eu trabalhei de carteira assinada. E é difícil, pelo menos na minha situação. Me pegava na balança de ta numa ponta trabalhando pros outros, ter que ouvir dos outros, do patrão, e na outra ponta sendo patrão, né? No caso, sendo o dono e proprietário do *food truck*. É, como eu falei, se fosse uma proposta muito boa, eu poderia sim pensar e analisar se eu conseguisse equilibrar, né? Só se eu conseguisse tocar os dois negócios, de boa. Como eu te falei, a gente nunca deve dizer não. Tem que pensar realmente no que a gente quer. Agora, no momento, talvez por ter saído recentemente de uma carteira assinada, não pretendo voltar tão cedo. Quero dar foco e ênfase só no meu negócio mesmo, durante um tempo. Mas ninguém sabe o dia de amanhã, né? Pode ser que, como eu falei, empreender não é nada fácil, pode ser que a gente passe por uma crise e tenha que vender. E a gente tem que ter sempre uma segunda opção, uma segunda carta na mão né? (João Jacques).

O trabalho independente, nesse sentido, parece fazer parte de uma conduta coercitiva de um sistema que fornece ao trabalhador poucas ou inexistentes possibilidades de uma inserção digna e que lhe garanta subsistência suficiente. A opção por um tipo de trabalho em que ele mesmo pode ‘decidir’ se desenha como o modo mais eficiente de fugir de uma suposta ‘crise’, que, na realidade, nada mais é que um plano neoliberal já arquitetado e previsto. Assim, mesmo considerando a intensificação laboral, as jornadas extenuantes e os

riscos inerentes, ainda se constrói uma perspectiva positiva em relação a ele. Em verdade, por mais que nos pareça paradoxal, Malaguti (2000) afirma não haver nada de anormal na situação, visto que o objetivo do trabalhador, nesse caso, sempre vai ser a possibilidade de ganhar mais dinheiro e ter condições de trabalho melhores, independente se na posição de assalariado ou independente. Aqui, podemos também lembrar da ideia de sociedade dos riscos (BECK, 2011) sobre a qual discutimos anteriormente.

Outra questão que gostaríamos, ainda, de enfatizar em nossa conversa com João diz respeito à reprodução da lógica instável e precária com a contratação de diaristas, que acabam por viver uma incerteza talvez ainda mais profunda. Por exemplo, João Jacques nos diz que “[...] são pessoas que vão pros eventos de maior porte com a gente e eventos que demandam uma equipe maior, aí a gente sempre contrata diaristas. A gente sempre tá tendo diaristas no final de semana”. Assim, a subcontratação acaba por se utilizar, em primazia, de força de trabalho precária (MALAGUTI, 2000), sob uma ótica reproduzindo a precarização, sob outra multiplicando oportunidades de trabalho. De todo modo, a precarização se ramifica e se amplia ao precarizar outros segmentos.

4.1.2 Segunda entrevista (2021)

Para conseguir retomar contato e realizar a segunda entrevista com João, tivemos certa dificuldade. O contato anterior que tínhamos dele em nosso registro de entrevista não lhe pertencia mais, então entramos em contato com seu sócio, que também não tinha mais seu número de telefone. No entanto, este nos passou seu contato em uma rede social, através da qual enviamos uma mensagem, na esperança de que ele nos retornasse e se recordasse de nosso contato anterior. Alguns dias passados, de forma gentil e solícita, João nos respondeu, afirmando lembrar de nossa conversa e se mostrando disposto a conversar conosco novamente.

Nas primeiras conversas dessa nossa retomada de contato, agora por meio de um aplicativo de mensagens, João nos contou que está morando fora do país, nos Estados Unidos. Por isso, nossa conversa só seria possível virtualmente, e, apesar de João relatar não ter grande familiaridade com reuniões *online*, ele se disporia a tentar dessa forma. Após esse primeiro contato, passamos alguns dias aguardando um horário que fosse possível de conversarmos, pois João nos informou que estava com uma rotina de trabalho intensa. Quando definimos um dia e um horário, ajustamos um aplicativo de reunião online e marcamos nosso encontro.

Na noite marcada, João enviou uma mensagem dizendo que se atrasaria, pois havia saído mais tarde do trabalho, desculpando-se pela diferença no fuso horário tornar nossa conversa muito tarde no Brasil. Após alguns minutos, ele sinalizou, foi-lhe enviado o *link* do aplicativo de reuniões e iniciamos nossa conversa.

Em um primeiro momento, foi contextualizado para João nossa trajetória de pesquisa, nossos objetivos para esse encontro e as questões éticas que envolviam nosso contato, informando critérios de sigilo, confidencialidade, dentre outros já informados nos tópicos anteriores. Logo após, foi-lhe também explicado como seria nossa dinâmica de conversação: partiríamos da releitura da transcrição de nossa entrevista anterior, rememorando o seu contexto de vida, através das perguntas e respostas realizadas à época. Nosso intuito foi melhor situar de onde partiríamos para reconstituir a sua trajetória laboral. João conta que gosta muito da ideia de lembrar, pois, passado tanto tempo e tendo já feito tantas coisas desde então, precisa fazer um esforço para conseguir recordar e verbalizar tudo.

Nesse momento inicial, enquanto revisitávamos a conversa anterior, João tece alguns comentários. Sobre o funcionamento da atividade anterior, ele nos conta que a proposta e o diferencial do *food truck* era justamente a mobilidade que ele proporcionava, a possibilidade de ir em busca dos clientes, explorando novos locais. Ele também lembrou alguns momentos de sua história de vida no trabalho, anterior ao funcionamento do *truck*. E, ainda nesse momento de resgate da entrevista anterior, relembramos juntos que, no final de nossa conversa em 2017, ele falava sobre a possibilidade de vender o *food truck*, o que de fato acabou acontecendo posteriormente. Sobre isso, ele comenta:

Essa nossa linha de pensamento de vender o negócio veio muito pelo que a gente sentiu na posição de empreendedor no Brasil. Porque realmente sem ajuda do governo, sem incentivo nenhum... É um dos países mais difíceis de se empreender, no meu ponto de vista, mas acredito que outras pessoas concordam com isso também. Porque realmente era bem complicado, uma série de pré-requisitos, taxas, que realmente dificulta muito a vida de um de microempreendedor, no caso como a gente, né? Então era bem difícil sobreviver contra a maré, contra o vento, contra a correnteza. Não tinha realmente nada a favor, a não ser, claro, a vontade, a paixão pelo que a gente fazia e a vontade de crescer. Mas essa questão da venda era também muito em função disso. (João Jacques).

João nos conta que a venda do negócio aconteceu ainda no ano em que havíamos conversado inicialmente, em 2017, mesmo ano que ele se mudou para os Estados Unidos. Abaixo, ele nos relata um pouco mais sobre os motivos que levaram ele e o então sócio a desistirem do negócio:

Era muito difícil, porque éramos só nós dois e a gente não tinha muito capital de giro, uma condição financeira muito boa pra segurar... porque na época a gente tava

atravessando uma crise financeira muito forte, uma crise política, financeira, econômica no País. Então, infelizmente, o dinheiro que a gente conseguiu fazer no primeiro e no segundo ano a gente teve que voltar tudo pra dentro da empresa, né? Pra poder quitar uma bola de neve, na qual a gente tinha que pagar contas, como cheque especial, etc e tal. E chegou um momento que não tinha mais o que fazer, não tinha de onde tirar. Ficou bem difícil o mercado. Se para os grandes ficou difícil, imagina pra gente que tava começando há pouco tempo ali, comparado com outras empresas, claro. Então a gente realmente achou essa a decisão mais sensata de ser tomada: de vender, poder quitar tudo e aí cada um seguir seu caminho como achava melhor. (João Jacques).

João conta que ele e o sócio encontraram um comprador e avaliaram toda a situação como um bom negócio, já que, após isso, conseguiram, finalmente, quitar todas as dívidas. Ele nos conta um pouco mais, a seguir, sobre essa trajetória de fechamento da empresa:

A gente tava vindo de dois anos bons. E, infelizmente, foi naquela época que teve aquela crise política entre os governantes aí. O que afetou bastante, porque realmente retraiu um pouco a situação financeira das famílias. As pessoas que eram nossos clientes continuaram a sair pra comer, o que acaba sendo um lazer né, sair pra jantar com a família... mas o ticket médio, por exemplo, que antes a família gastava em torno de 100 reais, baixou pra 60/70 reais, né? Você segurava um pouco mais o seu dinheiro. As famílias faziam isso. Então, o que aconteceu? Chegou um momento que, no gráfico, a gente não conseguia mais ultrapassar o ponto de equilíbrio. Ou seja, a gente sempre ficava ali, batia na trave. Ou seja, a gente tinha que injetar dinheiro dentro da empresa, pra que a gente pudesse passar realmente esse ponto de equilíbrio, pra pagar as contas e pagar tudo que a gente precisava pagar. Então, ficou bem complicado. E isso também foi um dos fatores, porque realmente não tinha o que se fazer. A gente ficou de mãos atadas no mercado. (João Jacques).

Ainda um pouco antes de fechar o *food truck*, João havia recebido uma proposta para trabalhar como cozinheiro de um empresário em Fortaleza. E, por um tempo, ficou realizando as duas atividades: o trabalho de cozinheiro e o trabalho no *food truck*. No entanto, decidiu focar sua atenção toda no *truck*, ainda na tentativa de fortalecer o negócio. Por fim, após a venda do veículo, João decidiu investir em uma oportunidade que lhe apareceu de morar fora. Ainda sobre esse período, João relata o que considera como as principais dificuldades no negócio *food truck*.

Cara, a dificuldade que eu encontrei no *food truck* foi a de nunca ter empreendido antes, né? A primeira jornada como empreendedor... Realmente não ter noção de nada. Foi na raça. Eu e meu sócio. Foi bem difícil, bem difícil. É totalmente complicado você administrar um negócio. É um filho. Requer dedicação 24 horas. Então realmente esse aí foi um ponto de aprendizado muito grande pra gente.[...] Porque quando você é dono do seu negócio, você tem que tá aprendendo e atento com tudo, principalmente nos números, coisa que eu não era tão atento. Eu já era mais emocional do que racional. Então, foi uma peia muito grande pra poder aprender. (João Jacques).

Encaminhando-nos ao fim desse processo de rememorar sua atividade anterior, questionamos se João considera esse tipo de negócio ainda como uma boa oportunidade de trabalho e investimento laboral.

Eu acredito, cara, que todo negócio que você injeta profissionalismo, que você injeta paixão, que você injeta comprometimento, que você injeta responsabilidade, tem tudo pra dar certo, né? Claro que você depende de alguns fatores: clientes, local, cair no gosto da população. Mas, como eu digo, um trabalho bem feito, com essas características que acabei de falar, tem tudo pra dar certo. Tem tudo pra dar certo. Quando você faz um trabalho honesto, né? Tem tudo pra dar certo. E sim, eu acredito que sim, que o *food truck*, com esses pontos que eu citei, pode ser um bom negócio, viável. Até porque, pra quem ta começando, que não tem tanto capital pra investir num negócio grande ou que tenha um pouco de receio de investir num capital alto sem saber quando vai obter retorno, é uma boa opção de começar, entendeu? A gente tem muitos exemplos aí em Fortaleza de amigos pessoais, meu e do meu ex-sócio, que começaram com *food truck* e que hoje tão super bem com pontos fixos, que cresceram muito e que a marca desenvolveu muito. Tem outros também que voltaram pra restaurante... enfim. (João Jacques).

Ainda sobre o *food truck* João complementa que é um tipo de negócio ainda muito forte nos Estados Unidos. Apesar de poder ter perdido força no Brasil, onde ele mora há uma facilidade e uma variedade muito grande em acessar comidas vendidas em veículos sobre rodas. Inclusive, o próprio João diz que faz muito uso desse tipo de comércio, indo em *food trucks* pelo menos duas vezes ao mês, provar alguma comida diferente, caseira, regional. “Tem aqui na cidade, em Orlando, na Flórida, nas praias, tem muito *food truck*, muito *food truck*. É bem forte o conceito, a cultura deles de *food truck* aqui, bem forte mesmo. E são caminhões assim, bem grandes mesmo, uma parada bem estruturada”.

A partir daqui, ele nos conta o início de sua trajetória de trabalho depois do *food truck*:

Por coincidência, nesse mundo da gastronomia você acaba conhecendo muitas pessoas, fazendo muito *network*. Ainda quando eu tava no Brasil, assim que eu vendi o *food truck*, eu tinha um amigo que tava morando aqui nos Estados Unidos, em Orlando. E ele tava com a esposa aqui já fazia um ano. Ele também é cozinheiro, também se chama João, por coincidência, e ele falava comigo: “Cara, a gente tá precisando de gente aqui pra trabalhar e tal... Tu não tem interesse em vir? Passa um tempo aqui em casa até tu se organizar, pra poder ta mais tranquilo. Vem buscar o teu cantinho aqui e tal”. E eu realmente não pretendia mais ficar no País porque eu já tinha vindo de São Paulo, que é um dos polos gastronômicos mais fortes do Brasil, onde tão os grandes chefes de cozinha. Hoje a gente tem chefes de cozinha espalhados pelo Brasil inteiro, mas até então o *boom* mesmo era na parte de São Paulo né, todas as influências e referências de gastronomia. Até *food truck* e etc e tal veio de lá. Inclusive eu conheci meu ex-sócio lá. Nós somos de Fortaleza, mas eu conheci ele lá. E aí, cara, eu não queria voltar pra Europa. Não gosto do frio. Não me adaptei ao frio. Os quatro anos que eu morei na Europa eu realmente não conseguia gostar muito do frio. E eu falei: “Cara, é uma oportunidade de conhecer outro país, se aventurar, aprender outro idioma... Por que não, né?”. Não tinha nada mais que realmente me prendesse aí no Brasil, em Fortaleza. Então, eu tomei a decisão, organizei tudo com meu amigo. Foi tudo meio que de última hora. Com mais ou menos 1 ou 2 meses eu já tava embarcando pra Orlando. E assim que eu

cheguei lá em Orlando, ele já me recebeu e eu fiquei lá na casa dele. Dois dias depois, eu já comecei a trabalhar no mesmo restaurante que ele trabalhava. Um restaurante brasileiro, um buffet lá na cidade. E daí comecei, dei continuidade na verdade, na minha profissão, na área, cozinhando. E depois eu fui pra outro restaurante, com outro conceito. Depois fui pra outro restaurante também, com outro conceito. Nesses intervalos de mudança de restaurante, eu fui me adaptando, fui, como eu posso dizer, construindo aqui a minha vida nos Estados Unidos. (João Jacques).

Portanto, levando em conta o que João nos trouxe de informações sobre sua trajetória de vida desde o *food truck*, hoje, com 32 anos de idade, ele trabalha em um restaurante brasileiro na cidade de Orlando, no Estado da Flórida, a 30 minutos da cidade onde mora, Kissimmee. Ele nos conta que é um restaurante reconhecido, já com 13 unidades no Rio de Janeiro, e que abriu há dois anos nos Estados Unidos, estando em processo de expansão. Lá ele exerce a posição de cozinheiro de linha: “Fico na linha de montagem dos pratos, depois da cocção. [...] Fico mais do lado do chefe da preparação dos pratos”. Ele conta também que o ex-sócio ficou em Fortaleza, e hoje trabalha como chefe de cozinha em um restaurante.

Atualmente, João não trabalha apenas em um restaurante, dividindo seu cotidiano de trabalho entre o cargo de cozinheiro e a atividade em um aplicativo de delivery de supermercados. No momento, ele encontra-se em processo para conseguir o visto de residência americano. Durante nossa conversa, ficamos curiosos para entender como ele iniciou nessa atividade de entregas, desviando um pouco do seu objetivo de trabalhar no restaurante. Ele nos explica que a situação que a pandemia do novo coronavírus apresentou à sua realidade laboral fez com que ele tivesse que se dispor a realizar outros tipos de trabalho, com o objetivo de manter uma renda que lhe permitisse o sustento de sua família. Apesar de ser um trabalho de carga horária extensa, o restaurante sempre foi sua prioridade, no entanto a situação chegou a um ponto que ele teve que abrir mão de seu planejamento de carreira.

Então assim, realmente é bem sacrificante, mas nunca pretendi sair. Acho que até uns 3 meses atrás, muito por conta da função da situação que o mundo se encontra hoje, do vírus... Porque ficou bem difícil quando entramos de quarentena, *lockdown* na cidade. Porque Orlando é uma cidade que é extremamente turística né, voltada pros parques Universal e Disney. Então, essa cidade, quando fechou os aeroportos e as fronteiras, o comércio simplesmente parou, né? O comércio simplesmente morreu. Então, o que já era difícil pra um cozinheiro, se manter, viver bem ali no dia a dia e tal, ficou praticamente inviável. Porque, infelizmente, muitos restaurante fecharam. No restaurante que até então eu tava trabalhando, fiquei praticamente 2 ou 3 meses sem renda nenhuma. Sobrevivendo do que até então eu tinha conseguido fazer no começo, nos primeiros anos aqui.

[...]

Mas chegou um momento que realmente apertou, por conta de família, né? Você tem contas a pagar, tem criança em casa e tem que botar comida na mesa. Num pai de família acaba que bate um pouco de desespero. E aí, eu resolvi realmente sair do restaurante. Falei com meu chefe, pra agradecer a oportunidade. Mas fui tentar, fui

tentar outras coisas. Fui trabalhar na construção civil, porque é uma área que paga bem a diária aqui, né? Trabalhei um tempo na construção com um colega meu. Apareceu uma outra oportunidade também de questão de deliveries de aplicativo. E eu acabei pegando, inclusive estou fazendo até hoje pra complementar a renda. Na verdade, até final do ano passado eu não tava mais no restaurante, né? Não tava mais trabalhando no restaurante. Eu tinha realmente saído da área pra levantar um extra. Então eu tava só no delivery de aplicativo. (João Jacques).

Nesse sentido, observamos como a situação trazida pela pandemia agravou a situação laboral de trabalhadores como João, principalmente na sua área, em uma cidade que depende, basicamente do turismo. Em sua vinda aos Estados Unidos, ele conta que pretendia, de fato, investir na área da gastronomia, mas que, além de já ter trabalhado em alguns restaurantes, trabalhou também algumas vezes na construção civil e em outras oportunidades informais, como é o caso do aplicativo de delivery. Portanto, no início da pandemia, como nos conta, ele pediu para sair do emprego de cozinheiro e trabalhou durante algum tempo nessas outras atividades. Foi nesse ínterim também que ele abriu uma empresa de fabricação de geleias artesanais, com uma colega que trabalhava como garçomete no restaurante. Eles alugaram uma cozinha industrial de um outro restaurante que havia fechado e começaram a vender os produtos.

E aí a gente foi fazendo, foi fazendo, foi fazendo. A gente vendeu bastante, mas infelizmente era um produto barato. Até porque a gente não tinha como colocar um produto caro no meio da pandemia, senão ia ficar parado no estoque. [...] E a gente acabou vendendo bastante, fez uma clientela bacana. A gente tentou né, cara? A gente se movimentou. Como eu falei, tem que se mexer. Não adianta nada ficar parado, quebrando a cabeça, ficando louco dentro de casa. Valeu a pena, foi uma experiência bacana. Mas uma coisa é você fazer uma geleia no seu final de semana, pra você comer com uma torrada, com um pão, com um sorvete. Outra coisa é você comercializar a geleia, validar o produto, colocar ingredientes que você possa render o produto... Frutas frescas são caras aqui, então realmente a gente quebrou a cabeça pra encontrar esse produto bom, diferente, barato e pra conseguir vender. Mas foi bacana a experiência, foi show de bola. Aí oh, foi a segunda vez que empreendi na vida. Foi bacana. Realmente a gente vendeu, vendeu, vendeu bastante. Mas realmente, pra dividir pra dois o lucro era bem pequeno. Era mais por *hobbie*, era mais pra ocupar a cabeça. Não dava pra viver disso naquele momento. (João Jacques).

João conta que sua colega continuou na venda das geleias, tendo ele passado as receitas para ela. Hoje, a empresa funciona como venda de cestas de café da manhã e outros presentes, para além das geleias apenas. Ele enfatiza que não era esse seu objetivo de trabalho e que a renda não permitia uma divisão satisfatória do lucro, e por isso se afastou, ficando feliz por sua colega ter dado continuidade. Em seu relato, é interessante pontuarmos uma lógica que parece se estender a diversos pequenos negócios: a contradição presente no seu discurso, quando nos diz que, por mais que tenha vendido bastante e tenha tido bastante sucesso, a renda não era suficiente para garantir subsistência. Questionamo-nos sobre a

questão do retorno financeiro não ser suficiente, mesmo diante do que é considerado sucesso do empreendimento.

Alguns meses após essas experiências de trabalho, já com o início da reabertura do comércio na cidade, João estava trabalhando exclusivamente no delivery. Ele nos explica que este foi um tipo de serviço surgido nesse período de *lockdown*, em que as pessoas optam por receber os produtos de supermercado em casa. Através do aplicativo, elas mesmas escolhem os produtos, escolhem o supermercado de sua preferência e ofertam uma espécie de gorjeta para quem aceitar a proposta. O aplicativo complementa essa gorjeta ao entregador, que vai até o supermercado em seu veículo próprio, seleciona os itens, escaneia cada um e vai realizar a entrega na casa do cliente. Finalizando aquela entrega, o aplicativo já oferece outra da mesma maneira, calculando o raio de distância em que o entregador se encontra.

Sobre a atividade no aplicativo de entregas, João deixa claro que, de fato, essa foi uma válvula de escape em um período difícil. Em sua fala, ele nos detalhou muito mais sobre o trabalho no restaurante do que no *delivery*, sugerindo certo orgulho e satisfação ao falar do trabalho como cozinheiro. A esse respeito, ele fala:

Olha, cada um sabe da sua necessidade, cada um sabe onde o calo aperta, sabe o compromisso e os objetivos que você tem na vida. A gente tem que correr atrás dos nossos sonhos, dos nossos objetivos. Não é fácil. Nada na vida é fácil né, pra quem não nasceu em berço de ouro. Se você não correr atrás do seu, ninguém vai correr por você. Chega um momento da vida que você realmente aprende, como a gente fala na nossa gíria no Ceará, a se fazer de doido pra engolir sapo, baixar a cabeça, né? Pra questão de necessidade, como eu falei, e de objetivos. E às vezes, a vida é... Na verdade, a vida é dura para quem é mole. Essa é a verdade. Eu digo por mim aqui. A gente vai sair de casa, a gente não sabe realmente o que espera, mas tem que acreditar, tem que batalhar, tem que se mexer. Tem que se mexer, se movimentar. (João Jacques).

Com felicidade, João nos contou que, depois de passar alguns meses exclusivo no aplicativo, voltou para o restaurante depois que seu chefe pediu que retornasse. Com a reabertura, o restaurante voltou a ser movimentado, especialmente nos finais de semana. Essa retomada da movimentação surgiu de turismo interno. Com o inverno estadunidense, muitas pessoas procuram o estado da Flórida.

Então ele acabou me ligando pedindo por favor pra ajudar eles no final de semana, que eram os dias mais fortes. Como eu falei lá em 2017, na época do *food truck*, a gente nunca sabe o dia de amanhã, né? Eu acabei voltando a sacrificar os finais de semana pra poder ajudar lá. Porque é a minha área, né? É o que eu gosto, é o que eu escolhi pra fazer. Então não consegui ficar muito tempo afastado do restaurante não. Me chamaram aí de urgência e eu acabei voltando. E eu tô fazendo isso, tô em dois trabalhos: tô no restaurante e também fazendo delivery, pra poder complementar a renda, esperando aí que as coisas se normalizem dentro dessa nova situação que a gente tá vivendo. Pra que as fronteiras possam abrir, pra que os turistas possam vir e que a engrenagem volte a funcionar normal, né? Porque quando vêm turistas pra

cidade, os turistas injetam dinheiro na cidade, as companhias pagam melhor pros funcionários, os funcionários conseguem viver melhor dentro de sua cidade... Então, é um ciclo, é uma engrenagem com várias peças que, se uma para, para tudo. Então, quando tudo tá funcionando, o ciclo tá funcionando normal. Então, a gente tem fé, a gente tá esperando e realmente acreditando que as vacinas aconteçam realmente o mais rápido possível, que as coisas voltem a se normalizar, o comércio volte a funcionar normal, pra que tudo possa voltar normal à vida dentro de um restaurante. Mas por enquanto realmente não dá pra ficar só em um. Tem que sambar dos dois lado aí. (João Jacques).

Portanto, hoje seu cotidiano de trabalho se divide desta maneira: durante a semana trabalha no aplicativo de entregas e aos finais de semana trabalha no restaurante.

As coisas tão melhorando, tão melhorando sim. Bom, mas na semana é bem difícil. Na semana tá bem difícil, tá bem devagar, inclusive, eu liguei pro chefe hoje, pra conversar com ele. Ele falou que esses dias foi bem devagar no restaurante. E o movimento maior é no final de semana né, porque a gente tá servindo, praticamente, a comunidade da cidade né? Não turista. Então, quem vive na cidade, em geral, não tem condição de todo dia sair pra jantar ou almoçar fora. Mas, nos fins de semana, são os momentos de lazer, mesmo dentro da quarentena, mesmo dentro de todas as limitações, com capacidade reduzida, a gente tá tentando e o movimento se torna bem melhor do que na semana. E aí a necessidade dele ter me chamado pra voltar nos finais de semana pra ajudar. (João Jacques).

Apesar de feliz pela volta ao cargo de cozinheiro, João nos conta que a situação ainda está longe de voltar à normalidade. Ele conta que tudo se flexibilizou e os restaurantes voltaram cheio de restrições, com horas e turno reduzidos e, conseqüentemente, o valor pago pelas horas trabalhadas também diminuiu, com o objetivo de garantir o funcionamento do local.

Como eu falei, muita coisa se flexibilizou em função da atualidade do que a gente tá passando. Antes eu tinha uma carga horária fixa... Fixa, assim, dependia da questão da necessidade, mas era um mínimo de 47 horas de trabalho por semana. No mínimo, porque às vezes chegava até a fazer 58/57 horas de trabalho na semana. Isso num valor fechado já né, num contrato, você ganha por hora um valor fixo. Ou alguns casos, alguns restaurantes, eles te pagam um valor fixo semanal, independente da quantidade de horas. Isso normalmente se paga nos cargos mais altos na cozinha, como chefe de linha ou chefe de cozinha, entendeu? Mas pra mim realmente compensava trabalhar mais por valor de hora, porque você acaba fazendo muita hora extra. E às vezes compensa mais fazer hora extra do que um valor fixo, entendeu? Por conta disso, hoje não tenho um contrato direto com a empresa, né? Acabou sendo como se fosse um *part-time*. Isso se flexibilizou mais frente à pandemia. (João Jacques).

Anteriormente, João nos relatou que havia iniciado no trabalho de aplicativo para complementar a renda. No entanto, em dado momento e por certo período, essa atividade se transformou em sua renda principal. Hoje, parece ter havido uma inversão nesse sentido, já que ele divide sua carga horária de trabalho novamente entre as duas atividades, porém os dias em que trabalha no restaurante são apenas os finais de semana. Perguntamos, então, em termos de renda, como se dá a divisão entre as duas atividades:

Eu acho que, na verdade, tá 60 pra 40. Eu acabei fazendo uma matemática esses dias e tá 60 pra 40. [por cento]. Porque delivery também varia muito, né? Pra eu poder voltar pro restaurante, eu fechei um negócio com o proprietário de um valor fixo pro final de semana, não importa o que esteja acontecendo. Então, acabou que meio que igualou. Acabou que eu tenho que correr atrás na semana pra chegar mais ou menos no mesmo valor que eu faço no final de semana. Por quê? Porque no final de semana eu acabo fazendo uma quantidade de horas bem grande. Tipo, são 14 horas em um dia e mais 12 horas em outro dia. Então são 26 horas em dois dias, né? Na semana eu trabalho em média 7 horas, 8 horas no máximo no delivery, porque a gente trabalha em cima dos horários dos supermercados, que também têm com os horários reduzidos por conta da pandemia. Então, tá mais ou menos nessa média, 60 e 40, às vezes 50/50. Realmente varia muito. (João Jacques).

Apesar de trabalhar mais dias na semana no aplicativo de delivery, João relata que ganha muito melhor no trabalho no restaurante. Por isso, para ele, em termos de renda a questão fica equilibrada. Entretanto, se o funcionamento dos restaurantes estivesse normalizado, ele estaria ganhando muito melhor e em melhores condições do que as oferecidas nas entregas. Além do mais, estaria trabalhando integralmente naquilo que gosta, na profissão que se formou para realizar.

Ainda sobre seu atual cotidiano de trabalho, João nos conta que se viu, portanto, na necessidade de sacrificar seus dias de descanso para voltar ao trabalho que, de fato, sente prazer em realizar. E, nesse sentido, ele relembra o que já havia relatado sobre a difícil dinâmica entre vida laboral e as outras esferas da vida, como família e amigos, de quem trabalha em setores de lazer e turismo. No que se refere a essa questão, ele relata que tem procurado se adaptar da melhor maneira possível e que, diferentemente de nossa conversa em 2017, hoje ele tem uma família em casa que conta com sua presença, o que muda o cenário. Já em seu terceiro ano morando nos Estados Unidos, ele conheceu sua atual esposa, com quem mora, junto a um enteado de 6 anos. A esposa é porto-riquenha e trabalha no setor de desenvolvimento de projetos de uma rede americana de hotéis.

Sobre a questão da vida social e familiar dividida com a rotina de trabalho, João nos relata:

E como eu já tinha falado antes, a questão de vida social realmente é bem complicado, porque são os dias mais sacrificantes, justamente os finais de semana ou as noites, né? Então você tem uma vida totalmente diferente. Até que minha esposa é uma pessoa que tem uma compreensão muito grande com isso, porque não é fácil. Ela trabalha em período normal. Normal que eu falo é segunda a sexta e horário comercial. Ela tem os finais de semana livres. A minha folga é na segunda ou na quinta-feira. Ou seja, não coincide com as folgas dela. Nos finais de semana, eu tô o dia inteiro, fazendo praticamente 14 ou 13 horas por dia dentro de uma cozinha, enquanto ela tá o final de semana inteiro sozinha. (João Jacques).

A rotina de João acaba por se organizar de modo inverso ao considerado tradicional, referente ao modelo de sociedade salarial. Este, como já citamos em outro

momento, é o modo como se organiza a rotina de trabalhadores da gastronomia, do lazer, do turismo e outras áreas que lidam com o tempo de lazer de outros. Para Aquino (2009), essas atividades:

[...] representam a evidência de uma alteração nos parâmetros da temporalidade laboral, reconhecida na constatação de que é um setor que se estabelece e desenvolve-se a partir da liberação do tempo de trabalho estruturado na sociedade industrial, mas, ao mesmo tempo, embora constituindo uma “oposição” temporal, estrutura-se e adquire relevo na lógica capitalista quando se inscreve na perspectiva do consumo, passando a constituir-se em um importante setor econômico. (AQUINO, 2009, p. 274).

Essas novas temporalidades vinculadas ao trabalho são decisivas para a organização de vida da classe trabalhadora. No caso de João, organiza-se o que poderíamos chamar de dessincronização (AQUINO, 2009) entre sua estrutura temporal de trabalho e a de sua esposa. Desse modo, essa temporalidade atípica parece exercer importância sobre a organização temporal de outras esferas de sua vida.

João nos relata também sobre a profunda transição pela qual passou, e que hoje ter alguém com quem dividir os percalços torna tudo mais fácil. A transição a que ele se refere diz respeito ao fato de ter se arriscado em termos de perspectiva de trabalho, afastado-se de sua família, transformado completamente seu entorno social, dentre os vários outros fatores que envolvem uma transformação de vida tão grande quanto ter mudado de país. É possível compreendermos aqui como a condição de trabalho – o tipo de atividade, a organização das jornadas, os locais de trabalho, etc – acaba sendo decisiva para outras esferas da vida, com a perspectiva de vivenciar um tempo de lazer, a escolha de um local de moradia, a organização familiar, dentre outros aspectos.

Em verdade, quando nos propomos a conhecer sua trajetória de trabalho desde o *food truck*, não poderíamos imaginar como ela havia se transformado. A esse respeito, ele relata abaixo, enfatizando, principalmente, questões culturais e financeiras das dificuldades desse processo:

Aqui, pra conseguir me adaptar foi a questão do idioma, né? Porque realmente eu vim zero de inglês. E é um pouco difícil você se adaptar, aprender no dia a dia as leis do país, as leis trabalhistas, a maneira de trabalhar, o estilo de vida. Muda, tudo muda. Alguns brasileiros, infelizmente, têm aquela mentalidade e trazem aquela mentalidade brasileira, aquele jeitinho. Infelizmente tem muita gente que quer passar a perna aqui nos brasileiros. A comunidade brasileira aqui é grande, mas muita gente, infelizmente, não tem tanto caráter, não tem tanto compromisso com seus funcionários, entendeu? Então, assim, eu já fiz de tudo aqui. Por exemplo, eu já trabalhei em um restaurante que, infelizmente, o dono passou 4 semanas sem pagar os funcionários. Era bem difícil, bem complicado. Porque, quando você se muda pra um país, você tá começando a sua vida, então você acaba vivendo necessariamente do seu pagamento. Você não tem muito. Eu digo, no meu caso, eu não tinha muita reserva financeira. E acabei gastando praticamente tudo o que eu trouxe no meu

primeiro ano, né? Em questão de alugar casa, carro, alugar quarto né? Então, realmente foi um pouco difícil isso de encontrar pessoas, patrões, que realmente se prestavam a honrar com seus compromissos, entendeu? Essa foi uma das dificuldades, juntamente com o idioma, junto também com a época do inverno. O inverno aqui na Flórida é bem curto, mas chega a fazer uns dias bem frios também. A gente, por acaso, tá no inverno nesse exato momento. Então, por exemplo, ontem amanheceu aqui 4 graus, bem frio. E tem que sair pra trabalhar. Meter as caras e ir pra cima. (João Jacques).

Após conversarmos bastante sobre sua trajetória de vida nesse período entre as entrevistas, questionamos João sobre sua perspectiva de trabalho futuramente, ao que ele nos responde:

É curiosa essa pergunta, porque faz tempo que venho conversando com minha esposa em relação a isso. Porque aqui nos Estados Unidos você tem muitas e muitas oportunidades. Aqui a mão-de-obra realmente é valorizada. Há facilidade, etc. Ela pergunta se eu não tenho interesse de montar meu próprio negócio mais uma vez, mas talvez não seja o momento. Eu quero aprender mais sobre a cultura daqui e eu quero aprender mais sobre a própria mentalidade americana, que é altamente diferente da nossa mentalidade brasileira. Pra quem sabe um dia abrir meu próprio negócio aqui. Mas, por enquanto, eu pretendo continuar trabalhando como empregado, né? Apesar de que eu recebi outro dia uma proposta do próprio dono do restaurante. Ele tá pensando em abrir outra unidade e quer me promover pra ficar como responsável chefe nessa nova unidade. A gente tá em processo de negociação de valores e esperando as datas da reforma terminarem, desse novo restaurante, pra realmente bater o martelo. Acredito que muito em breve eu vou tá voltando *full-time* pra cozinha, porque é uma proposta boa. E pode ser que daí eu possa vir a crescer. Eu penso em trabalhar em outras companhias, companhias maiores, né? Porque realmente tem muita empresa grande, muitas redes de restaurantes grandes aqui, então a tendência é sempre tentar crescer mais, aprender mais, evoluir mais. Mas um passo de cada vez. É porque é realmente a situação que a gente se encontra né? É tudo incerto, tudo é muito incerto. Você nunca sabe o que vai se passar, o que pode acontecer, quando as coisas vão normalizar. Então realmente não dá pra gente... A gente planeja várias coisas, mas realmente bater o martelo em cima de um plano é difícil nesse momento. (João Jacques).

João inicia a fala acima explicitando sobre as muitas oportunidades que pode encontrar na esfera de trabalho norte-americana. Ponderamos, neste aspecto, sobre a qualidade dessas oportunidades, sendo elas, muitas vezes, profundamente precárias. Na sociedade de mercado, por excelência, as garantias e os direitos associados ao trabalho, que demarcaram o momento inicial do processo de precarização global, são mínimas, o que, de alguma forma, naturaliza a noção de precariedade.

Assim como explicitado na fala acima, em vários momentos João cita a questão colocada pela pandemia do Covid-19 em sua vida laboral. Não apenas em relação à sua trajetória passada de trabalho, mas também no que diz respeito aos planos futuros. Nota-se, em sua fala, diversos momentos de incerteza, mais do que em nossa conversa anterior, talvez refletindo os vários caminhos que ele percorreu em termos de atividades laborais. No entanto, ele deixa claro a todo instante que seu objetivo sempre foi trabalhar apenas com a

gastronomia. Ainda, no que refere a planos futuros, abaixo ele discorre um pouco da relação entre a esfera laboral e as outras esferas sociais, no que se refere ao seu trabalho, à sua família, ao local onde moram, dentre outros aspectos.

Acaba que o próprio trabalho influencia diretamente no estilo de vida, no local onde a gente mora, enfim... Você precisa do seu trabalho, então você vive em função do seu trabalho, né? A minha esposa já tá há 8 ou 9 anos na mesma empresa. Ela não pretende sair dessa empresa. É uma empresa que fica sediada lá em Orlando, apesar de que agora ela tá podendo trabalhar de dentro de casa. Mas ela tem um filho, de 6 anos, meu enteado. Eu sou padrasto. A gente pensa sim em aumentar a família. Mas a gente realmente tá um pouco receoso em questão de tudo isso que tá acontecendo, sem saber realmente o dia de amanhã. Porque tem muita gente que tá perdendo emprego e a gente sabe que ter a responsabilidade de uma criança, um filho, requer um pouco de dinheiro. Não é tão barata questão de escola, saúde e etc. O meu enteado, ele estuda numa escola aqui próxima, que foi bem avaliada no Instituto Americano de Educação. Então, realmente a gente não pensa em sair dessa cidade. Não agora. Eu tenho vontade de morar em outro canto, eu tenho vontade de morar em outra cidade mais próximo da praia... Porque aqui a praia mais perto fica a 1 hora, 1 hora e pouco. E eu, como nasci em Fortaleza, sempre tive muito contato com a praia. E eu sinto muita falta. A gente conversa bastante, mas aqui, querendo ou não, o custo de vida na Flórida é bem mais barato que o custo de vida em outras cidades e em outros estados dos Estados Unidos. A questão de aluguel, escola e alimentação, entendeu? Mas, por enquanto, vou ficando por aqui, né? Mas realmente, bem mais pra frente, a gente tem sim planos de morar em outro país ou outra cidade. Mas deixa as coisas acontecerem, deixa a criança crescer um pouco mais, ta um pouco mais independente né? Porque, querendo ou não, é uma criancinha né, 6 anos, e requer ali sempre um pouco de atenção, né? (João Jacques).

Aqui, observamos como tudo se entrelaça. Ao investigarmos a esfera do trabalho, todas as outras questões vêm à tona: planejamento familiar, local de moradia, custo de vida, enfim, mostrando como nossa trajetória laboral é permeada por diversos outros fatores além daqueles restritos às atividades que desempenhamos.

Ao nos encaminharmos ao final de nossa conversa, fomos direcionando algumas questões mais diretas sobre alguns temas que resgatavam algumas falas de João na entrevista anterior. Questionamos, por exemplo, como João se considera hoje enquanto trabalhador, ao que ele respondeu, abaixo.

Hoje eu sou um empregado, com os olhos bem abertos pra tudo que tá acontecendo dentro de um restaurante americano. E buscando aprender sobre essa cultura e como encontrar uma brecha no mercado pra poder criar seu próprio negócio, entendeu? Então, tipo assim, eu tô usando essa ferramenta de poder trabalhar dentro do país, dentro de uma empresa que, querendo ou não, é brasileira, mas que aqui é americana, porque tá localizada aqui. E entender mais sobre a cultura deles, a clientela, o estilo de serviço, pra quem sabe um dia abrir o seu próprio negócio. Eu tô falando isso em questão de conhecer fornecedores, ter contato com fornecedores de empresas americanas, logística de armazenamento, locais que já tão saturados e outros que ainda dá pra explorar um pouco mais ainda. É mais ou menos por aí, trabalhando, mas com um olho no peixe e outro no gato. (João Jacques)

Em nossa conversa anterior, João havia relatado se identificar na figura de empreendedor. O trecho acima parece situar a exata medida de imprecisão e incerteza do seu trabalho hoje. Em muitos momentos, ele demonstra satisfação em estar exercendo sua profissão, mas sempre aponta certo desejo de voltar a ter um negócio próprio, principalmente na área que sente prazer em atuar, a área gastronômica. Em sua fala, ele parece manter o ideal empreendedor, sendo, de certo modo, ‘adepto da religião empreendedora’. Mesmo considerando seu dualismo, ele sempre cita a criação de um negócio próprio como grande fim. A esse respeito, Malaguti (2000, p. 157) traz que “[...] o fato de desejar um outro negócio ‘independente’ significa, necessariamente, que almeje a ‘independência’? Claro que não. O que almeja é apenas ‘ganhar dinheiro’, seja onde for”. Concordando com a ideia do autor, o ganhar dinheiro, obviamente, tem sua importância na tomada de decisões sobre a trajetória laboral de João, no entanto a própria ideia de ter um negócio próprio parece prevalecer. O que se percebe é o enfrentamento a uma grande dissonância: o estar empregado e assalariado lhe dá certa tranquilidade, contudo viver em uma sociedade onde o risco é um valor prioritário aproxima a noção do empreendedorismo como um ideal permanente.

Em relação a essa dualidade entre ter seu próprio negócio e trabalhar para um outrem, João comenta abaixo, reforçando, neste momento, aspectos positivos do ser trabalhador assalariado.

Acredito que a maior vantagem é poder dormir tranquilo, sem ter que pensar. Tranquilo assim, porque quando você é dono de empresa, sua cabeça tá a milhão pensando em contas a pagar, em pagar funcionário, se o mês foi bom ou foi ruim... Se você tá no negativo, ninguém tem nada a ver com isso, o problema é seu. Então, assim, a gente como empresário perdia o sono pensando em como encontrar solução pra muita coisa, né? Questão de compras, logística, aumentar venda, fixar identidade do produto, enfim, era bem... Não é que eu possa dizer que era bem estressante, mas é diferente de quando você é funcionário, porque você acaba retirando esse peso, essa responsabilidade de cima de você, né? Apesar de que você continua tendo a mesma responsabilidade de manter a qualidade, a eficiência e o profissionalismo. Mas, questão de horários, você realmente poder fazer o seu horário... Hoje eu tenho horários a cumprir. Mas também não é realmente uma grande novidade, porque até então, a minha vida inteira eu tinha sido funcionário, eu já tava acostumado mais ou menos. E você também acaba se adaptando à nova rotina, você sempre acaba se adaptando às novas rotinas que vão aparecendo na sua vida, no seu dia a dia. Então, eu acredito que um fator principal entre esses dois [trabalho por conta própria e assalariado] é realmente esse ponto de você deitar na cama e você sabe: eu trabalhei, vou receber não importa o que vai acontecer. (João Jacques).

Nesse trecho, alguns aspectos interessantes a respeito dessa dinâmica entre ser trabalhador assalariado e independente. Aqui, João reafirma o aspecto positivo de, segundo ele, não ter tantas preocupações e problemas sendo empregado de alguém. Em dado momento, em contrapartida, ele relembra que seria bom poder organizar seus próprios horários, já que hoje precisa seguir uma rotina de trabalho determinada por um outro.

Nesse meio termo entre vantagens e desvantagens de um ou de outro tipo de atividade laboral, João acaba nos trazendo a própria tradução do que chamamos do imperativo de sobrevivência. Ao falar: “E você também acaba se adaptando à nova rotina, você sempre acaba se adaptando às novas rotinas que vão aparecendo na sua vida, no seu dia a dia”, ele nos traz a percepção de que, em verdade, parece não haver aquele trabalhador cujo perfil se enquadra na categoria de empreendedor por dadas características e aquele outro sujeito cujas aptidões lhe direcionam a ser um assalariado. A situação que se apresenta é de um trabalhador que precisa ‘dançar conforme a música’, desenvolvendo estas ou outras habilidades conforme a realidade laboral em que se encontra, adaptando-se ao que é necessário, especialmente em momentos de crise e desemprego.

Essa reflexão aponta para o afirmado por Malaguti (2000) de que, em realidade, não há como encaixar o trabalhador em categorias tão fixas entre ser assalariado ou ser independente, já que essas imagens estão sempre entrelaçadas e indissociáveis, como nos mostra a trajetória de João.

Depois de considerarmos ter dado conta de forma suficiente das informações sobre a trajetória laboral de João nesse período, pudemos finalizar nossa conversação. Após aproximadamente 1 hora de diálogo, João combinou conosco que qualquer outra informação que, porventura, ele gostasse de acrescentar, poderia entrar em contato conosco a qualquer momento.

4.2 Análise da trajetória ocupacional de Dora

4.2.1 Primeira entrevista (2017)

A segunda entrevistada que apresentaremos é Dora. Em 2017, com 30 anos de idade, Dora era a proprietária de um *food truck* itinerante de açaí, que estava em funcionamento há apenas 1 mês, na data de realização de nossa entrevista. Naquele momento, ela se dedicava exclusivamente a essa atividade, de segunda a segunda, sendo que durante a semana ficava em determinado ponto e aos finais de semana em outro. Por já ter visto o veículo rodando a cidade em alguns pontos, entramos em contato via rede social. Dora nos passou seu número de telefone e passamos a fazer contato via aplicativo de mensagens. Assim, a entrevista foi previamente agendada. Era um dia de semana e, portanto, fomos ao seu encontro no local onde funcionava o *truck* nesse período, em frente a uma faculdade. Ela

estacionava o veículo naqueles dias justamente para aproveitar a movimentação de alunos entre uma aula e outra.

Ela nos contou que não tem a autorização municipal ainda para funcionar no local, já que não está ainda formalizada, mas que confia e fica tranquila porque seu amigo tem um *food truck* de sanduíches ao lado há muito tempo e nunca apareceu nenhum tipo de fiscalização. Marcamos de conversar pouco antes de iniciar o horário de funcionamento das vendas, por volta das 5 horas da tarde, quando ela chegava, estacionava e punha tudo em ordem.

Curiosos com relação à sua vida laboral e à decisão de montar um *food truck*, pedimos que Dora nos contasse um pouco sobre esse processo. Ela começa relatando um pouco sobre sua história de vida no trabalho:

Meu primeiro emprego foi na Contax, em 2006. Carteira assinada. Aí depois eu trabalhei com meu tio, sem carteira assinada. Aí depois trabalhei com outro tio, que também não era carteira assinada, mas eu recebia tudo: férias, décimo, tudo. Aí depois fui pro Embracon. Aí pedi pra sair. Aí voltei pro meu tio. Aí depois voltei pro Embracon. Aí passei dois anos. Aí eu já tava de saco cheio de consórcio. Eu não conseguia, eu não conseguia. Eu ia dormir e acordava já estressada, sabe? No dia que tinha reunião, tinha meta, num sei o que mais. [...]. Eu sempre tive na minha cabeça de trabalhar pra mim. Eu só não sabia com o quê. [...]. Eu queria, assim, uma coisa que desse retorno, tipo alimento, que dá retorno todo dia. Ou salão de beleza. Mas eu não nasci com esse dom. Eu nasci pra vender, mas não nasci pra fazer nada em cabelo de ninguém. Aí uma pessoa me deu a ideia. Eu já tava pensando: “Não, em janeiro agora, eu tenho que pedir minhas contas, tenho que sair”. (Dora).

Como trazido no trecho, a história de Dora passa por atividades formais e informais e, no último emprego, ela mesma decidiu sair para criar o negócio próprio, sendo este no ramo de alimentação. Em sua perspectiva, a alimentação dava a possibilidade de um retorno de lucro mais rápido e por isso essa foi sua escolha, dentre outras que poderia ter escolhido. Dora queria usar sua habilidade e experiências que tinha em vender nesse novo negócio. Ela nos conta que isso foi em janeiro e o funcionamento do *truck* se iniciou em meados de abril daquele ano, a partir do investimento financeiro de uma quantia que ela já tinha de reserva e do valor que recebeu em um acordo que fez com o antigo chefe. Ela nos conta sobre o processo de idealização e realização de sua ideia, que, segundo ela, foi uma grande aposta.

Eu comecei agora em abril, porque foram 60 dias pra fabricar. Aí o restante foi pra organizar tudo mesmo. Aí eu pedi as contas. Pedi não, eu fiz um acordo com meu gerente e ele me demitiu, né? Aí eu sem saber o que fazer com aquele dinheiro. Aí essa pessoa me deu a ideia: “Por que tu não bota um trailer de açai? Eu nunca vi e tal... Tu vai ter dinheiro todo dia na mão, movimentando e tal”. Aí eu comecei a pensar. E eu sempre fui muito de meter as caras. Eu nunca tive medo não. Rapaz, se num der certo eu vendo e faço outra coisa ou, então, trabalho com outro produto. Eu não tenho medo. Aí eu fui e procurei o marido da minha amiga que fabrica. Nós

fizemos lá um acordo. Eu tinha um carro 2013 e tive que trocar com ele pra poder pegar. Porque, querendo ou não, só ele aqui [o *truck*] é 27 mil. Foi muito alto o investimento. Fora o que eu gastei dentro com as outras coisas, né? Aí eu disse: pronto. Passei dois meses parada. Parada, parada, sem fazer nada. Só em casa, sem fazer nada. Só o meu pai trabalhando e minha irmã, né? Mas o da minha irmã nem conta porque é só pra ela o salário dela. Aí pronto. Aí ficou pronto. Aí eu já tinha a fonte do fornecedor. Fui lá 5 vezes pra tomar o açai dele e ver se era bom mesmo. Aí, graças a Deus. (Dora).

Portanto, em sua fala, podemos perceber que a saída de Dora de seu emprego foi anterior à decisão de montar o *truck*. Ela nos conta que seu trabalho na venda de consórcios era muito estressante, com metas e prazos que, muitas vezes, adoeciam-lhe. E, quando questionada sobre a decisão de deixar um trabalho formal e optar pelo negócio próprio, Dora nos conta que sempre teve vontade de trabalhar sozinha. Outra questão que para ela foi primordial nessa escolha foi a possibilidade de manter um contato mais próximo com a filha de 2 anos, já que, trabalhando formalmente, não conseguia acompanhar com proximidade o crescimento e educação da mesma. Assim, trabalhando em um negócio próprio, ela tem estado mais presente e acompanhado o desenvolvimento da filha, sendo ela mãe solo e tendo que deixar a filha com a avó materna: “[...] E outra, eu tenho a minha filha, aí eu tenho mais tempo pra ela. [...]. Então, querendo ou não, eu tô mais presente. Por ela não ter a presença do pai, eu achei também muito importante a minha presença mais horas por dia, entendeu?”. Essa é uma das principais razões pela qual ela fez essa escolha.

À época da entrevista, ela e a filha moravam com os pais dela e uma irmã. Dora tinha muita vontade de morar sozinha com a filha e nos conta que já pensou em alugar uma casa diversas vezes, mas que investiu muito na compra no trailer. Ao falar sobre o apoio da família na construção do negócio, ela relata:

A mãe... A mãe era um medo. Agora não, agora ela tá vendo que o negócio realmente flui. Mas era um medo: “Tu é doida, vai sair do teu emprego?”. Minha irmã disse: “Vai”. Minha irmã apoiou. Meu pai ficou meio assim, em cima do muro. Meu pai, ele não é de criticar, mas minha mãe é. Meu pai não. No começo, ele me ajudou muito. Ele que trazia, porque eu tinha medo de dirigir. Hoje não, já sou eu que trago, já sou eu que levo, baixo o banco do carro pra colocar as mesas, tô nem aí. Hoje, graças a Deus. Não gosto de ser muito dependente dos outros não. Eu fiquei tão feliz quando comecei a dirigir esse trailer sozinha. [...]. Eu tive que desenrolar logo esse negócio aqui. Graças a Deus. Se num der certo aqui, eu vou pra outro canto, mas igual aqui num tem não, mulher. Não tem como. Mas eu tenho essa liberdade né, dele ta em cima de quatro rodas. Vamo supor: não deu certo aqui, aí eu vou pra outro canto. Se tiver um evento grande, a gente vai. [...]. Não tenho besteira não. Não nego trabalho não. (Dora).

A fala de Dora evidencia alguns aspectos de seu início nessa atividade e algumas dificuldades de adaptação em uma atividade na qual não tinha experiência anterior. Nesse

trecho, ela também enfatiza a vantagem de seu negócio poder se movimentar pela cidade e, caso a venda não esteja boa em determinado local, ela pode ir para outro em busca de clientes.

Nesse início de negócio, portanto, Dora tece como algumas dificuldades: a decisão pelo tipo de negócio, o alto investimento na fabricação do *truck*, a adaptação em transportar o veículo, dentre outras. Ademais, após esse primeiro mês de funcionamento, ela relata também questões referentes à condução da atividade em si. Por ser um negócio recente à época da entrevista, ela conta ainda estar aprendendo a lidar com as oscilações e com um certo despreparo para separar a sua renda individual da renda do negócio. Mesmo não sendo ainda formalizada e não tendo a obrigação de pagar taxas e impostos, ela ainda tinha parcelas da compra do trailer a serem pagas para o fabricante, o que dificultava o aproveitamento da renda de suas vendas.

É complicado. Por exemplo, o dinheiro dele aqui, eu tiro todo dia. É um valor x por dia. Chego em casa eu já tiro. Mulher, é muita conta, se eu for falar aqui... Avemaria! Aí do trailer, eu tenho que dar todo dia 30. Já vou falar com ela pra me dar mais 10 dias, porque esse mês não deu. Foi o restante, né, do trailer? Ficou mais 6 parcelas, de um valor x. Aí, é isso que eu não tô sabendo fazer. (Dora).

“Ele” a que Dora se refere na primeira linha, para quem separa todos os dias uma quantia de pagamento, é um rapaz que trabalha com ela todas as noites. Ele, um adolescente filho de sua vizinha, é pago por diária. Daí a questão de Dora tentar organizar diariamente essa retirada do dinheiro arrecadado no dia.

Por diversas vezes ao longo de nossa conversa, Dora nos repetiu sobre esse despreparo que ela sente inúmeras vezes, especialmente no que se refere à questão financeira. Por já ter investido bastante e ainda ter parcelas da dívida do que investiu a serem pagas, ela não tem esse controle total do processo e não sabe se já consegue retirar um valor para se manter, sem prejudicar as despesas atuais. Ao falar sobre isso, ela nos contou que já havia marcado uma reunião com um consultor do SEBRAE para lhe auxiliar nesse sentido, e estava esperançosa de que em breve conseguiria a qualificação suficiente para dar seguimento ao negócio no qual ela tanto havia investido.

Na criação do negócio, a renda de Dora sofre um processo de instabilidade e indeterminação, representando o que Sennett (2011, p. 100) nos coloca como “[...] a desorientação envolvida no marchar para a incerteza”. Aqui, ela continua a relatar sobre a questão da administração financeira, tema que permeia quase toda nossa conversa:

Mas eu prometi: eu vou ter que tirar isso aqui, esse valor x aqui. Porque, se eu não tirar, não vai dar. Aí, o que acontece? Tem dia que é muito bom. Tem dia que, por exemplo, antes de ontem, foi muito bom e sobrou açaí pra ontem. Já ontem foi mais ou menos e eu tive que comprar açaí pra hoje. Tem muita oscilação. Eu não sei, mas

eu acho que tem um dia que sai mais iguaria¹⁶. Num sei. Tem dia que sai muito açáí. Aí eu já pensei... Porque o açáí, depois que eu peguei, ele já aumentou. Já pensei também: ele né 29,90? Botar pra 30,90. Querendo ou não, 1 real, mas... (Dora).

Além da questão de flutuação de renda, Dora nos enfatiza muito a necessidade de organização e a dificuldade que ela tem sentido quanto à administração do negócio. Na fala anterior isso é evidenciado, inclusive, quando ela nos conta que, no referido mês em que a entrevista aconteceu, ela não havia tido condições de reunir a renda necessária para arcar com o pagamento da parcela do trailer. No trecho subsequente, ela continua:

Porque, assim, eu não sei se eu não tô sabendo administrar, entendeu? Não sei se eu tô gastando em algo demais, tipo, às vezes as frutas se estragam. Morango se estraga e é muito caro. Outra coisa, o gerador e a gasolina que é todo dia. O carro... Assim, podem ser custos que fazem parte, mas eu não sei, entendeu? Então, assim, eu vou até sentar com meu primo também, que ele já tem uma experiência assim, até boa. A gente vai sentar e ver no que é que eu tô errando. Entendeu? Alguma coisa que eu tô comprando demais, alguma coisa que eu tô comprando de menos ou alguma coisa que eu tô fazendo... Não sei. Mas é como eu te falei, tá havendo alguma falha que eu quero detectar o que é, pra tentar corrigir. Aproveitar que tá no começo. Eu não sei se o meu capital de giro tá pouco ou eu não tô sabendo aplicar ele, entendeu? (Dora).

As informações reveladas por Dora demonstram os receios de quem está começando um negócio e não tem experiência ou preparo técnico com as práticas de administração. Essa é uma dificuldade com a qual muitos brasileiros têm vivido ao montar um negócio, evidenciando um despreparo técnico a esse respeito. Nesse sentido, não bastaria desenvolver uma espécie de ‘espírito empreendedor’, sendo necessário a contextualização sobre as condições econômicas, políticas e educacionais de cada sujeito. Sobre esse aspecto, questionamos se ela se considera uma empreendedora, visto o fato de estar abrindo um negócio próprio, ao que ela responde:

Eu acredito que ainda não, mas eu quero. Eu tô fazendo o quê? A mulher me indicou os cursos *online* pra eu fazer, pra eu ter uma visão. Às vezes eu acho, Eveline, que é tanta gente formada e às vezes a pessoa não tá trabalhando naquilo que se formou. Cara, num tem um familiar meu que é formado. Talvez num tenha nem terminado o ensino médio e são tudo bem de vida. Tudo tem casona, carrão, num sei quantos carros, num sei quantas lojas, num sei o quê. Entendeu? Então, eu acho que tá no sangue. O negócio tá no sangue. Eu me acho esforçada. Vender é comigo mesmo. [...]. Eu não sei se isso é de família, mas toda a minha família, todos eles, têm empresa, têm loja, têm isso e têm aquilo. Nenhum trabalha pra ninguém. E eu acho que isso tá no sangue, não sei. Não gosto daquele negócio de ter que cobrir aquele horário. (Dora).

Aqui, Dora traz aspectos outros, para além de enfatizar o que foi trazido anteriormente sobre a necessidade de conhecimento, de atualização e de capacitação para desenvolver o trabalho. Outra questão trazida por ela é a detenção de riquezas como uma

¹⁶ Aqui, quando Dora fala sobre iguarias, ela se refere aos acompanhamentos do açáí disponibilizados no sistema de *self-service* com o qual ela trabalha.

consequência direta de um trabalho empreendedor bem feito, que ela, nesse caso, atribui a alguns familiares do ramo. Curioso que, mesmo enfatizando a necessidade de estudar e de se profissionalizar no seu negócio, ela parece nos dizer com certo orgulho que nenhum desses familiares possui um curso de graduação para exercer a atividade. Um último aspecto que se relaciona a esse é a vinculação do trabalho empreendedor a uma espécie de vocação ou dom, estando ‘no sangue’. Nesse sentido, há um culto ao empreendedor nato: ‘ou se nasce empreendedor ou não’, pouco levando em consideração as condições e pressões sociais. No entanto, podemos afirmar, em contrapartida, que “[...] a representação histórica moderna da vocação está virtualmente desaparecida. Desemprego, pobreza, flexibilidade no trabalho, reestruturação produtiva, tudo isso coloca em questão o sentido vocacional” (PERRUSI, 2009, p. 109).

Em nossa compreensão, ser empreendedor é uma construção histórica, um conjunto de comportamentos produzido socialmente e aprendido diante de situações caracterizadas pela incerteza. Os trabalhadores são demandados ao desenvolvimento de certas habilidades, competências e aptidões para o trabalho, construídas através das experiências que têm ao longo da vida (COELHO; AQUINO, 2009). Determinadas habilidades podem estar associadas àquelas descritas como ideais de um empreendedor, contudo as descrições de tais características também se modificam de tempos em tempos.

Outro tema pauta de nossa conversa com Dora mantém relação com as possíveis vantagens e desvantagens no que diz respeito a direitos adquiridos e garantidos em um trabalho formal. Questionamos como ela enxerga estar em um trabalho fora desse amparo trabalhista. À ocasião de nossa conversa, relembramos o período em que a então reforma trabalhista proposta ainda não havia sido aprovada, fato sobre o qual Dora comenta brevemente ao nos responder.

Pronto, porque, assim, carteira assinada eu não sei se tá sendo mais bom, depois dessa reforma que tão querendo aí. Mas eu acredito que eu não vou ter muita desvantagem, porque o meu plano de saúde eu cancelei mês passado, mas eu pretendo fazer um. Vou ter meu plano de saúde. Quando eu abrir o CNPJ, vou ficar pagando meu INSS. Então, entendeu? A desvantagem é porque, assim, a pessoa não trabalha de carteira assinada, aí acidente de trabalho ou alguma coisa, não tem uma cobertura, não sei... Tem férias, décimo terceiro... Só que aqui eu tenho que ver que eu tô trabalhando pra mim. Querendo ou não, a minha renda deva ser muito maior do que eu tava ganhando lá [no emprego]. (Dora).

Nesse sentido, Dora acaba trazendo a questão da reforma trabalhista como algo que traz prejuízos à situação de quem trabalha formalmente, não sendo mais tão vantajoso assim em relação à uma situação informal. No que se refere a férias, cobertura por acidente de trabalho, dentre outros pontos trazidos por ela no trecho, ela considera que, sendo sua renda

provavelmente maior agora, isso vai compensar não desfrutar dessas questões. Inclusive, recebendo melhor e se formalizando por meio do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ela se considera satisfeita porque irá pagar seu fundo de aposentadoria e seu plano de saúde por si mesma.

Um ponto importante aqui colocado por Dora é que trabalhadores informais formalizados enquanto empreendedores acabam arcando com o pagamento de seu seguro de aposentadoria, por meio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Entretanto, aqueles não formalizados não têm acesso a este. Isso nos lembra um dado apontado por Holzman (2006) de que 78,3% dos trabalhadores por conta própria não são contribuintes da Previdência Social. Nesse trecho, como já mencionado, ela cita outros direitos e benefícios que não lhes são mais assegurados, como: plano de saúde, seguro sobre acidente de trabalho, décimo terceiro salário e férias remuneradas. No entanto, em uma estratégia discursiva, ela acredita que essas ausências sejam compensadas por ela estar trabalhando para si mesma e por sua renda ser mais alta. A lógica individual se sobressai e isso afeta a noção de laço social presente no seio da concepção ontológica do trabalho. São evidências claras da absorção do ideário neoliberal.

Uma das compensações discursivas que Dora sempre utiliza em suas falas, não obstante as possíveis desvantagens de se trabalhar informalmente, é a de que consegue ter um controle maior de seu próprio tempo de trabalho. Desse modo, segundo ela, é possível organizar seu processo de trabalho de modo a estar mais próxima da filha. Como já mencionado, ela vive com os pais e se utiliza da possibilidade de deixar sua filha com sua própria mãe, para poder trabalhar. Aqui, ela nos relata um pouco sobre:

Assim, tu perguntou a minha rotina diária, né? Mulher, às vezes é uma correria que tem vezes que dá vontade de desistir. Hoje foi um dos dias. Porque, como eu te falei, a Mocinha [filha] tá numa idade que pelo amor de Deus!. Aí eu pretendo urgentemente, urgente mesmo, botar ela numa creche num período. Eu não sei qual o período ainda. Se tivesse uma creche que ficasse esse período aqui que eu trabalho, eu ficaria. Embora eu pagasse um pouco mais. Por quê? Lá em casa eu e minha mãe a gente vive se desentendendo. E a mãe, ela é muito explosiva. Ela fala, e eu sinto que é uma humilhação. Hoje foi um dos dias que ela disse, que chega eu chorei que só: “Se você quiser, leve ela pro seu trabalho”. Ela sabe que não dá. [...]. Ou seja, é uma correria, porque eu venho trabalhar, aí eu já venho estressada. Só que eu sei dividir, graças a Deus. Eu já venho às vezes cansada psicologicamente. Aí quando eu chego, eu vou arrumar isso aqui e vou limpar. Aí lá se vai lá pra dentro. Termina de ajeitar lá dentro, aí vou banhar, vou fazer mingau. E às vezes ela quer dormir 1, 2 horas da manhã. Aí por aí você tira. É um estresse, é uma correria. [...] O que me prende mais é a Mocinha. E aqui eu investi muito e tá com pouco tempo. Ainda não me deu retorno. (Dora).

Dora fala que, se pudesse, não pediria sua mãe para ficar com a filha no horário de trabalho, mas que, infelizmente, precisa contar com esse apoio familiar em um momento em

que o negócio não lhe dá retorno financeiro suficiente para contratar alguém que possa cuidar dela. No entanto, ela ainda enxerga uma vantagem em seu trabalho não ser em horário comercial, podendo ela passar o dia cuidando de Mocinha.

Outro aspecto presente nas falas de Dora é a possibilidade de organizar seu próprio tempo, não sendo obrigada, nas palavras dela, a ‘cumprir horário’. Essa é uma característica exaltada na fala abaixo:

E aqui eu faço o meu horário, entendeu? Eu acho que a maior vantagem é essa. É porque eu não tava aguentando ninguém no meu pé. Apesar de que a responsabilidade não deixa de ser muito maior. Mas, querendo ou não, né, é uma coisa que é minha. Eu não tenho sócio, tudo sou eu. Todo investimento foi meu. Eu acho isso bom, porque, assim, é de mim eu querer as minhas coisas. [...]. Então, pra mim aqui tá ótimo. Eu gastei tudo o que tinha, troquei de carro por um mais velho, mas eu tô feliz e satisfeita. Porque eu não tenho que tá dando satisfação pra ninguém. [...]. Ai meu Deus, mulher, eu não sei. Isso aí eu sei nem como te dizer. É como todo mundo diz né: o dono tem que tá perto né, se não, não engorda. Eu sei lá como é o ditado. (Dora).

É interessante como, nesse trecho, Dora exalta o fato de ser a única responsável e a única a arcar com as responsabilidades de seu trabalho. Ainda sobre essa organização temporal a que Dora se refere, na continuidade de nosso diálogo, ela nos relata sobre um episódio que ocorreu naquele mesmo dia da entrevista, pouco antes de vir ao trabalho, que a deixou triste e irritada. O episódio em questão foi um desentendimento com sua mãe, ainda em relação ao fato de ter que deixar a filha sob os seus cuidados.

Dora: Hoje era um dos dias que eu disse a ela: “Se eu pudesse escolher um dia pra não abrir, seria hoje”. Eu não teria vindo trabalhar hoje, porque eu me estressei, aí eu tô com cólica, aí você imagina como é.

Entrevistadora: Você havia me dito que aqui você pode fazer seu horário. Não podia ter escolhido hoje ficar em casa?

Dora: Mulher, porque eu tenho minhas obrigações, né? Tenho minhas responsabilidades pra cumprir amanhã. Se eu não viesse hoje, eu não ia ter dinheiro pra comprar as coisas amanhã e trabalhar. Enfim... Graças a Deus eu tenho essa parte de responsabilidade. Eu sou responsável. Ao mesmo tempo que aqui é um trabalho que me dá a liberdade de um dia não vir, ao mesmo tempo eu tenho minhas responsabilidades, pelo menos agora no começo. Se eu não tivesse a prestação dele [o trailer] pra pagar, ah, minha filha, pode ter certeza... Mas claro que eu não posso pensar assim porque, querendo ou não, meu cliente vai tá me esperando, porque aqui eu abro de segunda a sexta mesmo, eu não falto. Eu venho todo dia. Eu só falto quando acontece alguma coisa. (Dora).

Nesse sentido, Dora explicita em sua fala essa concepção paradoxal que parece haver entre a possibilidade de ser o ‘dono do próprio tempo’ e a realidade que se apresenta nua e crua, qual seja, você não trabalha naquele dia, você não recebe o dinheiro necessário para comprar material no dia seguinte, inviabilizando o giro do capital e um possível lucro,

principalmente porque a ideia de capital de giro nesse tipo de negócio é fundamental. Para o indivíduo que investiu tudo o que tinha (financeiramente e mais), abrir seu negócio e depender exclusivamente dele para sua subsistência, torna a situação, no mínimo, complicada, quando não insustentável. Na mesma medida em que se flexibiliza e se oferta autonomia sobre a organização de seu processo de trabalho, aprisiona-se o indivíduo e se concentram nele, exclusivamente, os ganhos e as perdas que possam resultar de suas ações. O que estamos testemunhando é o surgimento de uma condição de vulnerabilidade tanto nas condições objetivas de vida dos trabalhadores quanto na percepção subjetiva que estes fazem de si mesmos, explicitando o ápice da captura da subjetividade (ALVES; MORAES, 2006).

Encerramos nossa conversa com Dora no momento em que alguns clientes já começavam a chegar ao local. O fim de nossa entrevista ficou marcado com grandes incertezas quanto ao futuro de um negócio ainda tão embrionário, na torcida de que ela tivesse sucesso na atividade.

4.2.2 Segunda entrevista (2021)

Entrar em contato novamente com Dora não foi um processo difícil. Apesar de ter mudado seu número de telefone, foi possível lhe enviar uma mensagem através da rede social de seu *food truck*, que agora se transformara, em realidade, em outro tipo de empresa, com outro nome, mantendo o mesmo produto que comercializava. Assim que ela me respondeu, muito gentil e disposta a participar, passamos a nos falar por telefone, através de aplicativo de mensagens. Falamos sobre a possibilidade de conversarmos novamente, e Dora preferiu que fôssemos até seu local de trabalho, à noite, durante o período de funcionamento. Conversamos também sobre a possibilidade de nos encontrarmos em outro horário, se fosse mais tranquilo para ela. No entanto, por sua preferência, marcamos nossa conversa em uma terça-feira à noite, em sua lanchonete de açaí.

Portanto, nossa conversa com Dora aconteceu de forma presencial, buscando manter o máximo de cuidados em nosso contato no que se refere às questões sanitárias. Eram aproximadamente 19 horas quando fomos a seu encontro. Atualmente, Dora tem um ponto comercial fixo em uma avenida de um bairro periférico em Fortaleza, que estava vazio quando chegamos, a despeito da intensa movimentação de carros e pedestres. Trabalham no local ela e o mesmo rapaz que ela contratava como diarista no *food truck*, a quem ela me apresenta atualmente como sócio do local e também como seu marido. Seguindo a estrutura

usada com o entrevistado anterior, iniciamos fazendo referências a alguns aspectos éticos de nossa entrevista e passamos a rememorar questões de nossa entrevista anterior, em 2017.

Iniciamos recordando que, na ocasião de nossa última conversa, Dora estava com apenas 26 dias de abertura do *food truck*, ao que ela se mostrou surpresa. Ela nos conta que muitas coisas mudaram desde então, principalmente no que se refere à perspectiva de trabalho e de sustento financeiro, o que acaba perpassando o motivo pelo qual ela optou por vender o *food truck* e investir em um negócio fixo.

Eu fiquei embananada[sic], né? Porque, na época, a prestação do *food truck* era alta. Eram quase 2.000. E é o que eu sempre falo pra ele [marido], você não tem só que vender, você tem que vender bem pra poder dar de conta das conta. Porque lá não era aluguel, mas era uma parcela de 1.700, na época. Aí, tinha ele que eu pagava, tinha o combustível de todos os dias que eu pagava, tanto do carro, que gastava mais arrastando um peso daquele, quanto do gerador, né? Então, era muito gasto. No começo, assim com uns 4 meses ou 5 meses, a gente vendia muito bem, muito bem, muito, muito bem. Dava pra viver bem... Mas depois foi caindo, entendeu? Aí você vendendo pouco, tem que administrar, você tem que saber mesmo, não tem como. (Dora).

Abaixo, Dora nos situa brevemente sobre sua trajetória de trabalho, especificamente sobre a decisão de fechar o *food truck*. Ela enfatiza questões relacionadas ao tempo, à locomoção e à questão financeira.

É questão realmente do nosso tempo. Porque, quando eu fechei o *food truck*, eu fechei por quê? Porque eu tinha que ta me locomovendo. Tinha um evento num sei aonde, tinha vaquejada, tinha isso e aquilo. E aquilo, por conta que eu também tenho uma filha, eu não podia ta sempre viajando. E aí, bota as coisas no carro, tira as coisas do carro... Não, não queria mais. Era muito gasto, muita gasolina. Tinha sempre que ta abastecendo o carro, abastecendo gerador. Aí, tinha canto que a gente chegava e às vezes não tinha o espaço, entendeu? E o movimento também tava caindo muito, caindo muito mesmo. Aí, meu amigo me botou uma proposta e eu disse: “Rapaz, eu vou pegar”. Vendi e abri lá na casa da mãe. Abri um pontinho lá, investi lá, na açaiteria. (Dora).

Portanto, Dora nos relata que, no ano de 2019, após dois anos de funcionamento, ela decidiu vender o *food truck* e investir em um ponto fixo improvisado, na casa de sua mãe, onde ela morava. No entanto, por ser numa rua pouco movimentada, as vendas não supriam a sobrevivência do negócio, sendo vontade de Dora mudar de local.

Aí, eu sempre tive vontade de botar aqui na avenida. Então, tava sempre de olho em um ponto aqui na avenida. Aí meus pais: “Não, mas vai pagar aluguel, num sei o quê...”. Só que eles não têm a visão de negócio que eu tenho, de quem que tem a visão assim. Porque, tipo, você vai pagar aluguel, mas você vai vender muito mais, entendeu? Aí eu: “Não, beleza”. Aí fiquei lá, fiquei lá... E o comércio parado. Mas aí eu tinha meu emprego, porque se eu fosse viver daquilo ali não dava, porque era lá no final da rua, não era nem questão do meu produto. Aí, lá eu ainda passei 2019, 2020 e 2021. Não, minto, porque eu abri aqui em 2020, justamente no meio da pandemia. (Dora).

Nesse período, após o fechamento e a venda do *food truck*, em que Dora continuou a vender na casa de sua mãe, ela também voltou a um antigo trabalho, sobre o qual já havia comentado conosco anteriormente. Este é o emprego sobre o qual ela comenta na fala acima.

Quando eu tava só com o açaí lá na mãe, minha irmã saiu de lá do meu tio e ele perguntou se eu não queria voltar. Lá é um escritório administrativo. Lá é uma feira e eu ficava no administrativo, ganhando um valor X. Eu saía de lá, ele [o marido] abria aqui pra mim e, quando eu chegava, ficava aqui. Aí, em dezembro, eu pedi pra sair, por conta que eu tava com uns problemas de ansiedade, essas coisas... Aí, eu saí lá do meu tio, que eu trabalhava lá perto do beco da poeira. E, por enquanto, tô só aqui. (Dora).

Dora nos fala que precisou voltar para esse trabalho com seu tio por questão financeira, alegando que, de fato, não era possível se manter com a venda do açaí. Daí a decisão de que precisaria encontrar outro local, mais movimentado, na avenida principal do bairro, mesmo a contragosto de seus pais.

Eu queria alugar um ponto aqui, né? E nunca tinha. Aí, no meio da pandemia vagou aqui. [...] Aí a gente passou aqui em frente e tinha a placa de “aluga-se” aqui nesse ponto. Eu disse: “Rapaz, nesse ponto aqui vai dar certo”. Só que era o meio de uma pandemia. Eu disse: “Eu não vou alugar no meio da pandemia. Eu não sou doida. Não sei como é que vai ficar. Vai que prorroga de novo tudo fechado, como é que eu vou pagar aluguel e tudo?”. Eu fiquei com medo, não vou mentir. Mas eu tinha quase a certeza de que ia dar certo. Aí, foi quando eu botei a proposta pra ele, eu disse: “Amor, você vai entrar comigo”. Porque eu entrando com outra pessoa eu ia ter uma ajuda, né? Aí, foi quando a gente resolveu e eu entrei em contato com o dono do ponto. Aí, ele disse que tinha uma pessoa interessada. Aí eu: “Rapaz, se for coisa de Deus, vai dar certo”. Porque, também, quem é que vai querer alugar um ponto no meio da pandemia, né? Eu confiei nisso. Aí, quando foi em junho, que o comércio começou a voltar, eu liguei de novo pro dono. Aí, ele disse que tinha uma pessoa que ia olhar o ponto, mas que, se eu fosse olhar e desse o calção, era meu. Aí eu não contei nem pipoca. Vim e já paguei o calção, com ele [o marido]. Mas isso porque ele entrou comigo. Eu entrei já com o que eu tinha e ele entrou com o investimento da parte dele. Aí, hoje é nosso, meu e dele. (Dora).

Segundo Dora, ter um ponto fixo é sem dúvidas mais vantajoso que o *food truck*, já que o seu investimento foi menor e o movimento de vendas tem sido muito melhor. Portanto, esse foi o processo vivido por Dora até o trabalho atual. Nesse meio tempo, ainda em 2019, Dora também iniciou uma formação profissional em um curso técnico, como forma de diversificar as opções de ganhar dinheiro, sendo uma área totalmente distinta da que trabalha hoje.

Mulher, porque, assim, minha irmã pegou e disse: “Tu podia fazer uma faculdade”. Aí, eu disse que não tinha mais saco de viver numa sala de aula. Mas, aí, eu comecei a pesquisar, né? Comecei a pesquisar cursos que fossem, tipo, 2 anos ou 2 anos e meio. Eu não ia fazer uma faculdade de 5 anos. Aí, eu pesquisei lá. E um amigo meu disse: “Eu faço radiologia, é legal e tal”. Aí, eu comecei a pesquisar e pensei: “Ah, acho que esse curso é legal. Eu vou meter as caras”. Aí, eu comecei em 2019,

porque já iam fazer dois anos agora em março, que é, justamente, quando eu ia me formar, né? Aí, devido à pandemia, parou. Porque eu queria, realmente, ter uma profissão, com um salário fixo... Porque mulher é muito bom você ter um salário fixo. Aqui, é uma coisa incerta. Tem mês que dá pra você tirar x, e tem mês que é y. Não tem um valor certo não, entendeu? (Dora).

Nesse trecho, Dora dá indícios de transformações profundas em seu discurso no que se refere às questões que envolvem, por um lado, o trabalho empreendedor e, em outro extremo, o trabalho formal. Este trecho ratifica a ideia de Malaguti (2000) de que, em realidade, os trabalhadores sonham com empregos fixos, bem remunerados e que lhes garantam uma boa posição social. Entretanto, à medida que esses trabalhos se mostram escassos e/ou sem mínimas condições, “o ‘jeito’ é mudar de sonho e (que saída?!) tornar-se autônomo, micro ou pequeno empresário. Logo, montar um negócio próprio é muito mais uma forma de amenizar frustrações do que de acalantar sonhos e ilusões” (MALAGUTI, 2000, p. 91). A esse respeito, lembrando o que Dora havia nos dito ainda em 2017 sobre ter como objetivo de vida profissional trabalhar em seu próprio negócio, ela nos conta:

É que não é fácil, não é tão fácil. A gente pensa que.. Ah, a pessoa diz: “Ah, eu quero trabalhar pra mim mesma”, mas, eu tava até comentando com ele [o marido], que a gente perde muito a nossa privacidade, entendeu? Até porque a gente não pretende botar funcionário agora. Porque, se a gente botar funcionário agora, a gente vai ter que arcar com aquele salário e com tudo, né? Com todas as despesas, né? Mas, tipo, a gente se priva muito. Às vezes a gente quer viajar e no final de semana não dá... Às vezes quer sair à noite e não dá... Principalmente agora, com tudo fechando 10 horas, aí não dá. Então, assim, eu acho que tá privando muito a gente. (Dora).

Acreditamos, assim como Dora nos confirma, ser essa uma grande diferença entre as duas entrevistas concedidas por ela. O que ela anteriormente trazia em seu discurso em relação ao trabalho empreendedor/por conta própria parece ser a todo instante confrontado com as situações que ela vivenciou na prática desde então, transformando, inclusive, seu ponto de vista em alguns aspectos, principalmente aqueles relacionados à organização temporal e financeira. A principal queixa de Dora, nesse aspecto, é não ter tempo para outras coisas, como sair à noite ou fazer uma viagem, sentindo-se presa ao trabalho 24 horas por dia. Além disso, o fato de agora dividir a renda com o marido/sócio também pesa em seu orçamento, fazendo com que ela tenha que buscar uma renda complementar. Aqui, lembramos também que, na entrevista anterior, o fato de não ter sócio e de ter investido em tudo sozinha era trazido por Dora como um ponto positivo, pois, nesse sentido, ela não devia satisfações a ninguém sobre o funcionamento do negócio e/ou sobre o seu modo de trabalhar e todo o lucro do negócio era seu.

Como eu te falei, né? Como agora ele é meu sócio, não é só meu. Porque, se fosse só meu, dava pra eu manter de boa. Dava pra eu viver muito bem sozinha, né? Só que agora nós somos sócios. E não é justo, né? Tanto que tudo, tanto investimento quanto o lucro, é meio a meio. E a questão da liberdade, a gente ainda não tem. E eu acredito que nos próximos meses talvez nem tenha ainda. A gente vai pensar na possibilidade de botar uma pessoa aqui. Mas tu sabe que o dono tem que ta perto, né? O dono tem que ta perto. Como é que é o ditado que diz? O dono tem que ta perto, uma coisa assim... (Dora).

No caso, como ela explicita na fala abaixo e, reiterando seu desejo de ter novamente um salário fixo e certo, Dora nos conta que os dois, ela e o marido, pretendem encontrar um emprego durante o dia. Aqui, o ideal do trabalho próprio ocorre em paralelo com a formalização de um vínculo laboral.

Agora eu vou voltar pro trabalho no consórcio, dia 22 de fevereiro. E ele também já vai. Quer dizer, foi pra umas entrevistas e tá esperando ser chamado. Mas a gente não vai desistir. A gente não vai fechar. O ramo é muito bom, não tem o que falar. A questão mesmo é só do tempo. E do dinheiro também, né? Mas aí ele trabalhando e eu trabalhando a gente pretende sim botar uma pessoa aqui. Pra gente ficar mais livre. [...]. Não me arrependo. É maravilhoso o ponto. Claro que tem seus altos e baixos. Não é perfeito, né? O primeiro impasse aí pra gente é só a questão do tempo, porque a gente não tem. E principalmente agora que a gente vai começar a trabalhar de dia. Aí de noite a pessoa não vai morrer de trabalhar, né? Mas eu não pretendo fechar. Eu pretendo botar uma pessoa futuramente. Uma pessoa que abra, que feche. (Dora).

O interessante dessa situação é que Dora vai voltar justamente para o mesmo trabalho do qual ela já havia falado na entrevista anterior, no consórcio. Como em um ciclo, ela se vê na necessidade de retornar ao mesmo emprego que, segundo seu relato anterior, lhe trazia tanto estresse e insatisfação. É interessante, nesse caso, a contradição com o domínio temporal, já que, estando em uma lógica de trabalho por conta própria, em tese o trabalhador poderia usufruir de uma liberdade na organização de seu tempo de trabalho. No entanto, aqui a queixa de Dora se localiza justamente na falta de possibilidade de usufruir de tempo para além da perspectiva laboral. Nesse processo, parece ser mais fácil observar o que Malaguti (2000) chamou de falso sonho sebraeano, sendo compreensível afirmar que o desejo real do trabalhador é encontrar condições de trabalho dignas e que lhe permitam uma subsistência confortável, sendo estas em um trabalho formal ou informal, por conta própria ou subordinado a outrem.

Constata-se ali que “o sonho” de tornar-se um trabalhador “independente”, por “conta própria” ou pequeno empresário não exprime um desejo real dos trabalhadores, mas representa, isto sim, o que parece ser a única possibilidade de escapar do desemprego ou dos salários degradados: *impedidos de realizar-se como assalariados, “o jeito é” tornar-se pequeno patrão ou trabalhar por conta própria.* (MALAGUTI, 2000, p. 90-91). [grifo do autor].

A esse respeito, Dora continua a nos contar um pouco mais sobre sua decisão de retornar ao emprego, em um sentido reverso ao de nossa entrevista anterior. Relembrando esse processo, ela busca justificar o porquê de sua decisão, com base no que havia nos relatado anteriormente sobre o modo de funcionamento do local.

Eu não vou mentir não. Não gosto de trabalhar pra ninguém. Eu tô voltando pro consórcio por conta que mudou muito lá. Meu supervisor, de agora, antes ele era meu colega de trabalho. Hoje, ele é meu supervisor. E há muito tempo ele me aperreia pra voltar e eu dizendo não. Eu dizia que não me via mais indo pra reunião 7:30 da manhã. Só que lá mudou. Ele disse que tá mais tranquilo, não tem mais essas reuniões, não tem mais que ta no meio da rua fazendo venda P.A.P. [porta em porta]. Agora lá você tem meta. Você tem que bater a meta porque é seu salário. Se você não vender, você não ganha. Só que, como eu te falei, como aqui no açai não é só meu mais, então é dividido o lucro. Aí, o meu padrão de vida não dá. Tem eu, tem minha filha, tem as coisa de casa, né? A gente comprou a casa e a parcela é um pouco alta nos primeiros meses. E aí, a gente tem que ajudar a pagar né, não é só ele. Aí eu vou voltar, mulher, eu vou arriscar. Não sei se vai dar certo, não sei se eu vou conseguir permanecer, mas eu vou arriscar. Eu sou muito assim de, tipo, eu vou e pago pra ver. Aí, se não der certo, eu já peço pra sair. Eu também não fico sacaneando com a empresa. Eu já digo: “Não, não. Olha, vamo conversar aqui, me bota pra fora que não ta dando certo não...”. Aí, eu saio e fico por aqui, com a minha venda das roupas e açai e pronto. (Dora).

Dora, ao que nos parece, mais do que tentar nos convencer, ao tecer seu discurso, busca relembrar os porquês de suas escolhas, como em um processo de autoconvencimento de que está tomando uma decisão plausível ao voltar ao emprego antigo. Ela acredita que agora, diferente do que acontecia anteriormente, os processos de trabalho se modificaram de modo que o emprego não será uma experiência mais tão ruim quanto foi antes para ela. A política de metas, inclusive, agora é trazida por ela enquanto uma vantagem, que a eximiria do cumprimento de horários ou mesmo de dar satisfações a seus superiores (o que talvez não seja tão verdade assim). Interessante pontuar que Dora vê como vantagem também a máxima “Se você não vender, você não ganha”, como maneira de pontuar sua autonomia, mesmo no emprego, sendo este o mesmo modo de funcionamento de seu trabalho informal.

Continuando a mesma linha de raciocínio, no trecho abaixo, Dora acrescenta que essa busca por um emprego fixo surge, também, da necessidade de uma renda extra. Isso parece inverter a equação, fazendo o emprego perder de vez seu lugar de centralidade, buscado apenas enquanto um suporte quando necessário. Essa acaba sendo uma reflexão interessante, de modo que se articula com a transformação efetiva da sociedade salarial, a partir da qual muitos autores passam a questionar a centralidade do trabalho como categoria de estruturação social e subjetiva (MEDÁ, 1995). Na dinâmica dessa discussão, reiteramos que o que perde esse lugar de centralidade é o emprego enquanto aspecto contratual, na compreensão do trabalho enquanto categoria mais ampla (ontológica ou concreta).

Por isso que agora a gente quer ter nosso emprego fixo durante o dia, pra ser só uma renda extra pra gente. Porque a gente comprou a nossa casa agora e a gente também quer viajar, né? E lógico, quem é que não quer viver bem, comer bem, passar bem, né? Aí, é isso que a gente pretende. Eu não pretendo ficar só trabalhando e nem pretendo ficar só aqui. Eu não fico quieta não. Eu vendo roupa, eu vendo açaí... Eu não fico quieta de jeito nenhum. Eu vendo roupa também. Tenho uma lojinha virtual e faço entrega. É ele que faz minhas entregas também. Tem que ser assim, porque o nosso padrão de vida é um pouco alto e a gente tem objetivos né, a gente tem planos, a gente tem metas... Então, tem que se virar como pode. Ele é meu sócio aqui, mas ele é entregador daí. Ele trabalha até 12, 12 e pouco da noite. É a hora que aqui fica aberto. Mas quando ele começar a trabalhar durante o dia, ele vai sair daí e a gente vai funcionar só até 23 horas. Os clientes já tão acostumados até 12/12:30 ter entrega. Porque fecha tudo, né? Só a gente tá aberto. Só que esse mês tá parado, viu? Esse mês tá muito parado, não vou mentir. Esse mês tá parado. (Dora).

Aqui, Dora nos conta que, além do trabalho com a venda de açaí, ela também tem uma loja online de roupas. Em sua fala, ela explicita um movimento contínuo e incessante de sempre estar em busca de uma ou mais atividades, representando o discurso do *self-help* ('virar-se' por conta própria) na insegurança e na busca pela sobrevivência (CASTEL, 2005). O marido, que no dia da entrevista havia ido a uma entrevista de emprego em horário comercial, lhe dá apoio nas vendas, enquanto é entregador informal na pizzaria próxima, além de fazer as entregas da loja virtual de roupas. O casal parece ser o retrato do trabalhador informal brasileiro, apegando-se ao que for possível para manter uma subsistência.

Nesse movimento de retornar ao emprego, questionamos Dora sobre as vantagens que possam vir acompanhadas com a formalização: plano de saúde, vale alimentação, registro de INSS, dentre outros. Ela nos respondeu que essas são questões mínimas em sua tomada de decisão, já que não são fatores que lhe fariam, por si só, voltar ao emprego, como explicita o trecho abaixo:

Ah, não vou mentir. Porque tá tão difícil hoje em dia você pensar negócio de carteira assinada, pra se aposentar daqui a não sei quantos milhões de anos. Eu vou voltar pro trabalho realmente pela questão financeira. Eu nem vi questão de plano de saúde, até porque eu já tenho também. O vale refeição a gente recebe porque, lógico né, tem que receber. E a carteira assinada, que bom né, vai assinar e tudo, mas não é o que pesa, não vou nem mentir. (Dora).

Assim, a questão do registro empregatício e os benefícios vinculados a ele não é uma questão que pesa na tomada de decisão de Dora, não sendo algo mais tão vantajoso quanto fora outrora. Podemos refletir aqui sobre a própria origem da precarização enquanto processo. Se, no início, falávamos sobre a perda de direitos, garantias e benefícios, atualmente ela se amplia, pois estes fatores já não são mais valores significativos para o trabalhador em relação ao trabalho formal. Inclusive, apesar de ter registrado anteriormente o *food truck*, atualmente ela trabalha informal, sem nenhum registro do seu ponto de vendas. Até o

momento de nossa entrevista ela conta que não havia ido ninguém fiscalizar o funcionamento do negócio. No entanto, eles pensam em formalizar unicamente para começar a vender por aplicativos de delivery, como *Ifood* e *Uber Eats*, que exigem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Com relação à ampliação das modalidades de atividade propagadas por esse modelo de trabalho uberizado, assistimos também à ampliação de uma rede de negócios de natureza precária.

A respeito da pandemia do Covid-19 e o período de restrições e fechamentos de negócios em Fortaleza, Dora conta que não suspendeu o funcionamento da loja. Ela continuou a abrir o estabelecimento, com um volume de vendas, inclusive mais alto, principalmente de entregas em domicílio. *“Porque o povo tudo em casa, com dinheiro, né? Ninguém podia sair, mas eu fazia entrega”*. Dora relata que esse foi um ótimo período de vendas, na contramão do que todo o comércio parecia estar vivendo. Agora, no período após a abertura gradual do comércio, as vendas já não estavam tão boas quanto no ápice da pandemia. No trecho abaixo, ela nos explicita esse fenômeno e algumas repercussões em sua vida, bem como algumas dificuldades no seu manejo financeiro.

Só apanhando e aprendendo, apanhando e aprendendo. E assim vai... É porque eu sou um pouco estragada, sabe? Às vezes eu gasto mais do que eu ganho. A maioria das vezes, na verdade. Eu levo uns puxões de orelha dele, mas acontece, né?. Eu preciso de alguém pra puxar minha orelha. Ano passado foi um ano que eu consegui, na pandemia... Foi um ano que eu me estabilizei. Eu me estabilizei. Eu sei que foi um ano muito difícil pra muita gente, mas pra mim, graças a Deus, não foi, não foi. Foi o ano que eu mais cumpri meta em toda a minha vida, o ano de 2020. E esse ano, se Deus quiser, vai ser melhor. Curioso demais. Paguei umas dívidas que tinha com agiota. Quitei. Menina, foi top! Entrei esse ano, assim, de cabeça leve! (Dora).

Nesse sentido, ela conta que, diferente de nossa entrevista anterior, hoje eles já sabem trabalhar bem melhor com o produto que vendem. Ainda em 2017, ela relatava um despreparo técnico para as vendas, inclusive na compra de material e no manejo com o desperdício. *“É porque no começo, a gente não tinha experiência. Agora a gente já sabe mais ou menos o que que precisa, o que vende e o que não vende. A gente já sabe mais ou menos. [...] A gente manja legal hoje em dia, graças a Deus”*. Prosseguindo sua descrição sobre esse período da pandemia, quando lhe questionamos sobre o trabalho por conta própria em períodos como esse, ela continua:

Mulher, na pandemia, por conta própria, depende do ramo, né? Por que aqui foi uma das melhores épocas de entrega. Essa questão da entrega cresceu bastante. Mulher, assim, muitas empresas quebraram, muita gente ficou sem emprego e ficou sem, praticamente, o que comer. Porque, tipo, o vendedor de água no centro da cidade, tudo fechado. Aquelas mulherzinhas que vendem salada na rua, que vendem pratinho, que vendem almoço no centro... Pronto, eu tiro por lá mesmo, vizinho à administração da feira onde eu trabalhava. O povo que vende almoço, que paga

aluguel e tudo... Aí, ela já conversa com o dono pra pelo menos quebrar parte do aluguel. Aí já mexe no dinheiro do dono e assim vai, né? Mas, assim, eu vi muita gente quebrando, deixando de... Não tinha pra quem vender. A minha tia, que vende confecção lá onde eu trabalhava passou muitos dias fechado. Graças a Deus ela é uma pessoa controlada que ela tem um fundo. [...]. Porque não tava vendendo. Ia vender pra quem? O povo sem dinheiro pra comprar roupa. (Dora).

No trecho acima, Dora enfatiza a questão das entregas a domicílio, sendo, inclusive, essa sua esperança de que o movimento recente melhore. Daí seu interesse em registrar o CNPJ para se cadastrar em aplicativos de delivery. Hoje, a renda do negócio gira em torno de 3 mil reais, divididos entre ela e o marido. Importante frisar também que, nesse período pandêmico, ela chegou a receber parcelas do auxílio emergencial, pago pelo Governo Federal¹⁷.

Quando conversamos sobre planos futuros de vida, Dora nos conta que é tudo muito instável para ter planos fixos, tudo podendo mudar a qualquer momento.

Tipo, o dono desse ponto aqui do lado não é o mesmo dono. Tipo, eu até já tinha dito pra ele [o marido] que se fosse o mesmo dono, ficaria legal a gente alugar pra derrubar e fazer uma loja grandona. Mas aqui não tem pra onde ir. A gente vai melhorar o ponto, claro, botar um ar-condicionado, uma porta de vidro... O piso a gente já trocou, né? Fez a frente, que era horrível. E colocar uns moveizinhos melhor e tal e pronto. A questão que a gente pensa pro futuro é essa... Botar no *Ifood* e pronto. É isso, né? Se der pra crescer mais... (Dora).

Atualmente, ela despende energia em manter o negócio e conseguir dar conta do emprego novo, para arcar com as despesas atuais. Nesse rol de custos, está a compra da casa recente, cujas parcelas pesam no orçamento. Quando nos situava brevemente sobre seu panorama de vida atual, Dora nos contou que, diferentemente de nossa conversa passada, hoje ela mora com seu esposo e com sua filha, e não mais com sua mãe. No entanto, ela ainda depende muito da mãe no cuidado com sua filha, sendo este um aspecto frisado nesta e em nossa outra entrevista. Inclusive, em alguns momentos nossa conversa foi pausada pela chegada de clientes ou por ligações ao telefone, em sua maioria, referentes a essa questão da filha.

Ainda é muito difícil. Inclusive ela [a mãe] tá me ligando agora, acho que é pra ir buscar ela. [Falando com o marido: vai pegar ela pra mim, já tá ali o pai].
[...]
Ela ainda fica na minha mãe. Mas agora ela fica mais comigo, né? Ela ficou lá agora por causa do reforço. Aí, ela já saiu do reforço. Aí, ele vai buscar ela agora. (Dora).

¹⁷ O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados para fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19.

A todo instante, sua mãe lhe ligava pra ir buscar sua filha. E podemos perceber como essa ainda é uma questão importante para Dora, visto que seu grande desejo de passar mais tempo com a filha vai ser impedido pelo início no emprego. Nesse sentido, ela lamenta o pouco tempo que passará com ela e o fato de depender de sua mãe para cuidar da filha, não havendo possibilidade financeira de pagar alguém para tal atividade. Ela também nos conta que depende do pagamento da pensão do pai de sua filha em dia, valor que custeia apenas parte das despesas básicas. A esse respeito, percebemos como a dinâmica de Dora em relação à sua mãe é importante. Vemos que há uma espécie de terceirização do cuidado materno, através do trabalho reprodutivo não remunerado desempenhado no cuidado da neta. Nesse sentido, essa rede familiar acaba por propiciar que Dora busque uma atividade fora do lar, de modo que não necessite contratar um outro trabalhador para essa atividade.

Na sequência de sua fala sobre este sofrimento relacionado à filha, Dora também nos conta sobre ter desenvolvido um processo de síndrome do pânico, advindo do trabalho no consórcio e no escritório da feira, cujas consequências ainda estão presentes em seu cotidiano.

Só esse negócio da minha ansiedade, desse pânico, que o médico falou que era do trabalho. Por isso que eu pedi pra sair. A minha psiquiatra falou: “Olhe, isso aí que você tá sentindo, pelo que você me falou, é um quadro de pânico pelo trabalho. Então, peça pra sair, porque você vai morrer de tomar remédio e não vai ficar boa nunca”. Aí, só foi eu sair. Eu tô com crise ainda. Como eu te falei, quando eu tô perto de realizar uma coisa... Eu sei que não tô boa. E não tô curada ainda, mas é porque eu paro os tratamentos, mulher... Eu não tô indo pro psicólogo, nem pro psiquiatra... Mas é um tratamento eterno, né? A gente leva pra vida. É um controle, não tem cura. O remédio é pra controlar a situação, mas isso não quer dizer que você não vá sentir um frio na barriga. Mulher, ontem eu tava horrível. Ontem eu tava péssima. Eu pedi até pra ele trazer um remédio lá da minha mãe, porque eu acho que eu não tinha na minha bolsa. Mas quase que eu não descia pra cá. Desci porque ele não podia faltar aí no trabalho. (Dora).

Nesse ponto, ao ouvirmos o relato de Dora, é crucial que possamos desenvolver uma reflexão mínima do contexto de saúde mental do trabalhador brasileiro. Em especial, o trabalhador no contexto da pandemia e no contexto da informalidade. As condições de trabalho acabam por impactar de maneira importante na saúde do trabalhador quando estas apresentam uma realidade que não garante um mínimo de segurança em relação ao futuro a curto ou longo prazo, que gera uma demanda de carga horária intensa e que interfere direta ou indiretamente nas relações sociais. No caso de Dora, seu adoecimento teria iniciado ainda na experiência de trabalho formal, devido às metas, prazos e rotina desgastante.

Já nos encaminhando para o final de nossa conversa, questionamos a Dora se ela deixaria o seu trabalho por conta própria caso encontrasse um emprego que suprisse satisfatoriamente sua necessidade financeira. Ela nos responde:

Vixe, agora tu me pegou. [risos] Eu acho que poderia até ser que sim... Mulher, assim, porque, o que é que eu penso, né? Eu tenho um primo meu que é formado e ele ganha muito bem. Só que, tipo, ele é formado em engenharia da computação. É um cara que ganha seus 10 mil. Uma pessoa com um salário desse vai querer trabalhar pra si, pra quê? Eu, se tivesse um emprego ganhando 5 mil fixo, eu acho que desistiria daqui. Agora, é porque, assim, é uma paixão. É uma paixão que eu tenho. Já fazem 4 anos, né? No ramo. Num sei. (Dora).

Interessante esse discurso da paixão/amor pelo trabalho que se desenvolve em torno do trabalho por conta própria, na perspectiva do “Faça o que você ama”. Em um primeiro momento, ao pensar sobre a questão financeira, ela não hesita em afirmar que abriria mão de trabalhar para si mesma. Logo em seguida, coloca a questão do afeto envolvido na criação e manutenção de um negócio seu, em que ela investiu financeiramente e despendeu energia para fazer dar certo. Ademais, a questão de “ser o seu próprio patrão” ainda pesa em seu discurso, quando nos fala a todo momento como ela vincula a algo positivo o fato de poder desenvolver seu trabalho sem a interferência de outrem.

O discurso de Dora em relação ao trabalho assalariado, à renda e ao que ela chama de paixão pelo trabalho independente explicita que “[...] o desejo de independência não passa de um mito, de uma lenda sustentada tanto pela necessidade dos trabalhadores obterem maiores rendimentos, quanto por um romantismo nostálgico da parte de alguns pesquisadores” (MALAGUTI, 2000, p. 158). As ambições trazidas no discurso de Dora revelam a dualidade dos sonhos e objetivos que teve durante toda a vida: ter um negócio próprio e ser independente, por um lado, e, no entanto, ter um alto rendimento financeiro, por outro, independente de status em que esteja trabalhando. O fato de estar voltando ao emprego nesse momento enfatiza seu desejo de suprir as necessidades financeiras e continuar a fornecer uma condição confortável para si e sua família. Outro fato que exemplifica isso é ter procurado um curso superior ou técnico que lhe garantisse uma remuneração adequada no mercado de trabalho, quando começou a radiologia. Em resumo, ela busca formações técnicas que lhe possibilitem o alcance de uma “[...] qualificação necessária para conseguir um emprego que remunere melhor” (MALAGUTI, 2000, p. 157). Nesse sentido, o apego de Dora a outras ideias e formas de viabilizar seu sustento e de sua família é refletido na materialização dos ideais de trabalho empreendedor em sua entrevista. O mito do sonho de ter o negócio próprio como desejo de ser seu próprio patrão parece cair por terra, quando, em verdade, o desejo parece ser uma boa renda e, talvez, a possibilidade de organizar sua própria dinâmica laboral.

Ademais, finalizamos este relato com esta fala em que Dora nos conta um pouco sobre o processo de colocar um funcionário para trabalhar no negócio, ao que ela nos conta

que, além de despender muito dinheiro, principalmente se for formalizado, também poderá trazer outros problemas.

Olha, a partir do momento que a gente botar uma pessoa aqui, a gente vai ter dor de cabeça. Porque tu sabe como é, né? Adoece... E se tiver filho, for mulher, né? Piora. Mas isso eu sei que são coisas que é normal. É igual quando eu ia trabalhar. Às vezes, eu não ia porque eu tava doente, porque eu tava com cólica, ou eu não tinha quem ficasse com a minha filha, enfim... “N” coisas pode acontecer. Mas nem por isso a gente vai deixar de contratar a pessoa, né? Porque, como é que vai ser? Vai viver pra sempre aqui dentro? Não, né?

Sobre esse fato, questionamo-nos sobre como ampliar a possibilidade de empregos se os donos de negócios têm um pensamento como esse? Para Dora, a contratação de um trabalhador é um risco. Aqui, é interessante que Dora traga a questão do trabalho feminino e do cuidado com os filhos. Por um lado, ela enxerga enquanto um problema contratar uma funcionária que tenha filhos, visto que, em geral, é a mulher quem tem de dar conta desse cuidado materno, muitas vezes se ausentando do trabalho para tal. No entanto, enquanto mulher e mãe, por muito tempo mãe solo, ela se coloca nesse mesmo lugar, rememorando as vezes em que teve de se ausentar da atividade por isso.

Escolhemos este trecho para fechar essa discussão, dando ênfase à última frase de Dora nele. ‘Viver para sempre dentro do trabalho’, de fato, não deveria ser o destino de nenhum trabalhador, já que outras esferas da vida não podem ser impedidas de serem vividas em decorrência do excesso de atividade laboral. Nesse ponto, Dora concorda conosco e reconhece que a contratação de um funcionário é algo necessário e quase inevitável seu caso. No entanto, mesmo ao contratar esse trabalhador, ela ainda acumulará um excesso de atividade, na medida em que iniciará no emprego, procurando não deixar de lado totalmente a venda no comércio, tanto do que se refere à venda de açaí, quanto à venda de roupas. Assim, a invasão do trabalho parece se alargar, na medida em que se necessita trabalhar em maior quantidade ou em maior número de vínculos ou em maior número de horas para se alcançar um mínimo de dignidade financeira, social e de consumo.

É nesse sentido que acreditamos que, ao analisarmos a trajetória ocupacional de um trabalhador, “[...] sem levar em consideração o que ele pensa, como se identifica e suas representações sociais, não é possível sequer intuir o seu comportamento frente a situações específicas” (MALAGUTI, 2000, p. 161), quanto mais identificar seus sonhos e desejos em torno de determinadas decisões de vida e de trabalho. O conhecimento sobre as questões familiares de Dora, bem como suas experiências anteriores com um trabalho formal assalariado, fornecem-nos subsídios para compreender sua trajetória ocupacional, seus anseios e objetivos.

Nossa conversa durou, aproximadamente, 40 minutos. Em alguns momentos, pausei a gravação, enquanto Dora atendia a um cliente ou procurava resolver a questão da filha com sua mãe. Encerramos a entrevista e Dora, gentilmente, colocou-se à disposição para responder a novas perguntas se houvesse alguma dúvida ou ausência de informações.

4.3 Análise da trajetória ocupacional de Angelita

4.3.1 Primeira entrevista (2017)

A terceira entrevista que aqui apresentamos é a de Angelita. Em 2017, com 45 anos de idade, dividia com o filho a organização e o trabalho em dois *food trucks* itinerantes, onde vendiam lanches, como sanduíches e sucos, geralmente, próximo a faculdades, escolas e praças. Ela nos conta que, antes de começar a trabalhar nesse ramo, passou a vida inteira trabalhando com facção de roupas, de maneira informal. Muito timidamente, Angelita nos diz que fez sua carteira de trabalho ainda jovem, mas que nunca sequer chegou a trabalhar de maneira formalizada em algum local. Por conta de um problema de coluna que adquiriu por passar muito tempo sentada costurando, decidiu comprar algum material para vender comida na rua e, a partir de então, o negócio cresceu. Ela nos conta que iniciou com pouca coisa, no carro da família mesmo, procurando locais de maior movimento, principalmente faculdades do bairro. Aos poucos, ela foi observando que era um negócio viável e foi sentindo a necessidade de expandir e incrementar o pequeno negócio que começava ali.

Aí, comecei a trabalhar com lanche, né? Aí, é como eu digo, eu iniciei só com a chapa. Fui comprando as coisas aos poucos. Eu carregava o carro em casa, descarregava na faculdade. Carregava na faculdade, descarregava em casa. Tinha um balcãozinho, botava a chapa. Aí, tinha umas cadeiras, uma mesa... Aí, aquilo foi aumentando, foi aumentando. Aí, eu achei a necessidade de comprar um trailer. Aí, eu montei, comprei uma carrocinha, montei um trailer, uma cozinha, e hoje ele é um trailer móvel. E, através desse trailer, comprei uma Kombi e montei outra cozinha na Kombi. (Angelita).

Angelita conta que não foi instruída ou orientada por ninguém nesse processo. No momento em que sentiu a necessidade de aumentar o negócio, quando já não dava mais conta da demanda e da quantidade dos clientes, foi aumentando a compra de insumos e materiais e, por vezes, contratando diaristas. Sobre a ideia de montar, de fato, uma cozinha no veículo, ela conta que, enquanto comprava alimentos em determinado dia, viu uma Kombi estruturada para produzir e vender alimentos. A partir de então, Angelita se apegou ao plano de montar uma do mesmo modo.

E eu achei muito bonito. Aí eu tive a ideia de fazer a cozinha na Kombi. Só que antes da Kombi apareceu o trailer na carrocinha e eu fiz. Aí, depois eu comprei a Kombi. Nós tamo com dois pontos. Eu com um ponto e meu menino com outro. (Angelita).

Assim, ela e o filho mais velho dividiam o funcionamento dos dois veículos, podendo, assim, ter a possibilidade de cada um ir a um local diferente e, assim, diversificar a clientela. Para Angelita, a possibilidade de montar uma cozinha móvel completa foi, segundo sua própria avaliação, libertadora, pois era muito cansativo ter que levar todos os utensílios de casa, carregando e descarregando o carro todos os dias. Ela nos diz que essa expansão do negócio não foi meramente para ganhar mais, mas para ter mais comodidade e conforto na execução dessa atividade, já que dispunha de tudo na cozinha itinerante.

No momento de realização da entrevista, eles estavam funcionando de modo informal. No entanto, havia o desejo de formalizar e, portanto, segundo Angelita, seu filho estaria preparando a documentação para abrir cadastro MEI. O objetivo da formalização seria unicamente para conseguir um ponto de energia em um dos locais que o trailer ficava alocado, para melhorar o trabalho e o acesso dos clientes. Para fazer esse pedido na prefeitura, o negócio precisava estar devidamente formalizado. Segundo Angelita, não havia nenhum outro interesse em formalizar o negócio, já que ele funcionava bem de modo informal e não havia até o momento nenhuma interferência de fiscalização. A compreensão da burocracia de formalizar o negócio, nesse sentido, parece facilitar a permanência na informalidade.

Sobre seu cotidiano de trabalho, Angelita nos conta na época que era muito intenso e repetitivo. Sendo seu negócio ainda pequeno e alguns preparos feitos na cozinha de casa, tudo era, de certo modo, amador.

É assim, como eu não tenho capital ainda pra estocar material, todos os dias eu saio às compras. Eu tiro duas horas pra fazer as compras, todos os dias. Aí, quando é 2 horas da tarde, eu começo a fazer as comidas, pra quando for 5 horas ta tudo pronto. Aí, 5 horas a gente sai, vai trabalhar. Aí, 10 horas já tamo em casa. Todos os dias é assim: faz as compras, fazer as comidas e vender. [...]. É, eu sempre digo assim: todos os dias de manhã eu vou pro shopping, só que a minha vitrine é as comidas, é feijão, é arroz, essas coisas que eu compro todos os dias. Queijo, presunto... Aí, essa é minha vitrine. Todos os dias eu saio pro shopping. (Angelita).

Observamos que a rotina de Angelita é um ciclo contínuo de afazeres. Todos os dias, da semana e dos finais de semana, as atividades se repetem, dissolvendo fronteiras entre os dias da semana. A organização de seu tempo de trabalho exprime a invasão do trabalho no seu cotidiano de vida (AQUINO, 2003), já que demonstra uma rotina não apenas intensificada, mas também extensa. Essa organização temporal atípica - em relação à temporalidade fabril que foi referência na sociedade salarial - faz emergir, inclusive, aspectos

relacionado a impactos psicológicos e sociais, podendo afetar a saúde dos trabalhadores aos quais nos referimos. Isso engloba questões como qualidade de descanso e de sono, organização ou dissolução de tempos e dias da semana, contato social com familiares e amigos, tempo disponível para cuidados de saúde, dentre outros. Aparentemente, é uma realidade comum a quem trabalha intensamente, mas sabemos que são marcas profundas e incessantes de um processo de naturalização da condição de precariedade em que vivem esses trabalhadores.

Na organização laboral da atividade empreendedora, como já mencionado, o tempo de trabalho se reafirma como dominante, a ponto de invadir os outros tempos sociais na vida do trabalhador. Então, se, por um lado, as jornadas laborais formais quando estudadas historicamente foram diminuindo (AQUINO, 2007), apesar da intensificação da carga de trabalho, na dinâmica empreendedora essas duas dimensões parecem se unir, havendo uma jornada extensa junto a uma demanda de trabalho extenuante.

Esse cenário se acentua quando lembramos que há um recorte de gênero bem definido nessa situação. Sendo Angelita a única mulher em casa, dividindo o lar com o marido e dois filhos, as atividades domésticas acabam recaindo, ainda, sob sua responsabilidade. Assim, não bastando o cotidiano intenso e extenso de trabalho, o acúmulo com o cuidado da casa também é uma realidade. No entanto, de modo que atenuasse essa questão, Angelita conta com uma boa rede de suporte familiar que divide esses afazeres, morando próximo aos seus pais e seus irmãos, com os quais divide muitos momentos do cotidiano, inclusive fazendo as refeições principais sempre juntos, na casa de um ou outro.

Angelita nos conta que uma das vantagens de seu negócio é poder dividi-lo com o filho, estando ‘todo mundo em família’, em suas palavras. Apesar de o negócio não representar a renda principal da unidade familiar, apesar da imprevisibilidade das vendas, ele era fonte de renda secundária bastante satisfatória. Sobre a renda principal da casa, ela nos diz que advém do negócio do marido, que tem uma oficina mecânica no espaço da garagem de casa. Na oficina, além do marido, trabalha também, durante o dia, o mesmo filho que trabalha no *food truck* à noite, dividindo os dois expedientes entre o negócio do pai e da mãe. O outro filho do casal não desempenhava nenhuma atividade remunerada no momento, concentrando-se em estudar para passar no vestibular de Medicina, apoiado por toda a família.

Sobre esse último fato, Angelita busca sempre deixar claro que todos em casa exercem algum tipo de atividade, exceto o filho que estuda para seguir a carreira de médico, sendo o grande sonho de todos eles. Isso nos remonta ao trazido por Malaguti (2000) quando, ao analisar a trajetória ocupacional de trabalhadores, discorre sobre como alguns deles

refletem sobre as decisões que envolvem o futuro dos filhos de modo a procurar dar-lhes o futuro profissional que gostaria de terem vivido. Estando o filho mais velho envolvido desde cedo nas atividades laborais dos pais, ao mais novo ficou reservada uma carreira de reconhecimento social e econômico, sendo esta decisão “[...] condicionada pela necessidade da colaboração dos outros filhos na manutenção da família” (MALAGUTI, 2000, p. 159).

Conversando um pouco sobre a dinâmica de trabalho de Angelita, ela nos conta também que, observando a necessidade, passou a contratar mão-de-obra flexível para ajudar a ela e ao filho na produção e venda dos alimentos. Já que cada um seguia para um ponto diferente, em um veículo diferente, era necessário um apoio para cada um deles, nesse sentido. Ela nos diz sobre: *“Assim, eu fico com um menino. Tem um meninozinho que ajuda a gente. Aí, fica um com ele e outro comigo. Só mesmo pra auxiliar, só quando necessário”*.

A contratação de diarista por pequenos e médios “empregadores” é uma prática comum, já que esses são negócio geralmente instáveis em termos de movimentação, vendas e, portanto, renda. As aspas em torno de empregadores se justificam na compreensão de não haver, nesse caso em específico, uma relação empregatícia, baseada em um contrato de trabalho. Esses “meninos” a que Angelita se referem acabam por se constituírem mão de obra fácil e disponível para o estilo de trabalho informal ali envolvido, fazendo parte da reprodução da lógica instável e precária em que se arregimenta todo o negócio.

Outro ponto tocado em nossa conversa com a Angelita foram questões que diziam respeito ao desenvolver o trabalho em uma perspectiva formal ou informal. Nunca tendo sequer experimentado uma vivência de trabalho formalizado em algum período da vida, ela nos conta que já é algo natural viver na informalidade, não havendo necessidade de se formalizar ou desejo de se inserir em algum emprego. A esse respeito, ela nos detalha melhor.

Mulher, pra falar a verdade, eu não tenho perspectiva nenhuma quanto à assinar carteira, né? Eu fiz a minha carteira de trabalho. Eu só fiz mesmo e vive guardada. Agora, questão de aposentadoria, essas coisas, eu tenho até que começar a pagar pra eu ter como autônoma, né? Eu ainda não iniciei. [...]. As férias é férias forçada. Eu tenho primeiro que me organizar, porque esse ano a gente já ta com a meta pra, até o meio do ano, se organizar, pra quando for no final do ano tirar umas férias. Porque a gente vem só, há 4 anos, a gente vem só se mantendo e investindo. Férias não tenho tirado durante esses 4 anos. (Angelita).

Nesse trecho, Angelita toca em alguns pontos interessantes. O primeiro deles é o que já comentamos logo acima sobre a informalidade fazer parte constituinte de sua dinâmica de trabalho e de vida. A seguir, ela comenta a respeito de perspectiva de aposentadoria, tendo trabalhado informalmente durante toda a vida e nunca ter contribuído com uma previdência. Nesse momento, quase que tentando repreender a si mesmo, enfatiza que precisa começar a

planejar isso. No que tange à análise de sua trajetória ocupacional, Angelita construiu uma vida laboral bastante homogênea no que se refere ao seu status enquanto trabalhadora: sempre trabalhou de forma independente e por muitos anos em uma mesma atividade. Somente recentemente iniciou no ramo de alimentação, onde permanece até hoje.

Por último, Angelita comenta conosco sobre a possibilidade de tirar um período de férias. Ela conta que sempre é necessário se organizar e fazer um planejamento, especialmente na perspectiva financeira. Levando em consideração que tanto o trabalho dela quanto o de seu esposo são informais e por conta própria, nenhum dos dois tem a possibilidade de usufruir de um período de férias remunerado, daí a necessidade de que haja um longo preparo para esse fim. Portanto, é possível compreender porque, em 4 anos de funcionamento do negócio, à ocasião de nossa conversa, ela não havia tirado nenhum período de descanso. Mesmo que trabalhando informalmente, o seu trabalho anterior lhe dava essa possibilidade, por já ter uma clientela consolidada. A venda dos lanches ainda não lhe possibilitava isso, já que, na perspectiva do trabalhador, um dia de trabalho perdido faz diferença definitiva na renda ao final do mês.

O cenário em que se desenha a realidade laboral de Angelita aponta aspectos interessantes na compreensão dessa trabalhadora. Entendendo que sua história específica de vida e de trabalho também traz contribuições importantes nesse processo, algumas questões do trabalho de Angelita despontam na literatura da área. Quando discutimos que o trabalhador informal e por conta própria é aquele que trabalha de forma intensificada, sem perspectiva de futuro bem posicionado, sem possibilidade de usufruto de uma lógica de proteção, na incerteza e na instabilidade financeira, é justamente o que encontramos ao conversar com Angelita, sob um discurso já naturalizado desses processos.

Finalizamos nossa conversa e Angelita se colocou à disposição para que nos falássemos novamente, como fosse necessário.

4.3.2 Segunda entrevista (2021)

O processo de retomar contato com Angelita não apresentou nenhuma dificuldade. O número de telefone que estava registrado no TCLE, por sorte, ainda continuava o mesmo. Foi feito um primeiro contato telefônico e marcamos de nos encontrar. Ela disse que poderíamos ir à sua casa no período da tarde, já que era o intervalo do dia em que ela estava em casa no preparo dos alimentos.

Iniciamos nossa conversa já de antemão agradecendo sua disponibilidade em conversar conosco novamente e explicando à Angelita o porquê de estarmos refazendo esse contato. Esclarecemos também algumas questões da perspectiva ética de nosso contato, reforçando os pontos importantes do TCLE. Angelita diz que, apesar de ser um pouco tímida e contida com as palavras, espera ajudar nesse processo.

Após esse primeiro momento, passamos a rememorar um pouco sobre o que conversamos em 2017. Angelita nos conta, logo no início, que continua com o negócio, mas que hoje já não conta mais com o apoio do filho, como anteriormente. Ele decidiu seguir trabalhando apenas no negócio do pai, a oficina mecânica, e buscar cursos que o aperfeiçoassem nessa área, de modo que passou a investir apenas nisso, considerando que seu crescimento profissional e a possibilidade de ampliar a renda da família seria possibilitado ali. À ocasião de nossa conversa anterior, ele, inclusive, estava à frente de iniciar o processo de formalização do negócio. Sobre isso, Angelita conta que ele chegou a dar entrada no processo de regularização como MEI, mas, devido à pandemia, não deram continuidade.

Angelita nos conta que o período da pandemia modificou bastante sua organização de trabalho. Anteriormente, ela conseguia manter os dois pontos de vendas funcionando, tanto o trailer quanto o *food truck*. No entanto, devido a esse período e ao fato de não poder mais contar com o apoio do filho, hoje somente um dos pontos funciona durante a semana.

Eu continuo com o trailer. Só não fico mais com o trailer na faculdade, porque tá parado. Eu ficava na faculdade na semana e, no final de semana, ficava nos condomínios. Agora eu tô só nos condomínios, semana e final de semana. Fico de quarta à domingo. [...]. De 6 às 11 da noite, nos condomínios. (Angelita).

Os condomínios a que Angelita se refere são um grupo de prédios próximos à sua casa, em cuja pracinha vários vendedores se reúnem para vender comidas. Durante os dias da semana, Angelita leva até o local somente uma das cozinhas móveis, enquanto no final de semana, para dar conta do maior movimento leva as duas cozinhas, a do trailer e o *food truck*. Nessa dinâmica, ela conta com o trabalho de um diarista, que contrata durante a semana, e com a ajuda de sua nora aos finais de semana. Angelita também conta com a disponibilidade e contratação de mais diaristas, caso necessite em dias de feriado ou em período de férias escolares. A esse respeito, ela diz: “Hoje, eu tô praticamente só. Na semana, que é mais fraco lá nos condomínios, aí fica eu e um rapazinho. Eu fico na parte do trabalho mais pesado e ele fica na parte de atender os clientes”. A respeito da contratação desse tipo de mão-de-obra, ratificamos a ideia de reprodução da informalidade e da vulnerabilização do vínculo que a

própria condição informal proporciona. Isso amplia a condição precária, fazendo emergir um modelo de ‘terceirização da informalidade’.

É, são dois pontos. Eu ficava na semana na faculdade. E sábado, domingo e feriado nos condomínios. Agora, eu continuo com duas cozinhas. Só que é porque, assim, na semana eu trabalho só com um. Aí no final de semana, que é sábado e domingo, tem que ser os dois pra dar conta. Aí, na semana, eu fico com o rapazinho e, no final de semana, minha nora trabalha comigo. (Angelita).

A respeito dessa nova organização de seu trabalho, Angelita nos conta que, devido à pandemia, tudo mudou. A faculdade, de onde ela retirava boa parte de seu rendimento financeiro, não estava funcionando e, portanto, ela passou a abrir somente em um local e com um ponto. Ela nos conta, inclusive, sobre a possibilidade de vender um deles, já que seria um bom dinheiro para a família, sem prejudicar tanto a continuidade de seu trabalho.

Agora, no momento, se eu conseguir vender um dos trailers, pra mim seria bom. Por quê? Antes, o meu menino trabalhava comigo, nera? Agora, quem tava era a minha nora. Só que as aulas dela começaram e ela só pode me ajudar agora no sábado e no domingo. E pra mim ficar na faculdade, não dá. Porque quem trabalha com dinheiro, é complicado, né? E eu trabalho na chapa, em cima. Pra mim trabalhar na chapa e com dinheiro, não dá. E faculdade é tudo ali, de momento, é rápido. Aí, tem que ser uma pessoa que tenha responsabilidade e confiança, que é o difícil de encontrar hoje. Aí, se eu conseguir vender um trailer, eu vendo como o ponto da faculdade. Porque eu não tô pretendendo mais voltar pra faculdade. Aqui, tá me mantendo nos condomínios. E, na verdade, a minha principal dificuldade seria pessoas pra trabalhar, é complicado. (Angelita).

Angelita nos conta, portanto, que mesmo voltando às aulas presenciais na faculdade, não pretende voltar a colocar o ponto, visto que precisa, necessariamente, de alguém que trabalhe com ela. No trecho acima, ela nos conta sobre a dificuldade de encontrar alguém de confiança que trabalhe no caixa, sendo também um fator que pesa em sua decisão o fato de a nora não poder mais trabalhar com ela. Assim, Angelita precisaria despende determinado valor na contratação de outra pessoa, exigindo financeiramente mais de sua capacidade de renda.

Essas transformações explanadas por Angelita mantêm relação estreita com o período da pandemia, em que ela permaneceu durante 3 meses inteiros sem trabalhar, por conta das decisões decretadas. “3 meses fechado, 3 meses. Porque a polícia fechou, né? Quando voltou, é que foi liberado, 3 meses depois”. Quando questionada se não chegou a pensar em continuar funcionando de forma ilegal, como alguns de seus colegas do bairro, Angelita fala que era muito arriscado e não havia como. Ela diz, inclusive, que há muita competição entre os trabalhadores que ali vendem seus produtos, de modo que tinha receio de alguma denúncia. Ela conta também que, de certa forma, havia sido surpreendida com os

decretos, pois não imaginava que a situação chegaria ao nível de fechamento total dos estabelecimentos.

Não tinha como. Ficamos só parados. Se eu tivesse feito... Só que fui pega de surpresa, né? Mas se eu tivesse feito um delivery, né? Ter feito, assim... preparado em casa. E ter feito uma propaganda ou alguma coisa assim... Mas não deu tempo. Aí, eu parei total. (Angelita).

Sobre isso, ela também comenta que a pandemia impactou diretamente a organização de seu trabalho, inclusive afetando o preço tanto do material que compra quanto daquele que vende: “As coisas subiu muito. Tive que aumentar o preço. Segurei até onde pude segurar. Mas foi tranquilo com os clientes, porque eles também sabem que tá tudo aumentando”. Angelita, portanto, foi uma das trabalhadoras que nesse período de pandemia sofreu de forma direta e intensa com o fechamento dos negócios, permanecendo todo o período de vigência do decreto estadual relativo ao funcionamento da economia sem trabalhar e, portanto, sem gerar nenhuma renda. No entanto, Angelita conta que seu prejuízo não foi tanto quanto pode ter sido para outros trabalhadores. Por não ser um comércio de grande porte e não ter um volume de vendas tão grande, a compra de suprimentos que ela faz é pouca e diária.

O prejuízo que eu tive foi pequeno, porque eu comprei material de trabalho pra uma semana. Aí, eu tive que comer todim durante um mês. [risos] Já tava enjoada de comer pão. De prejuízo financeiro muito não, só porque eu fiquei parada né, deixando de ganhar. Aí, parada e as contas vindo. Mas aí eu tive ajuda de outro canto. Aí foi me ajudando. Também peguei o auxílio, também, que já deu uma alavancada. (Angelita).

Esse ‘outro canto’ a que Angelita se refere ter obtido ajuda é o negócio do marido, de onde sai a maior parte da renda familiar. Ela conta que hoje o funcionamento da casa e o pagamento das contas depende, principalmente, da oficina mecânica do esposo, que tem tido um ótimo movimento, mesmo no período da pandemia. Sobre sua renda advinda da venda das comidas, ela conta que caiu de forma drástica: “Agora, depois da pandemia, que fechou tudo, eu tô só aqui e baixou mais a renda. Mas tá dando pra aguentar, dá pra manter”. Angelita, nesse sentido, conta que hoje trabalha muito mais por prazer, do que por necessidade financeira, encontrando um sentido naquilo que faz para além da perspectiva financeira. Em sua perspectiva, trabalhando muito desde muito nova, ela já se sente cansada e esgotada de correr tanto atrás de ganhar mais, não havendo necessidade dessa busca desenfreada por mais.

Segundo Angelita, seria esse o momento de os filhos se empenharem e conseguirem um futuro bom, quem sabe melhor do que ela e o esposo construíram. Sobre isso, resgatamos as palavras de Malaguti (2000, p. 159) quando fala que, em detrimento de ter

um negócio próprio e ser seu próprio patrão, “[...] um ‘bom emprego’ é a verdadeira opção: o caminho que seguiriam – e que estimulam seus filhos a seguir – caso pudessem, de fato, ‘escolher’”. Lembramos, por exemplo, que seu filho, que anteriormente se empenhava nos estudos para o vestibular, hoje conseguiu entrar no curso de Medicina, sendo o grande orgulho da família, o que fica claro sempre que Angelita o menciona, já que “[...] o caminho que optaríamos – caso tivéssemos uma outra chance – pode ser indiretamente perscrutado pelas decisões envolvendo o futuro de nossa descendência, de nossos filhos” (MALAGUTI, 2000, p. 158).

Ainda a respeito da organização financeira do seu negócio, especialmente levando em conta a pandemia, Angelita complementa o que já havia comentado:

Eu consegui me organizar, sair das dívidas. Consegui me equilibrar, aí pronto. O que eu tô fazendo aqui tá dando pra me manter. E, na verdade, eu vou passar também por uma cirurgia brevemente. Aí também tem que dar uma parada aí, desacelerar o ritmo. (Angelita).

Nesse trecho, Angelita nos conta sobre uma cirurgia pela qual passará, explicitando ainda mais o que comentou anteriormente sobre a necessidade que sentia de desacelerar. No que se refere ao seu cotidiano de trabalho, ela nos relata, basicamente, a mesma dinâmica da entrevista passada: “Eu divido meu dia assim: de manhã, eu faço compras; na parte da tarde, eu faço eu faço a alimentação, preparo os alimentos pra vender; e à noite vendo”. Angelita tece esse comentário de modo a deixar claro a repetição de atividades do seu dia-a-dia, atentando para o fato de que sua organização cotidiana não sofreu grandes mudanças ao longo dos 4 anos que se passaram, à exceção do fechamento na pandemia. Ademais, essa necessidade de diminuir o que ela chama de “corrida desenfreada pra nada” parece exprimir um esgotamento físico e mental acumulado durante sua trajetória laboral.

Sobre o período da pandemia e o redimensionamento do trabalho e da renda familiar, Angelita continua a comentar, enfatizando - e talvez justificando sua desaceleração - que a renda do esposo mantém hoje a casa.

O que foi mais difícil nesse tempo todo foi essa pandemia, né? Mas pra mim foi mais tranquilo. Por quê? Porque meu esposo e meu filho seguraram as pontas. Mas, se fosse depender só do lanche, do meu trabalho, tinha sido complicado. Aí, só foi mais tranquilo por isso. E eu também já vinha me organizando, já vinha comprando menos em cartão, aí ajudou muito. (Angelita).

Angelita conta que, de fato, se não fosse a renda do negócio do esposo, que continuou a funcionar no período da pandemia, ela não saberia como eles teriam dado conta,

visto que mesmo os auxílios que recebeu não teriam sido suficientes para suprir as necessidades familiares. Nesse sentido, vale pontuar também que a atividade laboral de Angelita não se resume apenas ao âmbito da venda de comida. De certo modo, ela também participa da dinâmica de trabalho do esposo e da organização financeira da casa. Isso porque Angelita também desenvolve atividades na perspectiva do trabalho reprodutivo. Assim, enquanto o esposo e o filho mais velho trabalham na oficina mecânica e o filho mais novo e a nora estudam, ela sozinha fica responsável pelas atividades domésticas, incluindo o preparo da alimentação de todos eles. Portanto, Angelita, em verdade, tem parte fundamental na questão financeira da casa, pois realiza o trabalho que, se não fosse desempenhado por ela, teria que ser terceirizado e pago a um outrem.

No que tange a essa problemática, compreendemos que as condições de vida e organização de trabalho de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas de uma organização social. É a chamada Divisão Sexual do Trabalho, através da qual os homens exercem “[...] suas atividades no mercado de trabalho capitalista (o chamado ‘trabalho produtivo’) e as mulheres dividem seu tempo ‘naturalmente’ entre a produção de mercadorias fora de casa e a realização das tarefas domésticas relativas aos cuidados da família” (MELO; CASTILHO, 2009, p. 137). Este é um trabalho, muitas vezes, invisibilizado, levando, por exemplo, a própria Angelita a acreditar que sua atividade não possui peso nenhum no que tange à perspectiva financeira da família.

Nesse sentido, ao falarmos sobre trajetória ocupacional, não podemos negar a discussão entre trabalho reprodutivo e produtivo, especialmente em se tratando da história laboral feminina. No caso de Angelita, mesmo desenvolvendo suas atividades produtivas, ao sair de casa para trabalhar, ela permanece como, aparentemente, insubstituível nas atividades domésticas não remuneradas.

A respeito da esfera produtiva, Angelita nunca experimentou uma vivência de trabalho formalizado, um emprego, estritamente falando: “Eu nunca quis trabalhar de carteira assinada. Aliás, eu tirei a minha carteira de ministério do trabalho, só pra tirar. Eu nunca quis trabalhar fora. Eu sempre trabalhei por conta. Sempre fiz meu salário”. É com certo orgulho que ela tece esse comentário, de modo que explicita que “nunca precisou depender de ninguém” para sobreviver. Nessa questão, entretanto, exprime-se algo, aparentemente paradoxal, pois, quando questionada se gostaria que os filhos seguissem sua mesma trajetória laboral, ela afirma de modo quase categórico que não, que gostaria que eles estudassem para “ser alguém na vida”. Assim, por mais se orgulhe de sua trajetória, o mito da independência trazido por Malaguti (2000) aqui se exprime claramente:

Novamente, a ambição da independência reflete apenas a necessidade de obter maiores rendimentos – mesmo que seja às custas de uma certa marginalização social -, de poder oferecer à descendência a possibilidade de aceder ao assalariamento “dourado” dos que possuem cursos superiores. (MALAGUTI, 2000, p. 164).

Mesmo de forma paradoxal, Angelita nos traz, assim como em sua entrevista anterior, as vantagens de trabalhar de forma independente, no sentido de poder organizar seu próprio processo de trabalho e não precisar obedecer a ordens de ninguém. Ainda retomando a questão do trabalho reprodutivo, interessante notar a ênfase que Angelita coloca nas vantagens do trabalho por conta própria em função de poder realizar alguns afazeres domésticos. Ou seja, para ela é muito vantajoso poder trabalhar por conta própria, já que pode dividir sua rotina produtiva com o cuidado com a casa, com os filhos, etc.

No início, quando meus meninos eram pequenos, tinha a vantagem de eu ver o crescimento dos meninos, né? Cuidar deles. Aí, hoje, é o meu pai e minha mãe, que eu fico... Deixei os filhos e agora vou cuidar do pai e da mãe. Aí, eu não pretendo jamais sair dos pés deles. De procurar um trabalho e deixar eles? Não. (Angelita).

Ao contrário da entrevista anterior, em que Angelita enfatizou muito mais questões individuais ao optar por esse tipo de trabalho, aqui a ênfase recai, de fato, para os cuidados com a família. Isso se deve ao fato de seus pais estarem agora mais debilitados no que se refere a questões de saúde. Portanto, aqui podemos ver de modo bem claro a importância de investigarmos a trajetória ocupacional dos trabalhadores para além das questões eminentemente laborais. Se, por exemplo, não tivéssemos a possibilidade de ouvir Angelita discorrendo sobre o cuidado com os filhos e agora com os pais, talvez não pudéssemos compreender ao certo suas decisões na esfera do trabalho. Daí a necessidade de investigar os sonhos, os receios, os objetivos dos trabalhadores (MALAGUTI, 2000).

Dando continuidade ao nosso diálogo, e já nos encaminhando ao fim, conversamos um pouco sobre o que representava para Angelita a venda de comida, ao que ela responde que foi uma ótima saída para conseguir uma renda. Quando perguntamos, portanto, se ela considera ser esse ainda um bom negócio, ela diz: “É sim. É um bom negócio. Pra quem tem coragem, é um bom negócio. Não é fácil não, mas é bom”. Sobre as dificuldades nesse processo de trabalho, ela elenca a dificuldade de lidar com o público, a flutuação de renda, a instabilidade de local de trabalho e a insegurança de se trabalhar nas ruas, por exemplo.

Questionamos também Angelita sobre seus possíveis planos de trabalho, caso parasse de vender comida na rua. Haveria um segundo plano? Ela teria interesse em adentrar outra atividade, se pudesse escolher? Ela responde:

Digamos que se comida não desse mais pra mim, eu, em um mês, eu me modificava. Eu tenho capacidade. Com vendas. Não tenho medo não. Eu sempre digo: “Olha, a pessoa pede porque quer. Mas se você pegar um maço de fósforo e você sair vendendo a 10 centavos a caixa, você faz dois maços. Você pega duas faz quatro. Pega quatro faz oito. É só ter coragem. Toda casa tem 50 centavos e toda casa precisa de fósforo”. Eu sempre disse assim: “Olhe, se não me deixarem trabalhar com lanche na pandemia, eu vou vender fósforo gritando com os meninos”. Mas é, eu nunca desanimei não. Enquanto isso, nesse tempo, eu fiquei no Youtube, fazendo caixas de papelão, inventando coisas, fazendo aqueles nichos com papelão. Eu procurei algo pra fazer pra não ficar com a mente parada. O negócio do meu esposo não parou, porque é com caminhão, né? Caminhão não parou, tinha que dar as manutenções. (Angelita).

Nesse trecho, Angelita enfatiza algumas questões que nos parecem ser próprias do trabalho independente/por conta própria e da busca constante pela sobrevivência. Essa necessidade de estar sempre em movimento e se reinventando é própria de trabalhos informais e cooptada pelos discursos empreendedores. Assim, a capacidade de enxergar uma possibilidade de negócio em cada situação é vendida como uma habilidade, mas parece, em suma, ser motivada por uma necessidade de sobreviver e arcar com as despesas de casa, dos filhos, da família.

A esse respeito, e de modo a finalizarmos nossa conversação, questionamos Angelita como ela se considera enquanto trabalhadora, se informal, independente, por conta própria, empreendedora ou uma vendedora de comida de rua, de forma mais simplória, ao que nos responde:

Eu sou uma empreendedora. Quando eu vejo algo, o meu olho de empreendedora já foca logo. Quando eu vejo a oportunidade, eu agarro ou eu ensino alguém... O meu sobrinho mesmo me procurou essa semana, aí disse: “Que que tu acha, a questão de eu voltar a trabalhar com polpa de fruta?”. Aí, eu disse: “É ótimo, é só você saber trabalhar”. Trabalha por consignação, vai nos mercadinhos, deixa panfleto, faz uns banners... Trabalha por consignação. Os pequenininhos é que vai fazer tu crescer. Quando eu bato o olho em alguma coisa, eu já vejo ali o empreendedorismo. (Angelita).

No trecho acima, mais uma vez, Angelita enfatiza a questão de ir em busca das próprias oportunidades de trabalho e saber identificar as possibilidades de fazer uma renda. Ao que nos parece, esse talvez seja, mais do que uma grande habilidade empreendedora, um produto da experiência de anos de convívio com o trabalho informal e por conta própria. Ou seja, fruto de uma trajetória ocupacional intensamente marcada e mergulhada em vínculos laborais frágeis e instáveis.

A entrevista de Angelita foi a mais curta até então. Nossa conversa levou aproximadamente 25 minutos, tempo no qual a todo instante procuramos instigá-la a contar sobre as particularidades de seu trabalho e de sua trajetória ocupacional. Ao finalizarmos, ela

já estava bem mais à vontade, colocando-se à disposição para conversarmos outras vezes caso necessário fosse. Despedimo-nos e ela se apressou para iniciar a preparação para a venda daquela noite.

4.4 Análise da trajetória ocupacional de Maria Moura

4.4.1 Primeira entrevista (2017)

Nossa próxima entrevistada é responsável por um *food truck* de hambúrgueres, que ficava alocado de forma fixa em um *food park*. A entrevista aconteceu pouco antes de iniciar os atendimentos. Maria Moura brinca que, além desse trabalho, também divide seu tempo desenvolvendo outras atividades como dona-de-casa, transporte escolar do filho e setor financeiro de casa. Ao todo, ela divide o cuidado de três *food trucks* junto ao marido, todos fixos em *food parks*, sendo formalizados como ME e contando com alguns funcionários.

A relação de Maria com vendas percorre toda sua vida laboral, desde os 17 anos. Ela já trabalhou com marmitaria, pizzaria, encomenda de salgados, fabricação de doces, venda de churrasquinhos nas ruas, loja de bolos, dentre outros. Seu último trabalho era em uma empresa, do qual teve que sair para cuidar do negócio próprio.

O espetinho, meu filho tinha um ano de idade. Eu inventei de botar um carrinho de espetinho. Mas era na calçada, era muito perigoso com menino pequeno. Aí pronto. Aí eu fiquei uma época desempregada e comecei a fazer salgadinho pra aniversário, por encomenda, e bem-casado. Não tinha rede social ainda não, era boca a boca. Vendia que só. Aí eu fui chamada pra trabalhar, aí eu fui. Parei e fui. Mas eu fazia pra ganhar dinheiro, não porque eu gostava. Eu não gostava. Aí a gente teve uma marmitaria, só eu e meu marido, só nós dois. Coisa sem futuro. [...]. Aí eu já tava de saco cheio, aí meu marido tinha recebido uma proposta pra montar um restaurante, a cozinha né, eu disse: “Vai lá”, porque é muito melhor do que isso daqui. (Maria Moura).

Ela conta que o marido é chefe de cozinha e sempre teve vontade de iniciar um negócio no ramo.

É, mas foi por conta dele. Aí ele inventou... na verdade, a gente inventou o *food truck*, de uma hora pra outra. Ele tinha um emprego... Ele já tinha saído da padaria? Ah! Já tinha saído há pouco tempo quando ele montou aqui. E ele também dá consultoria. E aí eu entrei na onda, já que tem que ter, tem que ter os dois, porque quem é que vai fazer? Ele não consegue fazer coisas que eu faço, porque o negócio dele é só cozinhar, aí foi... (Maria Moura).

Quando questionada sobre a escolha do *food truck* como tipo de negócio desenvolvido, Maria Moura nos esclarece:

Porque, quando chegou aqui em Fortaleza, ele [o marido] foi um dos que iniciou o *food truck*. Não nesse, trabalhando em outro. Ele tinha um amigo, que, quando chegou essa onda aqui, foi chegando... Aí o amigo dele, que ele trabalhava nessa padaria do pai dele, disse que ia botar um *food truck*. Então, ele [o marido] criou todo o conceito pra ele [o amigo]. Por opção, se engajou, fez tudo. E pronto. Aí ele ficou um tempão trabalhando com esse amigo dele. Aí a gente teve oportunidade de criar o nosso. Aí ele saiu e criamos. Foi assim, né? E estourou. (Maria Moura).

Maria Moura enfatiza sempre que ela e o marido tratam o negócio com muita seriedade, não estando apenas investindo em uma aventura, como, segundo ela, muitos fizeram assim que o movimento de *food trucks* começou a ganhar força em Fortaleza. A empresa é a fonte de renda da família, sendo desejo de ambos ampliar e crescer, já que tem dado certo. A entrevista foi interrompida pela chegada da fornecedora de pães, e Maria utilizou como exemplo do sucesso o fato de que iria ter que passar a comprar mais pães, sob risco do movimento forte das vendas na época a deixar sem produto para vender.

Por tratarem a atividade com essa seriedade citada por Maria Moura, ela também nos conta que os horários de trabalho acabam sendo um pouco intensos e extensos, estendendo-se muitas vezes mais do que o planejado, já que o tempo planejado nunca parece ser suficiente. Por ser a atividade que garante a renda da família, o casal parece não medir esforços para que tudo possa dar certo. Nesse sentido, também cabe lembrarmos que esta é uma atividade que ocorre em horário inverso à norma, o que acaba impactando vivências de lazer e relações sociais. O trabalho deles está diretamente associado ao tempo livre dos demais trabalhadores.

Essa organização temporal atípica faz emergir, inclusive, aspectos que têm relação com impactos psicológicos e sociais, podendo afetar a saúde dos trabalhadores aos quais nos referimos. Isso engloba aspectos como qualidade de descanso e de sono, organização ou dissolução de tempos e dias da semana, contato social com familiares e amigos, tempo disponível para cuidados de saúde, dentre outros. Aparentemente, é uma realidade comum a quem trabalha intensamente, mas sabemos que são marcas profundas e incessantes de um processo de naturalização da condição de precariedade em que vivem esses trabalhadores. Isso se exemplifica na fala abaixo:

É ainda mais cansativo. Eu durmo todo dia uma, uma e pouco da manhã. Porque quando a gente fecha aqui meia-noite, a gente encerra né? Aí vai limpar ali dentro, aí até chegar em casa... Quando eu vou deixar já é uma hora. Já teve dia também de a gente sair daqui uma hora da manhã. Quando é um evento maior a gente sai mais tarde. Então, eu durmo praticamente cinco horas por noite. (Maria Moura).

O tempo dedicado a outras atividades, possível de ser vivido para além do trabalho, acaba por ser invadida, de forma quase automática, pelo prolongamento do

compasso dos ritmos laborais para as vivências de tempo liberado (AQUINO; MARTINS, 2007). O tempo dentro e fora do trabalho formam uma sequência difícil de ser dissociada. Acreditamos que a situação ainda se agrava quando entendemos a importância de aqui traçarmos um recorte de gênero, sendo, muitas vezes, a flexibilização temporal utilizada como condição base para a consecução de um trabalho produtivo conciliado com a atividades próprias do mundo reprodutivo (BORIS, 2014).

Essa acaba sendo uma particularidade do trabalho feminino, havendo uma intensificação da carga de trabalho ainda maior, quando são consideradas as atividades de trabalho que estão para além das desenvolvidas no âmbito produtivo e que, muitas vezes, ainda são compreendidas como responsabilidades primordiais e exclusivas da mulher. Hirata e Kergoat (1994, p. 94) nos alertam sobre a necessidade de levarmos em consideração a categoria gênero em nossas análises sobre o mundo do trabalho e sobre a classe trabalhadora, já que desconsiderá-la implicaria a compreensão de não haver “[...] heterogeneidade em sua composição, em seus comportamentos e práticas”.

Um outro trecho representativo sobre essa intensificação contínua impregnada na rotina se encontra abaixo na fala de Maria Moura, quando nos relata seu cotidiano de trabalho:

Aí, na segunda eu fecho os caixas, pagamento, cuidado da casa quando tem tempo, faço a comida, levo o menino pro inglês. Aí na terça... A gente sempre tem coisa pra fazer né, como ontem: ontem eu fui atrás de uma fritadeira. Aí, leva o menino pro médico. Não para, é o dia todinho. Na quarta, pronto, a gente já tá aqui. Aí, a tarde todinha é em função do *food truck*. Aí, todo dia: leva o menino, almoça, cuida da casa, administra as coisas da empresa. Aí, eu vou fazer o quê? O que que tem que fazer, o que que a gente vai criar de produto, faço todas as compras, daqui e de casa. Resolvo tudo. Negócio de máquina. É tudo, tudo... A gente dorme e acorda pensando no *food truck*. (Maria Moura).

Observamos como as atividades de casa e as atividades do trabalho produtivo estão profundamente imbricadas na fala de Maria. Portanto, podemos afirmar que os impactos psicossociais ligados ao tempo de trabalho, e ao mundo do trabalho em geral, são mais profundos sobre aquelas que precisam arcar, muitas vezes sozinhas, com as responsabilidades da dinâmica doméstica, levando em conta também que a precariedade foi historicamente a marca da inserção feminina no mercado de trabalho (ANTUNES, 2006). Embora esses aspectos sejam perceptíveis nesse caso, não houve uma dedicação explícita da pesquisa sobre a questão de gênero, mas há reconhecimento dessa realidade. Ainda a esse respeito, Maria Moura complementa sobre, muitas vezes, não dispor de tempo para o lazer da família:

Maria Moura: O meu filho, quando precisa sair, vai pros aniversários agora, a mãe de um pega, do outro pega.

Entrevistadora: Qual a idade dele?

Maria Moura: 13. Depois quer ir pra casa, aí pega um Uber. Vai assim. Na segunda e na terça, às vezes, é que eu consigo ir pro cinema com ele. Tipo, segunda agora, eu não fui porque realmente não deu tempo. Eu cheguei em casa tarde e ele tava doente. Aí a gente não foi pro cinema. Pra fazer alguma coisa diferente, né? Ontem eu passei o dia resolvendo coisa da empresa. Cheguei em casa era quatro horas da tarde. Aí meu marido fez um jantar, aí a gente ficou em casa lá, bebendo e comendo. Mas, normalmente, eu nem consigo nem receber ninguém lá em casa, porque a gente passa o dia resolvendo coisa, trabalhando, tá fazendo alguma coisa. (Maria Moura).

O tempo dedicado ao trabalho com comida de rua não pode ser resumido ao tempo de venda e contato com o cliente, esse tempo talvez seja concebido como a ponta do iceberg, pois todo o preparo e planejamento consomem uma quantidade bem superior àquele que resulta efetivamente na venda. O que observamos, no que concerne à organização temporal e vivências de intensificação no trabalho, possibilita-nos a compreensão de que se desenvolve (e se naturaliza) uma fragmentação dos projetos pessoais não relacionados ao trabalho, com uma crescente aceleração do ritmo de vida. É uma espécie de impregnação do cotidiano com elementos ligados a uma postura mais competitiva, correspondendo a uma nova forma de organizar o tempo de trabalho (BULGACOV *et al.*, 2010).

A gente vive falando: “Ah, vamo viajar”. Eu só posso um dia viajar, eu e meu marido, quando a gente disser assim: “A gente pode viajar e a empresa vai ficar tranquila na mão dos funcionários”. Que é uma coisa que é muito problemática também é gente pra trabalhar. E trabalhar, que eu digo, é trabalhar direito, porque aqui a gente prioriza muito a comida e o atendimento. [...]. Então, no dia que eu disser assim: “Não, hoje eu tenho condição de sair que minha equipe vai ficar, vai atender bem direitinho, vai fazer tudo”... Mas, por enquanto, não tem. [...]. Aí, num tem não, num tem não. Eu tava querendo mandar meu filho pra Disney, nos Estados Unidos. Só assim, com um amigo meu, um casal. Porque a gente não tem como ir. Aí a gente: “Ah, vamo se programar pra gente viajar daqui a um ano”. Aí você vai pagar uma viagem daqui a um ano, e se daqui a um ano não der pra você ir? Por que em um ano o funcionário bom pode sair, né? Você tem um bonzinho, mas ele pode sair. E aí, você vai fazer o quê da vida? Não tem como. Eu aqui, trabalho doente. Só teve um dia que não vim aqui, numa quarta que eu tava muito doente com infecção urinária. Aí o que foi que aconteceu? Meu marido veio pra cá. Deixou outras pessoas lá no outro *food truck*. E ele veio. Mas na quinta feira eu vim pra cá doente. Meu filho tava doente sábado. Foi sábado e domingo. Ele me ligou: “Mãe, não tô aguentando, não tô aguentando”. Aí eu mandei minha sogra ir lá pra casa, porque nem pra eu ir embora eu tinha condição. Como é que eu ia deixar aqui? Quem que ia atender aqui? Então, assim, o dono, ele trabalha mais do que tudo. E não tem folga, não tem nada. Mas eu não me queixo, a gente sempre soube que era assim. Sempre soube que era assim. (Maria Moura).

O trecho acima elucidada a chance de experimentar um tempo de lazer na ordem da impossibilidade, à medida que o tempo de trabalho acaba por organizar todas as outras possibilidades de vida em torno dele. Possibilidades essas, no caso de Maria Moura, aparentemente inexistentes. Se o lazer não é possibilitado, cuidar da própria saúde parece ser ainda mais difícil, se levarmos em consideração que ela cita o fato de ter ido trabalhar mesmo

doente, não havendo outra alternativa. No trecho, também podemos observar os comentários que ela tece sobre não ter um trabalhador de confiança para o qual possa transferir a responsabilidade de cuidar do negócio, mantendo ela e o marido quase como reféns daquela atividade 24 horas por dia, todos os dias.

Ainda trazendo a questão da perspectiva do tempo de trabalho e da intensificação laboral, Maria Moura nos conta que os períodos de férias tradicionais (férias escolares, por exemplo) são aqueles em que eles vendem mais.

Maria Moura: Não tem férias. A gente não tem férias, a gente não tem feriado, não tem nada. Não existe essa possibilidade. Aqui, ano passado, aqui foram fechados cinco dias no período da semana do Natal e do Ano Novo. Eu reclamei, mas como a gente ta num condomínio né...

Entrevistadora: Por ti não fecharia?

Maria Moura: Por mim não fecharia. Aí fecharam. Porque o mês que mais vende é dezembro. É férias.

É interessante observar essa fala de Maria demonstrando aquela inversão de rotinas já citada. Os períodos e horários que outros usufruem de lazer e tempo livre são aqueles em que eles acabam trabalhando de forma mais intensa. Inclusive, quando falávamos sobre a possibilidade de a própria Maria usufruir período de férias, ela nos traz esse fato, nos relatando mais uma vez que os dias que o filho está de férias ou com tempo livre são os dias em que há mais volume de venda, não havendo como organizar uma programação em família, por exemplo.

Outro aspecto despontado nos diálogos com Maria Moura foi em relação à flutuação de renda do negócio e às estratégias de organização financeira, repercutindo, inclusive, na possibilidade de construção de um planejamento de vida a longo prazo. Essa variação é exemplificada no trecho:

Olha, o carnaval foi até bonzinho. A gente abriu aqui direto. Foi bom. [...]. Mas janeiro já é um mês mais complicado, porque janeiro é ruim pra todo mundo. A comida, tipo assim, ninguém deixa de comer não, mas as pessoas diminuem. Tipo, vêm 4 pessoas comer aqui, gastam 100 reais, 4 hambúrgueres. “Não, mas vamo sair hoje não, todo mundo liso né?”. Aí fica em casa, vão fazer ali um hot-dog, uma pizza, sei lá. Diminui. Então, querendo ou não, a gente que é comerciante a gente nunca sabe, a gente tem uma média de vendas, mas tudo pode acontecer. (Maria Moura).

Assim, percebe-se que o ramo de venda de comida ao mesmo tempo em que, como relatado por ela, é um ramo bom e de fácil consecução, já que comer é uma necessidade de todos, em momento de instabilidade financeira geral é um dos primeiros que vai se desestabilizar. Isso principalmente quando se trata de uma venda de comida mais afinada à

perspectiva do lazer, do que aquela da sobrevivência do dia a dia nas ruas. No trecho abaixo, ainda sobre questões relacionadas à renda e à instabilidade, trazemos outro fragmento da conversação com Maria Moura:

Pois é, a gente não tem carteira assinada, né? Eu vou até assinar a minha como auxiliar administrativo ou alguma coisa. Com o tempo, eu penso em me aposentar, mas com essa lei agora, eu acho que com 90 anos a gente se aposenta né? [...]. Eu já pensei até em fazer a previdência privada, porque é até mais garantia né, do que a gente se aposentar agora com carteira assinada. [...]. Só a gente tá sem carteira assinada, eu e meu marido. Eu vou até assinar, porque assim, a carteira assinada é mais fácil eu comprar alguma coisa, tipo, eu vou tirar um cartão de crédito, é mais fácil [...]. (Maria Moura).

Parece não haver uma linearidade no funcionamento desse negócio. Nesse trecho, Maria nos trouxe questões outras que são impactadas por essa flutuação de renda, como a dificuldade de conseguir crédito e chegar a alcançar uma aposentadoria. A esse ponto, acrescentamos uma crítica mais pertinente à mais recentes mudanças na legislação trabalhista e previdenciária no Brasil, já citadas anteriormente. No momento de realização da entrevista, essa era uma ameaça, que hoje se tornou uma realidade perversa e acaba por modificar a própria percepção do trabalhador frente a essa realidade. Outro ponto trazido ainda a esse respeito por Maria Moura são os altos tributos e taxas a que são obrigados a pagar os empreendedores formalizados. Maria relata que, se dependesse apenas de sua opinião, eles nem seriam regularizados: *“Por que a gente paga muito imposto. É difícil. É por isso que o povo trabalha muito informal, porque é muito dinheiro que a gente paga né? Mas você precisa também tá direito porque uma hora pegam né?”*.

A todos instante também era questão na fala de Maria o fato de ser complicado, muitas vezes, lidar com os trabalhadores do *food truck*. Percebe-se isso quando, em trecho anteriormente citado, ela fala da dificuldade de encontrar pessoas em que se possa confiar ou quando nos diz que um bom trabalhador não dura muito tempo em um mesmo lugar, pois sempre está em busca de melhores condições. Outro exemplo é sua fala sobre os funcionários que, em seu caso, são formalizados: *“A gente tem um funcionário lá que o meu marido deixou olhando, ele deixou queimar um dia desses uma carne. O outro funcionário falta, né? Tinha uma lá que a gente botou ela pra fora. Todo dia era uma história, todo dia. Aí, demite logo porque ia ficar só perdendo tempo com ela”*. Nesse aspecto, não parece haver na fala de Maria qualquer reflexão sobre quais as condições de trabalho eles oferecem àqueles trabalhadores. Ela apenas afirma que eles os tratam como família, não deixando claro a natureza desse tratamento, parecendo reforçar o discurso falacioso do neoliberalismo, como se o afeto fosse compensador de uma baixa remuneração.

Continuamos nossa conversa, falando a respeito dos tipos de trabalho em que ela já esteve envolvida. Quando questionada se ela se considerava uma empreendedora, Maria Moura nos revela o que entende por isso:

Rapaz, eu me considero. Empreendedor eu acho que é empreender, né? Como é que eu posso dizer? A gente tá se mantendo, né? A gente cuida do *food truck* porque hoje é nossa fonte de renda, nosso negócio, né? A gente se sacrifica pela empresa, de ta sempre inovando, de ta sempre atrás de melhorar, de ta cuidando. Como não é só uma aventura, como muitos abriram. Tem gente que é médico e fechou. E a gente não. Botou isso pra gente empreender mesmo, investindo, batalhando, tentando segurar. Porque a gente pegou todo dia do ano passado essa crise medonha né? Tentando segurar a empresa, o nome, a própria comida. Então, a gente tá sempre tentando melhorar, atrás de coisa nova. (Maria Moura).

A fala de Maria Moura nos traz outro sentido bastante difundido nas definições sobre o empreendedor, que é a necessidade de constante inovação. Aqui, entra em cena o ‘espírito empreendedor’ do “agente do processo de destruição criativa” (SCHUMPETER, 1985), aquele que precisa “[...] inovar a ponto de criar condições para uma radical transformação de um determinado setor, ramo de atividade, território, onde o empreendedor atua” (MARTES, 2010, p. 260). Assim, em meio às incertezas, riscos e instabilidades, essa é uma característica ‘visionária’ que ele precisa manter, pautado no sentido de que, “[...] numa sociedade dinâmica, as pessoas passivas murcham” (SENNETT, 2011, p. 103).

Ademais, as falas Maria Moura nos trouxeram, já na época desta primeira entrevista, um fenômeno bastante citado também pelos outros trabalhadores: a crise financeira. Ela aparece aqui de várias maneiras, mas, sobretudo, a crise é colocada como um grande impulsionador para criação do negócio e como um combustível para o mesmo, sendo a atividade empreendedora a grande válvula de escape para ela. Perpetua-se o discurso do ser empreendedor como único meio viável para alcançar sucesso em meio a uma crise, aprofundando a exaltação dessa atividade.

Parece explícito como a denominada crise do emprego acabou modificando também a própria percepção do trabalhador sobre o mercado formal e o informal. Há uma inversão de uma construção histórica anterior, pautada na exaltação da estabilidade formal em detrimento de uma instabilidade da lógica informal. Isso, atrelado a um individualismo constante, repercute na ideia de exaltar um trabalho no qual, teoricamente, ‘não dependo da lógica do sistema, apenas de meu esforço e trabalho constantes’. Essa situação se assemelha à de Maria Moura, que nos relata as desvantagens do trabalho formal que exercia:

Entrevistadora: Se você tivesse a oportunidade hoje voltaria a trabalhar com carteira assinada e deixaria a empresa?

Maria Moura: Eu não. Não. Até mesmo porque, no ramo de vendas, que eu sempre trabalhei, é muito pouco, a gente é tudo comissionado. A gente gasta, paga praticamente, às vezes, pra trabalhar, entendeu? E eu não largaria não. É tanto que eu recebi propostas. Eu já tava com a loja de bolo e outras pessoas me ligaram perguntando se eu queria trabalhar. Não, trabalho mais não.

Entrevistadora: Por quais motivos?

Maria Moura: Porque é o nosso negócio né? E, pra você crescer, seu negócio, você tem que tá dentro. Eu nem consegui... Não ia conseguir conciliar tempo, porque eu era uma vendedora que a gente tinha muitos treinamentos e a empresa forçava muito, exercia muito. E eu não conseguia conciliar. E a gente tem que focar no que é nosso, né?

Esse cenário parece elucidar bem a perspectiva de Barbosa (2009, p. 13), ao afirmar que há um enfraquecimento de algumas instituições sociais, dentre elas, o trabalho enquanto seguridade social, fortalecendo uma incerteza em relação ao futuro, fazendo com que o trabalhador seja instigado “[...] a apegar-se a si mesmo e a tudo que lhe dê uma referência de estabilidade e diminua a sensação de fragilidade ante às incertezas e instabilidades da vida contemporânea”.

4.4.2 Segunda entrevista (2021)

No processo de retomar contato com Maria Moura para esta segunda entrevista, tivemos algumas dificuldades. O seu número de telefone havia mudado e não encontramos perfis em redes sociais que pudessem nos levar a um contato com o *food truck*. Após algum tempo de procura, conseguimos seu contato através da página profissional de seu então marido, chefe de cozinha, que, ao nos responder, informou-nos que agora ela era sua ex-mulher.

Ao iniciarmos o contato com Maria, ela nos informou que estava passando por um período bastante difícil de sua vida e por isso seria complicado de conversarmos. Nesse momento, ela nos relatou que estava passando por um processo de divórcio recente e também estava em período de provas na faculdade que estava cursando no momento. Combinamos que ela nos procuraria após alguns dias em momento oportuno para que pudéssemos conversar. Passadas algumas semanas, a procuramos novamente, e ela aceitou que conversássemos, mas que só seria possível virtualmente. No anseio de que a entrevista acontecesse de forma satisfatória, aceitamos e assim o fizemos. A entrevista foi uma das mais longas, visto a troca de mensagens de áudio possibilitarem que Maria falasse de forma mais livre, totalizando quase 4 horas de falas.

Iniciamos, como em todas as entrevistas, relendo junto com Maria a transcrição de nossa conversa anterior. Ela achou a ideia ótima, já que relatou que sua vida havia mudado tanto desde então, que ficava difícil relembrar todos os detalhes: “Menina, eu tava lendo isso aí e me deu até uma nostalgia. Mas assim, isso aí aconteceu, essa entrevista, foi em abril, né? 2017. Eu vou tentar aqui puxar um pouquinho na memória”. Foi a partir desse sentimento nostálgico de Maria em relação à entrevista anterior que iniciamos nossa conversa. Partindo do *food truck*, que funcionava em um *food park* chamado *Truck Ville*, Maria nos informou de início que as atividades haviam se encerrado. Contudo, ela nos explicou como se deu a situação:

Enfim, como era que era nessa época? Nessa época, o meu marido tinha a loja na Varjota, né? Com o sócio. Nós nunca tivemos sócio. De repente, apareceu uma pessoa. Essa pessoa apareceu. Era marido da mãe de um colega do nosso filho. E aí botou... Viu né que o negócio era lucrativo e tal. E botou pilha pra abrir lá na Varjota. Então, por isso que ele tava na Varjota com o sócio. Sendo que o combinado era que o dinheiro do *Truck Ville* não tinha nada a ver com o dinheiro da Varjota. Varjota era ele e o *Truck Ville* era nosso. Esse era o acertado. Mas as coisas não andaram muito bem na Varjota. O dinheiro não dava. Tava tendo já que tirar lá de casa pra colocar na Varjota ou tirar do *Truck Ville*. Então, não ficou muito interessante. E aí, eu comecei a me incomodar com aquilo ali. Comecei a me incomodar. Comecei a me incomodar. E eu acabei com a Varjota. A gente acabou. Eu descobri também que esse sócio pegou um dinheiro emprestado, né? Pra abrir essa loja da Varjota e depois colocou a prestação desse empréstimo dele no orçamento. Sem nos comunicar. Não era pra ser assim. E aí houve um desgaste muito grande e nós acabamos com a Varjota. Encerramos as atividades. Fui lá, retirei tudo. O funcionário que era nosso que tava trabalhando lá voltou a trabalhar com a gente. Encerramos. [...] E aí houve muito desgaste com essa história de sócio. Eu sempre fui contra sócio. Eu sempre dizia pro meu marido que o único sócio que a gente podia ter era Deus e um ao outro, né? Mas a gente também às vezes queria expandir e não tinha dinheiro. E sempre vinha alguém com essa ideia de expandir e que ia fazer isso e ia fazer aquilo. E a gente, como queria, porque era uma coisa que a gente gostava, era o nosso negócio, né? Como eu falei, a gente não tinha outra fonte de renda. E a gente se encantava por isso e aceitava. Enfim, essa sociedade acabou. Acabou e ficamos só no *Truck Ville*. (Maria Moura).

Portanto, Maria nos conta que, em um primeiro momento, a sociedade que mantinha todos os *food trucks* funcionando se dissipou, mas que eles continuaram a manter em funcionamento aquele no qual ela trabalhava quando conversamos na primeira vez. Ela conta que acabou perdendo também um amigo, não somente o sócio, nessa confusão que aconteceu, e que não recomenda para ninguém a construção de uma sociedade.

Aí, o que que aconteceu? Continuamos trabalhando no *Truck Ville*. Esse ano eu me lembro que tava um ano muito fraco. O *Truck Ville* já não estava mais fazendo o movimento que fazia. A gente já tava tentando tocar os donos pra fazer aquele movimento de reativar clientes. Porque era a mesma coisa, a mesma música, a mesma banda que tocava. Não tinha uma recreação, não tinha um evento. Porque o espaço lá era de dois jovens. Um deles era filho de um dos donos de um colégio grande em Fortaleza. Riquíssimo. O outro também era rico. Então, assim, no auge dos *trucks*, eles tinham aquele espaço. Organizaram, pediram pra usar. Todo mundo

queria estar, porque todo mundo tinha *truck*. E a gente pagava caríssimo. Eu me lembro na época, tinha um rodízio e o pessoal entrava na fila, porque só podia ter tantas operações. E nós só fomos um dos primeiros a ser convidados a ficar fixo pelo nosso trabalho. E aí, nesse 2017 as coisas foram se acalmando de *truck*. Já não era mais tão novidade. Eles já não tavam fazendo muito pelo *food park*, e o movimento tava caindo. (Maria Moura).

Na fala de Maria, podemos observar já os indícios da queda de movimentação de clientes no espaço dos *food trucks*. Ela conta, inclusive, que teve que insistir em manter o espaço aberto durante a última semana daquele ano, na esperança de que o movimento melhorasse. *“E aí, eu já vinha perturbando eles há muito tempo sobre isso, o movimento muito fraco. Eu me lembro que foi um ano de chuva, foi um ano péssimo. Com chuva. Cearense não sai de casa quando tem chuva”*.

Na sequência de nossa conversa, na busca de manter uma ordem temporal no apanhado de memórias, Maria Moura conta que naquele mesmo ano de 2017, um acontecimento a pegou de surpresa.

E aí o que aconteceu? Quando chegou mais ou menos outubro, eu, sempre trabalhando muito, sempre correndo muito, marquei uma consulta com uma ginecologista. Me lembro que eu marquei e desmarquei, marquei e desmarquei. Pela terceira vez eu fui. Com o carro cheio de mercadoria, mas fui. E aí eu... E eu fui porque uma colega, uma pessoa da família, tinha tido câncer há pouco tempo. E aí eu fiquei com medo, né? E fui. (Maria Moura).

Nesse episódio, Maria acabou descobrindo um tumor entre o útero e o ovário. Ela conta que na situação, foi como *“se o seu chão tivesse aberto”*. A médica lhe informou que ela precisaria buscar urgentemente um oncologista, já que o tamanho do tumor era muito grande. O tamanho do tumor, na verdade, denunciava o tempo que ela passou sem cuidar da própria saúde, negligenciando alguns sinais e depositando todo seu tempo em cuidar do negócio da família. Maria conta que se sentiu muito triste nesse momento, mas que precisava continuar em movimento.

E aí, começou a caçada. Fui pra oncologista. Fiz mais exames, né? Ia pro ICC [Instituto do Câncer do Ceará]. Ia pro oncologista particular do plano também. Porque eu descobri que meu plano tava na carência pra cirurgia. E era uma coisa que precisava operar urgente, que podia ser um câncer de ovário, né? E aí eu também não queria. Queria terminar o ano porque tava chegando perto do final e o movimento tava muito fraco na empresa. Como é que eu iria ficar? Como é que eu iria fazer? E aí, eu me lembro que a gente tava nessa agonia medonha desse tumor. A minha comadre, que é procuradora, entrou com uma ação contra o plano de saúde, né? Pra eles poderem fazer a cirurgia. Porque era ideal que eu fizesse pelo particular porque eu também tinha um problema de anemia emolítica. (Maria Moura).

Por mais que o problema do tumor lhe trouxesse grandes preocupações, Maria conta que sua principal preocupação se centrava no negócio e na ideia de deixá-lo parado. Ela ficava a todo momento tentando encaixar na programação um bom período em que pudesse

fazer a cirurgia, sendo sua prioridade que o trabalho continuasse funcionando da melhor forma. Nesse meio tempo, e em meio a essas questões de saúde, Maria nos conta que um dos donos do *food park* chamou ela e o marido para conversar e lhes informou que fechariam de vez o espaço, já que, financeiramente, não estava mais sendo vantajoso.

Aí, pronto, ele me contou e eu fiquei desesperada. Isso nós tínhamos um mês. Ele ia fechar assim, véspera, uma semana antes do Natal. E isso foi em novembro. Então, nós tínhamos um mês pra procurar um ponto. E sem dinheiro. O dinheiro já curto, e as contas já tavam ficando apertadas. E aí, ficou o desespero, né? Eu tinha que operar e tinha que procurar um ponto. [...]. E a gente também precisava de um ponto que fosse mais barato e que tivesse quase montado, porque ia gastar pouco dinheiro. (Maria Moura).

Maria nos conta que foi um período muito conturbado, tanto por questões estritamente pessoais, ligadas aos aspectos de seu problema de saúde, quanto pelas questões do trabalho, sendo tudo muito inesperado. Depois de um período, eles encontraram um ponto em outro espaço e remontaram a loja nesse local. Só após isso, ela conseguiu reservar um tempo para realizar sua cirurgia e ficou aguardando resultado da biópsia que confirmaria se era um tumor benigno ou maligno: “E aí eu deixei tudo organizado na loja, aquela tensão toda”. Maria sempre deixa bastante claro em sua fala a prioridade que dá ao trabalho, muitas vezes demonstrando que essa tensão está mais ligada a esse aspecto do que propriamente à sua saúde. Ela nos conta que foi uma cirurgia muito invasiva, em que ele teve que recorrer a uma histerectomia, e a recuperação foi muito difícil. Ainda assim, ela não usufruiu desse período para se recuperar completamente.

Eu me lembro que com sete dias eu saí com o meu marido pra procurar um armário pra loja e ver uma coifa. Passei muito mal, muito mal mesmo e voltei pra casa. E aí, oitavo dia de operada, nono e décimo dia, fui pra essa nova loja. Eu num tinha nem falado, aí nessa época eu já tinha perdido uns 14 quilos e perdi mais 3 quilos nessa recuperação. Eu não conseguia nem falar direito. Minha sobrinha me ajudando, todo mundo ajudando a montar a loja. Muita coisa foi feita por trabalho braçal, de decoração, de ajeitar tudo. A loja ficou sendo ali um *food mall*, na Edilson Brasil Soares. [...] E eu ali, arquejando, mas montamos a loja [...]. Mas eu disse: “A gente precisa abrir pra gente ver como é que vai ser”. Pra morrer eu estava, mas abri. (Maria Moura).

Assim, mesmo ainda em processo de recuperação, Maria foi até a nova loja, no anseio de abri-la o mais rápido possível. Ela conta que, logo nos primeiros dias, já notou um movimento muito fraco e um clima de hostilidade entre os lojistas. Passados alguns meses, as vendas não aconteceram de modo satisfatório: “O dinheiro foi ficando mais curto. [...]. Mas as contas não estavam batendo. E aí a nossa renda foi diminuindo”. Assim, a situação foi ficando inviável e a solução planejada por Maria foi a de mudar de casa, já que a família morava em um local em que o custo de vida era alto, na região metropolitana de Fortaleza. Eles, então,

planejaram voltar para a casa que haviam construído há alguns anos acima da casa da mãe de seu marido. Nesse momento, ela faz um breve recuo temporal, retomando questões de sua trajetória de vida de forma até mais detalhada do que na entrevista anterior.

Tínhamos a casa que nós construímos em cima da casa da minha sogra, certo? Por que nós construímos na casa dela? Porque no passado, lá atrás, o meu marido perdeu o emprego. Ele tinha uma renda muito boa e nós ficamos numa situação financeira muito apertada, muito apertada mesmo, sem ter como se manter. E tínhamos um dinheiro que ele ia receber. E começamos a construir em cima da casa da minha sogra. [...]E aí começamos de novo a trabalhar. Trabalhando, trabalhando e juntando. Essa foi a primeira vez que a gente perdeu tudo. Perdeu carro, perdeu casa. Depois, com muito trabalho, foi conquistando de novo. Pronto. (Maria Moura).

No entanto, Maria Moura não gostaria de voltar a morar perto da sogra, então alugaram uma casa mais próxima ao trabalho, de modo que gastassem menos. Nesse ínterim, enquanto a nova loja ia, em suas palavras, afundando-se em dívidas, o marido foi chamado para montar a cozinha de um restaurante. “E aí, foi uma luz no fim do túnel, né? Que ele ia ter um emprego certo, um dinheiro certo”. Nesse período também, ela conta que surgiu uma pessoa insistindo para formar uma sociedade com eles.

De novo. Outro sócio, né? Essa pessoa já tinha um negócio, mas no segmento de bebidas, né? Tinha uma loja de bebidas. E aí, a gente disse: “Olha, a gente não tem dinheiro. A gente fechou a loja anterior e veio pra cá achando que aqui ia ser bom. Então, a gente não tem dinheiro. Tem equipamento, tem a marca, tem isso e aquilo.”. Aí essa pessoa disse: “Não, eu vou entrar com o dinheiro. Eu tenho um ponto aqui, eu reformo, a gente vai gastar tanto...”. Enfim, era uma pessoa que se mostrava hiperorganizado, com os números e planilhas. Foram meses de namoro, né? Foram meses de namoro. E aí, o que é que aconteceu? Meu marido tava lá no emprego dele. E isso já foi meados de 1º de maio. Abril pra maio essa loja começou a ser formatada. “Então, vamos!”. Montamos a loja lá, né? Eu com muito medo. Mas a gente... Porque, naquele momento ali, era pra gente ter fechado tudo. Era pra eu ter dito: “Vamo fechar, tu tem teu emprego, eu volto pro mercado de trabalho...”. E aí chegou esse cara. E a gente: “Não, então vamo. A gente num tem mais nada a perder”. (Maria Moura).

Nesse sentido, a partir dessa nova oportunidade, mesmo ainda com receio, eles decidiram fechar o negócio atual e abrir um novo junto a esse novo sócio. Interessante que já aqui ela faz a reflexão do que deveria ter feito na época, em um apego à ideia do emprego enquanto fator de segurança. No entanto, nessa perspectiva do “não temos nada a perder”, eles aceitaram novamente constituir uma sociedade. Nessa nova loja, Maria continuou trabalhando no caixa, no atendimento, no cuidado com a equipe e cuidando da produção dos alimentos. O novo sócio ficou cuidando do financeiro e do marketing: “Mudou isso, eu não tinha mais o poder do dinheiro na minha mão, nem de nada disso. Tudo ia ser com ele. Ia ser acertado, o meu recebimento, eu ia receber x todo mês”.

Como Maria já temia, as coisas acabaram não acontecendo do jeito que haviam combinado.

Essa pessoa começou a se distanciar da loja. Começamos a ver que o dinheiro não dava. Ele começou a dizer que o dinheiro não dava, que as contas estavam assim, que tinha que pagar assado, que tinha que pagar assim... Começou a botar conta no cartão de crédito dele. E gerando conta de cartão. E aí, ele já não era mais tão presente na loja. Que no começo tava indo sempre, indo sempre. Muito exigente, parecia que eu era funcionária dele. Pior, porque nem funcionário eu tratei do jeito que ele me tratava. E eu trabalhando ali dia e noite, noite e dia, na mesma rotina, de segunda a segunda-feira. (Maria Moura).

Assim, passaram 6 meses sem que Maria recebesse nada. A família, então, recorreu a uma mudança novamente, na perspectiva de que sair do aluguel aliviaria o peso do dinheiro que não estava entrando. E o negócio, mais uma vez, seguiu não dando certo. O sócio acabou acumulando muitas dívidas e as vendas não davam conta de gerar a renda necessária para cobri-las.

Nos reunimos e ele disse que não dava mais. Que daquele jeito não dava mais, então era melhor fechar, porque o dinheiro não dava pra pagar os funcionários, a luz e num sei o quê... Aí, perguntou se a gente podia deixar os equipamentos lá, porque muita coisa era nossa, pra tentar vender e repassar o ponto. Isso tudo ficou com ele pra resolver, pra amenizar mais as dívidas. Essas dívidas, até então, que nós não sabíamos que estavam gigantes. [...]. Eu sei que no outro dia, depois, a gente recebeu um e-mail com um rombo gigante, gigante. E uma proposta pra gente ou assumir a dívida ou comprar, pagando a ele. Eu disse: “Como é? Não, num vou pagar nada a você não. O acertado aqui era você entrava com dinheiro e a gente entrava com trabalho e com a marca. Se você não administrou o dinheiro correto, não fez o correto, isso não foi a gente. Isso não fazia parte da gente, até porque a gente nem tinha acesso”. Na realidade, eu acho, que ele ia ganhar dinheiro com a gente e cobrir o rombo da empresa dele. Porque depois a gente descobriu que a empresa dele tava ruim das pernas pelos funcionários. É tanto que a empresa dele fechou. Um tempo depois fechou. (Maria Moura).

Assim, mais uma vez, Maria acabou com o negócio. “Foi um dos piores dias da minha vida, também. Porque era uma coisa que eu gostava. Era nossa renda, né? Passei três anos tentando nisso. E eu disse ‘o que é que eu vou fazer da vida?’”. Nesse momento, percebemos em sua fala nitidamente esse sentimento de tristeza e insegurança, agravado por todas as coisas posteriores que seguiram ao fechamento do negócio, já que o ex-sócio dificultou muito a recuperação dos equipamentos de Maria Moura e de seu então marido, que ainda estavam dentro da loja. De fato, esse foi um período difícil para Maria, já que ela nos conta o quanto se doou àquele trabalho, deixando de folgar e deixando de cuidar da própria saúde.

E a gente ali trabalhando, trabalhando, trabalhando. Aí, fechamos. Ficamos aqui com 390 mil contas. Contas da loja antiga que tinha fechado no vermelho, ficou muito débito. Conta dessa nova, porque eu fiquei sem pagar muita conta, porque eu fiquei sem receber. Só o do meu marido não pagava tudo. E o que foi que ele fez?

Os dois funcionários que eram meus, que foram comigo, ele não tava nem pagando INSS. E disse que dos dois eram responsabilidades minhas as contas. (Maria Moura).

Ela conta que um de seus funcionários mais antigos chegou a colocá-los na justiça. Entretanto, ela tinha consciência de que, infelizmente, havia riscos atrelados à constituição da sociedade: “É como você casar com um cara que tem filho. Você pegou o pacote todo, né?”. Aos poucos, ela conta que foram conseguindo se reorganizar.

E as coisas aqui em casa ficaram de pernas pro ar em questão financeira. Com muita luta, muita luta, eu consegui ir organizando algumas contas, com o salário do meu marido e tal... Daí, eu aproveitei esse período que eu tava de luto e fiz uma cirurgia na mão que eu não conseguia nunca fazer. (Maria Moura).

Mais uma vez, aqui Maria Moura explicita como sempre acabava deixando de lado o cuidado de si em prol do cuidado com o negócio. Quando este acaba por não ser bem-sucedido, ela volta o olhar para si mesma e passa a se questionar o que iria fazer a partir dali, principalmente na perspectiva profissional.

E a gente conseguiu se organizar. Fiz essa cirurgia e fiquei pensando o que eu ia fazer da minha vida, né? Eu não queria voltar pro mercado de vendas. Não queria mais colocar nada de alimentação. Eu não queria me sentir mais usada. Pronto, a palavra é essa. Usada por seu ninguém. Ser enganada, ser enrolada. E aí, eu fiquei por aqui. Fiquei por aqui pensando, pensando. Meu marido tava lá no trabalho dele, dava aula... A gente tentando se manter, se erguer de novo financeiramente. Não como antes, né? Tudo muito restrito. Mas estávamos vivos, né? Trabalhando. E aí, do nada eu inventei de estudar. Falei pra ele, mas ele ficou meio assim. Falei com minha comadre, que sempre foi uma pessoa que me deu muita força, sempre me ajudou muito até hoje. Ela sempre foi uma pessoa a favor de estudo. E eu falei que tava com vontade de fazer Enfermagem. Que eu achava que era uma coisa que ninguém ia me explorar. E não sei porque veio esse curso na minha mente. Veio esse curso. Tive essa vontade. E comecei a pesquisar, pesquisar, pesquisar. [...]. E aí eu comecei. Estudava de manhã. De tarde tava em casa, num sei o quê... E foi indo. Sendo que eu precisava trabalhar né? Comecei a colocar currículo, currículo, currículo... (Maria Moura).

Nessa reviravolta profissional na vida de Maria Moura, ela traz esse sentimento de não querer ser mais “usada” pelas pessoas, pois era assim que ela se sentia em relação às suas mais recentes experiências de trabalho. No caso, ela se refere às duas últimas vezes que ela e o marido tentaram colocar para frente o negócio de hambúrgueres. Em inúmeras vezes durante nossa conversa, ela traz termos como “fracasso” e “insucesso” para caracterizar como se sentia, como se ela mesma fosse caracterizada pela frustração do negócio, já que era onde ela investia toda sua energia. Nesse período, Maria Moura lembra de uma breve experiência de trabalho:

Ah, e também outra coisa. Quando eu fechei o *food truck*... Lembra que eu fechei o *food truck* e fiz a cirurgia da mão? Pronto. E aí, eu comecei de novo a fazer comida por encomenda. Minha sogra e eu. Eu era a parte comercial, mas eu botava a mão na

massa. Pegamos até umas encomendas pro final do ano. Colegas encomendavam salgado, amigas, fiz um *Instagram*... Mas, como eu disse, eu faço pra ganhar dinheiro. Trabalhar com comida é muito desgastante. E aí, foi quando eu consegui o emprego, né? E pronto, Parei. Mas se eu precisar trabalhar, pra ganhar dinheiro, manter minha casa, me manter, pagar minhas contas, pra mim não importa o trabalho. (Maria Moura).

No ano de 2019, Maria Moura conta que recebeu uma proposta para trabalhar em uma distribuidora de vinhos, na área de vendas. Por mais que tivesse pouco conhecimento na área, aceitou, pois tinha plano de saúde, pagamento de comissão, dentre outras coisas: “Era carteira assinada. Mas isso também pra mim nunca foi grande coisa”. Nesse período, ela conta que trocou o filho de escola, para uma mais barata, e reorganizou os gastos da família.

Sempre conversando com meu filho, sempre explicando o porquê. Porque você tem um padrão de vida e depois você tem um outro padrão de vida. Isso pra um adolescente ou pré-adolescente é um pouco confuso. Mas sempre explicando o porquê das coisas, sempre conversando, sempre isso. E me dando o máximo e trabalhando. E a gente tudo trabalhando. E aí, comecei a trabalhar nessa distribuidora. Coloquei o curso pra noite. Trabalhava dia e noite, noite e dia. Estudava e vinha pra casa. E aí, fiquei assim. (Maria Moura).

De acordo com Maria Moura, apesar dessa reorganização financeira, esse foi um período mais tranquilo de sua vida. Ela trabalhava em um emprego, o marido em outro, ela estudava e tudo parecia se encaminhar novamente para um bom futuro. No entanto, foi justamente quando teve início a pandemia de Covid-19.

E aí começou a pandemia. As coisas estavam indo até muito bem e começou a pandemia. E o mercado parou, né? A alimentação parou, o vinho parou, os restaurantes pararam. E eu fiquei 7 ou 8 meses ali sem vender nada. A loja não vendia nada. Fiquei ganhando, porque vendedor é assim: você tem carteira assinada, mas você não tem salário, você tem comissão. Se, por acaso, você não vender nada, aí você tem um salário mínimo, porque ninguém pode trabalhar sem ganhar nada, quando você é CLT. [...]. O restaurante que meu marido trabalhava achou por bem fechar. Mesmo em horário reduzido, não valia a pena. Era no auge, era um vírus novo que ninguém conhecia nada. Os donos, pessoas altamente decentes, que foram pessoas que ajudaram a gente assim, que eu num tenho nem como agradecer. [...]. E aí, durante essa pandemia, eu, pra não perder o emprego, fiquei visitando a periferia, vendendo os produtos pra varejo. Comendo dentro do carro, porque não tinha onde comer. [...]. Às vezes eu vinha pra casa, almoçava em casa, com medo. Tirava a roupa, limpava tudo com álcool, aquela confusão toda. Meu marido só em casa, cozinhando. [...]. Então, a gente rezava. Era assim: a gente rezava, rezava e ninguém dormia. Angustiadados. [...]. E a gente ficou vivendo esse período dessa pandemia dessa forma. Com medo, sem saber o dia de amanhã. O restaurante fechado, sem perspectiva, sem nada. (Maria Moura).

Após esse primeiro período, as coisas foram, gradualmente, voltando a funcionar em Fortaleza. Seu marido, que havia perdido o emprego no restaurante, continuou em casa. E Maria se manteve na mesma empresa, mesmo que, em sua opinião, a gestão do lugar não era bem feita. E o seu curso de Enfermagem voltou a funcionar de forma presencial, tendo passado um período de aulas remotas. Nesse ínterim, ela recebeu uma outra proposta de

trabalho, em uma empresa de *food service* em que já havia trabalhado há alguns anos, da qual tinha saído para ficar exclusivamente no *food truck*. Era uma vaga de representante de vendas, já que, no período da pandemia, eles haviam demitido vários desse cargo.

Nesse caso, ia ser Representante Comercial, sem carteira assinada. Também hoje em dia, é muito difícil representante ter carteira assinada e vendedor. As empresas nem querem mais, porque é custo, né? E nessa pandemia, tá aí né? Todo mundo de carteira assinada o pessoal teve que ficar pagando. E eu disse: “Rapaz, eu vou”. Porque eu enxerguei lá na frente: o vinho é sazonal, parou esses meses. As pessoas continuaram bebendo? Continuaram. Mas não no restaurante. Vinho se bebe em restaurante. Vinho não se bebe a pessoa pedindo em delivery. Pra beber mesmo em casa, a pessoa compra no mercantil ou compra num site. Então, eu comecei a enxergar que, como a pandemia não tinha acabado e o *food service*, querendo ou não, alimentação vende. Mesmo pouca, mas vende. Como existe o delivery, como existe o almoço. Como está hoje. Com esse decreto, a venda caiu muito, lógico. Restaurante só ganha dinheiro sexta, sábado e domingo, à noite. Restaurante fechando oito horas da noite, não tem movimento. (Maria Moura).

Como a pandemia não havia acabado de vez, para Maria Moura fez mais sentido migrar para a empresa que vendia alimentação, já que a venda do vinho se apresentava menos estável. No entanto, o trabalho no *food service* não tinha as garantias do emprego formalizado, formalização essa que não apresentava vantagens, de acordo com ela. Interessante que, quando ela fala sobre esse tema, ela toma a posição de empresário, enfatizando o aspecto negativo de que a carteira assinada representa custo para a empresa e que, com as atividades paralisadas na pandemia, as empresas tiveram que continuar pagando os funcionários formalizados. Aqui, ela também cita o cenário dos decretos no Estado do Ceará, apresentando esse panorama de incerteza sobre o que a pandemia ainda apresentaria em termos de paralisações das atividades.

Com esse decreto, que tá bem ruim a venda. Com essa onda, como tudo isso aí que tá acontecendo, as vendas diminuíram, Diminuíram bastante, mas vamos aí aguardando. E aí, também o que aconteceu na minha vida? Em dezembro, final de ano mesmo, véspera de final de ano, depois de 20 anos de casada, eu em separei. (Maria Moura).

Aqui, Maria se refere ao final do ano de 2020, relatando-nos, muito abalada emocionalmente, que tem passado por um momento muito complicado. Com 44 anos de idade hoje, ela conta que o casamento de 20 acabou por fazer parte importante de sua vida e de sua constituição profissional também. Ela conta que está tentando viver um recomeço, mas que a situação fica ainda mais complicada porque teve que voltar a morar na casa construída acima da casa de sua sogra.

Tive dias piores, tive mesmo. Sempre quando eu via uma amiga... porque eu tenho várias amigas que se separaram ou pessoas na família... Minha mãe mesmo. Eu não tinha dimensão do que é uma separação. Eu não tinha noção do que é uma

separação. Pela minha história de vida, que sempre fiz tudo e passei todos esses anos da minha vida me dedicando a ele, à minha família... Então, assim, é uma situação superdifícil, né? [...]. Porque eu sempre fui uma pessoa que fiz bem pra ele. Ele hoje é quem ele é por causa de mim. E isso ele tem a plena consciência, porque ele mesmo diz. Porque eu sempre apoiei ele em tudo. Como eu disse, eu passei 20 anos da minha vida realizando os desejos dele. Realizando e trabalhando com os sonhos dele, e não os meus. Não os meus. (Maria Moura).

É assim que Maria Moura resume tanto seu casamento quanto sua vida laboral: em torno dos sonhos profissionais de seu ex-marido. Retomando suas memórias de trabalhos, ela relata que todas as atividades em que esteve envolvida, principalmente aquelas relacionadas à venda de comida, foram para transformar em realidade sonhos dele, já que ele era quem tinha as ideias, as quais ela comprava com todas suas forças.

E aí eu me vejo hoje... Eu sempre tive medo do futuro. Sempre, sempre tive muito medo do futuro. Sempre tive de morrer e não ter nada. Medo de terminar sem ter o que comer, sem ter casa. E, pelas dificuldades financeiras que nós passamos... Tivemos a primeira, tivemos a segunda. Aí tava se reerguendo, levamos a lapada desse sócio. Já fomos enganados uma vez pelo cara da pizzaria que ele botou junto há anos atrás. Fui enganada pelo cara que era colega meu da igreja, que roubou um carro meu. Então, assim, sempre levando lapada e sempre era coisa, assim, dele. Nunca foram coisas minhas. Sempre foram coisas que ele se envolveu e eu tava ali pra ajudar. Eu sempre me dei muito mais, eu sempre fiz muito mais. Muito mais, muito mais do que ele pra mim. Muito. Então, assim, estou passando uma situação muito difícil. E aí foi: mudança de emprego, perspectiva financeira zero, porque começou essa nova onda, separação, filho, casa, o mercado de trabalho desse jeito... [...]. Disciplinas super hiper difíceis na faculdade. Eu não conseguia estudar, não conseguia me concentrar. Não conseguia fazer nada. Teve dias que eu cheguei passando mal e voltei pra casa pra aguentar... E o meu ombro foi meu filho. (Maria Moura).

Maria Moura se vê agora, aparentemente, sem perspectiva profissional bem definida. Ela se preocupa, principalmente, com o fato de que o curso de Enfermagem não é bem remunerado e talvez não dê conta de que ela se sustente com o filho. *“E eu preciso me manter, né? Eu tenho um futuro agora pela frente que antes eu tinha o aporte dele né? Querendo ou não, quando você tem um companheiro, quando você tem um marido, você tem um ao outro, né, ali? Quando você se vê só, com 40 e poucos anos, sem uma estabilidade financeira, então, é um pouco desesperador. Sem apoio de muitas pessoas”*.

Nesse processo, Maria relata-nos que mais recentemente tem buscado a fé e se reaproximado de Deus, na esperança de que encontre coragem para continuar. De fato, o processo de separação ainda pesa bastante para ela, que parece viver esse turbilhão de transformações.

Essa é a história da minha vida. Trabalhei muito, fiz muito pelo outro. Aí você se pergunta: “Mas você fez porque você quis?”. Sim, lógico. Mas quando você é casado, às vezes você faz coisa pelo seu companheiro e às vezes você se anula um pouco. Ou então aquela coisa do companheiro ali passa a ser sua, né? Mas eu fiz muita coisa, muita coisa. Eu trabalhei muito. [...]. Que, na realidade, eu era a

administradora da casa, eu era a mãe, eu era a administradora do casamento, eu era a secretária dele. Mas a forma que as coisas terminaram é de muita tristeza, muita mágoa, muita... Como é que eu posso dizer? Eu não merecia. [...]. Então, assim, até você começar a entender que você tá só, que você tem que mudar seus hábitos, seus horários... A sua xícara de café que você não faz mais uma garrafa, entendeu? [...]. Passei muito mal? Passei. Chorei muito? Chorei. Muito. E aí é aquela história, vou viver todas as fases do meu luto. Tudo vai passar. Milhares e milhares de mulheres passam por isso. (Maria Moura).

Maria Moura segue repetindo que a sensação que lhe vem constantemente é a de sempre ter deixado para trás a si mesma e sempre ter colocado o cuidado do outro, da casa, da família e do negócio em primeiro lugar. Ela diz: “Meu único respiro de trabalho foi agora nessa cirurgia. Porque até depois que descobri o tumor, eu continuei trabalhando”. Para Maria, sua história de vida no trabalho está intrinsicamente relacionada ao seu casamento, pois, de acordo com sua perspectiva, desde o dia que conheceu o ex-marido, ela só trabalhou, só serviu a ele, aos interesses dele, aos trabalhos que ele criava: “Eu acho que só trabalhei muito e vivi valendo foi antes de casar”.

E, por diversas vezes, eu perguntava pra Deus: “Quando é que as coisas vão se acalmar na minha vida? Quando é que eu vou ter um momento de sossego na minha vida?”. E quem sabe não é agora? Mesmo com todo esse sofrimento que eu tô passando. Quem sabe um dia essa calma vem. Ou não. Quem sabe? Ninguém sabe. Mas a gente tem que seguir, Eu tô buscando alimentar minha alma agora. Vou buscar cuidar de mim, cuidar do meu filho e viver um dia por vez. (Maria Moura).

Em vários momentos de nossa conversa, Maria Moura se deixa levar pela emoção. Por vezes sua voz embarga, ela faz uma pausa e depois retoma seu discurso. De fato, por serem acontecimentos tão recentes e com um peso tão importante em sua história de vida, ela se encontra fragilizada para falar sobre. No entanto, de forma muito generosa, continua seu relato. A partir de então, sem nossa intervenção, ela segue fazendo um retrocesso temporal de sua história de vida no trabalho, relatando-nos questões e experiências passadas de forma mais profunda do que em nossa primeira entrevista.

Mais uma vez, estando a história de seu casamento relacionada fortemente com sua vida laboral, ela relata um pouco do início da história.

Por sinal, eu nunca pensei que eu casaria, não estava nos planos. Comecei a namorar e ele me pediu em noivado. Eu já morava sozinha aos 21 anos. E já tinha conseguido um apartamento, mas morava de aluguel e fiquei grávida. Aí, as coisas foram se encaixando. Casamos, recebemos o meu apartamento e fomos morar lá. Depois, fui morar em uma casa. Foi quando perdemos tudo a primeira vez. Ele ficou muito mal, depressivo. E eu não tava trabalhando. Consegui um dinheiro e falei: “Vamos fazer seus sanduíches pra vender”. Lá na rua mesmo, para o pessoal do condomínio. Pra ver se ele saía da depressão. Aí, saiu e consegui um emprego. E nos mudamos pra minha sogra, onde começamos a fazer a casa aqui em cima. Mas morei 8 meses ainda na casa dela. Trabalhei muito. Nessa época, eu trabalhava na Bezerra, era promotora de vendas. Viajava a trabalho. Ralei muito lá. Mas hoje eu entendo que o estudo é muito importante. Uma boa escolha profissional. (Maria Moura).

Nesse momento, fazendo esse retrospecto, Maria Moura faz uma breve pausa para tecer essa última reflexão do trecho de fala. Ela nos conta que foi se deixando levar pelo ritmo da vida a dois. Entretanto, se pudesse voltar no tempo, teria feito escolhas profissionais bem pensadas e em relação às suas preferências e aptidões. E teria feito exatamente nesse momento que ela relata, pois, no momento em que engravidou, percebeu que tudo mudaria a partir dali.

Na época que eu recebi meu apartamento foi mesmo na época que eu recebi meu exame de gravidez. E aí, nós fomos morar lá. Era janeiro isso. Eu casei no civil em abril. Aí, a gente morando lá, tirei minha licença maternidade. E aí, o que aconteceu? A empresa que eu trabalhava fechou. A empresa fechou e eu disse: “Vala, meu deus do céu, o que que eu vou fazer agora da minha vida?”. Com menino pequeno em casa, e a renda do fulano não dava pra pagar as despesas todas. Preciso trabalhar. Fiquei procurando emprego e procurando emprego. Mas era assim: ou pagava pra trabalhar ou só trocava o dinheiro pra uma creche pro menino. Então, eu disse: “Vou abrir uma loja de variedades”. [...]. Eu acordava cinco horas da manhã, fazia a papinha do meu filho, botava numa vasilha, botava ele num carrinho e ia pra loja. Às vezes, eu abria mais cedo. E aí, quando meu marido ia pro trabalho, deixava nosso bebezinho lá. Eu tinha um cercadinho. Ele cresceu nesse cercado. E, na época, eu botei uma televisão e um DVD, e era “Xuxa para baixinhos” o dia todo. E vendendo e trabalhando. E pegava o dinheiro e comprava mais mercadoria. Mas era muito vago, o bairro era muito pobrinho, sabe? Aí, eu ia pro centro da cidade comprar as coisas e minha mãe ficava com o meu filho na loja. Eu passava o dia na loja com ele. Depois eu consegui um fogão e passei a fazer a comida dele lá. Mas até então era assim: ou fazia de manhã ou almoçava em casa e a gente ia a pé. Aí fechava a loja seis horas. Eu lembro quando eu ia pro centro de ônibus comprar mercadoria e voltava cheia de sacola. (Maria Moura).

Para montar essa loja, Maria conta que eles não tinham dinheiro suficiente e que tiveram que pedir emprestado à avó do marido. Para saber onde comprar os materiais e produtos, ela contou com a ajuda da mãe de uma amiga, que já era do ramo de comércio, que a levou a uma loja no centro da cidade. Maria Moura conta que essa habilidade ou necessidade de vender sempre esteve presente em sua vida.

Eu sempre vendi alguma coisa, sabe? Eu sempre trabalhava em empresa, mas sempre vendia alguma coisa. Então, eu vendia produtos YES. Nem sei se você conhece, eram uns produtos de beleza. Eu vendia rede. Tudo o que eu sabia que o pessoal tava querendo, eu ia atrás. Eu sabia que fulano vendia relógio, eu pegava relógio pra vender. Eu vendia bijuteria. Eu vendia calcinha, sutiã... Sempre eu tava vendendo alguma coisa. Eu parei de vender de uns tempos pra cá. E aí, nessa loja, eu carregava a barriga no ônibus, uma sacola com comida, que eu levava o almoço, uma sacola com alguma muamba que eu vendia. E vendia. Tudo eu me metia a fazer. [...]. Aí, minha barriga foi ficando muito grande, muito grande. [...]. Foi uma gravidez bem complicada. Mas eu sempre tranquila ali. Meu filho nasceu superbem, tranquilo e tal. Quando ele nasceu, não tinha ninguém. Não tinha babá, não tinha ninguém. E aí, foi quando fiquei sozinha. Fazia tudo: cuidava da casa, cuidava dele, cuidava de tudo. E o dia também era muito curto. E aí, foi quando eu fiquei com essa loja. Só sei que a loja era muito fraca. (Maria Moura).

É perceptível que, assim como na vida da maioria das mulheres trabalhadoras, no caso de Maria Moura, a perspectiva do trabalho se encontra em relação imbricada com sua história de vida. Aqui, ela nos apresenta isso quando relata, paralelamente, a história de sua atividade com o desenvolvimento de sua gravidez. O próprio cuidado com o filho se dá no local de trabalho, sempre se dividindo entre as duas atividades.

Na sequência, quando ainda estava nessa loja, Maria nos conta que o dono do ponto pediu o espaço de volta: “Todo o dinheiro que a gente tinha gasto foi por água abaixo. Tivemos que entregar o ponto do homem, né? E aí, como foi que aconteceu? Eu fiquei sem eira nem beira, como diz mamãe”. Ela, então, decidiu fazer lasanha congelada para vender dentre as pessoas do condomínio onde morava. No entanto, mais uma vez, o negócio acabou não dando certo: “O povo do condomínio começaram a reclamar porque tava gastando gás. Era aquele gás que todo mundo paga. Pronto, acabou o negócio”.

Após um período, Maria conseguiu um emprego como promotora de vendas. Foi o mesmo momento em que o marido perdeu o emprego. Aqui, ela relata essa flutuação de renda que fez parte da vida da família desde sempre.

A gente ficou numa situação superdifícil. A gente, até então, tava tendo um padrão de vida bom. Nossa casa tava sempre lotada. Sempre tinha pessoas do condomínio lá, Churrasco e num sei o quê, a gente saía, a gente se divertia, entendeu? Passamos um período que a gente saía muito, a gente passeava, fazia festa em casa. Nosso carnaval em casa. Foi um período muito bom. Mas, aí, ele ficou desempregado, e a renda melhor era a dele. Mas eu era a administradora da casa, né? Sempre fui. Mas, assim, nessa época as coisas não eram muito nas minhas costas não, sabe? (Maria Moura).

Pouco tempo depois, ela acabou também perdendo o emprego. Nessa época, Maria Moura conta que começava a entrar na moda a venda de espetinhos de churrasco. Então, eles resolveram vender espetinho em um local movimentado do bairro. No entanto, ela conta que o negócio acabou também não dando certo, porque passou a receber ameaças de outras pessoas que já vendiam comida no local, pois o movimento deles havia diminuído por conta do espetinho. “E aí, fiquei. Desempregada de novo. E aí, o que foi que eu fiz? Rapaz, eu preciso ganhar dinheiro”. Maria começou, então, a fazer salgadinhos por encomenda. Pouco a pouco, família e amigos foram comprando e divulgando.

Aí, eu: “Menino, eu preciso é ganhar mais dinheiro”. O que foi que eu fiz? Sexta, sábado e domingo eu botava uma mesa de comida na minha calçada. Fazia brioche, fazia empadão, fazia vatapá... E vendia. Aí fui fazendo e fui vendendo. Eu não sabia, minha sogra que me ensinou. E fazia isso pra ganhar dinheiro. E fomos nos virando. (Maria Moura).

Nesse período em que os dois estavam desempregados, Maria nos relata inúmeras atividades a que os dois se dedicaram. Ela conta que ele, certa vez, abriu uma pizzaria, em que ela trabalhava junto. O negócio acabou não dando certo por conta de um sócio que acabou lhes roubando certa quantia de dinheiro. Depois disso, eles abriram uma venda de marmitas. Sobre essa última experiência, ela nos conta:

Eu saí prospectando clientes no entorno da minha casa. A gente tinha um fogão de 4 bocas. Depois é que a tia dele deu um maior. Era na cozinha da minha casa. Tinha uma mesa, colocamos uma bancada. Eu sei que eu fui prospectando cliente, prospectando cliente... A gente começou com 4 quentinhas, 6 quentinhas... Aí, a gente já tava com 300 quentinhas por dia. Só nós dois. Eu acordava 4 e meia da manhã. É tanto que eu brinco que a gente nem dava bom dia, era madrugada. [...]. 4 e meia da manhã, só nós dois fazendo a comida. Eu colocava nas quentinhas e descia debaixo de sol e chuva. E eu ia fazer as entregas. [...] Depois eu consegui um rapazinho de moto pra entregar aqui no entorno. Quando acaba o expediente, eram 4 horas da tarde. Eu entregava tudo e ia pegar o menino na escola. Se sobrasse, a gente comia, se não sobrasse, fazia um ovo ou alguma outra coisa. Quando dava 7 horas da noite, a gente dormia. [...] No outro dia era o mesmo rojão. No sábado era até meio-dia. No sábado à tarde e no domingo a gente ia fazer as compras. E aí, eu até citei na primeira entrevista né? Eu ia bater perna, atrás de cliente. Eu ia atrás de cliente pra vender salgado, de porta em porta, andando, entregando panfleto. (Maria Moura).

A partir de então, entre uma atividade e outra, Maria conta que as coisas foram melhorando. Depois de alguns meses, o marido e ela conseguiram um emprego. “Eu trabalhava, com minha loucura. Trabalhava e meio-dia saía do emprego correndo. Pegava meu filho na escola, deixava em casa, trancado. O menino ficava em casa trancado, com 5 anos de idade. Voltava a trabalhar. Saía, pegava meu marido e ia pra casa”. Nesse meio tempo, o chefe de seu marido lhe propôs um trabalho como vendedora e divulgadora de uma nova distribuidora na área de panificação.

Sabia nada de panificação, nada de confeitaria. Nada! “Mas eu vou”. Trabalhei 3 meses divulgando essa loja. Mapeei toda aquela área ali do Montese, ali do Aeroporto, toda. Levando cliente pra essa loja. Porque se a loja vendesse, o centro técnico vendia e o meu marido também ganhava, né? E aí, acabou os 3 meses e eu fiquei sendo a vendedora da distribuição. Peguei uma boa área. Trabalhei, trabalhei, trabalhei. Eu chegava no meu primeiro cliente, 6 horas em ponto, porque eu atendia padaria. Eu acordava 5 horas, deixava o meu filho no colégio com o porteiro ainda. E ia pra rota. Meio-dia pegava o menino, trazia pra casa pra almoçar. Deixava o menino trancado e voltava pra trabalhar. Chegava em casa à noite. Quando chegava de noite, levava o menino pro inglês. E assim ia. E eu fiz isso durante muito tempo. Sendo que esse emprego começou a me fazer mal. Minha saúde não tava bem. Eu tive tipo um problema de coração, de estresse. Era muito estressante. O chefe era uma pessoa muito boa, mas ao mesmo tempo muito ignorante. Ele ligava à noite e dizia que queria todo mundo pra uma reunião 5 da manhã. “Como assim, 5 horas da manhã numa reunião?”. Então, era uma coisa que tava desgastando minha saúde. (Maria Moura).

Apesar da rotina extremamente cansativa, Maria parecia gostar das atividades em si. No entanto, o modo como era organizado o trabalho e, principalmente, a forma como o

chefe fazia o manejo da equipe não era adequada. Nesse trecho, ela chega a trazer questões próximas a situações de abuso. Toda essa situação acabou afetando a saúde mental de Maria, trazendo inclusive impactos físicos, como o problema de coração que ela desenvolveu devido às situações de estresse. Ligações fora da hora do trabalho, reuniões marcadas em cima da hora e em horários inconvenientes, cobranças extremas, prazos e metas impossíveis, todas são questões relatadas por ela nesse emprego.

E lá tinha uma história que, se o cliente não pagasse, você não recebia a comissão. E isso eu só fui saber depois que eu entrei. Aí, minha comissão, eu não recebi, tava faltando. Aí, eu disse: “Como é?”. Aí, eu fui falar com o chefe: “Olha, eu não admito, porque eu preciso e eu trabalhei. Eu não tenho nada a ver se o cliente não pagou. Inclusive esse cliente, eu vim avisando pro supervisor que eu estava tentando receber esse dinheiro dele. E o supervisor não ia lá. Porque uma coisa é você cobrar, outra coisa é o supervisor cobrar. Eu não sou o financeiro da sua empresa. E eu não entrei aqui sabendo disso. Isso é errado. Se o cliente não pagou, vocês têm que ter o setor jurídico pra cobrar alguma forma dele pagar. Vocês não podem descontar de mim”. Aí, foi um estresse medonho. Eu já muito estressada. Muito estressada. Eu disse que ia procurar outro emprego, que não ia ficar lá não, morrendo de trabalhar. De 6 da manhã a 6 da noite. Numa loucura dessas. Fazendo mal pra minha saúde. (Maria Moura).

Assim, Maria Moura continua a nos relatar sua indignação frente a situações como essa. O trabalhador acaba por se sentir humilhado e adoecido diante de uma rotina desgastante como a que ela estava inserida. No caso de Maria, a situação ainda era acentuada pelo recorte de gênero de sua situação, frente a um setor permeado por homens e cujos clientes em sua maioria também eram homens.

Eu era a única mulher vendedora do setor. Só era homem. E eu tinha uma área muito importante, que era a Aldeota e a Varjota. Que é uma área que até hoje é muito cobiçada por vários e grandes distribuidores. Porque é uma área onde tá o polo gastronômico, né? E ele [o supervisor] abria a porta e: “Maria, por que é que fulano não comprou?”. Aí, eu dizia: “Não sei”. E ele queria respostas na ponta da língua. E todos os vendedores olhavam pra mim. Mas, por que eu dizia que não sabia? Porque o que eu dissesse pra ele, que era preço ou alguma coisa assim, ele dizia: “Mas o produto é o melhor”. Você entendeu? Então, eu dizia que não sabia. Aí, ele ligava pro cliente e ouvia da própria boca do cliente. (Maria Moura).

No trecho acima, ela relata mais uma situação em que seu chefe constantemente constrangia os vendedores na frente dos outros com cobranças ou exigindo explicações sobre alguma situação publicamente. Por diversas vezes, Maria descreve seu trabalho como desgastante, porque ela, de fato, fazia além das suas responsabilidades e, muitas vezes, não era reconhecida por isso.

Porque eu entendo o negócio do cliente. Você enxerga o cliente não como um número que você precisa ir lá nele tirar um pedido. Entendeu? Então, eu estudava o cliente. Quando a empresa mudava metas, eu mudava as coisas pra atingir. Eu sentava ali de noite e ia saber o que eu ia fazer. No outro dia, eu ia trabalhar no cliente sabendo já o que eu ia fazer. Nesse cliente aqui eu vou fazer isso, nesse aqui

vou fazer aqui, naquele vou fazer um trabalho técnico. Eu fazia até trabalho técnico. Eu levava o produto pra cozinha do cliente. Eu fazia a ficha técnica dele, mostrava pra ele o que ele tava comprando. (Maria Moura).

Nesse ínterim, em uma situação que ela descreve como o ápice de estresse, ela decidiu pedir férias, de modo a decidir o que faria, já que estava há 2 anos sem desfrutar de uma pausa. Nesse período em que ela estava em casa, recebeu uma ligação de um de seus supervisores, que havia ficado sabendo de uma vaga de representante de vendas em uma empresa de *food service* e a havia indicado. Maria, então, aceitou esse novo trabalho, com o alívio de deixar para trás o trabalho anterior. Ela conta que o marido também conseguiu trabalhos melhores, inclusive começando a dar consultoria a diversos restaurantes.

Esse foi o período que surgiu o *food truck*, em que ela trabalhava nessa empresa de *food service* e, aos finais de semana, ia para a venda de hambúrgueres.

Então, a gente trabalhava em eventos... Era o auge dos eventos de *food truck*. Ia pra shows. O Porto das Dunas era aquele carnaval. 5 dias trabalhando ali, dia e noite. Era show do Wesley Safadão no Castelão. Era evento? “Vamo, vamo, vamo”. Naquele carnaval, nós produzimos 2 mil hambúrgueres. Era uma coisa de louco. Carregava caixa, carregava isso, carrega o *truck*. Então, assim, era muito puxado, porque eu trabalhava na empresa também e eu tinha que ta em vários clientes. (Maria Moura).

Esse foi um período muito cansativo, segundo Maria Moura, pois ela era a primeira a chegar e a última a sair aos finais de semana. Ela conta que, apesar do cansaço, era um trabalho que ela gostava e para o qual se dedicava bastante: “Eu atendia muito bem o cliente. Eu sempre gostei disso. Eu me envolvo, eu converso com os clientes, eu escuto a história... Então, assim, é uma coisa que eu gosto”.

No *food truck*, pra você ter uma noção, eu comecei a fazer eventos, levar os hambúrgueres pra aniversário. Eu e os meninos carregando caixa. Fizemos os 18 anos de uma moça num prédio com x hambúrgueres. E a gente fazia tudo na hora, montava. Eu nunca me neguei a trabalho. Nunca. Era debaixo de sol e chuva? “Vamo trabalhar”. Era doente, era com sinusite terrível, com infecção urinária, como eu peguei ali no *food park* que eu não conseguia fazer xixi e ia. Então, por tudo que eu trabalhei... Tem uma hora que eu me senti muito explorada. (Maria Moura).

Foi nesse período que ela deixou esse emprego anterior e se focou no negócio da família, estando à frente do *food truck* mais de perto. Após isso, ela conta também que chegou a se afastar do *food truck* quando resolveu abrir uma loja de bolos em um outro espaço, na qual ela mesma trabalhou na pintura, decoração e montagem do espaço.

Eu era tão louca, que eu acordava 5 da manhã, quando eu ainda morava no Eusébio, vinha pra essa casa que eu tô, fazia os bolos aqui sozinha, não sei quantos bolos caseiros manualmente, embalava e ia pra loja. Passava o dia lá, segunda a sábado. Depois ia pra casa, produzia de novo. E ia assim. Nesse período, eu ia pro *food truck* nos finais de semana. Eu me lembro que no começo eu ainda tava ficando em casa

no final de semana, o *food truck* pegava fogo e eu corria pra lá pra ajudar. E aí, eu fiquei nessa, entre bolos e hambúrguer. Aí, o bolo não tava vendendo mais, tava muito parado. (Maria Moura).

Após fechar a loja de bolos, ela se centrou nos hambúrgueres do *food truck*: “E foi quando o *food truck* começou de verdade e aí aconteceram aquelas coisas todinhas e terminou”. Maria vai se encaminhando para a finalização de sua história no trabalho refletindo sobre suas experiências e fazendo avaliações sobre o próprio modo que viveu essas experiências.

Então, assim, eu nunca me preocupei em trabalhar. Eu acho, hoje eu analisando minha vida, eu acho que fui muito razão em muitas coisas. E pouco emoção. Sabe? Eu acho que eu sempre busquei mais, fui mais atrás de ajudar meu marido e de fazer alguma coisa pelos outros e muito menos por mim. Mas, o que tiver que aparecer, eu faço. Eu acho que teve mais algumas presepadas que eu fiz assim, pra ganhar algum dinheiro extra, pra trabalhar. (Maria Moura).

O que Maria chama de presepadas são pontuais experiências quando ainda era jovem, que ela nos conta dentre muitas risadas, como quando foi vender velas na porta de um cemitério em um feriado de dia de finados com uma amiga. Ou quando precisava dar um pulo e gritar na frente dos transeuntes de um shopping para demonstrar produtos. A autoavaliação que ela tece em seu discurso está sempre ligada à figura de uma pessoa ativa e incansável, que consegue dar conta de tudo. Mesmo reconhecendo ter esquecido de dar conta de algumas coisas relacionadas a si própria.

Sem mentira nenhuma, eu consigo fazer mil coisas no meu dia: eu atendo pessoas, eu atendo cliente, respondo cotação, eu resolvo problema de amigo, eu resolvo problema de família, eu tenho pessoas que eu faço coisas pra elas, eu tenho pessoas da família que me pedem favores... No meio do caminho eu faço festa, no meio do caminho eu organizo a vida de um, faço favor pra outro... Tudo que me pedem eu consigo fazer. (Maria Moura).

Enquanto segue no que se aproximaria quase de uma descrição das atividades de sua vida, Maria parece retratar, em verdade, a figura de uma mulher, como tantas outras, que aprendeu a naturalizar uma intensificação laboral. Na vida perpassada por esse viés de gênero, estamos sempre naturalizando o discurso da mulher que sempre dá conta de tudo: da casa, do trabalho, dos filhos e de tantas outras atividades. No entanto, atualmente, Maria Moura se questiona fortemente o que fez para si mesma, quais suas escolhas de vida e no que realmente quer trabalhar. Coisas sobre as quais aparenta não ter tido tempo ou espaço para parar e pensar.

Seguindo ao fim de nossa conversação, e ainda na reflexão sobre sua vida no trabalho, Maria inicia uma discussão sobre as vantagens e desvantagens do emprego e do trabalho por conta própria.

É assim, existe a vantagem de trabalhar numa empresa? Existe. Por quê? Você tem uma carteira assinada que vai contar pra tempo de serviço, quando sai você tem ali um FGTS, dependendo do caso, você tem férias remuneradas, você tem vantagens de ter um contracheque, de ter condição de comprar no mercado, a facilidade. Você ter contracheque, ter sua vida ali, ter uma conta no banco. Tem essas vantagens, que hoje em dia nem sei se é muito vantagem mais, né? Por exemplo, hoje, vamos falar dessa pandemia, quem tinha carteira assinada, e as empresas reduziram os salários, pras pessoas não serem demitidas, elas ficaram recebendo. No meu caso, quando eu tava na outra empresa, dos vinhos, eu era carteira assinada. Sendo que eu não recebia salário. A carteira assinada era porque eles assinavam, mas eu recebia por comissão. Então, como na pandemia eu não estava vendendo que suprisse acima do salário mínimo, como ninguém pode trabalhar de graça e era carteira assinada, eles me pagavam um salário mínimo somente. Mas, porém... Férias, no meu caso de comissionada, férias e décimo terceiro era só um salário. Não era em cima da comissão. Entendeu? Então, era vantagem ou desvantagem? Porque não era tudo na carteira. Então, eu saí de lá como se eu recebesse um salário mínimo. Tem muitas empresas que fazem isso com o vendedor externo. É comissionada, tem a carteira assinada ali, tem um plano de saúde e tem aquele salário. Porém, toda comissão é paga por fora. Então, seu INSS é só do salário mínimo, seu décimo, suas férias. Quando você sai é com o salário mínimo. Antigamente, a gente pensava muito trabalhar de carteira assinada porque CLT era garantia. Eu, particularmente, hoje não vejo muita garantia, porque você estar empregado não quer dizer que você vai permanecer empregado. Você pode perder seu emprego a qualquer momento. E a lei mudou, né? Antigamente, as pessoas saíam de um emprego e recebiam o seguro. Aí, entravam em outro, saía e recebia. Hoje não. Isso justamente mudou porque é muito recorrente. Hoje tem um período que você tem que ficar desempregado pra entrar em outro e, se sair, ter um direito a receber. Tem pessoas que adoram ser carteira assinada. Pessoas que estão há muito tempo em empresa, 20, 30 anos. É válido. Porque ali ela vai ter um FGTS que ela vai poder retirar pra fazer a compra de uma casa. Mas, por outro lado, se for uma pessoa como eu, que passei por vários empregos, a carteira assinada pra mim não foi vantagem. (Maria Moura).

Esse trecho em que Maria Moura versa sobre algumas características do trabalho formalizado e não formalizado, de acordo com sua perspectiva, traz alguns elementos para pensarmos as transformações na esfera do trabalho e os impactos sob o olhar do trabalhador. Enfatizamos mais uma vez aqui a perda da centralidade do emprego enquanto modelo de trabalho que outrora foi a principal referência para o trabalhador. Salienta-se a progressiva, e cada vez mais massiva, referência que o trabalhador faz atualmente ao modelo de trabalho informal, por conta própria e empreendedor como aquele que se almeja e no qual se encontram as características mais vantajosas na atualidade.

Eu pude trabalhar muito tempo sem carteira e nem nada e hoje eu não vejo mais tanta vantagem. Antigamente, a gente tinha um pensamento: “Ah, carteira assinada tem todos os direitos”. Não. Hoje, a gente perde o emprego de qualquer forma. De qualquer forma. E os direitos já não são mais isso tudo. (Maria Moura).

Se, em momento anterior da história, o trabalho formalizado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) era sinônimo de garantias e direitos, hoje o trabalhador aponta as modificações operadas na esfera do trabalho como responsáveis por retirar da CLT as vantagens buscadas. Em realidade, a cultura neoliberal constrói outras ditas

vantagens em torno dos discursos de organizar o próprio horário e trabalhar pelo salário ideal. Na esteira dos acontecimentos, a retirada de direitos e garantias através da mudança nas leis trabalhistas e a precarização do emprego são fatores que pesam na perspectiva do trabalhador sobre sua realidade de trabalho.

Mesmo considerando para ela, atualmente, o trabalho por conta própria como o mais vantajoso, Maria Moura também versa algumas considerações sobre o fato de iniciar um negócio próprio.

E trabalhar por conta própria? Trabalhar por conta própria tem vantagem. Mas tem pessoas que dizem assim: “Ah, eu vou ter o meu próprio negócio”. Não é assim. Requer dedicação. Pronto, você trabalhar com carteira assinada em uma empresa, você cumpre aquele horário, digamos de 8h às 18h. Adoeceu? Você pode botar um atestado. Você tem licença maternidade. Você tem várias coisas. Auxílio família. Você cumpriu o seu horário. Apesar de que as empresas não querem alguém só cumprindo horário. As empresas precisam de pessoas proativas. Mas isso aí vai de cada um, né? Quem não for proativo, tem empresa que corta. Corta e manda a pessoa embora. Agora, trabalhar por conta própria, eu conheço várias pessoas que.... Eu tenho um colega que inventou de empreender. Mas, minha amiga, pra empreender, você precisa ter, primeiro: dedicação. Abrir mão de muitas coisas. Enquanto todo mundo tá se divertindo, você tá trabalhando. Todo dia você tem que ter uma criatividade pra fazer o seu negócio funcionar. Não é só você chegar, abrir uma loja, sentar numa mesa e esperar que o cliente apareça. Não é. Ter um capital de giro muito bom, uma saúde financeira excelente, ter sempre uma reserva, porque a gente nunca sabe como vai ser o mercado de acordo com cada segmento. Ele oscila. Ele oscila, de acordo com cada mês. [...]. Então, pra cada segmento, vai ter meses ótimos e vai ter meses que não são bons. Você tem que trabalhar muito, certo? Se o seu funcionário adoece, ele manda o atestado e você não pode obrigar. Mas você vai trabalhar doente. Você, pra tirar umas férias, você precisa ter alguém que cuide da sua empresa bem e você possa tirar essas férias. Mas pra você ter um pró-labore bom, você precisa ter um nível de vendas bom. Isso tudo eu falo quando as coisas já tão muito organizadas: você já cresceu, você já ganhou dinheiro. Mas, quando você começa, você não tem nada disso. Você trabalha, trabalha e trabalha. (Maria Moura).

Ao fazer comparações entre um ou outro tipo de trabalho, nesse trecho Maria traz uma série de vantagens do trabalhar formalmente, em geral: o horário fixo, a possibilidade de desfrutar um descanso em momento de doença, a licença maternidade e outros tipos de auxílio. No entanto, reforça que, ainda envolto em uma suposta segurança, o trabalhador pode a qualquer momento ficar desempregado. Aqui, ela também fala sobre a dedicação que ela considera essencial para abrir um negócio próprio, principalmente na perspectiva de tempo e dinheiro. No trecho, ela complementa, ao falar mais uma vez sobre ter que continuar trabalhando mesmo doente e sobre a impossibilidade de desfrutar de férias.

No trecho a seguir, Maria fala sobre a perspectiva da formalização do negócio para aquele que segue por conta própria, de acordo com sua experiência do *food truck*. Aqui, ela cita as desvantagens da formalização, entendendo ser melhor trabalhar por conta própria informalmente.

E aí, você não tem incentivo do governo, a não ser apoio moral. Você tem muito é imposto. Oh, na época do *food truck*, quando nós íamos pra eventos, aquele dinheiro era líquido. Ninguém pagava uma máquina de cartão, ninguém pagava um imposto e não tinha um funcionário de carteira assinada. Eram várias pessoas, todas jovens, que queriam trabalhar e a gente pagava por semana. Às vezes, quando terminava ali o evento, a gente dava. Ia e comprava os insumos à vista. E ali tinha dinheiro. Quando você forma empresa, formaliza, constitui empresa, abre CNPJ, contador, conta jurídica, cartão de crédito, imposto no SIMPLES, acabou o dinheiro. Acabou. Décimo terceiro de funcionário, férias, você paga por comprar com nota e você paga por vender. Você paga todo esse imposto. O que mais? Dependendo do ambiente, licenças que você precisa ter... Então, assim, quando você vê, você tá trabalhando pra você e diz: “Ah, eu trabalho pra mim e não tem ninguém mais que manda em mim”. Mas é ao contrário, quem manda em você é o seu cliente. Você continua tendo patrão. Então, você precisa ter muita, muita força de vontade e realmente querer empreender e ter um pensamento e uma organização do seu negócio que você continue sendo funcionário. Você, na verdade, continua sendo funcionário. E trabalhando muito mais do que você trabalhava CLT. Você tem que todo dia se reinventar pro seu negócio dar certo. (Maria Moura).

Maria Moura cita a época em que o *food truck* era informal como o período em que eles, de fato, lucravam, já que não tinham custos com impostos e outras taxas. Na perspectiva da empresa, o pagamento dos direitos relativos aos trabalhadores formalizados, como décimo terceiro salário e férias remuneradas, representa custo desnecessário. Daí a compreensão de Maria de que o “empreendedor” devidamente formalizado acaba por trabalhar mais do que formalizado em um emprego, já que agora o cliente é o patrão naquele tipo de atividade. Na visão de Maria, coadunando com a ótica neoliberal, as “várias pessoas, todas jovens, que queriam trabalhar” bastavam para a realização do trabalho, enxugando não apenas custos da empresa, mas também a responsabilidade sobre aqueles trabalhadores. Esse pensamento é o suprassumo do individualismo em cadeia, pois esses trabalhadores também acabam se constituindo pequenos empreendedores de si mesmos, prestando serviços à empresa sem nenhum tipo de contratualidade. Assim, o processo da precarização se estende e se ramifica.

Ainda em referência a essas questões do trecho anterior, Maria continua:

Então, na minha experiência, teve um período que eu disse: “Rapaz, não quero mais trabalhar pra mim não”. É tanto que, se você hoje disser: “Maria, eu tenho esse dinheiro aqui e eu vou lhe dar pra investir”. Como eu sempre trabalhei nesse ramo de alimentação, mesmo não sendo o meu negócio, era o negócio do meu marido, tudo que eu me metia tinha retorno. A alimentação tem um retorno rápido. Ela tanto tem um retorno rápido como também perde rápido. Tá aí na pandemia a gente vendo isso: é o setor que é mais prejudicado. Eu não trabalharia mais na alimentação. [...]. Agora, pra mim, trabalhar pra mim por conta própria em algo que eu precise produzir, isso eu não quero mais. Agora, hoje em dia, eu trabalho por conta própria praticamente. Hoje eu sou RCA, sou representante comercial, mas empreender é outra coisa. (Maria Moura).

Aqui, Maria Moura traça, em sua perspectiva, uma diferença entre ser um trabalhador por conta própria e ser um empreendedor. Hoje ela presta serviços para uma empresa sem formalização, sendo uma trabalhadora por conta própria. No entanto, considera essa modalidade de trabalho ainda melhor em relação ao que fazia antes com o marido à frente do *food truck*. Por isso ela diz que não tem mais interesse em iniciar um negócio próprio, especialmente no ramo da alimentação, mesmo que este seja um segmento bom no retorno de lucro para a empresa. A esse respeito, além de suas próprias experiências, Maria cita o fato de, na pandemia, os trabalhadores da alimentação terem sido os mais prejudicados.

Na sequência, Maria explica como o trabalho em que está hoje se configurou em uma atividade sem carteira de trabalho, no período da pandemia.

E essa empresa em que eu estou, só éramos carteira assinada. Nessa pandemia, existia uma equipe de vendas todas carteiras assinadas. O que foi que eles fizeram? Tinham meninas lá que tinham 9 anos, 10 anos, 16 anos de empresa. Eles demitiram todas. Chamaram, fizeram uma reunião e demitiram todas. Pagaram todos os direitos de todos os anos, tudo direito, FGTS, seguro, tudo. E falaram: “Se vocês quiserem continuar, vai ter que ser RCA¹⁸. Vocês querem?”. E deram uma vantagem, uma ajuda. Tipo, antes elas eram carteira assinada e tinham ajuda de custo de combustível, alimentação e plano de saúde. Hoje não, não tem mais o plano. E tem, se você quiser continuar pelo plano com a empresa, você continua pagando. Não tem mais almoço. Mas eles ainda fizeram que cada cliente que você visitar ganha 8 reais. Positivização, pelo menos pra ser tipo uma ajuda. (Maria Moura).

No cenário relatado por Maria Moura, as trabalhadoras citadas ficam reféns da oferta da empresa. No caso, a empresa deu início a uma estratégia a fim de preservar sua lucratividade, enxugando os custos de pagamento dos direitos assegurados pela formalização enquanto empregados. A equipe que Maria cita perdeu as garantias seguradas pela CLT, além dos auxílios de combustível, alimentação e plano de saúde, e, em troca, foi-lhes oferecida uma dita nova vantagem. Que liberdade ou que poder de decisão tem o trabalhador de responder um não à pergunta de continuar com seu trabalho? Em se tratando de um período em que muitos perderam seus empregos, seria ingenuidade pensar que essa é uma escolha daquele que vive do trabalho.

Na sequência de sua fala, Maria conta que chegou a conversar com algumas amigas de que essa situação seria, na verdade, muito boa para elas.

Eu tive amigas que não ligaram. Mas eu tive colegas que ficaram muito preocupadas. Uma delas conversou comigo e eu disse: “Rapaz, eu acho que vai ser melhor pra ti. Acho que vai ser melhor”. Porque nós estamos hoje trabalhando nessa empresa desse segmento e nós não podemos arrumar nada por fora. Você sendo uma representante comercial, se você souber fazer, porque você não deve mais satisfação pra empresa, você não tem mais GPS lhe seguindo, como nós tínhamos, você não

¹⁸ Representante Comercial Autônomo

tem que tá trabalhando num feriado deserto e empresa obrigando que você vá, você não tem que tá dizendo: “Hoje, eu fiz isso e isso”. Não. Você é o dono do seu negócio. Você vai ser autogerenciada. Você tem o aporte da empresa, tem o fiscal da empresa, tem a logística da empresa, mas você, como pessoal, não deve mais ter as obrigações como CLT tem, de cumprir horário, de fazer isso e de fazer aquilo. Eu posso hoje simplesmente viajar e trabalhar viajando, atendendo meus clientes via sistema. O cliente me liga, manda o *Whatsapp*... Entendeu? Eu posso fazer isso. E você no CLT não pode. [...]. Você pode pegar outras representações. Eu posso. E é o que eu desejo pra me manter agora. Eu preciso pegar outras representações. Por quê? Porque eu sou a dona do meu horário. Eu sou a dona da minha carteira de clientes. E aí, eu posso pegar outras representações. Então, isso tem um lado positivo. (Maria Moura).

Aqui, Maria utiliza em seu discurso a vantagem de ter certa liberdade, utilizando a expressão autogerenciada para descrever como ela é dona do próprio negócio atualmente, sendo este negócio ela própria. Em seu ponto de vista, ela não precisa prestar tantas satisfações para a empresa sobre seus horários e suas atividades, podendo agora atender aos clientes de modo remoto, diferente de quando tinha vínculo pela CLT. Ela também comemora o fato de poder se inserir em outras atividades, acumulando prestações de serviços em outras empresas, sendo a dona de seu próprio horário. No entanto, quando questionada se ela conseguiu algum outro serviço em outro local, ela nos confessa não ter tempo, visto ter que cuidar da casa, do filho e estar cursando a faculdade de Enfermagem.

Apesar de perceber essa liberdade enquanto uma vantagem, Maria segue seu discurso pontuando a necessidade de se organizar financeiramente, visto a oscilação intensa de não saber quanto exatamente vai receber mês a mês.

E aí, você precisa ter uma organização financeira. Quem trabalha com vendas precisa ter. [...]. Então, o meu, como eu sou vendedora e tem uns meses que oscila... Janeiro é um mês ruim de venda. Fevereiro é um mês ruim de venda. Março começa a engatinhar. Agora dá uma queda. Setembro, outubro, novembro e dezembro melhora. Então, eu sempre fiz uma média de salário baseada na minha meta de vendas e no que eu vendia por mês, sempre colocando por baixo. Então, vendedor externo que ganha por comissão tem que fazer isso. (Maria Moura).

Portanto, apesar de ter essa liberdade, Maria afirma ser necessária toda uma estruturação financeira. No entanto, na sequência de sua fala, tendo em vista a responsabilidade de organizar sua vida financeira e os medos que isso envolve, ela acaba nos confessando certo desejo por uma segurança maior, nesse e em outros sentidos. Interessante como ela muda seu discurso, oscilando entre enaltecer uma ou outra modalidade de trabalho: “Muitas das vezes, eu quis arrumar um emprego fixo, que eu rodasse menos ou que eu não rodasse, que eu tivesse uma vida mais tranquila, não ficasse me matando de sol a sol, correndo o risco de acidente de carro, de assalto”. Em relação a essa fala, ela nos conta de uma situação em que houve um assalto no estabelecimento comercial de um cliente que ela

estava atendendo. Na ocasião, levaram todos os pertences dela, dentre celular, *notebook* e outros objetos. A empresa não tinha o dever de ressarcir-la e, portanto, ela teve que arcar com todo o prejuízo.

No que se refere à questão financeira ainda, ela continua abaixo, afirmando que, de fato, gostaria de saber exatamente quanto receberia ao fim do mês, afirmando ser essa uma vantagem de um vínculo empregatício fixo. A oscilação de seu discurso fica óbvia aqui, pois, anteriormente, a possibilidade de aumentar seu recebimento por meio de comissões e/ou outras prestações de serviços havia sido relatada como grande vantagem de sua atual conformação laboral. No trecho abaixo, Maria Moura chega a se consternar por não ter conseguido obter a vantagem de um salário seguro e fixo, demonstrando mais uma vez que, se tivesse a escolha real, esta seria sua decisão.

Então, assim, eu queria uma coisa que eu soubesse todo mês quanto eu ia ganhar. Queria ter essa vantagem. Isso eu vejo uma vantagem. Todo mês eu ganho X, eu só posso gastar X. Com a venda, você tem que fazer uma média. E podendo oscilar. Mas, infelizmente, eu não consegui. E a rua me chamou e aqui estou eu na rua novamente. [...]Então, eu acho que hoje eu gostaria de ter um emprego fixo, com um salário X que eu saberia todo mês o que eu ia ganhar. Eu queria sim. Eu queria sim. Eu não queria mais trabalhar pra mim. Eu não queria mais trabalhar pra mim. Mas, como eu não consegui, eu, hoje, trabalho pra mim. Não produzindo, mas produzindo pra uma empresa. Mas a questão de... Aí, entra a questão, justamente, de eu não ter seguro desemprego, não vou ter férias... Mas você tendo organização, você tira umas férias, você reserva um dinheiro. (Maria Moura).

Através de sua fala, compreende-se que estar por conta própria na perspectiva do trabalho não é uma escolha de fato, e sim uma questão de sobrevivência e necessidade, restando-lhe apenas encontrar as vantagens nesse tipo de atividade e as desvantagens na outra modalidade.

E ainda tem uma coisa que é limitada: muitos que trabalham assim o salário é só aquele. E quando você trabalha pra você, quanto mais você trabalha, mais você ganha. Aqui, se você quiser trabalhar de manhã, de tarde e de noite, se você conseguir, você vai ganhar dinheiro. Como eu lhe disse, eu era a primeira a abrir o *food truck* e a última a fechar. Porque eu precisava daquele dinheiro, eu tinha uma casa pra manter dali, eu tinha funcionário pra manter e eu tinha contas a pagar. Então, por mim, eu nunca me incomodei em fechar num feriado. Ao contrário, feriado era ótimo, a gente amava o feriado. Quem é CLT ama o feriado, porque não vai trabalhar. (Maria Moura).

A intensificação laboral e talvez até um traço de meritocracia se naturalizam no discurso de Maria através da máxima “quanto mais você trabalhar, mais você ganha”. Parece-nos que essa ideia necessita ser confrontada com o fato de que o trabalhador necessita, muitas vezes, complementar sua renda por não receber um salário justo e adequado.

Na sequência, Maria segue relatando a respeito de sua organização financeira e da organização de seu dia a dia, em relação a uma situação de vínculo empregatício.

Mas você precisa ter uma organização financeira. E ter guardado uma reserva. E também ter estratégia de trabalho. De como você vai trabalhar o seu dia. Porque, quando você é uma CLT, você trabalha num canto, você tem aquilo ali pra cumprir. Quando você é um vendedor de rua, e você trabalha pra você, seja numa empresa, seja na rua, seja um negócio que você tem na sua casa, você precisa ter organização de horário. Organização de atendimento, se for o caso de você atender clientes no seu negócio. Eu acho que a responsabilidade hoje de você trabalhar pra você é muito maior, porque você tem que trabalhar pra você e manter quem trabalha pra você. E o cara que trabalha CLT, muitos, tem só que cumprir horários. Chegou, trabalhou, bateu seu ponto e vai embora. (Maria Moura).

Além da organização financeira, Maria Moura cita aqui também a questão do cotidiano de trabalho em si, dos horários e da responsabilidade que recai para o trabalhador por conta própria, seja ele um prestador de serviços, seja ele o dono de um negócio próprio. O fato de ter um horário certo para cumprir e ter um salário exato ao fim do mês conta como vantagem para quem está inserido em um emprego, apesar de ela considerar as mais recentes transformações nas condições de trabalho e na exigência das empresas, refletindo uma precarização das próprias condições do emprego.

Nesse sentido, conversamos também sobre a perspectiva de aposentadoria, sobre a qual Maria Moura não tem grandes perspectivas, pois não contribui para a previdência: “Eu não conto com meu tempo de serviço, preciso pagar por fora. Inclusive, eu falei isso em 2017 e nunca fui atrás de pagar. Eu vou ter que ir atrás agora pra ver. Acho que daqui a 200 anos a gente se aposenta”. Já no fim de nossa conversa, falamos um pouco sobre perspectiva de futuro, sobre o qual Maria respondeu não saber ao certo. Retomando alguns aspectos sobre o quais ela relatou, voltar a ter um negócio próprio não parece ser uma opção para ela. Por diversas vezes, ela cita o quão desgastante é o trabalho como representante de vendas e que, por mais que goste e tenha habilidade, não é o trabalho que ela gostaria de realizar por muito tempo. Maria Moura deposita em sua formatura em Enfermagem a esperança de iniciar uma vida laboral diferente e, de fato, a partir de uma escolha sua.

A trajetória de Maria Moura evidencia uma experiência laboral atravessada por múltiplos momentos de informalidade e outros de fracassos em negócios, mas pontuada por experiências de emprego que, mesmo sendo criticadas, eram os momentos de estabilidade e tranquilidade financeira, inclusive, em outras dimensões da vida, mas também vivenciadas por situações limites emocionalmente.

4.5 Análise da trajetória ocupacional de Dona Inácia

4.5.1 Primeira entrevista (2017)

A entrevista de 2017 foi realizada na casa de Dona Inácia. O primeiro contato já havia sido feito anteriormente na sua barraca de comida, que funciona todos os dias pela manhã em frente a uma escola. Por conta do atendimento, ela preferiu marcar em data posterior, em sua casa e no período da tarde, horário em que ela não estava trabalhando na barraca.

Dona Inácia tinha 62 anos, sendo divorciada e morando com sua filha mais nova, com a qual dividia a atividade de preparação da comida que vendia na rua. Ela e a filha viviam exclusivamente da renda advinda dessa atividade. Na época, havia 5 anos que ela vendia bolos, sanduíches, tapioca e outras comidas perto de sua casa, em frente a uma pequena escola do bairro. Sobre sua história de vida laboral, ela nos relatou brevemente que, durante toda a vida, principalmente depois de seu divórcio, ela esteve envolvida em atividades informais de venda. Sobre sua relação com o trabalho ele contou: “[...] *Eu nunca parei não. Tá com 17 anos que eu me separei. O pai das meninas nunca deu. E os sobrinhos, a minha família, eles não têm obrigação de me dar. Eu tenho que me rebolar. E eu digo é muito a Deus: ‘Senhor, me dê força, saúde, coragem, pra eu batalhar’*”.

Assim, desde que se encontrou na posição de chefe de família, não recebendo auxílio financeiro do ex-marido para o cuidado com as filhas, Dona Inácia buscou se inserir da forma que conseguiu, visto a baixa escolarização.

Ah, eu já trabalhei... A única coisa que eu ainda não fiz foi roubar, me prostituir e vender droga. Mas já vendi produto, [...] vendi chinela, vendi confecção, vendi aqueles kits de cozinha, de colcha de cama. A menina me fornecia produto pra eu vender nas casas. Já vendi tudo quanto foi de produto, já montei comércio num sei quantas vezes, sempre tive um boteco. Tudo pra eu me manter, porque eu nunca dependi do meu marido. Eu dependia dele pra comer e pra sombra da casa, mas pra me vestir e calçar era eu, era suado. (Dona Inácia).

Dona Inácia disse que, apesar do baixo nível de escolaridade, conseguia fazer muito bem tudo o que necessitava, sendo, inclusive, muito boa em matemática: “*A única coisa que eu ainda aprendi foi a fazer meu nome. E eu não troco a minha matemática por muitos aí que estudam. Sei fazer as quatro operações, sei tirar a prova dos 9, sei fazer um monte de coisa ainda [...]*”. Expansiva e comunicativa, ela relatou com bom humor diversos episódios de sua vida com muita generosidade.

Sobre seu cotidiano de trabalho na época, ela nos descreveu um pouco de como era seu dia a dia, principalmente no momento que antecede a abertura da barraca de comida.

Eu não durmo bem, eu acordo dois, três [sic] vezes na noite. Quando é 10 pras 3, eu já tô acordada. E 4 horas eu me levanto. Aí o que eu faço? Vou encher garrafa, vou lavar louça, vou fazer café, venho pra cá e rego essas plantinhas. Aí pronto, em um instante chega 6:30. Aí, vou pra padaria e pronto. E aí, vai levando a vida, domingos e feriados, porque pra mim não tem dia santo, nem segunda, nem terça, é tudo uma coisa só. Eu num saio, num tenho final de semana pra ir passear, ir pra praia... Ainda mais com esses roubos. Meus familiares ficam perguntando por mim. Se eles não vierem aqui me ver, acho que só vão me ver quando eu morrer. (Dona Inácia).

Na fala acima, Dona Inácia nos traz aspectos importantes para pensarmos os impactos psicológicos, sociais e econômicos de sua situação, quando nos relata questões como a qualidade do sono, a dissolução da organização dos dias da semana e a falta de contato social com pessoas da família. Aparentemente, é uma realidade comum a quem trabalha intensamente, mas sabemos que são marcas profundas e incessantes de um processo de naturalização da condição de precariedade em que vivem trabalhadores como Dona Inácia.

Trabalhando todos os dias da semana, de segunda a sexta, pela manhã, Dona Inácia contou que conseguia ganhar cerca de 400 reais por mês, o que acabava sendo a renda principal da família. Ao nos contar sobre sua situação financeira, Dona Inácia passou boa parte do tempo relatando sobre como vinha passando por situações difíceis e contando com o apoio de vizinhos e familiares que lhe ajudavam financeiramente, inclusive na compra dos alimentos que ela preparava para vender: *“Quanto a esse negócio de alimentação, eu não nego não, os vizinhos me dão. Eu não dispenso nada de ninguém, porque tem gente que é fresco e não aceita as coisas”*.

Dona Inácia nos relatou que contava com a ajuda financeira de muitas pessoas, já que a renda advinda da barraca não supria as necessidades da casa.

Eu, sinceramente, eu digo diante de Deus, eu tô vivendo de doação da Igreja. Todos os meses lá na igreja tem um projeto, “Pão da vida”. Aí, eles dão uma cestinha básica. Num é grande, mas dá pra gente sobreviver. Às vezes minha sobrinha me dá. Um chega e me dá, outro me dá... Tô vivendo, assim, de doação dos vizinhos. Infelizmente, a gente tem que dizer, tem que ser realista, né?. O pessoal me vê aí pensa que eu não preciso de nada, mas ta aí. Eu não nego pra ninguém. Cortaram a minha luz. Por quê? Porque eu não tinha pra pagar 58 reais. Porque a borracha da geladeira tá ressecada né, aí não encaixa. Aí, eu tava esperando pagar com o dinheiro do bolsa família e foi cancelado. Aí, eu fui ontem na regional saber notícias, a moça ajeitou lá e disse que esse mês não dá pra tirar mais, só em novembro. 85 reais. (Dona Inácia).

Dona Inácia relatou que, recentemente, seu benefício do Bolsa Família havia sido cortado, o que fez com que ela e a filha estivessem passando por situações ainda mais complicadas. Em relação a isso, ela relatou, enquanto falava de seu cotidiano de trabalho: *“Sábado e domingo é minha folga. É o dia que eu passo mal né, porque num tem dinheiro. Enquanto a gente tá vendendo tem, né? Mas quando não tá, não tem. E aí, vai indo, vou*

vivendo aqui até quando Deus permitir”. Sobre essa instabilidade de renda, que acaba por repercutir numa instabilidade de sua própria vida, Dona Inácia nos conta no trecho abaixo.

Tem dia que você vende e tem dia que não. Um dia você ganha e no outro você perde. Tem dia que eu junto. Se eu fosse juntar, sem comprar nada, eu tirava uns 300/400. Mas acontece que eu não tiro isso tudo, porque tenho eu ir pagando e comprando as coisas. Aí, como hoje, o meu apurado hoje foi trinta reais. Tem vez que é 20, tem vez que é 10, tem vez que é mais, tem vez que é menos. Quando os meninos têm mais dinheiro, sai mais. Eu ganho muito menos de um salário. (Dona Inácia).

Nesse sentido, Dona Inácia nos conta que é uma flutuação de renda muito grande, impedindo com que ela possa planejar a vida, mesmo que em um curto prazo.

Não tem muito como se programar não, minha filha. Vez ou outra eu deixo de comprar os ovos, porque antes toda semana era uma bandeja de ovos. Mas eu disse pra todo mundo que queria receber por mês, que aí eu tenho aquele ali mais ou menos certo. É uma ajudazinha que eu pego lá o dinheirinho. Passo lá na venda, compro alguma coisa pra dentro de casa e é assim. E aí, o barco vai andando, até quando eu não sei, né? Também tenho muita vontade de ter me aposentado, mas não tive essa felicidade. (Dona Inácia).

Portanto, está posta a impossibilidade de realizar um planejamento financeiro e de vida, já que a renda advinda do negócio é demasiada instável. O processo de precarização do trabalho se caracteriza, para além da deterioração das condições laborais, da desregulamentação e do não acesso a determinados direitos, pela precarização da própria condição de vida dos trabalhadores, em níveis bem mais amplos e complexos que o estritamente laboral. Isso porque a insegurança a que tanto nos referimos não se restringe apenas ao econômico, ela se instaura e impregna os laços sociais e a produção subjetiva, instigando a tal corrosão do caráter evidenciada por Sennett (2011). No caso de Dona Inácia, ela está a todo momento na incerteza sobre o que vai comer no dia de amanhã, a depender da renda apurada no dia anterior.

Quando questionamos sobre porque Dona Inácia trabalhava com alimentação, ela relatou ser este um negócio que tem um giro de capital muito rápido, do qual ela pode retirar no dia a dia o pouco que precisava para comprar a alimentação sua e de sua filha no dia.

Porque é o único ramo que eu vejo que tem dinheiro. Você vê dinheiro todo dia. Certo que, se você tiver um trabalho fixo, você tem aquele dinheiro por mês, por semana, por quinzena. Mas o pessoal entra em crise, mas não pode deixar de comer. Deixa de comprar roupa, perfume caro, essas coisas, mas comida não deixa. (Dona Inácia).

Aqui, Dona Inácia traz sua justificativa sobre a importância do trabalho com a alimentação, na medida em que, em sua perspectiva, em momentos de grandes crises, esta seria uma das últimas coisas que as pessoas deixariam de consumir.

Também conversamos um pouco com Dona Inácia sobre sua história de vida e sua perspectiva em relação ao trabalho informal que desenvolve e um trabalho formalizado. Dona Inácia trouxe uma série de elementos enquanto falava sobre os aspectos que diferenciavam o trabalho formal e o informal. Contou que não há muito como fazer essa comparação, já que nunca trabalhou formalmente. Sobre a ideia do trabalhar por conta própria, apesar de reconhecer todos os aspectos de sua atividade que a caracterizam por perdas de garantias em relação ao trabalho formal, jornadas laborais extenuantes e a incerteza em relação à renda ou a um planejamento de vida futuro, Dona Inácia trouxe a todo momento em seu discurso perspectivas ligadas às vantagens e à opção por exercer a atividade do modo como o faz atualmente.

Minha filha, eu acho, no meu modo de pensar, eu acho assim, porque a gente não é sujeito a ninguém. Eu nunca gostei de ser mandada. Eu sempre gostei de mandar e não de ser mandada. [...] E aqui eu não sou mandada por ninguém. Eu vou a hora que quero. Se eu cismar, eu não vou. E aí, pronto. Já em fábrica, em firma, você é sujeito, pisam ali na sua cabeça. Aí, eu não sou assim, eu não gosto de ser mandada não. A vantagem que eu acho é essa. (Dona Inácia).

O discurso trazido por Dona Inácia nos coloca em questão a face da precarização do emprego, cujo caminho contrário seria a ideia de trabalhar por conta própria. O objetivo seria encontrar alternativas e meios de fugir de situações desconfortáveis surgidas em experiências anteriores de trabalho formal. Dentre esses desconfortos, poderíamos incluir questões como a intensificação laboral, a má gestão por parte de algum superior ou situações de assédio moral.

Contudo, dentro do que foi conversado sobre os aspectos vantajosos de um trabalho formal, ela deu bastante ênfase à questão da aposentadoria facilitada por um registro de trabalho: *“E aí, o barco vai andando. Até quando eu não sei, né? Também tenho muita vontade de ter me aposentado, mas não tive essa felicidade”*. Ela relatou que recentemente havia procurado se informar se já podia dar início ao processo da aposentadoria, entretanto seu tempo de contribuição ainda não havia chegado ao suficiente. Quanto a essa situação, ela se mostrou bastante chateada e contou dos seus inúmeros problemas de saúde que a impedem de intensificar o ritmo e os horários de trabalho, para que possa aumentar a renda da família: *“Eu desisti. Eu tô esperando se nos 65 anos dá certo. Se eu ainda viver até lá. Por enquanto,*

isso é uma coisa que eu nem esquento, nem boto na cabeça que vai acontecer logo. Deus proverá”.

Ao final, Dona Inácia contou que ficaria até o fim do dia conversando, se fosse possível, mas que teria que começar a preparar os bolos e sucos que venderia no dia seguinte. Portanto, não podíamos estender nosso diálogo a partir dali. Por fim, ela nos relatou de sua preocupação ao saber que a escola que fica em frente de sua barraca, de onde advém a maior parte de sua clientela, provavelmente fechará no ano seguinte. Relatou incerteza e desesperança quanto ao futuro, mas sem deixar de se despedir com um sorriso.

4.5.2 Segunda entrevista (2021)

Retomar o contato com Dona Inácia não apresentou nenhuma dificuldade, apesar de seu número de telefone ter mudado nesse período. Como tínhamos realizado a primeira conversa em sua casa, fomos até o local. Muito receptiva, ela perguntou se poderíamos marcar outro dia, para que ela se preparasse para nos receber. E assim fizemos. No dia e hora marcados Dona Inácia estava à nossa espera.

Logo no início, refizemos toda a leitura da entrevista anterior e explicamos a Dona Inácia o intuito de nossa nova conversa. Ela logo foi nos dizendo que não trabalhava mais na barraca de comidas e hoje era, orgulhosamente, uma mulher aposentada, com 66 anos de idade. Também nos disse que hoje sua outra filha e um neto moram com ela, já que aquela que outrora morava casou-se e saiu de casa. A filha que hoje divide a casa com Dona Inácia trabalha fora, como assistente de sala de aula.

Não, hoje eu me aposentei. Tá com dois anos que eu me aposentei. Então, hoje eu tô vivendo da minha renda. E ela vive da dela. Mas eu ainda ajudo ela. Porque você sabe que um salário não dá pra sobreviver e manter um abençoado desse, com tudo que ele tem direito. É certo que o pai dele agora, depois dela ter dado um arroxó nele, ele tá mandando a mesada dele. E agora a gente tá... Nós não tamos assim, como se diz, frouxo, mas também não tamo tão acochado como antes. Graças a Deus, a renda que tô recebendo, o dinheiro que tô recebendo... (Dona Inácia).

Assim, graças à aposentadoria de um salário mínimo, Dona Inácia pode hoje desfrutar de uma condição econômica melhor, não desenvolvendo mais as atividades de venda de comidas. No entanto, ela nos conta que, apesar de estar em casa, continua fazendo outras coisas para vender, como óleo de coco, óleo de babosa, mudas de plantas, dentre outros produtos que consegue vender em casa mesmo, sempre que alguém encomenda. Além disso, Dona Inácia agora cuida do neto enquanto a filha trabalha: “Eu tô dando uma de babá agora. Mas o bichim me faz raiva, mas me ajuda tanto. É minha companhia. Ele dorme mais eu. Tem

7 anos. Ele cuida de mim, se preocupa se eu tô adoentada”. As duas filhas hoje trabalham formalmente, apesar de terem passado muito tempo desempregadas e, inclusive, já terem chegado a começar a vender comida nas ruas, assim como a mãe.

Apesar de poder estar mais tempo em casa, e cuidar do neto, Dona Inácia nos conta que sente falta da sua barraca de comida. Ela também nos contou como foi a decisão de parar a venda.

Sinto falta, minha filha, até porque era uma ajuda que eu tinha. Mas eu não posso fazer nada, porque essa moça é quem tá lá. Eu passei o ponto. Agora em novembro de 2021 vai fazer dois anos que eu me aposentei. Aí, quando eu me aposentei, eu vi que ela tava passando necessidade. Aí, eu decidi ceder o ponto lá da rua pra ela. Aí, ela tomou de conta. É bem sortidinho lá as coisas dela. Ela também faz almoço pras crianças bebezinhas que ficam integral e das duas professoras que tomam conta dos meninos até de tarde. Aí, ela tem um salariozinho dela. Ela vende as coisas dela e tem as coisinhas dela. Agora, eu mesma só tô com a aposentadoria e algum bico que aparece. (Dona Inácia).

Portanto, depois de se aposentar, Dona Inácia resolveu dar a barraca de comida para uma moça que conhecia e que estava necessitando trabalhar. Como já havia conseguido a renda da aposentadoria, que cairia todo mês de forma segura, apesar de querer continuar na venda de comida para manter essa renda, ela achou por bem ceder o local e a estrutura para quem estava precisando mais naquele momento.

Não tô bem total porque eu tive que deixar meu ponto lá na rua pra irmã do rapaz, porque ela tava passando dificuldade. Aí, eu parei pra pensar: “Meu deus, o senhor já me deu minha aposentadoria agora. Ela tá precisando muito. Então eu vou ceder meu canto pra ela e depois, se for pra mim, vai voltar. Se não for, Deus vai me dar condição de viver sozinha mesmo”. (Dona Inácia).

Ela também nos conta que, ainda antes disso, durante o período da pandemia o ponto ficou fechado.

Na pandemia, o ponto ficou fechado. Porque a escola teve que desativar as crianças tudim né? Aí, ficou sem aula, tudo online. Aí, cada qual ficou comendo nas suas casas. Aí, eu não tava aposentada ainda, né? Eu passei por uns estreitos. Passei por um bocado de dias até ruim, viu? Mas Deus tomava de conta todo dia. Porque todo mundo tava sem trabalhar aqui. Mas minha filha recebia auxílio e fazia umas comprinhas e dividia comigo. Porque tudo o que a gente faz aqui é dividido. Se eu ganho uma cesta básica, eu tiro um pouquinho pra ela e um pouquinho pra mim. Quando ela ganha, ela dá pra mim. E assim vai. Mas, na época, a minha sobrinha me ajudou demais. Ela dizia: “Tia, não vá passar necessidade não. Se a senhora tiver precisando, pode dizer”. A minha outra sobrinha também. [...]. Mas aí eu já dou é graças a Deus no dia que me dão. Quando eu ganho eu fico tão alegre, tão feliz que parece que eu ganhei foi na mega sena. (Dona Inácia).

Dona Inácia nos conta que foi um período muito difícil. Ela nos lembra que, em nossa conversa passada, havia dito que todos os dias em que trabalhava, juntava o dinheiro da alimentação daquele dia. Portanto, os dias em que não trabalhou na pandemia, não arrecadava

o suficiente. Nesse período, Dona Inácia contou com o apoio de familiares e amigos, como já havia nos dito em 2017. Ainda sobre isso, ela continua:

Período de necessidade mesmo. De querer colocar as coisas no fogo pra comer e não ter. E não ter dinheiro pra comprar. Às vezes, minha sobrinha é que perguntava: “Tia, a senhora vai almoçar o quê?”. Aí, ela trazia alguma coisinha. Mas, se ela não viesse, eu também não ia lá pedir. E me aguentava com o que tinha. Só tinha isso? Então, pronto, era comer isso mesmo. E, aqui, eu ensinei minhas filhas a comer do ruim e do bom. Quando eu tava com o pai delas, a gente passava bem. Tinha um dinheirinho até mais folgado. Mas aí, depois que eu me separei... E mesmo assim num deu pra morrer não. E graças a Deus, tamo aqui. (Dona Inácia).

Esse foi um dos períodos mais complicados de sua vida, confessa-nos Dona Inácia. Sobre seu processo de aposentadoria, voltamos a conversar sobre a dificuldade que envolveu essa questão, que ela já havia pontuado anteriormente.

Eu tinha idade, mas não tinha o tempo de contribuição completo. Aí, tentei novamente. Aí, eu pedi o cartão da minha sobrinha e minha sobrinha pediu o de uma amiga dela. Eu sei que nós fizemos uma vaquinha aqui e pagamos o resto do tempo de contribuição que ainda faltava. Aí, tudo que eu paguei e dei entrada nos papéis, foi questão de alguns meses e caiu. Porque o meu problema era só o tempo de contribuição que eu não tinha, mas eu já tinha idade. Aí, paguei e liberaram lá. (Dona Inácia).

Essa parece ser uma situação comum no trabalho por conta própria, e fica bem óbvia na história de Dona Inácia. Por não ter experiência de trabalho formalizada, contando com a contribuição no fundo de aposentadoria, apesar de ter a idade necessária para receber o benefício, ela não tinha tempo de contribuição. Nesse caso, ela deveria ter iniciado a contribuição por conta própria, para usufruir posteriormente. No entanto, mais uma vez ela nos conta que não tinha condições de separar uma renda pra isso. E teve que, mais uma vez, contar com a ajuda dos familiares.

Dona Inácia nos conta que, assim que conseguiu receber a aposentadoria, a primeira coisa que fez foi dar entrada em um empréstimo para reformar sua casa.

Não tô recebendo o meu salário completo porque eu fiz um empréstimo pra ajeitar a casa e tirar as goteiras. Porque eu já não aguentava mais tirar água de dentro de casa. Duas horas da manhã e eu tava com os balde nas biqueira, aparando água. Aí, eu fiz um empréstimo. Me aposentei e pedi mais um empréstimo de 7 mil pra ajeitar a casa. Mas nem terminei. Ta aí, a prova é essa, que ainda falta esse compartimento, esse e o quarto dela [a filha] pra forrar. O resto tá tudo forrado, mandei tirar as goteiras, mandei altear um pouquinho. (Dona Inácia).

Ela nos conta sobre este feito com muita satisfação e orgulho, indicando-nos na casa simples todas as melhorias feitas e aquelas que ela ainda pretende fazer. E faz questão de enfatizar que foi a aposentadoria que permitiu com que ela fizesse tudo, apesar de ainda haver coisas a serem feitas.

Os meus planos, se Deus permitir, é fazer uma pra minha outra filha aqui em cima. Porque eu quero elas duas perto de mim. Por sinal, já mandei até a minha sobrinha advogada desmembrar isso aqui e essa parte de baixo ser de uma filha e a de cima da outra. Aí, na hora que eu fechar os olhos, não ter mais briga, pra estar tudo resolvido. Aí, falta só a gente ir pro cartório assinar, que tem que ser as três. Mas elas só podem vender com a ausência da minha pessoa, quando eu morrer. Quando eu morrer, aí elas podem fazer o que quiserem. Mas, por enquanto, eu tô vivendo dessa renda e eu ganho 600 reais só, que o resto vai pro empréstimo. E também pagar uma sobrinha minha porque, além das coisas, eu peço muito o cartão a ela pra comprar gás, pra manter alguma coisa em casa. Alguma coisa que eu preciso, eu peço o cartão a ela. Aí, mês passado eu paguei 600 reais a ela. Aí, eu zerei, fiquei sem nem um centavo, só pela misericórdia de Deus. Mas tudo bem, Deus toma conta de tudo. (Dona Inácia).

Portanto, Dona Inácia, apesar de estar agora aposentada, não está recebendo todo o salário. Além do empréstimo, acaba também pagando algumas dívidas que faz com familiares para custear algumas despesas pontuais. Ademais, ela nos conta que ainda continua a receber doações de pessoas do bairro onde mora.

Aí, eu continuo recebendo as doações. Anteontem, sexta-feira ou sábado, o meu sobrinho trouxe uma cestinha básica pra mim. Ele disse: “Ta aí tia. O feijão não é muito bom...”. Eu disse: “Meu filho, tudo o que chegar nas minhas mãos é bem-vindo”. Aí, eu ainda recebo doação da mulher do vizinho, de uma amiga minha. Às vezes me dão e muita gente aqui que sabe que eu preciso e que eu não boto banca com nada. “Ai, eu não gosto disso, não gosto daquilo”. Não, minha filha, tudo o que chegar nas minhas mãos é bem-vindo e nada eu boto no mato. E, se eu tiver condições de passar adiante, se eu tiver mais do que eu preciso, eu dou. Se eu tenho, eu dou. Porque não me faz falta. É dando e recebendo. Dando e recebendo. Aí, ultimamente, eu graças a Deus eu tô bem. Assim, financeiramente, não tô com uma ruma de dinheiro sobrando, mas, graças a Deus, tô almoçando, tô jantando... Carne, você sabe que quem come carne agora é capaz até de ficar doente, porque morre do coração com o preço da carne. Mas, pronto, tô dentro de casa, querendo ajeitar minhas coisas... Tudo isso aí, eu não passo dificuldade que eu passava antes, de fome mesmo, mas eu continuo recebendo minhas doações, ainda continuo vivendo... (Dona Inácia).

Dona Inácia enfatiza por diversas vezes o quanto sua situação mudou depois da aposentadoria. No entanto, ela ainda continua vendendo algumas coisas, tanto porque diz não gostar de ficar parada, quanto para ganhar um extra.

E aí, vou levando a minha vida. Já hoje a menina me pediu coisa. Hoje eu vendi 7 reais de muda de planta e já tô ali com uma encomenda de óleo de babosa. Não é nada não, mas é 10 reais. Tudo já é uma ajuda, porque eu só recebo dinheiro por mês. Aí, quando eu recebo só é esse 600, por causa do empréstimo. Se eu tiver devendo 400 à minha sobrinha, fico com 200. Aí só de gás, você vê quanto tá o preço do gás. Secou um ontem. Eu disse: “Ai, Jesus, espero que daqui pro fim, quando esse outro acabar, eu possa encher”. Mas eu creio que Deus vai me dar condição. E continuo recebendo doação de roupa, de comida. Porque eu não tenho banca com nada, pra mim tudo é bom. E graças a Deus. (Dona Inácia).

Os muitos períodos de dificuldade pelos quais passou, inclusive durante o período de *lockdown* da pandemia, muitas vezes são citados por Dona Inácia. No entanto, ter uma

renda certa para ela, cuja capacidade de trabalhar já não é mais total por conta da idade, é de grande alegria. A esse respeito, ela conta que, nesse período, desde nossa primeira conversa, sua saúde esteve mais debilitada. Recentemente, foi diagnosticada com fibromialgia, o que lhe rendeu muitas dores. Felizmente, ela conseguiu tratamento gratuito na rede pública e tem feito acompanhamento com um médico no posto de saúde próximo à sua casa: “Aí, ele disse que o problema não ia se acabar assim não, que é das células. Que essa doença diz que é igual depressão, não se acaba. Dói de tudo quando é jeito”. Portanto, o benefício da aposentadoria chegou oferecendo para Dona Inácia oportunidade de cuidar da saúde, depois de tantos anos de trabalho.

Minha aposentadoria melhorou muito minha vida. Porque antes dependia muito, né? Eu vendia aquelas coisinhas na rua, mas eu tinha que tirar o dinheiro pra investir no outro dia, né? E o que sobrava às vezes era 5, 10 reais. Aí eu: “Ai meu deus, o que é que eu vou comprar?”. Aí, comprava uma bandejinha de ovos. Porque na época ainda dava pra gente comprar uma bandeja de ovos. Você vê que hoje em dia não dá pra gente comprar nada com 5 ou 10 reais. Aí, eu vendia e apurava aquele trocadinho, mas todo dia eu tinha que comprar as coisas pra vender no outro. Até frutas pra fazer suco. Teve uma época que o maracujá deu 7 reais. 7 reais. Aí, eu tinha que comprar, porque os meninos não queriam outro suco. Aí, parece que quanto mais eles tomavam suco de maracujá, mais energia eles tinham. (Dona Inácia).

Dona Inácia comenta neste trecho sobre como os alimentos, nos últimos anos, têm apresentado um aumento grande nos preços. Nesse sentido, trabalhar com comida era um desafio. Se a renda já era instável, a alta nos preços acaba refletindo diretamente na vida do trabalhador. Apesar disso, Dona Inácia conta que teria vontade de trabalhar com comida novamente e, se pudesse voltar no tempo, escolheria esse mesmo ramo de vendas.

Voltaria. E como voltaria. Mas só com comida. Porque vai trabalhar com roupa: você vende uma roupa hoje e vai vender outra com um mês ou dois. E comida você vai vender todo dia. Eu sempre gamei por comida. Comecei com bolo e salgado... E o pessoal gosta. A mulher do meu sobrinho recebe duas cestas básicas, aí ela manda massa do trigo. Aí, eu faço um bolo pra vender. E a gente deixa um pouquinho pra comer também. Sempre meu fraco foi o comércio. Mas o comércio de comida. De botequim, de restaurante. Eu tenho sentido tanta falta do caldo que eu fazia pra vender. Porque tinha mais de 7 anos que eu vendia caldo pros trabalhador da fábrica ali. Aí, quando foi esse ano eles disseram que não iam querer mais caldo não. Mas me ajudava tanto, porque todo os mês eu tinha mais de 100 reais só de caldo. Aí, já dava pra comprar um botijão de gás, já dava pra fazer um bocado de coisa. Eu escolheria trabalhar com comida, porque sem ter o que comer ninguém vai pra frente não. (Dona Inácia).

Ademais, no dia-a-dia, Dona Inácia sente muita falta de estar na rua. Ela conta com alegria de como era bom conversar com as pessoas, fazer os lanches e sair de casa um pouco. Hoje, seu cotidiano é mais tranquilo.

O dia a dia pra mim é tudo a mesma coisa. Eu não saio pra nenhum canto. Se tem algum dinheirinho sobrando, a gente faz a nossa festa aqui em casa mesmo. Compra uma coisinha melhor e come em casa. Sair aqui ninguém gosta. Eu não gosto, ela não gosta. Só quem gosta de bater perna é a outra. Mas nós mesmo não. Quando a menina tava vendendo lanche aqui na rua, a gente vivia indo comprar lá, um pastel, uma pizza... Aí, meu neto é quem diz: “Oh, vovó, a gente nunca mais comeu um pastel”. (Dona Inácia).

Dona Inácia sempre se refere às filhas e ao neto, pois estes são os familiares que dividem o cotidiano com ela. Sobre o trabalho das filhas, ela conta que elas são auxiliares de professor em escolas pequenas, tendo apenas o Ensino Médio completo. O desejo de Dona Inácia nesse sentido era que as filhas pudessem ter o estudo a que ela não teve acesso.

As meninas não são formadas em faculdade. A mais velha até o ano trasado ela começou pedagogia. O sonho dela era terminar. Essa daqui também começou, mas não chegou a terminar. Deixou no meio do caminho. Mas é porque até isso é caro, né? Elas nunca passaram no ENEM, sempre estudaram em colégio público. Porque, se elas tivessem passado, elas tinham continuado, né? Aí, elas vivem só com o pouco estudo que elas têm. E de pouquinho em pouquinho tão quebrando o galho né?

[...],

Meus planos era elas terminarem a faculdade delas e arranjam um emprego melhor. O meu maior desejo era elas terminarem os estudos delas. Aí, elas me dizem: “Não, mamãe, não se preocupe não, que nunca é tarde pra gente aprender”. É, nunca é tarde. Mas o tempo tá passando. Eu vejo que a idade tá chegando e elas não têm tido mais vontade de estudar, eu acho. (Dona Inácia).

Dona Inácia conta que não veria problemas se as filhas decidissem não continuar os estudos. Ela conta que não iria interferir na decisão delas, já que as consequências dizem respeito às próprias filhas. No entanto, era seu desejo que elas conseguissem um bom emprego através de uma graduação da faculdade.

Eu tinha muita vontade que elas trabalhassem de carteira assinada. Mas aí, chegou um certo tempo que eu vi que o negócio não tinha futuro. Por exemplo, essa minha menina aqui, ela tem problemas. Ela é doente, negócio de anemia. Aí, eu disse: “Minha filha, pra você não ta faltando o serviço, é melhor você trabalhar por conta própria”. Se eu pudesse, se eu tivesse condição. Já tinha comprado um computador e uma impressora pra ela trabalhar em casa, porque ela se garante. Tudo o que você imaginar ela entende. Eu já tinha comprado pra ela ficar fazendo panfleto, cartão de aniversário, essas coisas... Ela se garante. Mas, aí, como as coisas não tão ainda do jeito que a gente quer... Mas Deus é que sabe quando dá certo, a gente vai vivendo aí... Agora, ela tá ajudando os meninos ali da escolinha, vem pra cá que tem o reforço aqui do menino, depois vai pra outro reforço. Aí, ela tá aí escapando. Quando ela recebe um dinheirinho, ela me dá. 20 reais, 10 reais... O que ela puder ela me dá. Graças a Deus elas são muito boas pra mim. (Dona Inácia).

Portanto, suas filhas acabam trabalhando também informalmente, quando conseguem um ou outro aluno para dar aulas de reforço escolar. O desejo de Dona Inácia era que elas pudessem ter um trabalho mais garantido e menos instável financeiramente. E ela acredita que só com uma boa faculdade você consegue isso. Nesse mesmo sentido, Dona Inácia continua que ela própria ainda tem vontade de continuar os estudos.

Agora eu, apesar da idade que eu tenho e da saúde que eu não tenho, eu ainda tenho vontade de estudar, acredita? Se eu tivesse condições financeiras, eu já tinha montado um colégio comunitário pra terceira idade. Olhe, se eu te disser que tem um monte aqui, muita gente que tem vontade de estudar. Tem delas que não sabe nem escrever o nome. Se tivesse uma escola aqui por perto, eu iria. Porque teve uma época que aqui na escola fizeram o Tempo de Avançar, que era só pros véi. Até eu entrei no meio. O verme era tão grande que eu já sabia das coisas, mas ia. A diretora lá era muito legal comigo. Ela dizia: “Olha, só vou deixar tu estudar aqui porque eu te conheço, mas se alguém perguntar tu diz que não sabe de nada, se não eu vou pro olho da rua”. Aí, eu achava tão bom. Eu fazia os meus tudim. Eu era e até hoje sou boa em matemática. Aí, quando ela dava as questão de fazer as conta e tudo, eu fazia tudo. (Dona Inácia).

Dona Inácia se orgulha da habilidade que tem com os números. Apesar de lhe faltarem muitos outros conhecimentos, suas experiências de trabalho durante a vida lhe permitiram essa expertise. Quando conversamos um pouco sobre suas experiências de trabalho passadas, Dona Inácia lembra que havia nos contado que não havia tido nenhuma experiência de trabalho formal durante a vida. No entanto, ela nos confessa agora que, na verdade, chegou a assinar sua carteira em um emprego.

Eu só assinei, pra quando um dia eu precisasse me aposentar ou outra coisa. E como eu tinha um desejo muito grande de trabalhar, aí eu fui. Mas meu marido não queria, ele dizia: “Enquanto eu tiver botando feijão dentro de casa, você não vai trabalhar não”. Na época, era tão fácil de entrar. Eu entrei porque um conhecido trabalhava lá dentro. Fui lá pra porta e ele mandou me chamar pra entrar. Aí, pronto. Eu só trabalhei um mês. Mas eu só trabalhei um mês porque meu chefe era desses que comia ruim em casa e vinha vomitar em cima da gente. Era uma peste! E eu não gosto de confusão não. Não sou santa, mas também não gosto de confusão não. [...]. Aí, fui dar baixa e nem sabia que tinha direito a alguma coisa. Aí, eu me lembro, eu ainda tirei 44 reais. Foi um dinheirão. Aí, pronto, depois a carteira ficou ali. Aí, depois não tive mais oportunidade. Até porque eu vivia mais doente da epilepsia do que boa. Até um certo tempo eu ainda vivia doente. Aí, veio as mercadorias pra eu cuidar. O marido não queria e eu não trabalhava. (Dona Inácia).

Portanto, Dona Inácia nem chegou a desfrutar, por assim dizer, da experiência do trabalho formal. Em sua fala, alguns aspectos nos chamam a atenção, como quando seu marido a proíbe de trabalhar pois, segundo ela, ele dizia que mulher era para estar cuidando da casa e dos afazeres domésticos. Dona Inácia também conta que a vida toda sofreu graves episódios de epilepsia e esse era outro fator que lhe impediu de trabalhar. Outro ponto que ela cita e nos chama a atenção era a facilidade de se conseguir uma vaga de emprego na época, diferente do que acontece hoje.

Em nossa conversa, também pudemos escutar um pouco sobre a perspectiva de Dona Inácia em relação ao trabalho informal e por conta própria que ela desenvolveu durante a maior parte de sua vida.

Sempre fui essa de trabalhar por minha conta. Você trabalhar por conta própria é muito bom, minha filha. Você trabalha por sua conta, você faz o que der, faz a hora que der. Aí, como no caso da menina que vendia lanche aqui. Ela num trabalhava por conta? Aí, dizia: “Hoje eu não vou abrir”. Pronto. Quem é que ia manda e forçar ela a abrir? Quem ia obrigar ela? Tinha alguém pra descontar no final do mês os 3 dias que ela não trabalhou? A gente trabalhar por conta não tem igual. Vai a hora que quer e faz o que quer. Tudo bem que aí naquele dia você não ganha, mas aí de qualquer jeito você não tá sujeito a ser mandada por ninguém. E se você já conseguir o dinheiro do almoço de hoje e de amanhã, já sobra pra janta. Aí, pronto. E assim vai indo minha filha. É melhor que ser mandada. (Dona Inácia).

Assim, Dona Inácia ainda mantém a mesma perspectiva que tinha em nossa conversa anterior em relação a esse tema. Seu ponto de vista parece manter ainda relação com sua única experiência de trabalho formal, quando ela enfatiza que, apesar da instabilidade financeira, é melhor não receber ordens ou cobranças de ninguém. Nesse sentido, o trabalho por conta própria se apresenta como vantajoso. A esse respeito ela continua:

Agora, minha fia, do jeito que as coisas tão, tanto faz elas trabalharem de carteira como não. Se elas quiserem ter o direito delas, elas pagam por fora. Porque antigamente eu pensava que só se aposentava se a pessoa tivesse uma carteira assinada. Mas hoje eu vejo que todo mundo contribui. Pega aqueles carnêzim e todo mês paga. Um monte de gente se aposentando, tudo pagando por fora seu INSS. E os que não pagavam, os maridos morreram e se aposentaram. Mas eu sempre fui a favor de trabalhar por conta. Não vale mais a pena não, carteira assinada. Pra você ver, eu pago aquele cartão de todos, que dá direito a um bocado de coisa. E da clínica Sim. E tá dando certo. Já fiz exame, cirurgia. E consegui também através do SUS. Tudo eu consegui através do SUS. Tive que esperar, mas até em plano de saúde a gente espera. [...]. É melhor juntar um dinheirinho e gastar depois. Hoje em dia só é difícil se você não quiser fazer. Ninguém tem plano de saúde, mas estamos nas graças e glórias de Deus. (Dona Inácia).

O fato de ter conseguido se aposentar por meio de contribuição individual corrobora para a perspectiva de Dona Inácia. Para ela, é muito mais vantajoso que a pessoa possa contribuir individualmente para se aposentar e usufruir de um trabalho em que tenha mais autonomia. Em seu caso, infelizmente sua situação financeira não lhe permitiu realizar a contribuição todo mês. Mas, ainda assim, ela acredita que, para a maioria das pessoas, é possível. Outro ponto que ela toca nesse mesmo sentido é a questão do plano de saúde como um benefício oferecido por muitas empresas. Para Dona Inácia, é possível cuidar da saúde por outros meios, sem depender do emprego para isso.

Já nos encaminhando para o fim de nossa conversa, continuamos a falar de saúde, ao que Dona Inácia segue relatando, com bom humor, mais um problema de saúde que lhe agravou.

Eu peguei a mãe do diabo: a diabetes. Mas eu não aceito, como tudo, como doce, como gordura, como farinha. Aí, ontem eu comi 6 pão. Aí, o médico fala: “Ah, a senhora tá com diabetes”. Aí, passou um remédio. E pro colesterol também. Eu não sinto nada não e como tudo. Quando eu vou comer eu falo pra Deus: “Senhor, eu vou comer porque eu só tenho isso, então me abençoa pra que não me faça mal”. Aí,

a médica diz: “Ah, tem que comer um pão especial, um arroz especial...”. Se eu não tenho um dinheiro pra comprar nem o normal. Essas coisas que é pra essa doença é tudo caro. Mas eu me cuido também, tomo muito e todo tipo de chá. E aí, vou vivendo com minha aposentadoria até o dia que Deus permitir. Meus planos é deixar minhas filhas agasalhadas, cada qual nas suas casas e pronto. Quando Deus quiser me levar... Todo mundo vai. Se tem uma coisa que ninguém pode fugir é da morte. (Dona Inácia).

Assim, finalizamos nossa conversa com Dona Inácia. Gentilmente, ela se colocou disponível se quiséssemos conversar com ela novamente a qualquer horário.

4.6 Análise da trajetória ocupacional de Lourdinha

4.6.1 Primeira entrevista (2017)

Lourdinha é a última dos trabalhadores por nós entrevistados. Chegamos a ela através de uma indicação e, por ela trabalhar como ambulante, foi-nos indicado que seria melhor procurá-la em sua casa. Na primeira vez, ela estava doente, mas disse que aceitava participar se pudesse remarcar a entrevista para data posterior. Na ocasião da data marcada, ela, já recuperada, recebeu-nos em sua casa para a realização da entrevista. Era uma segunda-feira à tarde e Lourdinha não havia ido trabalhar naquele dia.

Lourdinha trabalhava como ambulante há 5 anos, vendendo salada de frutas em sua bicicleta, percorrendo as ruas de 3 bairros de Fortaleza. Morava com duas filhas em uma casa de dois cômodos, em um espaço cedido no quintal da casa de sua irmã. À noite e pela manhã ela preparava as frutas com a ajuda das filhas, e saía de casa por volta das 13 horas, quando deixa a filha mais nova na escola. Por volta de 20 horas ela retornava. Ela nos contou que a renda da casa era dividida entre ela e a filha mais velha, que recentemente havia começado a trabalhar. Da venda das saladas, ela conseguia obter uma renda em torno de 600 reais por mês.

Lourdinha foi muito tranquila e honesta durante a entrevista, ao nos contar um pouco de seu cotidiano de trabalho, e relatou que ultimamente não vinha trabalhando todos os dias da semana. Segundo ela, o preço das frutas sofreu um aumento muito grande e ela não tinha mais condições de comprá-las todos os dias. Recentemente, ela também não conseguia vender toda a quantidade que vendia antes, quando percorria cerca de 5 bairros. Por questões de saúde, diminuiu a rota e a quantidade de salada: “*Eu não tô fazendo um balde cheio. Um balde que é equivalente à cento e poucos copos de salada, né? Aí, não ta dando mais. Hoje, por exemplo, pra eu vender só pra tirar o dinheiro das frutas, do leite condensado, dos copos,*

essas coisas assim, não dá. E o meu trabalho, né?”. Quando questionada sobre os dias em que ela não ia trabalhar, ela contou que a questão financeira fica complicada, mas foi o jeito que ela encontrou de tentar equilibrar, por conta do preço alto dos alimentos: *“Antes eu ganhava bem, né? Antes. Mas depois que mudou esse preço caríssimo das coisas, as frutas todas ficou caras [sic], aí ficou mais pesado pro meu lado. Eu já não ganho tanto quanto eu ganhava antes”*.

Lourdinha nos relatou também sobre sua história de vida no trabalho desde quando começou, como doméstica aos 17 anos, dentre algumas outras experiências formais e informais de trabalho, até começar a trabalhar com alimentação na rua. O trabalho informal esteve presente durante a maior parte da vida laboral de Lourdinha. Isso é ilustrado por sua fala, que nos conta em resumo seu percurso de vida laboral anterior à atividade que desenvolve hoje.

Eu comecei com 17 anos de doméstica. Aí, vim pra casa de uma tia. Eu morava na casa de uma tia. Era um pessoal rico, né? Aí, era pior que uma empregada. Aí, de doméstica, eu comecei a trabalhar em casa de família até os meus 27 anos. De 27 eu comecei a trabalhar de costura, de acabamenteira [sic]. Costurando só o acabamento, né? Depois de costura, eu passei a trabalhar na fábrica [...]. Aí, trabalhei de serviços gerais, que era numa firma. Mas foi pouco tempo. Depois disso aí, voltei pra aprender a costurar. Aí, comecei a costurar. Aí, tu sabe que a gente trabalhando de costureira, tipo assim, de produção, tem época que para, principalmente em fevereiro pra tirar férias nessa época, justamente porque não tem correria nas costuras. E se for de produção, quem for de produção passa um período apertado, como eu já passei, né? Foi aí onde eu comecei a trabalhar vendendo churrasquinho aqui na frente da porta. Depois comecei a vender tapioca no meio da rua. Vendi de tudo, dindim... Tudo eu vendia, sabe? (Lourdinha).

A informalidade apresentou na vida de Lourdinha esses momentos de instabilidade e incerteza. Trabalhando como costureira, foi em um dos momentos de menor movimento no ramo que começou a vender comida. Esse fato explicita o que as teorias para o empreendedorismo chamam de motivação para empreender, que, no caso de Lourdinha, estaria relacionada à necessidade de obtenção de renda, mais do que a uma oportunidade ou desejo de criar um negócio próprio. Ela necessitava de dinheiro e acessou o modo mais fácil naquele momento: vender nas ruas o que sabia fazer. No caso, alguma comida. Como conta no trecho anterior, Lourdinha chegou a vender muitas coisas, mas encontrou na salada uma opção mais viável.

Aí, foi uma vez que eu vi um homem vendendo salada. Aí, pensei: “Sabe de uma coisa? Não vou morrer de fome, não. Eu vou vender minha salada. Vou ver se dá certo”. Aí, comecei a vender e começou a dar certo, né? Eu não tinha nada dentro de casa. Nada, nada, nada. Mas é ruim eu falar isso, que dá até vontade de chorar. Eu não tinha nada. Minha luz era cortada, minha água era cortada, tudo era cortado. Aí, eu disse: “Não, não vou morrer de fome com minhas meninas, não”. Aí, comecei a

vender salada. E, graças a Deus, com a salada eu tô melhor, entendeu? Graças a Deus. Melhorou oh, 80%, a salada. (Lourdinha).

Portanto, foi em um momento de grande dificuldade financeira que Lourdinha iniciou a venda de saladas. E conta com alegria e orgulho sobre sua atividade.

Vender a minha salada no meio da rua é bom demais. Mas eu passei muita necessidade, mas graças a Deus que hoje tá melhor, sabe? A gente passa, apertado, mas passa. Não passo como eu passava antes. Tinha dias que era correr pra um lado e pra outro pra viver. Mas depois dessa salada, as coisas melhoraram muito, muito mesmo. Eu não tinha nada dentro de casa. Não tinha geladeira. Não tinha nada. Depois da salada eu consegui a geladeira, consegui um freezer agora recente, um freezer novo. Nem tinha cama, só tinha rede. Só tinha eu, as meninas e a casa. (Lourdinha).

Lourdinha se emocionou diversas vezes falando sobre sua história, evidenciando o elo afetivo que mantém com sua atividade de trabalho e ao que ela viabilizou em termos de dignidade. Ela relatou que, além da salada e do trabalho de sua filha, sustentava-se também recebendo ajuda de muitas pessoas. Vizinhos, amigos e parentes sempre lhe doavam roupas e alimentos. Apesar das dificuldades e das tristezas relatadas, sua narrativa pôde reunir uma série de aspectos da vida dessa trabalhadora que segue sua trajetória em busca de prover uma vida de qualidade para as filhas, e que relatou não ter receio de trabalhar o quanto for necessário para isso. Ela nos contou que seria muito melhor se não tivesse que se submeter a tudo isso: o perigo de estar nas ruas, as várias horas pedalando, o peso do balde de saladas que carregava; mas que era o que ela podia fazer naquele momento.

A seguir, ela nos descreve de maneira resumida como era seu cotidiano de trabalho, explicando como organizava os dias da semana em relação às atividades.

Então, eu tô trabalhando na segunda, na terça e na quarta. E na quinta às vezes eu não vou, entendeu? Na sexta, eu também não vou, porque é o dia que eu compro as frutas. E no sábado e no domingo eu vou também. Às vezes pode acontecer de eu adoecer e não ir, como inclusive essa semana eu não trabalhei quase nada, só trabalhei dois dias na semana, na quarta e no sábado. (Lourdinha).

Nesse trecho, Lourdinha cita o fato de ter ficado doente naquela semana em questão e não ter saído para trabalhar todos os dias. Ela conta que, apesar de ter influenciado em sua renda, esse é um ponto positivo de ter essa liberdade. Essa flexibilização dos usos dos tempos é condição do funcionamento da atividade de Lourdinha, o que faz com que ela, dentro de sua organização cotidiana, enxergue isso como uma grande vantagem, a despeito da instabilidade de renda que lhe cerca. Quando questionada se tem o desejo de voltar ao trabalho formal, ela disse que, apesar de tudo, prefere o jeito como trabalha hoje, pois tem a possibilidade de organizar seus horários para cuidar também das filhas.

Enquanto conversávamos, em meio a essa discussão sobre as vantagens e desvantagens do seu trabalho em relação ao trabalho formal, Lourdinha trouxe por diversas vezes essa flexibilização do tempo como um ponto fundamental para que ela optasse por continuar a exercer sua atividade, caso lhe aparecesse uma oportunidade de trabalho formal. Ela nos relatou a principal justificativa dessa escolha:

Mulher, sinceramente, pra ta perto das minhas filhas, vendo o encaminhamento delas, eu preferiria trabalhar dessa maneira, entendeu? Porque vender no meio da rua, certo que pega um solzinho, mas você sabe que só trabalha no meio período, né? Aí, é o tempo que eu deixo a comida delas feita, quando ela chega do colégio. Já deixo a pequeninha só em casa, que a grande já trabalha. Aí, deixo ela só em casa. Aí, eu prefiro mil vezes trabalhar pra mim mesmo. (Lourdinha).

Portanto, além da instabilidade de renda, Lourdinha cita neste trecho que, apesar de trabalhar na rua, o tempo que passa desenvolvendo a atividade acaba constituindo meio período de uma jornada regular. No entanto, ela nos fala sobre sua jornada de meio período, mas acaba por não considerar o tempo que gasta no preparo dos alimentos, anterior à venda, ou mesmo sem considerar outros aspectos relacionados a direitos e garantias que se estenderiam às filhas. O discurso de autonomia sobre o trabalho, na realidade, constitui desproteção e instabilidade. Ainda sobre a vantagem de sua atividade hoje, Lourdinha relata:

Ah, eu acho que isso aí. Trabalhar pra si próprio é muito bom. Não tem como você trabalhar pra você mesmo, você mesmo ser seu patrão. É muito diferente, é muito. É totalmente diferente do que trabalhar, assim, de ter aquela obrigação e ter que cumprir, entendeu? (Lourdinha).

A seguir, Lourdinha completa, ressaltando o quão importante é o fato de que essa flexibilidade de tempo lhe permite estar perto das filhas, sendo ela mãe solo e principal responsável pelo cuidado delas:

Assim, todos os dias eu tenho meu dinheirinho, né? Pra comprar alguma coisa que elas [as filhas] necessitam. E trabalhando pra fora, você já deixa a vida da sua filha só. E a preocupação da gente é grande demais. Trabalhando pra firma, você tem que deixar, de qualquer maneira. E trabalhando pra si mesmo, no dia que eu não quiser trabalhar, eu não vou, entendeu? Porque eu preciso ficar com minha filha dentro de casa, e minha filha tá precisando. Ou então ela liga pra mim e onde eu tiver eu imediatamente tô em casa. E em firma eu não posso. Em firma você tem que esperar o horário exato de sair pra ir pra casa resolver as coisas. Por isso que eu gosto, é muito melhor trabalhar assim, por conta própria, do que pras firmas. (Lourdinha).

É interessante pontuar que, mesmo considerando o tempo do trabalho como preponderante e central, há outros aspectos ou ocupações sociais que têm temporalidades próprias, cujas demarcações, antes bem delineadas, hoje se tornaram indefinidas no contexto pós-reestruturação produtiva. No caso de Lourdinha, o cuidado, a educação e o

acompanhamento do desenvolvimento das filhas é prioridade, bem como cuidar da casa e da alimentação das meninas. Lourdinha chega a citar que, se pudesse, dedicaria-se apenas a elas.

Em contrapartida à dedicação exclusiva aos afazeres domésticos e aos cuidados familiares, Lourdinha pontua a necessidade de continuar a exercer a atividade, numa perspectiva de subsistência, para ela e para as filhas. Há, portanto, esse acúmulo de atividades sobre as mulheres, que exercem o trabalho produtivo e reprodutivo. No caso de Lourdinha, o fato de ser mãe solo acaba amplificando esse cenário. Portanto, podemos afirmar que os impactos psicossociais ligados ao tempo de trabalho são mais profundos sobre quem precisa arcar sozinha com as responsabilidades da dinâmica doméstica, levando em conta também que a precariedade foi a marca da inserção feminina no mercado de trabalho (ANTUNES, 2006).

Por fim, Lourdinha não soube nos dizer o que era empreendedorismo ou se ela seria uma empreendedora, relatando apenas que era uma sobrevivente. A entrevista foi encerrada quando ela já estava mais tranquila e recuperada das emoções que surgiram.

4.6.2 Segunda entrevista (2021)

Retomar o contato com Lourdinha não foi difícil. Seu contato de telefone ainda era o mesmo. No entanto, conseguir marcar uma data para nossa conversa já não foi tão fácil assim. Por mais que se mostrasse disposta para nos contar sobre sua trajetória, ela esteve durante algum tempo com receio de nos encontrar por questões de saúde. Na semana em que entramos em contato, Lourdinha e a filha estavam muito doentes e, não dispondo de recursos para realizar um teste de COVID, preferiu aguardar sua recuperação. Depois de algumas semanas, conseguimos marcar a data e fomos até sua casa. Lourdinha ainda apresentava tosse e pediu para que mantivéssemos a máscara de proteção. E assim fizemos, como de praxe para todas as entrevistas.

Assim como nas outras entrevistas, em um momento inicial relembramos nossa conversa anterior através da leitura conjunta da transcrição. Lourdinha parece se divertir ouvindo as respostas que deu para algumas perguntas à época. Ao finalizarmos, ela conta que foi bom para conseguir lembrar, visto o tempo que passou entre uma conversa e outra.

Lourdinha continua morando no mesmo endereço cedido por sua irmã. De início, ela nos conta que a filha mais velha não mora mais com elas, já que havia se casado há pouco tempo: “Hoje só quem mora comigo é a minha filha mais nova. Minha outra filha casou. Tá com um mês e 15 dias que ela casou, essa semana. Faz pouco tempo. Ela que me ajudava”.

Lourdinha explica que era a filha mais velha que dividia as despesas de casa com ela e, portanto, quando a filha se mudou as coisas pesaram mais, financeiramente.

A rotina de trabalho de Lourdinha, mesmo antes da pandemia, já havia sofrido modificações. A esse respeito, ela nos explica como diminuiu o ritmo das vendas e de trabalho atualmente:

Porque hoje eu diminuí. Já não vou mais todo dia porque ficou muito difícil depois dessa pandemia, né? O pessoal não queria mais comprar direito. Até porque hoje a carestia tá maior, né? Agora é que tá melhorando um pouco, entendeu? Eu só tava saindo uma vez por semana. Já agora, eu já vou duas vezes por semana. Tô indo duas vezes por semana, porque já tá melhorando um pouco, graças a Deus. E eu também já tô mais velha, já tá pesando muito. Vou fazer treze anos de salada. E eu já tô com 53. Vou fazer 54. (Lourdinha).

Assim, esses foram alguns aspectos que mudaram a rotina de Lourdinha. O período da pandemia, sem dúvidas, foi impactante em sua vida e em seu trabalho. No entanto, a pandemia parece apenas ter amplificado outros aspectos relacionados à alta nos preços dos alimentos e a uma queda nas vendas, que já eram presentes na rotina de quem vende alimentação nas ruas. Outro aspecto citado por Lourdinha diz respeito à sua idade e ao peso da salada. Assim como em 2017, Lourdinha continua a vender a salada em sua bicicleta, o que acaba sendo desgastante e cansativo, principalmente com o passar da idade. Ainda relatando sobre sua rotina, ela continua:

Ah, mulher, eu ando muito, porque eu ando o Itamaraty todinho... Pra eu vender um balde todinho de salada, eu ando Itamaraty e Santa Maria todinho. É chão, pra conseguir vender a salada todinha. E às vezes eu ainda chego com salada em casa. Mas agora, como eu já tô sabendo que o pessoal não tá tendo muito dinheiro, eu não faço mais o balde de salada todo, faço só meio. Só meio balde. Mas tá melhorando, graças a Deus. Quando eu saía, eu voltava pra casa e, às vezes, eu distribuía pro pessoal que é precisado por aqui. E aí, tem vez que quando eu não saio com salada, saio com dindin. (Lourdinha).

Lourdinha enfatiza que o movimento nas vendas tem sido menor, já que seus clientes não estão mais com a possibilidade financeira de compra de antes. Sobre isso, ela relembra que em 2017 havia comentado sobre o alto preço das frutas:

Isso, se daquela época tudo tava caro, tu imagina agora. Não aumentei o valor da salada, consegui manter o valor. Quer dizer, aumentei só um dos tamanhos, a de 1,50 passou pra 2. Vendo a de 2 e 3. Eu não repassei o aumento todo. Porque o pessoal já acha caro, entendeu? Mas dá, sabe? (Lourdinha).

Com isso, ela tem diminuído a quantidade de salada que faz e os dias na semana em que sai para vender.

Na quinta, eu vendo. Graças a Deus tá vendendo tudo de salada. E no sábado. Pronto, quinta e sábado eu tô saindo pra vender. Se eu sair todo dia, não vendo mais.

Os outros dias é dindin. Eu faço e o pessoal vem comprar aqui. Eu também faço entrega. O pessoal pede dindin e eu vou entregar. É assim... E nos dois dias na semana tô saindo. Geralmente no domingo eu não vou. (Lourdinha).

Ainda sobre seu cotidiano de trabalho, Lourdinha segue relatando sobre o dia a dia nas ruas quando lhe questionamos se ela considerava seu trabalho perigoso, por estar mais vulnerável no ambiente da rua de bairros da periferia.

Nunca sofri assalto. Mas que eu tenho medo, eu tenho. Eu já tive muito prejuízo, sabe? A salada caiu, né? Eu já levei queda com a salada. Mas negócio de perigo, assim, não. Porque eu só vou pros bairros conforme as pessoas aceitam. Às vezes, as pessoas perguntam: “Ah, vai vender lá no meu bairro?”. Aí eu: “Pode? Avisa lá os caras. Aí, eu vou”. “Tá bom tia, pode ir vender no meu bairro que eu vou avisar lá pro pessoal ficar sabendo”. Graças a Deus eu também entrego a Deus a minha vida quando eu saio: “Senhor, eu entrego minha vida nas tuas mãos”. Nunca ninguém chegou e me assaltou não. Pelo contrário, sou muito bem recebida pelas pessoas, graças a Deus. Todo mundo me conhece, todo mundo gosta da minha salada. Às vezes pegam meu número: “Ei tia, tu vai vender salada aqui hoje?”. Pra eu vender um balde de salada todinho, eu tenho que passar em dois ou três bairros. E, quando eu vendo antes de chegar num bairro, eles ligam reclamando: “Ei tia, vai vender salada pra nós mais, não?”. Aí, ficam tudo me esperando. Um dia que eu cheguei mais tarde em casa pra vender o balde todo foi 9 horas da noite. Saio 1 hora e cheguei 9. Cansada, mas satisfeita. (Lourdinha).

Além da venda de dindins e da salada, Lourdinha nos confessa que também acaba realizando outras atividades, de modo a não depender financeiramente apenas disso, já que é muito instável. No trecho a seguir, ela comenta sobre as várias outras atividades que tem buscado, a fim de complementar a renda.

Às vezes vendo roupa, vendo fruta também. Isso tá me ajudando, porque eu já vou comprar as frutas da salada, aí o pessoal me compra as frutas também. Os vizinhos encomendam e eu trago: banana, abacaxi, tudo. Isso me ajuda bastante, viu? Também tá me ajudando muito essa venda de fruta. O que eles querem eu trago e vendo. As roupas pego pra revenda. O pessoal me encomenda, eu mando as fotos e vou buscar numa fábrica ali, entendeu? [...]. É uma mulher lá que fabrica. Aí eu pego e vendo. Tem uma colega minha também que me ajuda, que me passa umas bolsas pra vender. Aí, eu vendo e ganho comissão. O que tiver pra vender, minha filha, ah eu vendo mesmo. Só quero saber se vendo. Quando eu não tô vendendo a salada no meio do mundo, eu tô fazendo alguma outra coisa. [...]. Às vezes, quando eu tô sem dinheiro dentro de casa, eu saio pra vender também os dindins por aí. Mas o pessoal me encomenda muito e eu vou deixar. Eu já tenho cliente certo. Tem gente que pega 20, 30 reais de dindin, entendeu? Aí, eu vou deixar. Ter os clientes, assim, mais ou menos certos, já ajuda. De dindin, de fruta, de salada... Sem ganhar alguma coisa eu não fico. Hoje, por exemplo, eu vendi umas blusas. Peguei 100 reais de blusa e vendi todas. Entendeu? É pegando um dinheiro e investindo em uma coisa. Pegando e investindo. Se não tem venda numa coisa, eu vou pra outra. Entendeu? (Lourdinha).

Nesse trecho, Lourdinha retrata uma situação que parece ser comum a muitos trabalhadores informais. Ela acaba recorrendo a vários tipos de atividades e produtos, a exemplo de pequeno ‘bicos’, na tentativa de manter uma renda que possa propiciar a ela e à sua filha o mínimo, em termos de alimentação e sobrevivência. Assim, Lourdinha, que em

2017 conseguia viver bem com a venda de saladas e com a ajuda da filha mais velha, hoje recorre à salada, aos dindins, às roupas, às frutas e a qualquer coisa que possa vender, em uma diversificação das vendas. Se tivesse que depender só da venda das saladas, ela fala que teria que começar a vender em outros bairros. Além disso, o dinheiro que recebe do Bolsa Família também acaba tendo um peso grande na renda final da casa.

Dá pra manter bem. Olha, assim, porque tem o Bolsa Família, né? E com 150 do irmão dela. Às vezes ele dá mais, esse mês ele deu 180. Com a ajuda da minha outra filha... Ela às vezes vem deixar umas compras. E na salada, graças a Deus, tá melhorando. Tem dias que eu vendo 350, entendeu? De lucro eu ficava com o quê? Teve dia que eu fiquei com 150 de lucro. Se eu vendesse todo dia, tava bom. Mas você sabe que hoje tá tudo mais caro. Quando eu pego leite condensado de promoção, aí dá certo. Porque também tem isso, eu compro assim de muito. Aí, quando tá na promoção eu compro vários. Aí, dá pra mim ganhar bem. (Lourdinha).

O dinheiro a que Lourdinha se refere quando cita o irmão de sua filha mais nova seria uma espécie de pensão. O pai de sua filha nunca arcou com o pagamento de despesas referentes ao cuidado com a filha, não sendo presente na vida da menina. A esse respeito, Lourdinha não quis conversar, apenas disse que ele nunca a ajudou nos custos e nunca quis estar perto da filha. O irmão da menina é que, vendo a situação financeira complicada pela qual elas passam muitas vezes e a ausência do pai, acaba dando todo mês a quantidade de dinheiro que pode para minimizar a dificuldade. Lourdinha sabe que esse valor é ínfimo diante das necessidades de alimentação, vestimenta, educação, transporte, dentre outros que uma adolescente precisa. No entanto, recebe de bom grado e agradece por ele tentar, dentro das suas possibilidades, realizar o papel que o pai da menina deveria fazer. Além disso, diversas vezes ela cita que a filha mais velha ainda ajuda nas despesas de casa, por vezes fazendo uma compra de supermercado, por vezes enviando algum dinheiro para a mãe.

Lourdinha continua a nos relatar sobre sua situação, trazendo um pouco sobre sua trajetória no período da pandemia: “Teve uma época que eu fiquei totalmente parada, sem vender nada. Só o dindin aqui. Mas o dindin eu não saía pra vender. Ficava em casa e o pessoal vinha comprar no portão”.

Nessa pandemia, ela que tava me ajudando. E o bolsa família, né? O bolsa família e ela me ajudavam, porque eu não podia mais sair, né? Porque teve um tempo que eu fiquei sem poder sair, né? Nessa pandemia eu não podia sair pra poder vender. Só vendia dindin. Geralmente o pessoal vinha aqui pra comprar dindin. Até hoje eles ainda vêm comprar. (Lourdinha).

Mais uma vez, nos trechos acima e abaixo, Lourdinha cita a ajuda da filha e da renda do Bolsa Família. Fica evidente a importância desse Programa na vida de mulheres

como ela: mãe solo, trabalhadora informal, dona de casa e chefe de família. Lourdinha relata essa importância:

A salada de fruta me ajudou demais. Me ajudou a comprar coisa que eu não tinha. E foi com o bolsa família, viu? O primeiro investimento que eu fiz na salada na minha vida foi com um dinheiro do bolsa família. Muita gente critica o bolsa família. Mas foi isso que ajudou muito. Tem pessoas mal-agraçadas que fala que é esmola. Pra mim foi ótimo. Toda vida que pego meu bolsa família eu invisto em alguma coisa. Eu pego e vou investir. O pessoal é que é preconceituoso. Aí, consegui comprar a geladeira, um freezer. Foi aos pouquinhos, né? (Lourdinha).

Nesse sentido, no período da pandemia, foi também o dinheiro do Programa que a sustentou em muitos aspectos. Lourdinha conta que foi um período muito difícil financeira e emocionalmente. Em termos de ajuda, ela cita o Auxílio Emergencial como uma renda muito importante.

Não passei tão mal porque teve a ajuda da minha filha que trabalhava. Ela me ajudava muito. Me ajudava com a despesa da casa, pedia emprestado dinheiro no nome dela pra gente ir pagando as coisas. Teve a ajuda também do bolsa família, né? Que era o auxílio. Me ajudou muito. Agora a gente não recebe mais tanto do bolsa. De pensão eu recebo 150 do irmão dela aqui. Agora, a minha outra filha saiu de casa, mas mesmo assim ela ainda ajuda. [...]. Aí, de vez em quando, ela me ajuda. De vez em quando ela vem aqui, ela faz uma feira. De vez em quando ela me faz uma feira. Vem mais o marido dela e me dá umas coisas. (Lourdinha).

Assim, durante o período da pandemia em que não podia sair para vender, era a filha e a renda do auxílio que sustentavam a casa. Ademais, a venda de dindins para as pessoas da vizinhança ainda gerava também certa renda. De início, Lourdinha nos disse que acatou todos os períodos dos decretos e permaneceu em casa. No entanto, mais à frente ela acaba nos confessando que, mesmo havendo a proibição, saiu de casa algumas vezes para vender salada.

O pessoal me pedia muito, sabe? Pra ir vender. Aí, eu dizia: “Não, não posso”. “Tia, mas vem escondida”. Eu dizia: “Não, não posso”. No começo, vou confessar que eu saía. Eu saía só pra entregar aqueles que eram meus clientes, sabe? Tinha que ganhar. Aí, o pessoal: “Vem tia, a gente vai ta tudo lhe esperando”. Entendeu? Aí, eu dizia: “Mas se a polícia me pegar?”. Aí, eles diziam: “Vem, nós te esconde”. Aí, as vezes eu botava um balde de salada e ia lá, vendia tudo bem rápido nas pressas. Todo mundo ligava um pro outro e iam correndo comprar. Aí, num instante eu chegava em casa. Chegava tão satisfeita. Mas às vezes eu saía também, sabe? Muito difícil ta em casa. Mas o auxílio foi muito bom, eu gostei muito. Ajudava todo mundo. Ajudou muito. Então, não deu pra passar fome não, graças a Deus. O pouco que eu trabalho é o pouco que eu preciso. Eu tô gostando. Vou me virando e vai dando certo. (Lourdinha).

Lourdinha conta que, no início, realmente, precisava sair para ganhar dinheiro. Mas, depois de um tempo, já recebendo a renda do auxílio, essas saídas pareciam ser muito mais um apego emocional à atividade, à rotina e aos clientes do que uma necessidade

financeira. Esse vínculo construído entre ela e os clientes, sendo que eram eles próprios que cobravam a salada, fazia parte de seu cotidiano e davam sentido a ele. Por isso, ficar em casa foi muito difícil, assim como para grande parte dos trabalhadores brasileiros. No entanto, ela reconhece e se sente grata por ter tido a possibilidade de receber um auxílio financeiro nesse período, sem o qual, provavelmente, teria passado por uma situação bem mais complicada.

Na sequência de nossa conversa, falamos sobre as especificidades de ser uma trabalhadora informal, o que acabou a deixando mais vulnerável financeiramente no período da pandemia. No entanto, assim como em nossa conversa em 2017, Lourdinha segue trazendo aspectos positivos sobre trabalhar por conta própria e sobre vender a salada de frutas.

Eu trabalho pra mim mesma. Me encontrei na salada. Eu gosto de trabalhar pra mim porque no dia que eu não quiser trabalhar, eu não trabalho, entendeu? Mas eu gosto de trabalhar pra mim mesmo. Porque trabalhar pra firma hoje em dia, com essa minha idade, não dá, entendeu? E também eu tenho uma filha adolescente dentro de casa. Ela tem 14 anos, precisa de cuidado. E eu tenho que cuidar das minhas filhas, de perto. Prefiro assim. Porque na venda de salada, mesmo se eu botar um ponto pra vender, depois eu chego em casa e cuido delas. (Lourdinha).

Foi a partir dessa atividade que Lourdinha pôde criar as filhas e levar sustento para a casa. Ela conta, com orgulho, que foi a salada de frutas que fez com que sua filha mais velha pudesse estar na faculdade e que é isso que deseja para sua filha mais nova. Apesar de considerar a venda de salada muito importante em sua história de vida, Lourdinha gostaria que as filhas decidissem seguir outros caminhos de trabalho relacionados a um emprego.

Mulher, eu quero dar pras minhas filhas o que minha mãe não pôde me dar. Eu quero ver elas na faculdade. Entendeu? A venda de salada é bom. Mas é muito cansativo. Muito. Pega muito sol, envelhece, cansa. Mas se um dia elas quiserem vender, eu também não posso fazer nada, né? Cada qual escolhe o que quer ser, né? Mas pra elas eu quero um futuro melhor. Um emprego bom. Nem que comece de baixo, entendeu? Mas depois chega a um nível bom. E elas merecem. Tanto ela quanto a minha outra, que já se encaixou, tá trabalhando, terminando a faculdade... Antes quem pagava a faculdade era eu, né? Mas com o trabalho ela consegue pagar. Graças a Deus trabalha, faz faculdade e casou agora. Vive bem mais o marido. Eles dois fizeram faculdade. Aí, é muito bom uma mãe saber que um filho vai ter um futuro. E quero que essa aqui faça faculdade também. Eu não fiz, mas elas vão fazer. (Lourdinha).

Esse é seu desejo em relação ao futuro das filhas. Em verdade, se Lourdinha pudesse voltar no tempo, ela confessa que gostaria de ter estudado em uma faculdade: “Ah, eu tinha chegado numa faculdade. Agora com essa idade aqui, não sei pensar no quê. Agora, é só continuar do jeito que tô aqui. Só trabalhar, trabalhar, trabalhar. Se lá atrás eu pudesse ter escolhido, eu tinha feito outra coisa”. Lourdinha conta que gostaria de ter tido oportunidade de ter uma vida diferente e que, por isso, se esforça e insiste tanto para as filhas seguirem caminhos diferentes.

No que se refere ao seu próprio futuro, já no fim de nossa conversa Lourdinha conta que pretende trabalhar até quando tiver condições físicas. A respeito de planos de aposentadoria, ela conta que não paga contribuição individual: “Eu não pago não. Eu comecei a pagar e depois desisti. Porque as coisas começaram a ficar muito difíceis. Aí, veio essa época de pandemia. Aí, era um dinheiro a menos, né? Pra botar na mesa. Aí, eu não pago não. Não sei como vai ser. Até onde der pra trabalhar, eu vou trabalhar. Entendeu?”. Portanto, esse é o único plano de Lourdinha para o futuro: seguir trabalhando. Para si própria, ela parece não planejar muitas coisas. Contanto que as filhas estejam bem, ela diz ter cumprido sua missão.

5 CONTRADIÇÕES E DESCONTINUIDADES NAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS E AS NOÇÕES DE EMPREENDEDORISMO, INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Nas páginas anteriores, tivemos a oportunidade de mergulhar na trajetória laboral de 6 trabalhadores, perpassando o período da pandemia de Covid-19 pelo qual passamos na atualidade. “Ao contar sua vida, o sujeito fala de seu contexto – fala do processo por ele experimentado, intimamente ligado à conjuntura social onde ele se encontra inserido” (SILVA *et al.*, 2017, p. 32). Assim, temos acesso à sua cultura, ao seu meio social, aos seus valores, dentre outros aspectos na compreensão do que ele elege como prioridade nas suas escolhas e decisões de vida. Ao acessarmos as narrativas partilhadas, percebemos as inúmeras descontinuidades da esfera laboral desses indivíduos. Depois de realizarmos as primeiras entrevistas em 2017, investigando trabalhadores de comida de rua, e retomando contato com eles após 4 anos, não tínhamos noção de como esses trabalhadores estariam hoje. Ressalvando as particularidades e as especificidades das trajetórias por eles seguidas, a história de vida desses sujeitos nos fornecem pistas para compreender repercussões das transformações que ocorrem em uma dinâmica macrossocial e a uma velocidade que traz desafios permanentes para a classe trabalhadora, principalmente desprovida dos direitos e garantias próprias da sociedade salarial.

As trajetórias aqui apresentadas acabam por acompanhar diversos momentos econômicos, políticos e sociais do contexto brasileiro, levando em consideração que o período em que as análises das entrevistas foram realizadas foi marcado por uma série de ações que ampliaram a vulnerabilização da classe trabalhadora e que, com as flexibilizações trabalhistas empreendidas, aproximou ainda mais a informalidade de um modo viável e difundido de inserção no mundo do trabalho. Desse modo, cabe a compreensão de que, mesmo se tratando da análise de trajetórias individuais, não se pode deixar de relevar a dimensão política como fenômeno que atravessa as decisões individuais dos trabalhadores.

Seguimos apresentando discussões que envolvem tanto uma perspectiva teórica quanto os aspectos empíricos com os quais nos deparamos. De modo óbvio, as reflexões aqui realizadas não pretendem analisar essas trajetórias de modo a incluí-las em uma análise homogênea. De fato, não há homogeneidade nos trabalhadores aqui apresentados, a não ser o fato de, em nossa primeira entrevista, todos estarem inseridos na venda da comida de rua. São indivíduos de idades diferentes, gêneros diferentes, situações econômicas diferentes, cujas opiniões, planos de vida e perspectivas futuras se construíram a partir de acontecimentos

particulares em suas histórias de vida, sendo inclusive reflexo de suas próprias gerações. Assim, hoje, esses trabalhadores não partilham tantas semelhanças, inclusive na questão ocupacional. Dentro dos descaminhos que lhes levaram ao momento atual, alguns deles se vincularam a outras atividades laborais, com outros planos e até em outros países, enquanto outros permaneceram na venda da comida de rua.

Alguns aspectos acabam transversalizando todas essas singularidades. Um deles diz respeito à noção partilhada sobre o trabalho independente/por conta própria/empreendedor, à luz do recurso analítico das trajetórias ocupacionais (MALAGUTI, 2000). Parece haver uma construção coletiva que encontra no modelo de trabalho informal, flexível e autônomo o modelo ideal. Se, em momento anterior da história, encontrávamos no emprego o alicerce representativo da cultura laboral, hoje escutamos dos trabalhadores as vantagens e o desejo em torno de um modelo de trabalho mais instável e flexível. Embora ainda existam resquícios de alusão ao emprego como forma mais plausível e segura de trabalho, a exemplo da relação de emprego padrão, “[...] em tempo integral, dependente e socialmente protegido, em que padrões mínimos sobre a jornada de trabalho, remuneração, seguridade social e representatividade sindical são regulados por uma legislação ou acordos coletivos” (NOGUEIRA; CARVALHO, 2021, p. 8), o modelo de trabalho independente, informal ou formalizado, acaba se tornando uma referência central, inclusive para a ampliação de oportunidades de trabalho.

Esses resquícios, em geral, surgem nos discursos dos trabalhadores quando, por exemplo, Dora opta por retornar ao seu emprego anterior, muito embora como um complemento do trabalho por conta própria. Ou quando Dona Inácia, Angelita e Lourdinha revelam que gostariam que seus filhos tivessem bons e seguros empregos. Ou ainda quando Maria Moura acaba por revelar que gostaria muito de ter um trabalho formal, com horários e salário fixos. Talvez esse fato reitere o que Malaguti (2000) quer dizer quando faz referência à constatação de que:

[...] trabalhadores “assalariados” e “independentes” sempre sonharam com empregos onde pudessem usufruir de reconhecimento e de respeitabilidade sociais e, conseqüentemente, recompor sua autoestima: os “independentes” foram constringidos a renunciar aos empregos que poderiam ter acesso em função de remunerações que não lhes teriam permitido sustentar suas famílias. Os “assalariados”, por sua vez, apenas sucumbiram aos atrativos monetários do trabalho independente quando não colocavam em risco direitos assegurados e rendimentos salariais: nos interstícios do trabalho assalariado e/ou quando aposentados. (MALAGUTI, 2000, p. 167).

Muito embora haja, por um lado, a referência ainda presente ao trabalho formal e assalariado, como sugeriu o autor há duas décadas, parecemos estar hoje mais adiante no

processo de compreender o trabalho autônomo enquanto figura representativa do trabalho partilhado no imaginário social coletivo. As novas estratégias discursivas tomam o contrato de trabalho e os direitos sociais a ele relacionados, conquistados pelos trabalhadores, como empecilhos, tanto para os trabalhadores quanto para as empresas. Sendo mais comum compreender a perspectiva empresarial da redução de custos, aqui pudemos ouvir dos trabalhadores o fardo que o trabalho assalariado traz, com as ordens dos superiores, os horários heterodeterminados, os salários insuficientes, as metas inalcançáveis, as situações vexatórias de assédio moral. Ademais, os direitos e garantias previstos nesse modelo de trabalho não se apresentam mais vantajosos, principalmente após as desregulamentações aprovadas, como tantas vezes citado por Maria Moura ao afirmar que “carteira de trabalho não é grande coisa”. A precarização contida dentro da própria relação de trabalho contratual acaba fomentando a naturalização de um modelo de trabalho por conta própria.

Em outra dimensão, para Betti (2016), a desconstrução das noções de trabalho padrão também podem fazer referência à superação de uma visão eurocêntrica, incorporando às discussões questões relacionadas às atividades de subsistência de países fora da centralidade das discussões de trabalho. Essa ideia inaugura uma compreensão da perda de centralidade dos países denominados centrais na divisão internacional do trabalho, já que construir a ideia de precário em contraste com os ideais de pleno emprego é uma visão limitada dos acontecimentos em nível global, já que “[...] do ponto de vista do Sul, o trabalho sempre fora precário” (NOGUEIRA; CARVALHO, 2021, p. 13).

Na realidade brasileira, parece haver uma nova forma de produção subjetiva em torno da perspectiva de trabalho. Na esteira dos acontecimentos, está cada vez mais presente nos argumentos dos trabalhadores termos como autogestão, flexibilidade, liberdade, autonomia e “ser seu próprio patrão” para descrever o trabalho por conta própria, autônomo, independente e empreendedor. Nesse sentido, o discurso do empreendedorismo acaba por justificar o trabalho informal e precário, na medida em que determinadas especificidades da informalidade acabam traduzidas para o discurso empreendedor. Assim, o fato de, muitas vezes, não desfrutar de direitos e garantias, de ter uma renda instável e insuficiente, de ter uma jornada intensa e extensa, de ter que se organizar individualmente para realizar uma contribuição para a aposentadoria, dentre outros aspectos, são, em realidade, características de um trabalho empreendedor, que, em contrapartida, retribui ao trabalhador flexibilidade e sensação de autonomia. É o que Lima e Oliveira (2021) trazem como ressignificação da informalidade como trabalho empreendedor, através de uma união do discurso do

empreendedorismo ao neoliberal, na busca de “[...] substituir a categoria desemprego pela de empreendedorismo para fins de políticas públicas” (COSTA; LEITE; LINDÔSO, 2021).

Este deslocamento da ideia de informalidade em uma substituição pelo binômio empregabilidade/empreendedorismo é apontado por Filgueiras, Druck e Amaral (2004), ao situarem o valor ideológico e político desta nova cultura do trabalho. Ademais, esse valor ideológico constrói como primordial a:

[...] ideia constituída do imperativo de se transformar uma dificuldade em uma oportunidade, cada vez mais disseminada em nossa sociedade. A combinação desse conjunto de valores simbólicos (empregabilidade, empreendedorismo e aproveitamento de oportunidades) produz e reproduz um construto ideológico que acaba por naturalizar a precariedade laboral. (NOGUEIRA, CARVALHO, 2021, p. 34).

Essa ressignificação da informalidade que surge em nosso trabalho já foi tema de outras produções já publicadas. Rangel (2019) destacou transformações na informalidade do comércio de rua da região do Brás, São Paulo, relacionadas à empresariação desse comércio, com a utilização massiva do discurso empreendedor no cotidiano dos trabalhadores. Fonseca (2021) também teceu reflexões no mesmo sentido, quando pesquisou camelôs de Cuiabá, Mato Grosso, cujas atividades informais foram ressignificadas sob o ideário empreendedor, com o qual os trabalhadores se identificam agora. Braga (2020) também encontra discussões similares quando pesquisou os territórios comerciais de confecções das cidades de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, em Pernambuco, com a construção de um novo *ethos* voltado para o empreendedorismo entre os trabalhadores.

O discurso do empreendedorismo acaba se normalizando como parte do próprio funcionamento neoliberal, muito fortemente no Brasil a partir dos anos 1990. “Essa normalização ocorre em associação com a positivação das ideias de ‘empregabilidade’, ‘autonomia’, ‘flexibilização’ e ‘modernização’ das relações de trabalho (LIMA; OLIVEIRA, 2021, p. 908). Em um contexto de desemprego elevado e ante a perda processual de direitos relacionados ao emprego, como já citado em momento anterior do texto, a implementação de uma agenda neoliberal disseminou a força do empreendedorismo, a partir da ideia de que a empregabilidade é de responsabilidade individual. Machado (2002) reúne esse pensamento:

Resumindo e simplificando, projeta-se a imagem do “novo trabalhador” como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual, através da venda de sua força de trabalho (ou da alocação de seu esforço como produtor direto) em uma série de atividades contingentes, obtidas através da demonstração pública da disposição e competências para práticas econômicas em constante mudança – isto é, sempre como empresário de si. (MACHADO, 2002, p. 105).

O autor continua apontando uma ampliação da representação do trabalho vinculada ao empreendedorismo. Duas décadas depois de seu texto, parecemos ter a confirmação do processo de cultura do trabalho em torno do ser empreendedor, com uma dimensão “[...] simbólico-ideológica de adesão/convencimento (que permanece implícita em sua maior parte, pouco afetando o conflito aberto e consciente) que interfere sobre a autonomia e a visão de mundo dos trabalhadores” (MACHADO, 2002, p. 104). Ainda para o autor, talvez o próprio conceito de informalidade esteja sendo substituído por empreendedorismo.

Assim, constroem-se novos arranjos laborais ligados ao trabalho por conta própria, tanto em torno da comida de rua, quanto em outros tipos de trabalho. A desregulamentação e a flexibilização fomentam esse processo, como no caso apresentado por Maria Moura das vendedoras que, forçosamente, tornaram-se prestadoras de serviço. Em geral, estamos relacionando as noções de empreendedorismo e de trabalho por conta própria ao cenário da informalidade. A situação exemplificada, por outro lado, apresenta essas noções dentro da perspectiva da prestação de serviços, na própria ideia do “[...] empresário de si mesmo, uma vez que a empresa se torna o novo referencial de subjetivação, do indivíduo ao Estado” (PEDRINHA, 2021, n.p). Para além da formalização do negócio, da formalização do vínculo de serviço prestado ou da total situação de informalidade, o que se escuta dos trabalhadores indica a mudança de valoração do trabalho por conta própria, já que ser empreendedor não seria apenas abrir um negócio próprio, mas um modo de ser no mundo. E a cultura da informalidade (se é que podemos nomeá-la assim) tem invadido as relações de trabalho, fundamentada nos ideais de trabalho empreendedor.

O discurso do empreendedorismo parece, portanto, ratificar a volatilidade própria do capitalismo contemporâneo neoliberal. E, assim, é possível que tenhamos a possibilidade de visualizar uma compreensão da temporalidade da estrutura laboral na atualidade. As histórias de vida no trabalho cada vez mais se apresentam recortadas e fragmentadas, diferente de uma estrutura mais perene, quando um trabalhador construía sua carreira relacionada, muitas vezes, a uma empresa ou a uma atividade específica. Hoje, há certa inconstância e incerteza no que se refere às vinculações laborais, o que nos faz, inclusive, refletir sobre o sentido e a referência laboral que esse trabalhador encontra permutando entre modalidades diferentes e, muitas vezes, dentro de pequeno intervalo temporal.

A trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras periféricos não conta com uma linearidade na formação de uma identidade profissional. Não conta com estabilidade, seja dentro ou fora do emprego formal. Os arranjos cotidianos podem ser compreendidos como estratégias de sobrevivência que são tipos informalizados

de enfrentamento das injustiças, desigualdades, inseguranças e precariedade; o outro lado desse enfrentamento é a criação e aproveitamento de oportunidades efêmeras e passageiras, que envolvem diferentes sociabilidades e redes de relações sociais. (ABÍLIO, 2021, p. 943).

A esse respeito, Malaguti (2000) versa sobre a análise das trajetórias laborais, de modo a revelar não existir homogeneidade nos tipos de vínculos laborais ao longo da vida. Desse modo, não há uma espécie de ‘identidade assalariada’ ou uma ‘identidade independente’ que leve a considerar que o trabalhador constrói sua subjetividade unicamente pelo tipo de vínculo. Assim, “[...] levando-se em conta estes novos elementos, o ‘estar assalariado’ e o ‘estar independente’ refletem situações que nada esclarecem sobre a subjetividade dos trabalhadores: estes conceitos perdem sua razão de ser” (MALAGUTI, 2000, p. 166). Na esteira do mesmo pensamento, e a respeito das trajetórias recortadas, o autor continua:

Através da utilização das trajetórias ocupacionais, constatamos que o status dos trabalhadores não se derivam nem das características de uma atividade, nem de sua atividade empírica atual, mas sim de uma experiência de vida seguidamente complexa e multifacetada, cujas variantes ocasionais interpenetram-se, definindo e redefinindo o que agora se faz em função do que antes se fez e, seguidamente, do que se pretende fazer. (MALAGUTI, 2000, p. 152).

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, não haveria sentido em afirmar que as características relacionadas ao empreendedorismo ou ao trabalho por conta própria estariam vinculadas à noção de vocação ou aptidão natural. Essas questões estão vinculadas a um contexto macrossocial da própria lógica de mercado que acaba guiando as trajetórias laborais e produzindo incorporação de valores, conhecimentos, opiniões e processos de trabalho. Em suma, as habilidades empreendedoras, por assim se nomearem, constroem-se enquanto subterfúgios e estratégias assumidas pelos trabalhadores de modo a garantir subsistência, seja em um trabalho assalariado, seja em um trabalho por conta própria. No caso dos trabalhadores aqui apresentados, esse ‘espírito empreendedor’ nada mais é que a busca pela sobrevivência mediante as necessidades e dificuldades impostas ao longo da trajetória de trabalho, que faz com que, em certos momentos, eles se envolvam em uma ou outra atividade de trabalho.

Na esteira desse pensamento, muitas vezes procuramos analisar nas trajetórias investigadas aspectos que pudessem estar relacionados ao que as teorias empreendedoras nomeiam como empreendedorismo por necessidade e empreendedorismo por oportunidade. Em uma análise simplista, poderíamos afirmar que os trabalhadores de situação financeira mais abastada, em termos de capital para investir no negócio, ou aqueles que verbalizam explicitamente noções de empreendedorismo estariam relacionados à perspectiva do

empreendedorismo por oportunidade. Por outro lado, trabalhadores com uma dinâmica financeira menos abastada seriam relacionados ao empreendedorismo por necessidade.

No entanto, tendemos a confirmar o que já era uma suspeita. Quando analisamos as inserções laborais ao longo de uma trajetória, podemos analisar como essas inserções acontecem, em sua maioria, visando uma questão de sobrevivência. Mesmo quando o trabalhador enxerga um sonho em determinado projeto de trabalho, suas decisões de baseiam, antes de tudo, em um critério de renda. Nesse caso, não haveria, de fato, justificativa que possa basear uma distinção no que se refere à motivação para empreender. Os caminhos, desvios e retornos nas trajetórias excluem qualquer característica homogênea a partir da qual possamos classificar um trabalhador de um modo único, pois ele acaba perpassando várias características diferentes ao longo do tempo, inclusive o tipo de vínculo laboral, como citamos anteriormente, ao destacar entre ser trabalhador assalariado e por conta própria. Essas trajetórias recortadas, inclusive, parecem demandar dos trabalhadores um constante autogerenciamento, de modo que sua situação como trabalhador está a todo instante sofrendo rupturas.

A reprodução social no Brasil, em uma realidade muito distante do que as linhas divisórias buscam explicitar (formal e informal; tradicional/arcaico e moderno), seguiu, em grande medida, calcada na “viração”. A “mobilidade lateral” típica do trabalhador urbano deflagra um *continuum* entre ocupações e oportunidades de renda que se fazem ora próximas ora distantes da forma emprego. (FILHO; GEORGES, 2021, p. 881).

Nesse processo, é de inteira responsabilidade do sujeito, como esse modelo de empreendedor de si mesmo, sua reprodução social enquanto trabalhador.

Sobre os tipos de vínculos laborais, é necessário, ainda, que possamos aproveitar a oportunidade para problematizarmos a utilização dos termos empreendedorismo, trabalho por conta própria e trabalho informal. Por muitas vezes se apresentarem de modo tão entrelaçado, acabam por serem compreendidos enquanto sinônimos. O trabalho por conta própria engloba categorias autônomas, profissionais liberais, pessoas em vagas sem carteira assinada e trabalhadores informais, como os ambulantes, por exemplo (QUEIROZ, 2019). Assim, o crescimento do trabalho por conta própria mantém relação com o aumento da informalidade. O empreendedorismo, por sua vez, fala de uma categoria mais ampla, apontando para uma cultura do trabalho. Inicialmente, podemos pensar que está ligado ao fato de criar um negócio próprio, à semelhança de um empresário, no entanto, fala-se hoje de uma característica do trabalhador, independentemente do tipo de vínculo. Hoje, o rótulo se vincula também ao sujeito que se formaliza enquanto MEI ou ME.

Esse apanhado geral nos serve para repensarmos as inserções dos trabalhadores ao longo das trajetórias. Por exemplo, quando Maria Moura fala sobre sua situação anterior enquanto dona de um *food truck* e de sua situação atual enquanto representante comercial autônoma, no exemplo de ‘PJotização’ do trabalho, essa situação se vincula tanto ao rótulo de empreendedorismo quanto a um trabalho por conta própria. Sua situação também se relaciona a de uma trabalhadora informal, na medida em que não há registros formais. Nesse sentido, parece-nos que essas diferenciações e o uso dos termos se vinculam, na verdade, à posição política com a qual olhamos para a realidade. Nomear os trabalhadores enquanto empreendedores, apesar de eles próprios se definirem assim, aproximaria-nos de uma perspectiva neoliberal mais aguçada, que enxerga nas características de trabalho paupérrimo, degradante e indigno aspectos relacionados à superação e à autonomia de um empreendedor. Assim, essa nomenclatura é utilizada neste trabalho apenas de modo a nos aproximarmos da maneira como os trabalhadores se autoavaliam no exercício de suas atividades ou na formalização do negócio. E, ainda assim, “[...] não nos parece aceitável, por exemplo, identificar o microempresário com o clássico capitalista empreendedor: criativo, rico, gerador de empregos, independente e poderoso” (MALAGUTI, 2000, p. 81).

Para Abílio (2021, p. 937), pesquisar e discutir esses temas nos coloca frente a um desafio de enfrentar criticamente uma subjetividade neoliberal, “[...] não se trata de disputa conceitual, mas de um exercício que coloque menos fichas no empreendedorismo de si e mais nas formas contemporâneas de gerenciamento e controle do trabalho. Coadunamos com ideia da autora de tentar escapar dessa produção discursiva, muito embora admitindo que, mesmo em nossa escrita, deixamo-nos muitas vezes ser capturados por ela. Bernardo (2014, p. 130) resume essas diferenças discursivas, especialmente no meio acadêmico, ao falar que, de um lado “[...] está o discurso predominante na literatura de gestão empresarial, que apresenta um enfoque bastante otimista e, de outro, estudos, especialmente no campo das ciências sociais, que buscam mostrar que tais mudanças se dão na direção da precarização do trabalho”, especialmente aqueles discursos inspirados pela Psicologia Social do Trabalho.

O uso desse tipo de nomenclatura pelo trabalhador e para aqueles que o identificam como tal, bem como os ideais propagados de ‘dono do seu próprio negócio’ e ‘seja seu próprio patrão’, fazem parte de um movimento mais amplo, a anunciada nova cultura do trabalho, que traz a nomenclatura genérica do empreendedorismo para o discurso dos trabalhadores, de vários setores e classes sociais, maquiando o que seriam pistas de compreensão do trabalho precário. Aqui, iniciamos uma reflexão sobre aquilo que também acaba perpassando todos os trabalhadores, a despeito das singularidades de cada trajetória

laboral: o processo de precarização do trabalho. Retomando o que já havíamos discutido anteriormente, em relação à precarização do trabalho como o que processualmente integra a precariedade à norma de vida no trabalho, ela está relacionada historicamente ao esfacelamento das proteções e direitos do trabalho. Nesse sentido, o trabalhador informal e/ou por conta própria já se encontra inserido nessa perspectiva. É necessário pontuar, no entanto, que o próprio processo que precariza o trabalho também se atualiza e se transforma conforme as novas configurações laborais. Considera-se o processo de precarização como um fenômeno comum à nova fase da economia mundializada, sendo produto das novas formas de organização e exploração do trabalho (SOTELO-VALENCIA, 2022). A precariedade, assim, seria inerente ao desenvolvimento capitalista, um modo de governar dominante (NEILSON; ROSSITER, 2008). E, assim, nessa naturalização processual, o discurso empreendedor, o trabalho por conta própria, a informalidade e a precarização do trabalho acabam por se retroalimentar constantemente.

Druck (2011) retoma uma tipologia da precarização na realidade brasileira que aponta alguns indicadores mais específicos de nosso contexto. São eles: vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais; intensificação do trabalho e terceirização; insegurança e saúde no trabalho; perda das identidades individual e coletiva; fragilização da organização dos trabalhadores; e a condenação e o descarte do Direito do Trabalho. Assim, falamos de um cenário em que a precarização se constrói em torno de vários conjuntos de características, como a elevação de níveis de desemprego e informalidade, baixa proteção social aos trabalhadores, extensão das jornadas de trabalho, formas de abuso de poder, perda da noção de resistência, dentre outros aspectos. Enfim, há certa natureza multidimensional nos conceitos de precariedade e precarização, sendo intimamente relacionados ao conceito de informalidade, sendo esta noção mais antiga (NOGUEIRA; CARVALHO, 2021). Mais uma vez pontuando a noção de estratificação internacional dos fenômenos, a informalidade aparece inicialmente nos países em desenvolvimento, enquanto as discussões sobre trabalho precário surgiram nos países centrais.

Importante ainda, antes de continuarmos, pontuarmos algumas questões importantes e mais recentes que se incorporam às discussões entre trabalho informal e trabalho precário. A informalidade, ao tornar-se uma possibilidade real de inserção, e de certo modo naturalizada, acaba por se distanciar do sentido linguístico de precariedade, tal como foi introduzido nos países em desenvolvimento. Dessa forma, solidariedade e resistência adentram ao cenário da precariedade, antes que a dimensão do informal. Em uma visão

liberal, as atividades informais seriam consequências da própria lógica de funcionamento de uma redução de custos.

Para essa visão, a informalidade (e inclui-se também a ilegalidade) é um reservatório de energia empreendedora que é aprisionada pelas regulamentações governamentais e, liberando-se essa energia pela redução das regulações de entrada ou ampliando-se os direitos de propriedade, alimentar-se-iam o crescimento e o desenvolvimento. (NOGUEIRA; CARVALHO, 2021, p. 15).

Ha um matiz profundamente perverso que assume a lógica informal como uma característica natural e necessária para a lógica capitalista, especialmente levando em consideração a desigual produtividade entre os países.

Já a lógica de trabalho precário se insere, inicialmente, em discussões que delineiam uma degradação de condições seguras. Nesse sentido, a noção de precariedade entra no campo laboral a partir do processo de erosão à segurança e estabilidade, sendo a expressão da crise do capital, o que concerne compreender que o trabalho precário pode ser formal ou informal, a exemplo do trabalho intermitente introduzido pela reforma trabalhista de 2017 (NOGUEIRA; CARVALHO, 2021). Kallerberg (2009) define um trabalho precário como aquele que é imprevisível e incerto para o trabalhador. Já Neilson e Rossiter (2008) citam ideias vinculadas à noção de precário relacionadas ao fato de não ser capaz de planejar o próprio tempo, à exemplo de um trabalhador sob demanda. Para os autores, a noção de precário estaria relacionada às formas de trabalho inseguras, flexíveis, temporárias, subcontratadas e por conta própria (NEILSON; ROSSITER, 2008; NOGUEIRA; CARVALHO, 2021).

Na busca de traçar alguns indicadores da precarização social no Brasil, Druck (2013) indica que o próprio processo passa por uma metamorfose, assumindo novos contornos no contexto da mundialização do capital financeiro. “O conteúdo dessa (nova) precarização é dado pela condição de instabilidade, insegurança, fragmentação dos coletivos de trabalhadores e brutal concorrência entre eles” (DRUCK, 2013, p. 56). Para a autora, esse processo atinge a todos de forma indiscriminada, em graus e intensidades diferentes, mas de maneira permanente. Os indicadores que desenham esse cenário se localizam em torno de algumas características:

- a) Vulnerabilidade estrutural que constrói um cenário de ausência de empregos e reforça uma inserção laboral desprovida de direitos.
- b) Organização e condições de trabalho relacionadas à intensificação laboral, a extensas jornadas, à aceleração do ritmo laboral, a metas inalcançáveis, dentre outros aspectos.

- c) Fragilização da segurança relacionada ao trabalho com maior exposição a riscos que debilitam a saúde do trabalhador.
- d) Fragilização do reconhecimento e da valorização simbólica de uma identidade coletiva relacionada ao trabalho.
- e) Debilitação das condições de organização política, coletiva e sindical, pulverizando e enfraquecendo possibilidades de luta.

Nesse sentido, ao falarmos sobre este trabalhador precarizado aqui apresentado, referimo-nos, para além da ideia mais óbvia de um trabalhador desprovido de direitos e garantias, a aspectos complementares, como a duração da jornada de trabalho, a intensificação laboral, a instabilidade a insuficiência de renda, a impossibilidade de planejamento a longo prazo, a inconstância laboral e, muitas vezes, ao declínio de parâmetros mínimos de dignidade no trabalho. São estas características das trajetórias laborais aqui analisadas que as aproximariam de um trabalho precarizado, independente da origem de cada trabalhador. No entanto, no discurso do trabalhador, são características de um trabalho empreendedor. Trabalhar horas a fio, não ter como desfrutar de finais de semana, não ter perspectiva de usufruir de férias ou aposentadoria, não saber quanto vai ganhar mês a mês, não ter a possibilidade de desfrutar de descanso ao adoecer, não ter constância em uma atividade, ter que acumular inúmeras ocupações para uma renda mínima, é um fardo a se carregar mediante a liberdade, a autonomia e a não subserviência proporcionadas por esse tipo de arranjo laboral. Nesse sentido, “[...] ao ignorar as condições em que o trabalho é exercido, bem como seus rendimentos, essa ressignificação do ‘empreendedorismo’ iguala o conjunto dos ‘empreendedores, independentemente de sua origem e classe social, como se esses fatores não fossem importantes na garantia de seu êxito” (LEITE; LINDÔSO, 2021, p. 795).

O discurso produzido em torno dessas questões é o de legitimar o caráter empreendedor, buscando naturalizar esse modo de vida. Projeta-se um futuro de êxito com base, unicamente, no empenho, na perseverança e nos méritos pessoais, em uma espécie de ‘empresariação de si’. Nesse sentido, “[...] vem sendo difundida a ideia de que tais mecanismos são benéficos para o trabalhador, uma vez que o transforma em um ‘empreendedor de si mesmo’, ‘senhor de seu tempo e de suas decisões’ e com ‘horizontes abertos para o sucesso pessoal (NOGUEIRA; CARVALHO, 2021, p. 57). O modelo de sujeito empreendedor acaba por se firmar, através de “[...] um imaginário que positiva situações de sofrimento, identificando o modo de ser empreendedor como uma validação do sucesso ou a possibilidade futura dele, mesmo que o presente seja de sacrifícios pessoais,

familiares ou dos coletivos de trabalho” (AMORIM; GUILHERME; MODA; PELEGRINI, 2021, p. 865).

O empreendedorismo, nesse sentido, seria a expressão da modernidade em condições favoráveis ao trabalhador. Assim, estes seriam “[...] senhores de ampla liberdade laboral – incluindo local e jornada de trabalho, bem como o *modus operandi* na realização de suas tarefas –, além de terem possibilidades de obtenção de rendimentos muito superiores” (NOGUEIRA; CARVALHO, 2021, p. 56). Entretanto, essas modalidades de trabalho implicam processo de precarização, em que os riscos recaem integralmente ao trabalhador.

Não podemos, no entanto, julgar de todo a realidade cotidiana do trabalhador. Se esse discurso aponta para uma noção mais ampla e historicamente construída, no cotidiano vivido o sujeito vai lançando mão de estratégias de sobrevivência, nesse sentido, e busca encontrar, minimamente, noções de sentido e autonomia na atividade que realizam. “É isso que explica que trabalhadores e trabalhadoras por conta própria, que trabalham sem qualquer direito em troca de rendimentos baixíssimos, possam se autointitular de peito cheio ‘eu sou um empreendedor’” (LEITE; LINDÔSO, 2021, p. 798). Alguns dos trabalhadores, por exemplo, buscam esse caminho por escassa possibilidade de estudos e ser essa uma opção viável de renda. Outros ainda, buscam-no em uma espécie de fuga de situações de humilhação a injustiça cotidianas em uma situação de emprego. “Em outras palavras, a difusão do “empreendedorismo” na atualidade tem a ver, de um lado, com o aumento da pobreza e da procura acentuada de alternativas de sobrevivência da população” (LEITE; LINDÔSO, 2021, p. 793). No entanto, cabe que possamos explorar condições que ultrapassam a própria dinâmica laboral, instituindo uma precarização da vida, acessando, inclusive, problemáticas relacionadas à saúde mental em relação ao trabalho, como o quadro de ansiedade citado por Dora, advindo de dispositivos gerenciais cada vez mais abusivos.

A precarização acaba escapando dos limites laborais e se esgueirando pelas vivências do sujeito em sua integralidade, para além de dimensões relacionadas ao trabalho (NOGUEIRA; CARVALHO, 2021). Parece consolidar-se no horizonte uma normalização da instabilidade na vida (FILHO; GEORGES, 2021). Nesse cenário, a precariedade é profundamente naturalizada enquanto modo de ser do trabalhador informal, independente, autônomo, bem como do trabalhador assalariado. No decorrer das trajetórias laborais recortadas e costuradas, os trabalhadores se veem em uma gangorra entre uma precarização subjetiva e uma precarização objetiva (BERNARDO; NOGUEIRA; BULL, 2011). Nesse processo, a informalidade adquire certo sentido diferente daquele que a aproxima de uma marginalidade. Além do sentido de instabilidade naturalizado, o trabalhador também se vê

individualizado e solitário, sem estratégias de cooperação coletivas. Do mesmo modo, profundamente culpabilizado, pois apenas dele depende sua sobrevivência e seu sucesso ou insucesso, por sua situação de trabalho ou de não trabalho. Constrói-se a ilusão de que o esforço pessoal dará conta de propiciar todas as oportunidades necessárias.

Nesse contexto, mantém-se a lógica que culpa o trabalhador tanto por sua 'não empregabilidade', devida a uma alegada falta de qualificação profissional, como por seu adoecimento pelo trabalho ou pela falta dele. Essa lógica encerra no campo individual discussões que deveriam problematizar circunstâncias sociais e dão margem ao discurso que caracteriza o trabalhador adoecido ou desempregado como portador de algum tipo de fraqueza individual. (BERNARDO; NOGUEIRA; BULL, 2011, p. 86).

Nesse sentido, alguns autores chegam a apontar uma mistificação das relações de classe a partir do discurso empreendedor, já que este “[...] promove um aparente desaparecimento da divisão classista que estrutura a sociedade e permite avançar novas formas de exploração da força de trabalho” (AMORIM, *et al.*, 2021, p. 847).

Questões relacionadas a esses aspectos são ainda mais intensificadas quando falamos de um trabalho feminino. É cognoscível, há tempos, que o mundo do trabalho afeta de modos distintos os diferentes gêneros (HIRATA; KERGOAT, 1994), fato que é corroborado pelas trabalhadoras que entrevistamos. Dora, Angelita, Maria Moura, Dona Inácia e Lourdinha vivem suas trajetórias divididas entre a esfera laboral produtiva (relacionada às vivências de trabalho remunerado) e a esfera reprodutiva (relacionado às atividades destinadas à reprodução da vida e cuidados). Essas mulheres vivem na eterna busca de ‘equilibrar os pratinhos’ entre ter que obter uma renda e ter que dar conta dos cuidados com a casa, com os filhos, com o marido. E na obrigação de estar cem por cento em ambas as dinâmicas. Ademais, é constituído historicamente o fato de que a inserção das mulheres trabalhadoras, em sua maioria, acontece, preponderantemente, em setores historicamente precários e precarizados, como a comida de rua, e ainda fortemente marcada pelas especificidades do ser mulher em nossa sociedade.

Ainda assim, o trabalho informal e/ou por conta própria é exaltado por essas mulheres, através de uma ressignificação discursiva e talvez um autoconvencimento, já que “[...] trabalhar sem direitos passou a ser visto como uma forma inteligente, exitosa, inovadora, quando não superior, de inserção social, especialmente quando comparada ao trabalho assalariado” (LEITE; LINDÔSO, 2021, p. 795). Esse processo acaba por encobrir a precariedade social e a vulnerabilidade que essas formas de trabalho reproduzem e a desigualdade social que elas alimentam e ampliam. A respeito da expansão desses aspectos, podemos citar, por exemplo, a contratação de mão-de-obra diarista utilizada em alguns desses

pequenos empreendimentos, relatado por João, Maria Moura, Angelita e Dora. Outro fator citado por Dora era a necessidade de acessar a venda através de aplicativos de delivery, apresentando aqui clara interlocução com o processo de uberização do trabalho.

Esse processo revela a tentativa do capital de recusar e ocultar o trabalho assalariado, como relação social fundamental do capitalismo, negando, dessa forma, a condição de trabalhadores e buscando impedir que atuem enquanto classe social, pois são agora empreendedores, empresários de si mesmos, animados pela concorrência que, na compreensão de Engels, é a arma mais eficiente da burguesia na sua luta política contra os trabalhadores. (DRUCK, 2021, p. 840).

Nessa mesma direção, também nos questionamos, na trajetória desses trabalhadores, que outros espaços eles têm construído para desfrutar de outras esferas da vida para além do trabalho. Na busca incessante pela subsistência, e nas consequências da precarização laboral, quais outros espaços esses sujeitos encontram para investir energia e dali produzir estratégias subjetivas de sobrevivência? Na dinâmica do homem-empresa, que parece sugerir um esquecimento da finitude humana (PEDRINHA, 2021), o trabalhador se centra unicamente na esfera laboral, subjetivamente construindo um sujeito neoliberal na vida como um todo.

Nesse sentido, o tempo a que esse trabalhador se submete à atividade de trabalho, dada a flexibilidade propagada e à necessidade de aumentar a renda, vai sendo cada vez mais ampliado, mesmo que ele próprio não o perceba. Analisamos isso, por exemplo, na atividade de Dora, que dizia não ter mais tempo para atividades de lazer; na trajetória de Maria Moura, quando diz não ter feito outra coisa em sua vida senão trabalhado; ou no caso de João, ao nos relatar sobre a incompatibilidade de horários de tempo livre entre ele e a esposa. Atualmente, vivenciamos a complexificação dessa relação entre tempo e trabalho, “[...] que já não pode ser pensada nos moldes lineares, harmônicos e sincronizados, tal como se viveu no auge da sociedade industrial” (AQUINO, 2009, p 273). A ampla repercussão desse cenário na relação entre tempo e trabalho foi o sucessivo distanciamento de jornadas homogêneas para uma progressiva exigência de relativização do tempo (MARTINS *et al.*, 2012b).

No alastrar desse cenário, o quadro provocado pela pandemia do novo Coronavírus, principalmente sobre as populações mais pobres e sobre os trabalhadores mais vulneráveis, parece escrachar a, já em curso há alguns anos, precariedade laboral e social. Em novembro de 2020, os trabalhadores por conta própria eram o 2º modelo de ocupação mais numeroso da estrutura ocupacional e também entre eles se encontravam a menor taxa de isolamento (IBGE, 2020).

O desamparo a que foram relegados os “empreendedores” durante a pandemia veio por todos os lados: pela situação de precariedade a que já estavam relegados antes da pandemia, a qual se aprofundou com a chegada do novo coronavírus; pela pouca ou nenhuma assistência promovida pelo governo; e pela dificuldade de abandonar o trabalho frente à cruel decisão entre continuar trabalhando e se arriscar a ser contaminado ou parar de trabalhar e ter que enfrentar a realidade da fome não só para si mesmo/a, como para toda a família. (LEITE; LINDÔSO, 2021, p. 816).

Os efeitos e impactos sofridos por esses trabalhadores durante esse período (e obviamente anteriores a ele) nos fornecem vestígios para que possamos compreender a falácia que envolve o discurso empreendedor, pois foram esses os trabalhadores mais vulneráveis nesse cenário. Pudemos ouvir em algumas das narrativas apresentadas os períodos de dificuldade, o medo, a insegurança, de não obter o mínimo para sobreviver. Ao invés da figura de sucesso de empreendedores, tivemos acesso a trajetórias de trabalhadores sobreviventes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização deste percurso investigativo nos incita a retomar os motivos pelos quais o iniciamos. Enquanto pesquisadores, a curiosidade sobre as realidades laborais cotidianas, subjacentes aos discursos acadêmicos e políticos, foi guia neste caminho. Acreditamos que a curiosidade seja “[...] uma característica social ubíqua do dia a dia e é uma das pedras fundamentais da noção coletiva de mudança; do pressuposto que as coisas podem ser diferentes” (SPINK, 2003, p. 25). Nesse sentido, na contramão das falácias socialmente produzidas, nossa curiosidade esteve comprometida com a crença de que as coisas podem ser diferentes, acreditando também que, enquanto pesquisadores, assumimos um viés político bem definido, já “[...] que toda pesquisa é política, pois à medida que o(a) pesquisador(a) escolhe algo do real para ser estudado, deixa, possivelmente, de lado outras realidades” (GROFF; MAHEIRIE; ZANELLA, 2010, p. 102).

Nesse sentido, tecer reflexões sob uma perspectiva qualitativa, como em nosso caso, se constrói enquanto estratégia de nos distanciarmos de uma pesquisa que aponte apenas para indicadores quantitativos. Quando focamos os números e as estatísticas, deixamos de nos aproximar do real contido nos percursos de vida cotidianos, muitas vezes compreendendo que esse tipo de fazer pesquisa não é científico (DRUCK, 2011). É preciso considerar, no entanto, que, no que se refere a essa pesquisa de cunho qualitativo, “[...] as informações obtidas, interpretadas e analisadas são todas dotadas de representações conceituais e ideológicas e, portanto, estão sendo construídas pelos homens que pesquisam e pelos pesquisados” (DRUCK, 2011, p. 39). Assim sendo, a pesquisa diz tanto dos sujeitos da pesquisa quanto daquele que os investiga.

Dentre tantas possibilidades que possivelmente tenhamos deixado de lado, a realidade sobre a qual escolhemos focar nossos olhares, e sobre a qual tecemos essas considerações, cria um conjunto de ideias baseadas em um modelo de igualdade de oportunidades, em que, teoricamente, para todos aqueles que desejarem sucesso, basta seu esforço contínuo. No entanto, esse modelo acaba por criar um processo que justifica a precarização do trabalho e afirma a condição de empobrecimento do papel das políticas públicas e sociais em torno do trabalho e da vida como um todo.

Se, inicialmente, nosso objetivo seria o de analisar processos de precarização do trabalho presentes no cotidiano de uma atividade muito específica, o decorrer do percurso nos apresentou à possibilidade de conhecermos a história de vida laboral dos trabalhadores entrevistados. E, nesse sentido, ampliamos nosso foco para a análise dessas trajetórias,

compreendendo os processos de precarização contidos nesses percursos e os discursos relacionados ao empreendedorismo que se desenvolvem a partir da realidade de informalidade e trabalho por conta própria.

Inesperados, os caminhos da pesquisa nos levaram a arranjos metodológicos e descobertas que não conseguimos prever. Assim como o pressuposto de que o trabalhador é a pessoa mais competente para falar de seu trabalho, acreditamos também que o cotidiano da pesquisa é quem dita os caminhos, as lentes teóricas, os métodos e as ferramentas organizadas. É necessário pontuar nessas considerações as transformações que nosso percurso sofreu diante do alastrar da pandemia do Covid-19. A pandemia foi um definidor do delineamento da pesquisa: a paralisação das atividades, a dificuldade de encontrar os entrevistados, o medo do contágio, as várias formas diferentes de realizar as entrevistas, todas foram dificuldades do processo. Realizar uma investigação nesse período foi um dos maiores desafios e, nesse sentido, na compreensão da pesquisa enquanto registro histórico, dedicamos a finalização desse processo a todos os pesquisadores e pesquisadoras que seguiram realizando de forma competente e persistente seus trabalhos na busca de desvelar, questionar, interrogar e revolucionar campos de saberes.

Nessa mesma direção, ao ouvirmos as trajetórias de alguns trabalhadores nesse período pandêmico também pudemos ter a noção dos impactos sofridos para a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2006). Sem dúvidas, a situação se agravou para muitos, em meio a um governo negacionista, que não reconhecia a gravidade do que estávamos por enfrentar e que desencorajou tantas vezes cuidados necessários como o isolamento, o uso de máscaras e a vacinação da população. Muitas foram as decisões na esfera federal que reverberaram em trabalhadores e trabalhadoras, especialmente aqueles menos abastados e mais suscetíveis à contaminação e à morte por todo o País.

Essa discussão acaba apontando para aquela referente ao processo de precarização do trabalho afetando ora mais, ora menos determinados tipos de ocupações/trabalhadores. Em verdade, todos os trabalhadores sofreram processos que transformaram suas atividades e suas dinâmicas de vida numa perspectiva que pode apontar para a precariedade. E a pandemia apenas veio agravar movimentos já em processos há algumas décadas. Ampliando nossas reflexões, a pandemia acabou por ser um evento que expandiu as tendências que já estávamos tratando na tese, tanto na perspectiva de antecipação temporal, quanto em uma expansão de suas consequências. Desse modo, consideramos que, se nosso objetivo foi o de analisar os processos de precarização laboral e os discursos de empreendedorismo/informalidade/trabalho por conta própria na trajetória laboral de trabalhadores de comida de rua, o período que

compreendeu o ápice da pandemia o transformou em complexidade e profundidade das reflexões empreendidas ao longo de nosso trabalho.

No que se refere às considerações realizadas ao longo deste trabalho e, em especial, àquelas contidas em nossa análise, reunimos e resgatamos traços da reflexão teórica com a empiria. Cabe enfatizar que não apontamos para dados que possam ser generalizados por toda a população de trabalhadores de comida de rua, informais e/ou por conta própria. No que tange a essa dinâmica particular *versus* geral, nunca foi nosso objetivo, de fato, chegar a um conhecimento universalizado a partir de análises individuais. Entretanto, a partir de uma lente teórica que indicava uma direção, compreendemos que, a partir das singularidades, seria possível adentrarmos em nossos objetivos de pesquisa. Nesse sentido, a ideia de singularidade remete a uma questão subjetiva, que muito nos tem a dizer sobre um sistema de valores socialmente construídos em dado período da história. E isso nos fornece a possibilidade não de generalizar, por assim dizer, mas de discutir questões sociais numa perspectiva mais ampla, dentro das singularidades contidas nas trajetórias laborais dos trabalhadores.

A comida de rua e o movimento *food truck* aqui nos serviu como pano de fundo para a compreensão de um movimento maior e mais amplo na história de vida desses trabalhadores, sendo símbolo do que poderíamos chamar de movimento empreendedor, questões que acabaram por construir uma resposta a nosso primeiro objetivo de pesquisa: discutir aproximações acerca da informalidade do empreendedorismo e do trabalho por conta própria no cenário laboral contemporâneo. A partir das questões analisadas, reiteramos que a nova lógica financeira e laboral institui uma vida no trabalho marcada pela flexibilização, volatilidade, efemeridade e precarização (DRUCK, 2021), como as histórias de vida no trabalho aqui puderam nos mostrar, abarcando nosso segundo objetivo de pesquisa ao descrever, a partir de uma referência longitudinal, as trajetórias laborais de trabalhadores de comida de rua.

O sistema não apenas corrói direitos e garantias relacionados ao trabalho, mas também acaba por criar novas facetas às relações sociais, novas maneiras de viver, novas normas e comportamentos. Na contramão do que propagam os ideais ligados à perspectiva empreendedora, à naturalização dessa maneira de viver, a despeito do que possa parecer sob uma análise rasteira, acaba por não significar de fato o alcance de autonomia e dignidade relacionados ao trabalho e para além deste. Na esteira de suas transformações, o sistema encontra meios de captar o trabalhador em uma perspectiva subjetiva, bem como seus interesses, opiniões, decisões, desejos e sonhos, no sentido de garantir uma acumulação capitalista agora ancorada na formatação de um trabalho autogerenciado, independente, por

conta própria e que vive de uma ampliação das repercussões de um trabalho informal e predominantemente precário. Acaba por se naturalizar (e se enaltecer) a figura deste trabalhador, “[...] custeando sua própria qualificação profissional, sua aposentadoria, seu salário indireto e assumindo todos os riscos que podem surgir como consequência da execução de seu trabalho” (AMORIM *et al.*, 2021, p. 863).

Seguindo as ideias de Malaguti (2000), na compreensão do que está por trás dos discursos tendenciosos ligados à perspectiva empreendedora, na compreensão da realidade cotidiana dos trabalhadores e dos processos de precarização, não seria então o momento de efetuarmos uma crítica e uma denúncia mais sérias contra esse discurso que busca naturalizar modos de vida precários? Ainda para o autor:

Tudo indica, pois, que a luta pela extensão da cidadania (econômica e política) aos trabalhadores informais será, certamente, muito mais árdua do que imaginam setores progressistas das organizações dos trabalhadores. As denúncias contra a gestão predatória dos recursos humanos chocar-se-ão contra interesses muito mais poderosos do que os dos pequenos empresários. Enfim, as denúncias contra a precarização do trabalho e o autoritarismo deverão medir forças com todos aqueles que se beneficiam de uma lógica geral predatória e que se manifesta como uma imposição sistêmica. (MALAGUTI, 2000, p. 85).

Após mais de duas décadas deste escrito, parece que o autor de fato anunciava a arduidade da realidade dos trabalhadores informais, mesmo sem imaginar a complexidade que envolveria as discussões sobre a informalidade e talvez sem imaginar também o quão árduo seria esse processo levando em consideração os recentes acontecimentos na esfera global. Mais do que nunca, hoje estes sujeitos se encontram “[...] como sempre estiveram: de cabeça para baixo (MALAGUTI, 2000, p. 22). No que concerne, ainda, ao conceito de uma classe trabalhadora precarizada, Munck (2013) acaba por desenhar esta como sendo uma comunidade global dispersa e insegura de trabalhadores em busca de dar sentido às suas trajetórias laborais. Desse modo, finalizamos esta escrita na compreensão de nosso terceiro objetivo de pesquisa, ao analisar a dinâmica dos discursos sobre empreendedorismo, informalidade e trabalho por conta própria e os processos de precarização evidenciados na trajetória laboral de trabalhadores de comida de rua.

No desenlace desta escrita, além da tentativa de retomarmos os marcos iniciais e avaliarmos o trabalho realizado no percurso, inevitavelmente, também nos questionamos sobre o que esta pesquisa apresentou de inaudito e sobre em que medida ela possa ter sido de fato comprometida com a noção de transformação coletiva. Naturalmente, muitas das reflexões e considerações aqui trazidas podem ser encontradas de modo similar em outros textos da área, bem como em muitos os quais citamos ao longo da escrita. Entretanto,

voltamos à questão das singularidades, e à noção de sentido que delas emergem, acreditando estar nesse aspecto aquilo pode ser considerado de mais valedouro. As histórias de vida no trabalho aqui apresentadas, suas particularidades, seus percursos e seus descaminhos, fazem deste um trabalho único, já que a partir delas, e através da generosidade dos trabalhadores que as narraram, pudemos tecer nossas análises e considerações. E afirmamos que este foi um trabalho coletivo nesse sentido e, muitas vezes, na tessitura deste texto, seguimos apenas costurando, alinhavando, entrelaçando os pormenores, a fim de construir um produto conciso.

No que tange ao aspecto da mudança social, sob uma perspectiva política, fazer pesquisa, por si, é transformar de algum modo a realidade. Reiterando o já dito, a própria escolha de determinado tema de estudo já lança foco sobre determinadas questões dissimuladas. Em um mesmo sentido, a narrativa produzida pelo sujeito que fala de sua história acaba também por repercutir nesse indivíduo novos modos de significar os acontecimentos de sua trajetória. Nesse sentido, reconhecer, assumir e compreender a precariedade que desenha a realidade de tantos trabalhadores implica também entendê-la como uma forma de organizar um coletivo, e em novas formas de se pensar uma luta coletiva, solidária e política através da construção de identidades simbólicas e novas sociabilidades relacionadas à experiência precária (GILL; PRATT, 2008).

Ademais, é fato que o relato trazido pelo trabalhador também provoca um efeito em que houve, sendo um processo de perspectiva dual, dialética. Nesse sentido, acabamos por finalizar esse processo também transformados, de maneiras que não poderíamos prever quando iniciamos. O texto também revela esse processo, na medida em que denuncia na própria escrita, desde o prólogo até estas considerações, as mudanças de perspectivas, o amadurecimento das questões de pesquisa, a escolha das palavras, o modo como realizamos as colocações e a transformação das concepções e interpretações que carregávamos quando este trabalho era ainda um projeto.

Por fim, o próprio processo da pesquisa impõe, naturalmente, algumas limitações, pequenas pontas soltas que ficam pelo caminho, como o fato de não termos conseguido entrar em contato ou ter o aceite de todos os trabalhadores com os quais trabalharíamos inicialmente. Nossa pesquisa, de nenhum modo, propôs-se a dar conta da gama de possibilidades de estudar esta temática, sendo suas próprias limitações indicativas de novos estudos. Desde a investigação de outras trajetórias laborais, em uma perspectiva nacional, até o incremento de uma pesquisa quantitativa que desenhe dados mais robustos em números são possíveis novas organizações investigativas que daqui poderiam derivar. Principalmente levando em

consideração que, em uma velocidade cada vez maior, novos tipos de trabalhos surgem no horizonte laboral dos trabalhadores brasileiros.

Desse modo, a própria limitação da pesquisa cria, dialeticamente, o estímulo para proposição de novos estudos, principalmente ao concebermos que a volatilidade que gera novos modos de inserção – plataformização, pejetização, dentre outros – demanda uma análise mais acurada dos efeitos sobre a classe trabalhadora. Ao criticarmos a naturalização desse modo de organização do cenário laboral, o fazemos na tentativa de estimular mais conhecimentos sobre o que se delinea no horizonte do trabalho e, quem sabe com isso, atuarmos em defesa da própria classe trabalhadora, que parece ser a grande vítima das mudanças que se apresentam na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, M. C. Da casa ao restaurante: representações sobre o comer fora em Minas Gerais. *In: MONTEBELLO, N. de P.; COLLAÇO, J. H. L. (org.). Gastronomia: cortes e recortes*. 2. ed. Brasília: Editora Senac-DF, 2009. p. 51-69.
- ABÍLIO, L. C. Empreendedorismo, autogerenciamento ou viração? *Contemporânea, Dossiê Alternativas Infernais: uma análise sociológica do Empreendedorismo*, São Carlos, v. 11 n. 3, p. 933-955, set./dez. 2021. <https://doi.org/10.4322/2316-1329.2021023>
- ABRASEL. **Food Truck**: a comida de rua em São Paulo morreu? São Paulo: Associação Brasileira de Bares e Restaurantes. 04 jul. 2019. 2019. Disponível em: <https://abrasel.com.br/noticias/noticias/food-truck-a-comida-de-rua-em-sao-paulo-morreu/>. Acesso em: 06 mar. 2020.
- AGUIAR, I. W. O.; COSTA, A. M M.D. Práticas higienicossanitárias de vendedores ambulantes de alimentos em um campus universitário de Fortaleza, CE. *Higiene Alimentar*, São Paulo, v. 32, n. 278/279, p. 52-57, mar./abr. 2018. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/06/905759/p52-57.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2022.
- ALVES, G. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *Revista da RET: Rede de Estudos do Trabalho*, Marília, ano 5, n. 8, p. 1-31, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/R1pHVQ>. Acesso em: 07 mar. 2020.
- ALVES, G.; MORAES, L. Trabalho e estratégias empresariais no capitalismo global: toyotismo e "captura" da subjetividade. *Revista Mediações (UEL)*, Londrina, v. 1, p. 105-124, jul. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/zKoaHf>. Acesso em: 07 mar. 2020. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2006v11n1p105>.
- ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia ou precarização. *In: ANTUNES, R. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 425-444.
- AMORIM, D. Brasil tem recorde com 41,4% dos trabalhadores na informalidade. Estadão, São Paulo. 31 out. 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-recorde-com-41-4-dos-trabalhadores-na-informalidade,70003071073?fbclid=IwAR33CON1LsB3oCITUAMxrlMMSekleNOFNJ-gdfYbsIh32F9Ma4NRziOx7lQ>. Acesso em: 06 mar. 2020.
- AMORIM, H.; GUILHERME, G. H.; MODA, F. B.; PELEGRINI, J. G. S. O empreendedorismo contemporâneo ou uma forma de mistificação das relações de classe. *Contemporânea*, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 845-873, set./dez. 2021. <https://doi.org/10.4322/2316-1329.2021024>.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, 1., 2008, São Paulo. **Resumos** [...]. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/zF9s5q>. Acesso em: 07 mar. 2020.

ANTUNES, R. O Trabalho, Sua Nova Morfologia e a Era da Precarização Estrutural. **Revista Theomai**, La Plata, n. 19, p. 47-57, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/cpWE1F>. Acesso em: 07 mar. 2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Empreendedorismo é mito em país que não cria trabalho digno, diz sociólogo. Entrevista concedida a Ricardo Marchesan. **UOL Empregos e Carreiras**, São Paulo, set. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/09/14/entrevista-sociologo-ricardo-antunes-trabalho-emprego-empresendedorismo.htm>. Acesso em: 06 mar. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004. Disponível em: <https://goo.gl/vpgHAX>. Acesso em: 07 mar. de 2020.

AQUINO, C.A.B. **Tiempo y Trabajo**: un análisis de la temporalidad laboral en el sector de ocio, hotelería y turismo y sus efectos en la composición de los cuadros temporales de los trabajadores. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Departamento de Psicologia Social. Universidade Complutense de Madrid, Madrid, 2003.

AQUINO, C. A. B. Reflexões sobre a precarização laboral: uma perspectiva da Psicologia Social. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005, São Luís. **Anais** [...], São Luis, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/BUo6MB>. Acesso em: 07 mar. 2020.

AQUINO, C. A. B. Transformações no modelo industrial, 'novos' trabalhos e nova temporalidade. **Psicologia e Sociedade**, Recife, v. 19, p. 21-28, set. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 mar. 2020.

AQUINO, C. A. B. O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 6, n. 11, p.169-178, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/gJ98SV>. Acesso em: 07 mar. 2020.

AQUINO, C. A. B. Reestruturação da temporalidade laboral a partir do discurso dos trabalhadores do turismo. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 271-283, dez. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/pyJAzG>. Acesso em: 08 nov. 2019.

AQUINO, C. A. B. Neoliberalismo, precarização e produção subjetiva. *In: ENCONTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: Neoliberalismos, precarização da vida e resistências na América Latina: contribuições da Psicologia Social do Trabalho*, 1., 2019, São Paulo. **Palestra**, São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wCQOFFU9h0s&feature=youtu.be>. Acesso em: 07 mar. 2020.

AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. de O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 479-500, set. 2007. Disponível em: <https://goo.gl/qeirA5>. Acesso em: 29 ago 2019.

AQUINO, C. A. B.; SOUZA, K. O.; MOITA, D. S.; CORREIA, G. M. O fenômeno da precarização e da flexibilização laboral no âmbito da Universidade Pública brasileira: o caso dos professores substitutos. **Athenea Digital**, Bellaterra, v. 14, n. 1, p. 173-193, mar. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/12Zl4g>. Acesso em: 24 maio de 2019.

ARAGAKI, S.; LIMA, M. L. C.; PEREIRA, C. C. Q.; NASCIMENTO, V. L. V. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. *In: SPINK, M.J.; BRIGAGÃO, J. I. M; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (org.). A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 57-72.

ARGEMON, R. **Food Trucks, do hype ao flop: O sonho da comida de rua em São Paulo morreu?**. Huffpost Brasil. 22 jun. 2019. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/food-trucks-sao-paulo_br_5d03daade4b0985c419d35b0. Acesso em: 07 mar. 2020.

BARBOSA, A. M. e S. Organização do trabalho e assujeitamento consentido: o caso dos trabalhadores da Albrás S.A. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA & POLÍTICA*, 1., 2009, Curitiba. **Anais [...]**, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/cwzLWR>. Acesso em: 24 mai. 2019.

BARBOSA, A. M. e S. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), Curitiba, v. 19, n 38, p. 121-140, fev. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/MgogLT>. Acesso em 25 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000100008>.

BECERRA, A. L. S. Reestruturação produtiva e desemprego estrutural: o acirramento da questão social. *In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL. El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional*. 19., Guayaquil. **Anais [...]**. Guayaquil: Universidad Católica Santiago de Guayaquil, 2009. Disponível em: <https://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/sllets/sllets-019-210.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. 2. ed., São Paulo: Editora 34, 2011. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5299999/mod_resource/content/1/Ulrich%20Beck%](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5299999/mod_resource/content/1/Ulrich%20Beck%20Sociedade%20de%20Risco.pdf)

20-%20Sociedade%20de%20risco_%20Rumo%20a%20uma%20Outra%20Modernidade.pdf. Acesso em: 03 de nov. 2022.

BENDASSOLLI, P. F. **Psicologia e trabalho: apropriações e significados**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BENDASSOLLI, P. F. Crítica às apropriações psicológicas do trabalho. **Psicologia e Sociedade** (Impresso), Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 75-84, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/ypBrIC>. Acesso em 25 mai. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000100009>.

BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 26, ago. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500014>.

BERNARDO, M. H.; NOGUEIRA, F. R. C.; BULL, S. Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 63, p. 83-93, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BERNARDO, M.H.; OLIVEIRA, F.; SOUZA, H.A.; SOUZA, C. C. Linhas paralelas: as distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 34, n.1, jan./mar. 2017. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100003>.

BETTI, E. Precarious work: norm or exception of capitalism? Historicizing a Contemporary Debate: A Global Gendered Perspective. *In*: BETTI, E.; MILLER, K. (org.). The power of the norm: fragile rules and significant exceptions. **IWM Junior Visiting Fellows' Conferences**, Vienna, v. 35. p. 1-19, 2016. Disponível em: https://files.iwm.at/jvfc/35_2_Betti.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

BOAVA, D.; MACEDO, F. Sentido Axiológico do Empreendedorismo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/45/ESO1421.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

BORIS, E. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 101-121, jun, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/08.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BOSCO, E.; FERREIRA, L. Sociedade mundial de risco: teoria, críticas e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 42, p. 232-264, mai./ago. 2016. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004211>.

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRAGA, B. M. **O informal como tecido social: os arranjos econômicos, sociais e laborais que constituem o agreste das confecções**. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

Disponível em:

https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19930/1/BrunoMotaBraga_Tese.pdf.

Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. D.O.U. - Diário Oficial da República Federativa do Brasil; Poder Executivo, Brasília, DF, 16 set. 2004. Disponível em:

<https://goo.gl/wiP8BD>.

Acessado em: 25 ago. de 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Brasília, DF: Casa Civil, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/kIM6dD>.

Acesso em: 30 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 11.598 de 3 de dezembro de 2007. Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas [...]. Brasília, DF: Casa Civil, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/jUVfBy>.

Acesso em: 07 mar. 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/XDEQeV>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015. Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. Brasília, DF: Casa Civil, 2015.

Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120928>.

Acesso em: 06 mar. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Casa Civil, 2017.

Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129049>.

Acesso em: 06 mar. 2020.

BRASIL. Lei 13.982/2020 de 02 de abril de 2020. Institui o auxílio emergencial. Brasília, DF: Casa Civil, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRITTO, F. Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BULGACOV, Y. L. M.; CAMARGO, D.; CUNHA, S. K.; MEZA, M. L.; SOUZA, R. M. B.; TOLFO, S. da R. Atividade empreendedora da mulher brasileira: Trabalho precário ou trabalho decente? **Psicologia e Argumento**, v. 28, n.63, p. 337-349, out./dez. 2010.

Disponível em: <https://goo.gl/j8fCXE>. Acesso em: 06 jun. 2019.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**. Campinas, n. 14, p. 152-174, jun. 2000.

CAHEN, M. Capitalismo esdrúxulo. In: BRAGA, R. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 13-20. (Coleção Mundo do trabalho).

CARRETEIRO, T. C. História de vida laboral e aposentadoria: uma metodologia em discussão. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 430-441, jan. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000100026&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 nov. 2022.
<http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p430-441>

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, Marília, ano 2, n. 3, p. 37-46, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/xencd7>. Acesso em: 25 maio 2019.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CEARÁ. **Decreto nº 33.510 de 16 de março de 2020**. Decreta situação de emergência em saúde e dispõe medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.ceara.gov.br/project/decreto-no-33-510-de-16-de-marco-de-2020/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CEARÁ. Decretos do Governo do Ceará com ações contra o coronavírus. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2022. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/decretos-do-governo-do-ceara-com-acoes-contra-o-coronavirus/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CLARKE, S. Crise do fordismo ou crise da social democracia? Welfare e Experiências Neoliberais. **Lua Nova**, n. 24, 1991. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000200007>.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Tradução de Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

CNF. **Novo mundo do trabalho mais escraviza que liberta**. São Paulo: Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF. 23 set. 2019. Disponível em: <https://cnf.org.br/novo-mundo-do-trabalho-mais-escraviza-que-liberta/>. Acesso em: 06 mar. 2020.

COELHO-LIMA, F. **Ideologia e significado do trabalho: o caso dos trabalhadores por conta própria**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/6Aap3b>. Acesso em: 30 maio 2019.

COELHO, R. N.; AQUINO, C. A. B. Inserção laboral, juventude e precarização. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 275-289, dez. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/pY3RpQ>. Acesso em: 02 set. 2019.

CONTERAS, J. Os paradoxos da modernidade familiar. *In*: MONTEBELLO, N. de P.; COLLAÇO, J. H. L. **Gastronomia**: cortes e recortes. 2. Ed., Brasília: Editora Senac-DF, 2009. p. 31-49.

COSTA, S. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8299>. Acesso em: 06 mar. 2020.

COSTA, A. M. da; BARROS, D. F.; CARVALHO, J. L. F. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/lf7XuQ>. Acesso em: 25 maio 2019.

COSTA, H.; LEITE, M. P.; LINDÔSO, R. O. A resignificação do trabalho autônomo e a retórica empreendedora na França e no Marrocos: entrevista com Christian Azais e Quentin Chapus. **Contemporânea**, São Carlos, v.11, n. 3, p. 971-987, 2021. <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.2021025>.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAMIÃO, D. R. R.; SANTOS, D. F. L.; OLIVEIRA, L. J. A ideologia do empreendedorismo no Brasil sob a perspectiva econômica e jurídica. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista** (Cascavel. Impresso), Cascavel, v. 13, p. 191-207, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/jtaExp>. Acesso em: 27 maio 2019.

DIAS, E. F. Capital e trabalho: a nova dominação. *In*: DIAS, E.F. *et al.* (org.) **A ofensiva neoliberal**: reestruturação produtiva e luta de classes. Brasília: Sind. Eletricitários, 1996, p.7-54.

DIEZ GARCIA, R. W. Representações sociais da comida no meio urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 2, p. 12-40, 1994. Disponível em: <https://goo.gl/hIx65l>. Acesso em: 30 maio 2019.

DIEZ GARCIA, R. W. Globalização e seus impactos no comer: comida de rua e comida de casa. *In*: MONTEBELLO, N. de P.; COLLAÇO, J. H. L. **Gastronomia**: cortes e recortes. 2. ed., Brasília: Editora Senac-DF, 2009. p. 71-79.

DOLABELA, F. C. **O Segredo de Luísa**: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. São Paulo: Cultura, 1999.

DORNELAS, J. C. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qvTGPNcmnSfHYJjH4RXLN3r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2022.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. *In*: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 55-73. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2649414/mod_resource/content/1/Druck%202013%20Precariza%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

DRUCK, G. O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. **Contemporânea**, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 821-844, 2021.

<https://doi.org/10.4322/2316-1329.2021021>.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship):** prática e princípios. Tradução de Carlos J. Malferrari. São Paulo: Pioneira, 1986.

DUTRA, R. C. de A. Comida de rua: estilo alimentar, temporalidade e sociabilidade nas ruas da cidade. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36. Águas de Lindóia, SP: **Anais [...]**. Águas de Lindóia, SP, 2012. p.1-19. Disponível em: <https://goo.gl/2rzBNK>. Acesso em: 30 maio 2019.

EJUDI. **Food Truck:** como regularizar seu empreendimento hoje. EJUDI Soluções Jurídicas. 25 jun. 2019. Disponível em: <https://ejudi.com.br/food-truck-como-regularizar-o-seu-empreendimento-hoje/>. Acesso em: 06 mar. 2020.

EHRENBERG, A. **O culto da performance:** da aventura empreendedora à depressão nervosa. Tradução de Pedro F. Bendassolli. Aparecida: Ideias e Letras, 2010. (Coleção Management, v. 7).

FALCÃO, J. T. R.; MESSIAS, J. S.; ANDRADE, L. R. M. O trabalho precário e o trabalho precarizado. *In*: FERREIRA, M. C.; FALCÃO, J. T. R. (org.) **Intensificação, Precarização, Esvaziamento do Trabalho e Margens de Enfrentamento**. Natal: EDUFRN, 2020. p. 78-103. Disponível em:

https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/31580/1/IntensificacaoPrecarizacaoEsvaziamentodoTrabalhoeMargensdeEnfrentamento_Ferreira_Falc%c3%a3o_2020.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.

FEIJO, C. A.; NASCIMENTO E SILVA, D. B.; SOUZA, A. C. Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na Ecnif. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 329-354, ago. 2009. Disponível em:

<https://goo.gl/FSAAxg>. Acesso em: 13 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482009000200007>.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; AMARAL, M. O Conceito de Informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 17, 2004. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=16>. Acesso em: 20 fev. 2020.

FILHO, T. P. A.; GEORGES, I. P. H. A gestão do próprio trabalho e vida: uma discussão sobre “empreendedorismo” e gênero a partir de duas trajetórias socioprofissionais.

Contemporânea, São Carlos, v. 11, n. 3 p. 875-904, set./dez. 2021.
<https://doi.org/10.4322/2316-1329.2021026>

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, RAUSP. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 05-28, abr./jun. 1999. Disponível em: <https://goo.gl/DOoBLN>. Acesso em: 27 maio 2019.

FONSECA, C. R. **De camelô a empreendedor**: os “lojistas” do Shopping Popular de Cuiabá. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14342>. Acesso em: 14 nov. 2022.

FOOD TRUCK NAS RUAS. **1º Guia de localização de Food Truck nas ruas**. 2017. Disponível em: <http://www.foodtrucknasruas.com.br/>. Acesso em 29 mai. 2017.

FORTALEZA. **Decreto nº 9.143, de 9 de julho de 1993**, com nova redação dada pelo decreto nº 9.300 de 17 de janeiro de 1994. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1993.

FORTALEZA. **Lei n. 10.474 de 09 de junho de 2016**. Regulamenta o exercício das atividades de "food truck", "food bike" e "food cart" no Município de Fortaleza, na forma que indica, e dá outras providências. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=325320>. Acesso em: 06 de mar. 2020.

FORTALEZA. **Prefeitura entrega permissões para ambulantes da Beira-Mar**. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, set. 2021. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-entrega-permissoes-para-ambulantes-da-beira-mar>. Acesso em: 16 nov. 2022.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 mar. 2020.
<https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>.

GALEAZZI, Irene. Precarização do trabalho. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (orgs.) **Dicionário de trabalho e tecnologia**, Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006. p. 203-206.

GARCIA, D. Pandemia aniquilou 7,8 milhões de postos de trabalho no Brasil. **Folha de São Paulo**, jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/desemprego-chega-a-129-em-meio-a-pandemia-da-covid-19.shtml>. Acesso em: 14 out. 2022.

GASTAL, S.; PERTILE, K. As Comidas de Rua entre fixos e fluxos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 10., 2013, Caxias do Sul. Anais [...]. Caxias do Sul: ANPTUR, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/nbvD1T>. Acesso em: 30 mai. 2019.

GAVRAS, D. Brasil Ganha 1,4 milhão de informais em apenas 2 anos. **Folha de São Paulo**, jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/brasil-ganha-14-milhao-de-informais-em-apenas-2-anos.shtml>. Acesso em: 14 out. 2022.

GILL, R.; PRATT, A. In the social factory? Immaterial labour, precariousness and cultural work. **Theory, Culture and Society**, v. 25, n. 7, p. 1-30, 2008. Disponível em: <https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/4114/1/IntheSocialFactory.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

GIMENES, E. Pela primeira vez. Brasil tem menos de 50% dos trabalhadores ocupados. **Brasil de Fato**, jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/07/pela-primeira-vez-brasil-tem-menos-de-50-dos-trabalhadores-ocupados>. Acesso em: 14 out. 2022.

GONÇALVES, M. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, p. 51-66, ago. 2002. Disponível em: <https://goo.gl/cNMygB>. Acesso em: 09 set. 2019.

GONÇALVES, L.A.A. Entre a norma urbana e a resistência: a espacialidade do comércio ambulante de confecção no centro de Fortaleza – Ceará. **Revista GeoUECE**, Fortaleza, n. esp., p. 128-148, dez. 2014. Disponível em: <http://seer.uece.br/geoece>. Acesso em: 15 out. 2019.

GROFF, A. R.; MAHEIRIE, K.; ZANELLA, A. V. Constituição do (a) pesquisador (a) em ciências humanas. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 97-103, abr. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100011&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 02 mar. 2020.

GUERRA, E. L. A. Do fordismo à acumulação flexível: uma análise sobre as mudanças nos papéis dos atores sociais relevantes. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v.5, n.2, p. 71-75, 2000. Disponível em: <https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/14>. Acesso em: 14 out. 2022.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 93–100, 1994. Disponível em: <https://goo.gl/qX5bn1>. Acesso em: 09 jun.2019.

HOLZMAN, L. A. Dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século XXI. In: PICCININI, V.; HOLZMAN, L.; KOVÁSCZ, I.; GUIMARÃES, V. N. (org.). **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: Persistências e inovações**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID19**. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

KALLERBERG, A. L. Precarious work, insecure workers: employment relations in transition. **American Sociological Review**, v. 74, n. 1, p. 1-22, 2009. Disponível em: https://www.asanet.org/sites/default/files/sage_kalleberg_presidential_address.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

KREIN, J. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, v. 30, n.1, p. 77-104, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/138082>. Acesso em: 06 mar. 2020. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>

LAROSSA, J. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação & Realidade**, v. 28, n. 2, p. 101-115, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25643>. Acesso em: 14 out. 2022.

LEITE, E. **O fenômeno do empreendedorismo**. 3. ed. Recife: Bagaço, 2002.

LEITE, M. P.; LINDÔSO, R. O. Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia. O desmascaramento de uma ideologia. **Contemporânea**, Dossiê Alternativas Infernais: uma análise sociológica do Empreendedorismo, São Carlos, v. 11 n. 3, set./dez. 2021. <https://doi.org/10.4322/2316-1329.2021027>

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 158-198, set./dez. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/dqcDy0>. Acesso em: 29 maio 2019.

LIMA, J. C.; OLIVEIRA, R. V. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. **Contemporânea**, São Carlos, v. 11, n. 3 p. 905-932, set./dez. 2021. <https://doi.org/10.4322/2316-1329.2021028>.

MACHADO, L. A. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 15, n. 37, 2002. DOI: 10.9771/ccrh.v15i37.18603. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18603>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MACIEL, H. W. P. Que cidadania é esta? As contradições presentes na condição do micro empreendedor cidadão em um contexto de flexibilização produtiva. In: SEMEAD, 17., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/umBI6S>. Acesso em: 29 maio 2019.

MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo. Vitória: EDUFES, 2000.

MALLON, C.; BORTOLOZO, E. A. F. Q. Alimentos comercializados por ambulantes: uma questão de segurança alimentar. **Publ. UEPG Ci. Biol. Saúde**, Ponta Grossa, v. 10 n. 3/4, p. 65-76, set./dez. 2004. <https://doi.org/10.5212/publicatio%20uepg.v10i3.402>

MARINS, M.; NOGUEIRA RODRIGUES, M.; MALDONADO LAGO DA SILVA, J.; CRISTINA MARTINS DA SILVA, K.; LOUREIRO CARVALHO, P. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 36, n. 02, p. 669–692, 2021. DOI:

10.1590/s0102-6992-202136020013. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/33831>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MARTES, A. C. B. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 254-270, jun. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/Ds9JXL>. Acesso em: 01 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000200005>.

MARTINS, J. C. de O.; AQUINO, C. A. B. de.; SABÓIA, I. B. de.; PINHEIRO, A. de A. De Kairós a Kronos: metamorfoses do trabalho na linha do tempo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 219-228, 2012a. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172012000200005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 01 mar. 2020.

MARTINS, J. C. de O.; LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; OLIVEIRA, G. R. T.; PEREIRA, M. G. O tempo livre com qualidade a partir de discursos coletivos. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 12, n. 1-2, p. 41-72, 2012b. Disponível em: <https://goo.gl/dgXQiJ>. Acesso em 6 jun 2019.

MEDÁ, D. **Le travail**: une valeur en voie de disparition. Paris: Aubier, 1995.

MELO, H. P. de; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista de Economia Contemporânea** [online], v. 13, n. 1, p. 135-158, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1415-98482009000100006>.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MUNK, R. The Precariat: a view from the South. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 5, p. 747-762, 2013. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098880/mod_resource/content/1/Munk%20%282013%29%20Precariat-view%20from%20the%20south.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

NARDI, H. **Ética, trabalho e subjetividade**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2006.

NEILSON, B.; ROSSITER, N. Precarity as a political concept, or, Fordism as exception. **Theory, Culture and Society**, v. 25, n. 7-8, p. 51-72, 2008. Disponível em: <https://researchdirect.westernsydney.edu.au/islandora/object/uws:11428>. Acesso em: 17 nov. 2022.

NISHIMURA, J. R.; PIGATTO, G. O Perfil do Empreendedor no Serviço de Alimentação de Rua. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 32., 2012, Bento Gonçalves. **Anais** [...], Bento Gonçalves, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/a7crD7>. Acesso em 08 jun. 2019.

NOGUEIRA, M. O.; CARVALHO, S. S. **Trabalho precário e informalidade**: desprecarizando suas relações conceituais e esquemas analíticos. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10948/1/td_2707.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

O SUL. O Brasil já tem meio milhão de vendedores de comida de rua, apontou o IBGE. **O Sul**, Porto Alegre, jan. 2018. Disponível em: <https://www.osul.com.br/o-brasil-ja-tem-meio-milhao-de-vendedores-de-comida-de-rua-apontou-o-ibge/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n.10, jun. 1989. Disponível em: <https://goo.gl/xVX5cq>. Acesso em: 29 maio 2019.

OIT. **Employment, incomes and equality**: a strategy for increasing productive employment in Kenya. ILO. Genebra: OIT, 1972. Disponível em: <https://goo.gl/n7I9Od>. Acesso em 29 maio 2019.

OLIVEIRA, E. N. P. de O. **Empreendedorismo em cenário de precarização laboral**: um estudo com trabalhadores de comida de rua. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28896>. Acesso em: 06 mar. 2020.

PAMPLONA, J. B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos**: autoemprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal, 2001.

PEDRINHA, R. Como o neoliberalismo naturalizou o sofrimento e esvaziou a democracia. **Jacobin Brasil**, out. 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/10/para-alem-da-razao-neoliberal2/>. Acesso em: 19 out. 2022.

PERRUSI, A. Vocação, identidade e individualismo. **Revista Política e Trabalho**. João Pessoa, Paraíba. n. 27-30, p. 101-121. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/giK7jS>. Acesso em: 08 jun. 2019.

PERTILE, K. Comida de rua: rela es históricas e conceituais. **Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade**, v. 5, n. 2, p. 301-310, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/9itNWM>. Acesso em: 30 maio 2019.

POCHMANN, M. **Pochmann: Brasil tem maior explosão da desigualdade desde 1960**. Site do Partido dos Trabalhadores (PT), set. 2019. Disponível em: https://pt.org.br/pochmann-brasil-tem-maior-explosao-da-desigualdade-desde-1960/?fbclid=IwAR349eYl_M4P2BhAbqrM-NFm25_IDeKkNvrW-UV89T3hXxRrvscPoQyZLqo#.XcBEcOhuzHk.facebook. Acesso em: 06 mar. 2020.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (org.) Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: V rtice, Editora Revista dos Tribunais, **Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais**, v. 5, p. 68-80, 1988.

QUEIROZ, D. **Trabalho por conta própria já supera o trabalho por carteira assinada**. Imprensa Conselho Federal de Administra o – CFA, mai. 2019. Disponível em: <https://cfa.org.br/trabalho-por-conta-propria-ja-supera-o-trabalho-por-carteira-assinada/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

RANGEL, F. **A empresariza o do comércio popular em São Paulo**: trabalho, empreendedorismo e formaliza o excludente. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de

Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12099>. Acesso em: 14 nov. 2022.

REGADAS, A. Comércio ambulante recebe autorização para voltar a funcionar; feiras livres não. **Câmara Municipal de Fortaleza**, Fortaleza, ago. 2020. Disponível em: <https://www.cmfor.ce.gov.br/2020/08/31/comercio-ambulante-recebe-autorizacao-para-voltar-a-funcionar-feiras-livres-nao/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

RIBEIRO, M. A.; OLIVEIRA, F.; BERNARDO, M. H.; NAVARRO, V. L. Práticas em Psicologia Social do Trabalho: pesquisa e intervenção. In: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (org.) **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 103-126. (Coleção Psicologia Social).

SÁ, T. Lugares e não lugares em Marc Augé . **Tempo Social**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 209-229, 2014. DOI: 10.1590/S0103-20702014000200012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/97978>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SABINO, G. T. Empreendedorismo: reflexos críticos sobre o conceito no Brasil. In: VII Seminário do trabalho - Trabalho, Educação e Sociabilidade, 2010, Marília- SP. Marília: UNESP, 2010. v. 7. p. 1-16. Disponível em: <https://goo.gl/vSkxXf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

SANTIAGO, E. G. Fundamentos filosóficos dos Programas de Microcrédito na América Latina – Década de 90. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL IDEIAS SOCIAIS E POLÍTICAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2000, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília: FLACSO, 2000.

SANTIAGO, E. G. **Empreender para sobreviver**: estudo sobre a ação econômica dos empreendedores de pequeno porte. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/eKKY4S>. Acesso em: 30 maio 2017.

SANTOS, J. B. F.; MACIEL, R. H.; SATO, L. Trabalhadores informais e a formação de redes socioprodutivas (RSP): considerações teórico-empíricas. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, p. 325-350, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/ogNjbq>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SANTOS, A. S.; PERRONE, C. M. Produção da precariedade laboral: reflexões preliminares sobre a criação de novas formas de subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 29, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29164109>.

SARAIVA, A.; SANTOS, L.; BOING, M.; MARTINS, R. Comércio ambulante como alternativa de ganhar a vida. **Revista Retratos**, n. 10, abr. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20769-comercio-ambulante-como-alternativa-de-ganhar-a-vida>. Acesso em: 07 nov. 2022.

SATO, L.; BERNARDO, M. H.; OLIVEIRA, F. de. Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 15, dez. 2008 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 nov. 2022.

SATO, L.; COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H. A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. *In*: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (org.) **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p.11-24. (Coleção Psicologia Social).

SAY, J. P. **Tratado de economia política**. São Paulo. Nova Cultural,1986.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.

SEBRAE. Análise de tendências. **Food truck**: uma nova tendência. SEBRAE, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/M5rk6m>. Acesso em: 07 abr. 2019.

SEBRAE. **Food truck**: Modelo de negócio e sua regulamentação. SEBRAE, 2015. Disponível em: www.bis.sebrae.com.br. Acesso em: 20 maio 2019.

SEBRAE. Vendedor ambulante: como funciona essa modalidade de trabalho? **SEBRAE**, abr. 2021. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/vendedor-ambulante>. Acesso em: 08 nov 2022.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, M.de F.S. e. A Psicologia Social e a Psicologia (Social) do Trabalho. *In*: SILVA, M. de F.S. e.; AQUINO, C.A.B. (org.) **Psicologia Social: Desdobramentos e Aplicações**, São Paulo: Escrituras, 2004.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 25-35, mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224>. Acesso em: 8 nov. 2022.

SOMBART, W. **El apogeo del capitalismo**. México: Fondo de Cultura Economica, 1946.

SOTELO-VALENCIA, A. La precarización del trabajo:¿ premisa de la globalización?. **Papeles de población**, Toluca, v. 18, n. 4, p. 81-121, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/112/11201804.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SPINK, P. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 15, n. 2, dez 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>

SPINK, P. Prefácio. *In*: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (org.) **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 7-10. (Coleção Psicologia Social).

SPINK, M. J. P.; SPINK, P. K. Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação. **Quaestio - Revista de Estudos em**

Educação, Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, 2017. DOI: 10.22483/2177-5796.2017v19n3p591-605. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3156>. Acesso em: 8 nov. 2022.

VALENTIM, E. PERUZZO, J. A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capital. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17914>. Acesso em: 18 out. 2022.

VASAPOLLO, L. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 16, n.2-28, p. 368-386, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/VZLLyJ>. Acesso em: 29 maio 2019.

VIANA, T. É possível organizar o Centro de Fortaleza respeitando o comércio ambulante? *Diário do Nordeste*. Publicado em: 22 de agosto de 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/e-possivel-organizar-o-centro-de-fortaleza-respeitando-o-comercio-ambulante-1.3125933>. Acesso em: 08 nov. 2022.

VIEGAS, D. Comércio informal traz consequências que prejudicam o empreender no Brasil. *Bares & Restaurantes*, São Paulo, v. 124, p. 18-21. Dez. 2018.

ZANELLI, J. C; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2014.